

ISSN: 1519-6240

LINGUAGEM
ESTUDOS e PESQUISAS

Revista do Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* - Mestrado
em Estudos da Linguagem - do Departamento de Letras do
Campus Catalão - UFG

Linguagem - Estudos e Pesquisas
Volume 15, n. 2 - Catalão-GO/2011

ISSN: 1519-6240

LINGUAGEM - ESTUDOS E PESQUISAS

Revista do Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* - Mestrado em Estudos da Linguagem - do Departamento de Letras do *Campus* Catalão - UFG

Julho-Dezembro/2011



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
CAMPUS CATALÃO
DEPARTAMENTO DE LETRAS

Reitor da Universidade Federal de Goiás

Edward Madureira Brasil

Diretor do Campus Catalão/UFG

Manoel Rodrigues Chaves

Coordenador do Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* – Mestrado em Estudos da Linguagem

Maria Imaculada Cavalcante

Chefe do Departamento de Letras do Campus Catalão/UFG

Luciana Borges

Editores Responsáveis

Braz José Coelho e Maria Helena de Paula

Organizadores deste número:

Alexander Meireles da Silva e Luciana Borges

Comissão Editorial: Alexander Meireles da Silva; Antônio Fernandes Júnior; Braz José Coelho; Grenissa Bonvino Stafuzza; Luciana Borges; Maria Helena de Paula, Oziris Borges Filho

Conselho Editorial e Científico: Alexander Meireles da Silva (Universidade Federal de Goiás/Campus Catalão); Alicia Duhá Lose (CNPq-Faculdade Mosteiro São Bento da Bahia/Universidade Federal da Bahia); Antônio Fernandes Júnior (Universidade Federal de Goiás/Campus Catalão); Aparecida Negri Isquierdo (CNPq/Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/Universidade Estadual de Londrina); Braz José Coelho (Universidade Federal de Goiás/Campus Catalão); Cleudemar Alves Fernandes (Universidade Federal de Uberlândia); Grenissa Bonvino Stafuzza (Universidade Federal de Goiás/Campus Catalão); Henrique Silvestre Soares (Universidade Federal do Acre); Luciana Borges (Universidade Federal de Goiás/Campus Catalão); Luzmara Cursino Ferreira (Universidade Federal de São Carlos); Manoel Mourivaldo Santiago Almeida (CNPq-Universidade de São Paulo); Márcio Luiz Corrêa Vilaça (Universidade de Grande Rio); Maria Cândida Trindade Seabra (Universidade Federal de Minas Gerais); Maria Filomena Gonçalves (Universidade de Évora, Portugal), Maria Helena de Paula (Universidade Federal de Goiás/Campus Catalão); Odair Luiz Nadin Silva (Universidade Estadual Paulista-Araraquara); Oziris Borges Filho (Universidade Federal do Triângulo Mineiro), Phablo Roberto Marchis Fachin (Universidade de São Paulo); Regma Maria dos Santos (Universidade Federal de Uberlândia / Universidade Federal de Goiás).

Conselho Consultivo: Antônio Donizete Pires (Universidade Estadual Paulista-Araraquara); Dominique Maingueneau (Université Paris Est Créteil Val de Marne); Leo M. Wetzels (Vrije Universiteit Amsterdam - Holanda); Márcia Elizabeth Bortone (Universidade de Brasília); Maria Dolores A. Ramírez (Universidade Estadual Paulista-Araraquara); Maria Imaculada Cavalcante (Universidade Federal de Goiás/Campus Catalão); Patrick Charaudeau (Université Paris- Nord - Paris XIII); Sílvio de Almeida Toledo Neto (Universidade de São Paulo); Solange Fiuza Cardoso Yokozawa (Universidade Federal de Goiás); Sonia Branca-Rosoff (Université Sorbonne Nouvelle/Paris III).

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
CAMPUS CATALÃO
DEPARTAMENTO DE LETRAS

LINGUAGEM – ESTUDOS e PESQUISAS

Linguagem – Est. e Pesq., Catalão-GO. Vol. 15, n. 2. 244 p.
2011

Linguagem – Estudos e Pesquisas é uma publicação semestral do Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu*, Mestrado em Estudos da Linguagem, do Departamento de Letras do *Campus Catalão* da Universidade Federal de Goiás.

Endereço para correspondência

Departamento de Letras - Av. Dr. Lamartine Pinto de Avelar, nº 1120, Sala 2, Bloco E - CEP: 75.704-020 - Caixa Postal 56 - Setor Universitário - Fone (64) 3441-5304. Catalão-Goiás-Brasil.

Linguagem - Estudos e Pesquisas pode ser acessada no sítio: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/lep/index>

Editores responsáveis

Braz José Coelho
Maria Helena de Paula

Organizadores deste número

Alexander Meireles da Silva
Luciana Borges

Diagramação

Maria Helena de Paula e Jozimar Luciovanio Bernardo

Revisão dos abstracts

Alexander Meireles da Silva

Revisão dos originais

Os editores

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (GPT/BSCAC/UFG)

L755 Linguagem – estudos e pesquisas / Revista do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, Mestrado em Estudos da Linguagem, Departamento de Letras do Campus Catalão – UFG. – Vol. 15, n. 2 (jul./dez. 2011)-. – Catalão : Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão, Departamento de Letras, 1997-
v. : il. ; 21 cm.

Semestral

Publicado pelo Departamento de Letras do Campus Catalão – UFG, 1997-2011 ; pelo Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, Mestrado em Estudos da Linguagem, Departamento de Letras do Campus Catalão – UFG, 2011-

Editores responsáveis: Braz José Coelho e Maria Helena de Paula.

Organizadores: Alexander Meireles da Silva e Luciana Borges.

Descrição baseada em: Vol. 15, n. 2 (jul./dez. 2011).

ISSN: 1519-6240

1. Letras – Periódicos. I. Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão. Departamento de Letras. II. Título.

CDU: 8 (05)

Aceitam-se colaborações e solicita-se permuta

We Ask For Exchange

On demanche échange

Pédese canje

Tiragem deste número: 200 exemplares

SUMÁRIO

Editorial

Alexander Meireles da Silva

Luciana Borges.....11

Dossiê Temático Linguagem, Cultura e Identidade

1. Nas malhas microfísicas do poder: a (des)construção do discurso na cronística de Luís Fernando Veríssimo

Cloves da Silva Júnior.....15

2. O narrador pós-moderno no conto “The baby-sitter”, de Robert Coover

Fernanda Aquino Sylvestre.....39

3. Metaforização e argumentatividade no processo de representação social no/do discurso

Juçara Moreira Teixeira

Antônio Luiz Assunção.....57

4. A escrita travestida de desejo: travestimento, escrita e homoerotismo em Lúcio Cardoso

Leandro Júnio Santos Queiroz.....79

5. Representação da língua e da identidade cultural no filme *Dança com Lobos*

Luana Anastácia Santos de Lima.....103

6. O discurso religioso: aspectos de performatividade, autoritarismo e relações de poder

Tatiane Xavier da Silva

Ivandilson Costa.....119

7. A identidade do imigrante alemão: a língua, elemento simbólico de identificação

VeJane Gaelzer.....137

Artigos de Temática Livre

- 8. Análise do texto escrito do sujeito surdo**
Alessandra Baldo
Márcia Duarte de Souza.....159
- 9. Rapadura é doce, mas não é mole: um estudo das relações retóricas**
Ana Clara Gonçalves Alves de Meira.....179
- 10. Intertextualidade como recontextualização**
Fátima Andréia Tamanini-Adames
Cristina dos Santos Lovato.....203
- 11. Algumas considerações acerca da escritura e do conceito de “jogo” em Wittgenstein, Derrida e Kostas Axelos**
Rodrigo Guimarães Silva.....225

CONTENTS

Editors Note

Alexander Meireles da Silva

Luciana Borges.....11

Language, Culture and Identity Thematic Dossier

1. **In the meshes of microphysics of power: the (de)construction of speech in Luis Fernando Verissimo's chronicles**
Cloves da Silva Júnior.....15
2. **The postmodern narrator in the short story "The baby-sitter", by Robert Coover**
Fernanda Aquino Silvestre.....39
3. **Metaphorization and argumentativeness in the social representation process in/of discourse**
Juçara Moreira Teixeira
Antônio Luiz Assunção.....57
4. **The writing of desire shemale: transvestism, writing and homoeroticism in Lucio Cardoso**
Leandro Júnio Santos Queiroz.....79
5. **Representation of language and cultural identity in the film**
Dances with wolves
Luana Anastácia Santos de Lima.....103
6. **Religious discourse: aspects of performativity, authoritarianism and power relations**
Tatiane Xavier da Silva
Ivandilson Costa.....119
7. **The identity of the immigrant: language, a symbolical element of identification**
Vejane Gaelzer.....137

General Thematic Articles

- 8. Analysis of deaf subject's written text**
Alessandra Baldo
Márcia Duarte de Souza.....159
- 9. Sugar cane square is sweet but it is not soft: a study of rhetorical relations**
Ana Clara Gonçalves Alves de Meira.....179
- 10. Intertextuality as recontextualization**
Fátima Andréia Tamanini-Adames
Cristina dos Santos Lovato.....203
- 11. Considerations about writing and the concept of “game” by Wittgenstein, Derrida and Kostas Axelos**
Rodrigo Guimarães Silva.....225

EDITORIAL

A Revista *Linguagem – Estudos e Pesquisas* apresenta, em seu propósito primordial, a veiculação de artigos de caráter acadêmico que, como produto de pesquisa na área de Letras e Linguística, disponham-se a pensar a linguagem em seus variados aspectos e contribuir para a contínua atualização do campo dos estudos literários e linguísticos no Brasil.

Acolhendo textos que se vinculam a diversas orientações teóricas do referido campo, o presente Volume 15, n. 2, vem atestar a contínua evolução desta revista organizada pelos professores do Departamento de Letras do Campus Catalão da Universidade Federal de Goiás e do Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Estudos da Linguagem, da mesma instituição. Nesta edição, o desafio proposto a pesquisadores de variadas universidades do Brasil foi o desenvolvimento de olhares sobre o tema *Linguagem, Cultura e Identidade*, considerando-se a linguagem em sua perspectiva interdisciplinar, constituinte da cultura e fomentadora de identidades. O tema contemplado no Dossiê desta edição, ao lado de outras investigações tratadas na seção de temática livre, é abordado com qualidade e diversificação nos artigos aqui apresentados, mostrando que o desafio foi bem-sucedido.

No que se refere à produção literária ou ficcional, bem como no aspecto das relações que a linguagem estabelece com as formações identitárias dos sujeitos ou com a elaboração dos discursos circulantes na sociedade, elementos culturais e linguísticos são considerados indissociáveis, de maneira que, distanciando-se desses elementos, o mundo humano não poderia ser compreendido.

Portanto, os artigos que compõem o Dossiê percorrem o caminho da reflexão em torno dos aspectos linguísticos e culturais da identidade, apresentando um amplo espectro dessas construções no que tange à linguagem verbal ou não verbal e à produção literária.

Em “Nas malhas microfísicas do poder: a (des)construção do discurso na cronística de Luís Fernando Veríssimo”, *Cloves da Silva Junior* analisa algumas crônicas de Luís Fernando Veríssimo esperando comprovar se as crônicas analisadas possibilitam a desconstrução do discurso/poder, em uma perspectiva foucaultiana.

O escritor norte-americano Robert Coover oferece o objeto de estudo para que *Fernanda Aquino Sylvestre* analise em “O narrador pós-moderno no conto ‘The Babysitter’, de Robert Coover”, o tratamento dado pelo autor à figura do narrador dentro de uma perspectiva pós-moderna.

Discursos argumentativos circulantes na revista *Veja* constituem o foco do artigo “Metaforização e argumentatividade no processo de representação social no/do discurso”, de *Juçara Moreira Teixeira* e *Antônio Luiz Assunção*, no qual pretendem elucidar os mecanismos linguístico-discursivos, ideológicos e sociais envolvidos na argumentação de um sujeito

enunciador que se posiciona no discurso, constrói sua argumentação e busca agir sobre o seu interlocutor, ao tentar convencê-lo da verdade que defende.

Em “A escrita travestida de desejo: travestimento, escrita e homoerotismo em Lúcio Cardoso”, artigo de *Leandro Júnio Santos Queiroz*, o autor estuda as fecundas relações entre corpo, escrita e desejo investigando o homoerotismo, a identidade e o travestimento no tecido narrativo da novela *O desconhecido* (1940), do escritor mineiro Lúcio Cardoso e propõe que tais temas estão relacionados, na narrativa, pelos discursos da interdição e da transgressão.

Luana Anastácia Santos de Lima, em seu artigo “Representação da língua e da identidade cultural no filme *Dança com Lobos*”, apresenta uma leitura dessa obra fílmica baseando-se na relação permutável entre língua e cultura, ao considerar que o contato sociolinguístico entre grupos sociais pode influenciar na aquisição de uma nova identidade cultural. No referido filme, um tenente americano ao se instalar, por muito tempo, em um forte habitado por índios da tribo Sioux, acaba não só por incorporar a nova cultura, mas assume uma nova identidade, ocorrendo o mesmo com os integrantes da tribo.

Estratégias discursivas de argumentação e convencimento estão presentes na discussão proposta sobre um culto do pastor Silas Malafaia a respeito da homossexualidade no artigo “O discurso religioso: aspectos de performatividade, autoritarismo e relações de poder”, de *Tatiane da Silva Xavier* e *Ivandilson Costa*, no qual buscam compreender o papel da linguagem na condução da vida social, ressaltando a performatividade do discurso religioso e o autoritarismo discursivo que permite a propagação de uma ideologia discriminatória em relação à homossexualidade e contribui para a manutenção de relações de poder existentes na nossa sociedade.

O artigo de *Vejane Gaelzer*, intitulado “A identidade do imigrante alemão: a língua, elemento simbólico de identificação”, analisa os elementos de identificação dos imigrantes e seus descendentes, considerando que a língua, à luz do materialismo histórico, assume materialidade; nela, sentidos são constituídos, silenciados, e/ou excluídos a partir de condições de produção desses sentidos.

Na seção de Artigos de Temática Livre, *Alessandra Baldo* e *Márcia Duarte de Souza* apresentam no artigo “Análise do texto escrito do sujeito surdo” os resultados de um estudo sobre a coerência textual de produções escritas de surdos, a fim de observar em que medida os textos destes indivíduos apresentam elementos de coerência comumente assinalados pela literatura.

Ana Clara Gonçalves Alves de Meira propõe, em “Rapadura é doce, mas não é mole: um estudo das relações retóricas”, um estudo de provérbios que não se prenda ao nível da frase, demonstrando que observar as porções textuais, atendo-se somente ao nível da frase, torna-se insuficiente, sendo necessário, portanto, considerar os critérios pragmáticos.

Fátima Andréia Tamanini-Adames e *Cristina dos Santos Lovato* pretendem, no artigo “Intertextualidade como recontextualização”, examinar o

processo de recontextualização do conteúdo de um artigo acadêmico para uma entrevista e uma notícia destinadas a um público não especializado a partir dos pressupostos teóricos da Análise Crítica do Discurso.

“Algumas considerações acerca da escritura e do conceito de “jogo” em Wittgenstein, Derrida e Kostas Axelos”, de *Rodrigo Guimarães Silva*, desenvolve algumas reflexões sobre a “escritura” e o “jogo” a partir das reflexões de Ludwig Wittgenstein, Jacques Derrida e Kostas Axelos, analisando os principais textos nos quais esses filósofos desdobram suas concepções de linguagem e de jogo.

Com o conjunto de textos que ora se apresenta, a Revista *Linguagem – Estudos e Pesquisas* espera contribuir para que as discussões relativas à associação indelével entre a linguagem, a cultura e a identidade possa estar sempre na pauta dos estudos linguísticos e literários, como tema primordial para a compreensão do mundo e das relações humanas.

Alexander Meireles da Silva

Luciana Borges

Campus Catalão-UFG

Dezembro/2011

NAS MALHAS MICROFÍSICAS DO PODER: A (DES)CONSTRUÇÃO DO DISCURSO NA CRONÍSTICA DE LUÍS FERNANDO VERÍSSIMO

IN THE MESHES OF MICROPHYSICS OF POWER: THE (DE) CONSTRUCTION OF SPEECH IN LUIS FERNANDO VERISSIMO'S CHRONICLES

*Cloves da SILVA JUNIOR**

Resumo: O presente artigo analisa algumas crônicas da obra *O mundo é bárbaro e o que nós temos a ver com isso*, de Luís Fernando Veríssimo, a partir das teorias sobre as práticas microfísicas de poder, de Michel Foucault (2001) e de (des) construção do discurso, na perspectiva de Cleudemar Fernandes (2005). A pesquisa realizada é de cunho bibliográfico, e espera comprovar se as crônicas analisadas possibilitam a desconstrução do discurso/ poder.

Abstract: This article examines some chronicles from Luis Fernando Verissimo's book, *O mundo é bárbaro e o que nós temos a ver com isso*, from the theories of microphysical-practices of power, by Michel Foucault (2001) and (de) construction of discourse, from the perspective by Cleudemar Fernandes (2005). The research is bibliographic, and expects to prove that the analyzed chronicles allow the deconstruction of discourse/ power.

Palavras-chave: Desconstrução; Poder; Discurso.

Keywords: Deconstruction; Power; Speech.

Introdução

A sociedade atua como um espaço em que a linguagem/discurso está em constante mutação, haja vista sua natureza instável. Os discursos são produzidos, aperfeiçoados, substituídos, excluídos. E assim como o discurso, as práticas relacionais de poder também sobrevivem na sociedade. Invisivelmente, atingem e se originam a partir dos indivíduos.

* Especialista em Língua Portuguesa, Literatura e Ensino pela Universidade Estadual de Goiás, Unidade Universitária de São Luís de Montes Belos, Brasil. Contato: clovesjr@hotmail.com

Nesse diapasão, é possível estabelecer um diálogo entre literatura e sociedade, visto que as construções literárias, em alguns momentos sócio-históricos e literários, aproximam-se mais ou menos da realidade. Para o *corpus* de análise, foram escolhidas algumas crônicas da obra *O mundo é bárbaro e o que nós temos a ver com isso*, de Luís Fernando Veríssimo, tendo em vista que as práticas de poder e o discurso se desenvolvem no seio da sociedade, e o gênero crônica foi escolhido por apresentar aspectos relacionados ao dia-a-dia, e também por retratar as vivências dos seres humanos, de forma a observar a prática do poder na literatura.

Assim, faz-se necessário estabelecer algumas noções sobre o exercício do poder na sociedade e na literatura, bem como considerações sobre o discurso, e sua (des) construção, para que seja possível atrelar essas teorias no discurso literário e verificar, *in fine*, se é possível desconstruir o discurso e a ideia de poder por meio das crônicas de Luís Fernando Veríssimo.

A constituição das relações de poder na sociedade

As práticas relacionais de poder se constituem das mais variadas formas e meios. O discurso midiático é um exemplo disso, pois, segundo Bourdieu (2007), a mídia promove a domesticação do telespectador pela simples aceitação tácita de tudo aquilo que lhe é transmitido. Os indivíduos são levados a acreditar em algo, devido a sua capacidade de manipular os fatos, bem como a capacidade de oratória, de convencimento dos interlocutores televisivos, treinados para influenciar o pensamento e as ideias das pessoas, com o intuito, é claro, de dominar os saberes inerentes a cada indivíduo.

Nesta linha de raciocínio, Bourdieu compreende que:

É enquanto instrumentos [...] de comunicação e de conhecimento que os “sistemas simbólicos” cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim [...] para a “domesticação dos dominados” (BOURDIEU, 2007, p. 11, grifos do autor).

Na mídia, essa domesticação dos dominados ocorre a partir do momento em que o telespectador, em sua residência, senta-se no sofá, em frente à televisão, e passa a aceitar tudo o que é exposto, sem o mínimo interesse de contradizer aquilo que vê e ouve. Dessa forma, o indivíduo aceita como verdadeiras todas as proposições relatadas; logo, a mídia é, para a sociedade, um meio de se conhecer a verdade sobre todos os assuntos.

Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro (FOUCAULT, 2001, p. 12, grifo do autor).

De certa forma, o discurso midiático, a partir das considerações de Foucault, escolhe os tipos de discurso que acredita que sejam verdadeiros, fazendo com que os espectadores também acreditem naquilo que lhes é relatado. Ou seja, a mídia promove o que lhe interessar, exercendo o seu poder para que a sua versão dos fatos seja a correta, manipulando e controlando todo o mecanismo de enunciação, incluindo o poder de persuasão.

A hierarquia de poder é vista como um grande organismo que faz da sociedade um corpo, e os indivíduos agem como peças deste corpo maior. A partir disso, compreende-se que ao ser exercido, o poder necessita de que os indivíduos trabalhem como peças da sociedade, que por sua vez “bombeia” e espalha este mesmo poder por todas as camadas populacionais. Pressupõe-se que os indivíduos sejam peças essenciais para a prática de poder, pois por meio deles fluem as malhas do poder diretamente para a sociedade.

Percebe-se que “não existe algo unitário e global chamado poder, mas unicamente formas díspares, heterogêneas, em constante transformação. O poder não é um objeto natural, uma coisa; é uma prática social e, como tal, constituída historicamente” (MACHADO, 2001, p. X-XI), o que demonstra que o poder não é uno, mas possui várias formas desiguais e heterogêneas, de acordo com o lugar de onde

emana, em constante transformação; não é algo concreto, imutável, sem evolução.

Pode-se considerar que o Estado exerce seu poder contra outras instituições e pessoas, no entanto, Foucault afirma que o poder não se relaciona somente nesse sentido, do Estado para o povo, mas caracteriza o fato de que as pessoas, na sociedade, exercem certo tipo de poder entre si. E esse poder tem movimento inverso, dependendo da situação na qual se encontra o indivíduo.

Nesse viés, da mesma forma que alguém pode exercer o poder sobre outra pessoa, esta pode ter em suas mãos uma “carta na manga” e chantagear aquele que há minutos atrás exercia o poder sobre este último, comprovando o que foi comentado inicialmente. Deste modo, a sociedade age como o grande responsável pela disseminação das estruturas de poder, passadas de indivíduo a indivíduo.

O interessante da análise é justamente que os poderes não estão localizados em nenhum ponto específico da estrutura social. Funcionam como uma rede de dispositivos ou mecanismos que nada ou ninguém escapa, a que não existe exterior possível, limites ou fronteiras. Daí a importante e polêmica idéia de que o poder não é algo que se detém como uma coisa, como uma propriedade, que se possui ou não. Não existe de um lado os que têm o poder e de outro aqueles que se encontram deles alijados (MACHADO, 2001, p. XIV).

Assim, percebe-se que o exercício do poder não possui limites ou fronteiras. Não é possível separar aqueles que exercem/possuem poder daqueles que não têm poder ou procuram não praticá-lo. As pessoas vivem em sociedade e, por isso, não podem se ver excluídas de certas relações específicas do meio social, pois são interdependentes.

Por isso, o poder não tem como ponto de partida ou é originado somente por meio do Estado, mas se difunde e se origina em todos os setores da vida social, independentemente de situação econômica e social. Ao partir da premissa de que o poder se relaciona homogeneamente na sociedade, em diferentes ambientes e situações, Foucault expõe que:

O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali,

nunca está em mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles (FOUCAULT, 2001, p. 183).

Qualquer pessoa tem, mesmo que seja uma mínima parcela, o poder em suas mãos e executa-o, muitas vezes, sem perceber a relação de poder que transparece em suas ações no dia-a-dia.

Embora se tenha discutido apenas uma visão parcial do poder, faz-se necessário evidenciar que o exercício do poder possui aspectos negativos e positivos. Primeiramente, o poder reprime e controla, porém, vai além disso. Um de seus aspectos positivos é que qualquer pessoa pode ser dono de um poder em virtude de um saber. Quando o indivíduo se apropria de saberes, principalmente os sistematizados, ele se coloca acima de outros que não o possuem. Essa competência dá a ele regalias e direitos que ultrapassam os indivíduos de sua classe que não comungam dos mesmos benefícios.

Um exemplo disso é o domínio da língua portuguesa: aqueles que estão capacitados a utilizar a língua – oral e escrita – em suas variadas formas e sentidos, de acordo com o contexto situacional em que está inserido em determinado momento, conseguem se sobrepôr àqueles que não estão capacitados para isso. E por mais que haja uma ideia de que não deve haver preconceito linguístico, é fato que a linguagem padrão tem mais prestígio social do que a variante não padrão.

Enfim, por ser microfísico, o poder não é somente uma característica do mundo real. Tendo em mente o mundo literário/ficcional, pode-se identificar traços de exercício do poder na ficção, pois, na literatura os personagens têm liberdade de dizer o que pensam e influenciar os acontecimentos de determinada obra. E esse poder advém de uma competência adquirida pela apropriação de um saber, de algo novo.

Confluência de vozes: a (des)construção do discurso

Orlandi (1999, *apud* FERNANDES, 2005, p. 22) “argumenta que a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a idéia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem [...]”. Dessa forma, o discurso está ligado às ações de movimento, e por isso, não pode ser analisado aqui ou ali, mas como um todo, assim como o poder constituído na sociedade.

Discurso, [...] não é a língua, nem texto, nem a fala, mas que necessita de elementos lingüísticos para ter uma existência material. [...] discurso implica uma exterioridade à língua, encontra-se no social e envolve questões de natureza não estritamente lingüística. [...] o discurso não é a língua(gem) em si, mas precisa dela para ter existência material e/ou real (FERNANDES, 2005, p. 20).

O discurso não é algo concreto, não é a língua, texto ou fala, no entanto, necessita de todos esses elementos para constituir-se no meio social, local onde se propaga e se modifica constantemente em função de formações ideológicas de um dado contexto social. O estudo do discurso considera, então, não somente o que é enunciado em algum momento, mas as possíveis relações entre o que foi enunciado e o novo discurso que será proposto ou formulado pelo interlocutor.

Para o senso comum, o discurso é um pronunciamento político ou um texto bem elaborado com recursos de estilo, mais formal, culto. Isso nos leva a refletir que para as pessoas comuns, o discurso é a enunciação, ou seja, tudo aquilo que é proferido pelo indivíduo, por meio da retórica. No entanto, ao adentrar o campo da lingüística, faz-se necessário abandonar essas proposições para interpretar o discurso como objeto de estudo lingüístico, pois ele não é somente o ato de enunciar; é exterior à língua, segundo Fernandes (2005).

Logo, “[...] analisar o discurso implica interpretar os sujeitos falando, tendo a produção de sentidos como parte integrante de suas atividades sociais. A ideologia materializa-se no discurso que, por sua vez, é materializado pela linguagem em forma de texto” (FERNANDES, 2005, p. 22). Assim, as ideias constituídas em cada indivíduo são reproduzidas por meio de seus respectivos discursos, isto é, suas opiniões são inseridas no contexto discursivo, como forma de

expressar suas considerações sobre um dado assunto ou acontecimento. Embora seja discurso de um sujeito, ele sempre virá perpassado de ideias alheias do meio social em que ele vive.

Além disso, como foi comentado, “[...] os discursos não são fixos, estão sempre se movendo e sofrem transformações sociais e políticas de toda natureza que integram a vida humana” (FERNANDES, 2005, p. 22). Desse modo, sofrendo mutações ideológicas, assim como o mundo evolui, o discurso que é de uma forma hoje, pode não sê-lo amanhã, dependendo da situação encontrada na sociedade, acompanhando a evolução humana, bem como o lugar em que o sujeito se encontra e o espaço no qual está em determinado momento, pois a ideologia predominante em certo local pode não ser aceita em outro.

Pensando nisso,

O discurso tem existência na exterioridade do lingüístico, no social, é marcado sócio-histórico-ideologicamente. Na exterioridade do lingüístico, no social, há posições divergentes pela coexistência de diferentes discursos, isto implica diferenças quanto à inscrição ideológica dos sujeitos e grupos sociais em uma mesma sociedade [...] o sujeito, ao mostrar-se, inscreve-se em um espaço socioideológico e não em outros, enuncia a partir dessa inscrição; de sua voz, emanam discursos, cujas existências encontram-se na exterioridade das estruturas lingüísticas enunciadas (FERNANDES, 2005, p. 28).

Exterior ao lingüístico, desenvolvido no social, o discurso carrega consigo certos traços que emanam da sociedade e outros traços históricos que fazem parte da tradição cultural de determinado lugar em um dado tempo, bem como os traços de ideologia e a posição do indivíduo diante dos fatos. No meio social, percebe-se a existência de vários tipos de discursos de acordo com a ideologia de cada ser humano ou do grupo ao qual ele pertence.

O sujeito discursivo, ao inserir-se na sociedade, expõe sua ideologia e é influenciado, por sua vez, por outras ideologias pertencentes a outros indivíduos, gerando dessa forma, uma cadeia de discursos inseridos na sociedade; é a interação pela linguagem. Outrossim, o sujeito discursivo possui traços de todos os discursos com os quais convive socialmente, ou seja, no ato da comunicação – que

envolve emissor, receptor, mensagem e canal – este sujeito usa elementos discursivos que podem ser encontrados em outros discursos, e que a partir desse momento, também passam a fazer parte do seu discurso, numa apropriação natural.

Compreender o sujeito discursivo requer compreender quais são as vozes sociais que se fazem presentes em sua voz. [...]. À presença dessas diferentes vozes integrantes da voz de um sujeito, [...] denomina-se polifonia [...]. Face à não uniformidade do sujeito, à polifonia constitutiva do sujeito discursivo, temos a noção de heterogeneidade, que, em oposição à homogeneidade, designa um objeto, no caso um ser, constituído de elementos diversificados (FERNANDES, 2005, p. 35-36).

Comprovando esse pensamento, para compreender o sujeito discursivo é necessário descobrir quais vozes sociais, isto é, quais discursos estão presentes em sua voz, em seus enunciados.

Cunhado por Bakhtin, o termo polifonia é “[...] um princípio de estruturação em que as idéias, os pensamentos, as palavras configuram um conjunto que se instaura por meio de várias vozes, ecoando cada uma de maneira diferente” (BAKHTIN, 1997, p. 316), e são essas vozes diversificadas que constituem o discurso do sujeito, a partir da noção de heterogeneidade.

São discursos políticos, religiosos, referentes à educação, medicina, discursos esportivos, enfim, uma vasta gama de vozes. Por essa razão, compreende-se que o sujeito discursivo não é uniforme/homogêneo, pois vários discursos fazem parte do seu contexto social, juntamente com os elementos lingüísticos diversificados inerentes ao seu grupo, e para compreender o discurso é necessário descobrir os motivos pelos quais ele foi proferido em determinada situação, buscando sua exterioridade.

Na enunciação, “uma mesma palavra pode ter diferentes sentidos em conformidade com o lugar socioideológico daqueles que a empregam” (FERNANDES, 2005, p. 23), ou seja, de acordo com a ideologia do indivíduo a palavra assume diferentes níveis semânticos, de forma que pode ser interpretada em vários contextos situacionais. “[...] o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc., não existe ‘em si mesmo’ [...] mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-

histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas” (PÊCHEUX, *apud* FERNANDES, 2005, p. 20).

A partir disso, conclui-se que o sujeito discursivo manipula as palavras, os enunciados, compondo seu discurso no contexto social em que se encontra. Por isso, os enunciados assumem diversos sentidos que são determinados pela ideologia de cada espaço no processo em que as expressões ou palavras são produzidas, formuladas. Percebe-se, então, que a desconstrução do discurso ocorre quando outros discursos se sobrepõem àqueles que já existiam.

Por exemplo: certo indivíduo se encontra em um cargo inferior de uma dada empresa; em seu contexto profissional ele terá um tipo de discurso – respeitoso, servil, submisso – que faça parte daquele momento e do local onde o sujeito discursivo está inserido, ou seja, que é inerente a ele, à sua posição, em contato com seus superiores; e terá outro comportamento com outros sujeitos discursivos da mesma classe, do mesmo meio.

Contudo, diante de sua eficiência no trabalho desempenhado esse mesmo indivíduo é promovido a chefe de uma seção desta empresa. A partir desse momento, o discurso que antes era concebido pelo sujeito é sobreposto, pois ao alcançar outro nível no quadro de funcionários, o sujeito discursivo capta para si outros discursos divergentes daqueles que faziam parte dele como funcionário de um nível menor. Isto é, ocorre uma mudança de concepção de valores por parte do indivíduo.

Por fim, vale ressaltar que de acordo com Foucault (2009), os discursos que perpassam o meio social são controlados e ordenados por procedimentos de controle externos – a interdição, a segregação e a vontade de verdade – instituídos pela própria sociedade, os quais impõem ao sujeito a ordem a ser seguida.

Falar sobre a sexualidade, por exemplo, ainda é um tabu para a sociedade, de modo que esse assunto não é tratado em todos os lugares devido ao receio que os indivíduos têm em relação ao tema. Logo, são impedidos de manifestar certos discursos e determinados lugares, caracterizando o primeiro procedimento de controle: a interdição.

Além disso, a sociedade separa quais são os discursos considerados como válidos e aqueles que não são, tais como os discursos dos deficientes mentais, ou aqueles provenientes das pessoas de baixa renda, marginalizados pela sociedade, gerando a segregação.

E por último, o procedimento da vontade de verdade, em que o acesso ao saber também é controlado, distribuído de acordo com a intenção das instituições/organizações.

A partir disso, considerando todo o controle instituído, os sujeitos discursivos esquivam da expressão de sua ideologia, já que tudo é controlado e desconstrói a ideia de livre-arbítrio. No entanto, mesmo com a ordem do discurso, existem pessoas que tentam driblar e desestabilizar as regras, gerando o discurso polêmico, o qual aumenta o grau de persuasão no enunciado, no qual um destrói o outro, a partir das ideologias pertencentes a cada indivíduo e suas opiniões sobre o assunto/situação.

O texto literário como espaço de (des)construção dos saberes

No discurso literário as mesmas ações citadas no exemplo anterior, de certa forma, ocorrem, pois os personagens das histórias são construídos/idealizados de acordo com a posição que ocupam, passando a existir a partir do tempo/lugar em que se encontram, demonstrando a intenção do autor ao colocá-los em determinado local para que as personagens criem dadas situações, configurando assim, o discurso intencional.

Levando-se em conta as crônicas de Luís Fernando Veríssimo, percebe-se que as mesmas possuem alguns discursos que persuadem o leitor a repensar certos assuntos, proporcionando, muitas vezes, uma mudança de opinião, tornando o texto mais polêmico. A partir desse pensamento, Citelli (2000, p. 38-39), em seus estudos, retrata que o discurso polêmico é aquele que

cria um novo centramento na relação entre os interlocutores, aumentando o grau de persuasão. [...] os conceitos enunciados são dirigidos como num embate/debate. Há uma luta, onde uma voz tenderá a derrotar outra. Nesse caso, o grau de polissemia tende a baixar, dado existir o desejo do *eu* em dominar o referente. O discurso polêmico possui um certo grau de instigação, visto apresentar argumentos que podem ser contestados.

O discurso polêmico aumenta o grau de persuasão no enunciado, no qual um destrói o outro, a partir das ideologias pertencentes a cada indivíduo e suas opiniões sobre o assunto/situação.

O discurso, impregnado de muitos significados (polissemia) faz com que o sujeito discursivo domine o referente, isto é, a mensagem a ser transmitida, de modo que o ser humano entenda aquilo que lhe é viável. Além disso, os argumentos apresentados no discurso polêmico podem ser contraditos, respondidos de outra forma, de acordo com a formação discursiva do sujeito, considerando os discursos que traz consigo.

Sobre a possibilidade de desconstrução do discurso por meio da literatura, Roland Barthes (*apud* GAMA-KHALIL, 2010) compartilha e defende a ideia de que a linguagem literária é a única que possibilita o enfrentamento acirrado dos controles estabelecidos e consolidados pelos poderes da língua e da sociedade.

Isso é explicado pelo fato de que, segundo Salvatore D’Onofrio (2007), as personagens de ficção são mais verdadeiras do que a pessoa real, pois aquela pode exprimir livremente sua forma de pensar e agir, sem constrangimentos, visto que é fruto da imaginação do autor; já a pessoa real, como se observa, oculta seus desejos e vive em função daquilo que é imposto pela sociedade, abandonando muitas vezes sua autenticidade e a liberdade de expressão.

De acordo com Marisa Gama-Khalil (2010), o texto não literário funciona de forma a fixar os saberes que todas as esferas sociais necessitam, bem como ordená-los, ou seja, tem por função a socialização do conhecimento científico-acadêmico, por exemplo, das diversas áreas. De outro lado, ainda segundo a autora, a literatura é um espaço de desconstrução desses saberes fixados no seio social. No texto literário os saberes instituídos são questionados, isto é, não são verdades axiológicas. “O espaço literário cria sinestésias, é um espaço em que as palavras têm saber e sabor. As sinestésias metamorfoseiam os dizeres e instituem novos sentidos e gestos sobre as palavras” (GAMA-KHALIL, 2010, p. 189).

Desse modo, a partir de recursos expressivos, a literatura recria novos sentidos a partir do jogo com as palavras, as quais se transformam e originam um significado diferente daquele formulado. É essa polissemia que possibilita a (des)construção do poder e do discurso.

Outrossim, a arte da palavra desenvolvida por Veríssimo é construída a partir dos recursos da comicidade e da ironia, retratando o cotidiano da sociedade e as proezas dos seres humanos. Por este

motivo, “[...] a perspicácia em analisar a alma humana e suas (i)limitações, revelando-as ao leitor de forma transparente, torna suas obras referências para o estudo de algumas questões ligadas ao contexto brasileiro das duas últimas décadas do século XX” (KONZEN, 2002, p. 96).

Os acontecimentos das duas últimas décadas do século XX propiciaram a produção literária no campo da comicidade e da ironia para demonstração e representação dos conflitos da vida humana, por isso, as obras de Veríssimo são utilizadas com bastante enfoque no estudo dessas questões apresentadas pela sociedade contemporânea.

A comicidade está entre as características constantes em suas narrativas – nas mais inusitadas formas. A descontração em falar de qualquer tema, e uma visão sólida sobre os fatos, revelam análises inteligentes e precisas da vida cotidiana: a arte de Luís Fernando Veríssimo reside, fundamentalmente, na capacidade de captar cenas, muitas vezes insignificantes à primeira vista, e torná-las visíveis e risíveis, pelo emprego de recursos diversificados [...] como a paródia, a ironia, o sarcasmo, a alegoria, o nonsense, a inversão de papéis, a transposição de situações, *et coetera* (KONZEN, 2002, p. 96).

A respeito da comicidade e ironia utilizados por Veríssimo, Konzen (2002) relata que

Lançando mão desses recursos, o autor realiza um processo de desautomatização de estereótipos, desmistificando comportamentos alienados, compreendidos em sentido amplo. Além disso, pretende-se discutir as relações existentes entre esses artefatos literários e outros textos a partir do conjunto de elementos presentes nas crônicas que apontam o modo como é construída a representação do cotidiano. Suas narrativas possuem uma composição que articula de forma constante vários planos [...] a partir dos quais pode inventariar, problematizar e discutir questões relativas às fronteiras do texto literário com outras produções artísticas (KONZEN, 2002, p. 97).

Ao utilizar os recursos da comicidade e da ironia, Veríssimo, por meio de suas crônicas, inicia um processo de desautomatização de estereótipos, ou seja, sustenta a ideia de que as pessoas não precisam aceitar tudo o que lhes falam, pois nada é automático, mecânico, incapaz de ser desfeito, já que não existe um padrão de comportamento

a ser cumprido. Nas suas crônicas, Veríssimo desmistifica esses comportamentos alienados, advindos da sociedade como modelos pré-definidos, posto que a crônica, por retratar o cotidiano, serve de campo para a representação da sociedade.

Por se tratar do cotidiano, as crônicas de Veríssimo, assim como as outras, retratam claramente a linguagem coloquial/falada que dá espaço às manifestações ideológicas, a (des)construção do discurso, intercalando realidade e comicidade. Pensando nisso, Luís Felipe Ribeiro (*apud* KONZEN, 2002) demonstra ainda que o diálogo não está presente apenas em obras de ficção ou no cotidiano, mas onde houver discurso. A partir do discurso é que são repassadas as versões de mundo, os questionamentos e suas respectivas respostas, enfim, os valores sociais.

De acordo com Mikhail Bakhtin, “cada enunciado é pleno de ecos e reverberações de outros enunciados, com os quais se relaciona pela comunhão da esfera da comunicação verbal [...]”. Por isso, “as crônicas de Luís Fernando Veríssimo apresentam várias instâncias características das concepções acima referidas, resultando na subversão das certezas e no questionamento da hierarquização social presente nas relações do cotidiano” (KONZEN, 2002, p. 98).

O enunciado, o discurso, são carregados de ecos e reflexos de vários outros enunciados e discursos, conforme foi discutido no início deste tópico, de forma que se relacionam e constroem o ato da comunicação. Desse modo, as crônicas de Veríssimo provocam a subversão daquilo que as pessoas acreditam, bem como o questionamento da hierarquização social presente no cotidiano, o que nos remete aos estudos de Foucault sobre o exercício do poder.

Em sua obra *O mundo é bárbaro e o que nós temos a ver com isso*, Veríssimo, por meio de seu olhar crítico, analisa o comportamento do ser humano contemporâneo. No prefácio da obra, o autor começa com o seguinte questionamento: “O que isso tem a ver com o meu café com leite?” (VERÍSSIMO, 2008, p. 09). Por meio disso, passa a tecer comentários sobre as pessoas que não se importam com os acontecimentos do cotidiano e que afetam diretamente a sociedade, como por exemplo, “fortunas migrando entre os poucos bolsos de sempre, indo para paraísos fiscais e contas *ofishór* e voltando disfarçadas, o milagre de dinheiro estéril gerando mais dinheiro estéril,

a grande e interminável farra do capital no Brasil” (VERÍSSIMO, 2008, p. 10).

Por meio desse trecho fica claro que ninguém parece se importar com essa migração do dinheiro para outras contas e paraísos fiscais; no entanto, utilizando a ironia, Veríssimo ressalta o acontecimento, provocando no leitor certa reflexão sobre o assunto, e possibilita ainda, uma possível desconstrução do discurso que possuía anteriormente, passando a se preocupar com a fiscalização do dinheiro governamental.

Na crônica *Inquilinos*, Veríssimo possibilita uma reflexão sobre o funcionamento do mundo, comparando os seres humanos a inquilinos do planeta Terra, como num prédio residencial.

Ninguém é responsável pelo funcionamento do mundo. Nenhum de nós precisa acordar cedo para acender as caldeiras e checar se a Terra está girando em torno do seu próprio eixo na velocidade apropriada e em torno do Sol, de modo a garantir a correta sucessão das estações. Como num prédio bem administrado, os serviços básicos do planeta são providenciados sem que se enxergue o síndico – e sem taxa de administração. Imagine se coubesse à humanidade, com sua conhecida tendência ao desleixo e à improvisação, manter a Terra na sua órbita e nos seus horários, ou se – coroando o mais delirante dos sonhos liberais – sua gerência fosse entregue a uma empresa privada, com poderes para remanejar os ventos e suprimir correntes marítimas, encurtar ou alongar dias e noites, até mudar de galáxia, conforme as conveniências de mercado, e ainda por cima sujeita a decisões catastróficas, fraudes e falência (VERÍSSIMO, 2008, p. 19).

Novamente por meio da ironia, o autor evidencia a falta de compromisso do ser humano na preservação do planeta, deixando claro que o brasileiro tende a ser desleixado, e pelo seu “jeitinho”, faz as coisas de uma maneira incorreta, na maioria das vezes. Além disso, Veríssimo critica a má distribuição de renda e a hierarquia de poderes, que favorece apenas algumas pessoas ou setores da sociedade, conforme o trecho abaixo:

É verdade que, mesmo sob o atual regime impessoal, o mundo apresenta falhas na distribuição dos seus benefícios, favorecendo alguns andares do prédio metafórico e martirizando outros, tudo devido ao que só pode ser chamado de incompetência administrativa.

Mas a responsabilidade não é nossa. A infra-estrutura já estava pronta quando nós chegamos (VERÍSSIMO, 2008, p. 19-20).

Veríssimo explora em seu texto o fato de que as pessoas sempre procuram um meio de se livrar de qualquer culpa. Na crônica, a desculpa é que a infra-estrutura já estava pronta, ou seja, os estereótipos das pessoas já estavam determinados, e assim elas transformaram/modificaram o planeta de acordo com as suas “necessidades”.

A crônica em questão retrata também que os seres humanos, como inquilinos do planeta, deveriam prestar contas por cada item que foi destruído ou deformado por qualquer motivo. O autor diz ainda que com a morte, o Salvador viria para retomar seu “imóvel” e faria um inventário de tudo que foi estragado pelo homem. Então, Ele diria:

– Cadê a floresta que estava aqui? – perguntaria o Proprietário. – Valia uma fortuna.

E:

– Este rio não está como eu deixei...

E, depois de uma contagem minuciosa:

– Estão faltando cento e dezessete espécies.

A Humanidade poderia tentar negociar. Apontar as benfeitorias – monumentos, parques, áreas férteis onde outrora existiam desertos – para compensar a devastação. O Proprietário não se impressionaria.

– Para que eu quero o Taj Mahal? Sete Quedas era muito mais bonita.

– E a Catedral de Chartres? Fomos nós que construímos. Aumentou o valor do terreno em...

– Fiquem com todas as suas catedrais, represas, cidades e shoppings, quero o mundo como eu o entreguei.

Não precisamos de uma mentalidade ecológica. Precisamos de uma mentalidade de locatários. E do terror da indenização (VERÍSSIMO, 2008, p. 20).

Mais uma vez, Veríssimo propõe uma reflexão, e posteriormente uma possibilidade de mudança de concepção de discurso, acerca da vivência do homem no planeta. São cicatrizes (construções) na paisagem familiar criada pelo Salvador e que diminuem a beleza instaurada inicialmente. O autor coloca em evidência que a mentalidade ecológica do homem há muito exauriu de

sua vida, pois o que importa a ele é construir monumentos, sem se importar com a destruição da natureza, sem pensar que muitos animais ficarão sem abrigo, enfim, não se importando com a vida que existe além da sua necessidade egoísta de satisfazer os desejos, a curiosidade, a ganância.

Na crônica *O que deu errado*, Veríssimo relata a hierarquia de poder na sociedade. Comenta sobre a colmeia das abelhas, onde cada uma nasce com um gene que a define como elite ou classe operária. O autor diz que se cada um no mundo, já nascesse com uma posição na sociedade pré-determinada, evitaria muitos problemas em nosso país. Com as abelhas e com as formigas não existem problemas, pois ninguém nunca ouviu falar de uma rebelião, assim, tanto o formigueiro quanto a colmeia são exemplos de organização social.

Mas eu acho que fazem uma injustiça com a natureza. Ela criou, sim, o gene altruísta para o homem. Em cada descarga do sêmen humano vão milhares de espermatozoides altruístas, tão abnegados e dispostos a se sacrificar por uma sociedade perfeita como os genes de qualquer formiga. Mas justamente por serem tão resignados, eles sempre chegam atrás das células mais egoístas e decididas. Quando não as deixam passar, por puro espírito de renúncia. Assim, é sempre um espermatozoide com absurda pretensão de não ser inferior a ninguém o primeirão, o que fecunda o óvulo e cria as pessoas que criam todos esses problemas para o governo e para os patrões. É por funcionar bem demais no útero que o neoliberalismo tem dificuldades aqui fora. Foi isso que deu errado (VERÍSSIMO, 2008, p. 26).

Veríssimo, dessa forma, explica que a desorganização social reside no fato de que a natureza criou o gene altruísta para o homem, porém, com a descarga do sêmen humano, milhões de espermatozoides com diferentes características vão em direção ao óvulo. Na disputa pelo primeiro lugar e, posteriormente, pela fecundação, o espermatozoide se torna pretenso e convencido, gerando um estereótipo impassível, e que criará problemas na sociedade.

Na crônica *Da sua natureza*, Veríssimo expõe:

Sorte nossa que as árvores não gemam e os animais não falem. Imagine se cada vez que se aproximasse uma motosserra as árvores

começassem a gritar “Ai, ai, ai!” e aos bois não faltassem argumentos razoáveis para não querer entrar no matadouro. Imagine porcos parlamentando em causa própria, galinhas bem articuladas reivindicando sua participação na renda dos ovos e gritando slogans contra o hábito bárbaro de comê-las, pássaros engaiolados fazendo discursos inflamados pela liberdade. [...] Eu às vezes fico pensando em como seria se os brasileiros falassem. Se protestassem contra o que lhes fazem, se fizessem discursos indignados em todas as filas de matadouros, se cobrassem com veemência uma participação em tudo o que produzem para enriquecer os outros, reagissem a todas as mentiras que lhes dizem, reclamassem tudo que lhes foi negado e sonogado e se negassem a continuar sendo devorados, rotineiramente, em silêncio. Não é da sua natureza, eu sei, só estou especulando. Ainda seriam dominados por quem domina a linguagem e, além de tudo, sabe que fala mais alto o que nem boca tem, o dinheiro (VERÍSSIMO, 2008, p. 45-46).

O estímulo à reivindicação é explícito nesse texto. Muita coisa pode ser alcançada com as manifestações populares. O fato é que a população não pensa dessa forma. Prefere ficar sentada em suas poltronas enquanto a mídia domina suas atitudes, mostrando aquilo que manipula como verdade, e a sociedade aceita tudo tacitamente, remontando às teorias de Bourdieu e Foucault sobre as práticas de poder. Logo, a leitura crítico-reflexiva desta crônica pode possibilitar a desconstrução de um discurso e mostrar ao leitor a ideia de que um grupo de pessoas consegue desestabilizar certas imposições da sociedade e fazer com que sejam ouvidas as suas reclamações e reivindicações.

Veríssimo ressalta também que o dinheiro, o qual é representado pela classe econômica mais favorecida, exerce poder sobre as pessoas de classe baixa. Além disso, diz que aquele que domina a linguagem é quem impõe as normas, conforme as ideias discutidas sobre as práticas de poder na primeira seção do texto.

Em *Racismo*, Veríssimo demonstra como o preconceito em relação à cor da pele é praticado aqui no Brasil, de forma “camuflada”, como veremos a abaixo:

Escuta aqui, ó crioulo...

– O que foi?

– Você andou dizendo por aí que no Brasil existe racismo.

- E não existe?
- Isso é negrice sua. E eu que sempre te considereei um negro de alma branca... É, não adianta. Negro quando não faz na entrada...
- Mas aqui existe racismo.
- Existe nada. Vocês têm toda a liberdade, têm tudo o que gostam. Têm carnaval, têm futebol, têm melancia... E emprego é o que não falta. Lá em casa, por exemplo, estão precisando de empregada. Pra ser lixeiro, pra abrir buraco, ninguém se habilita. Agora pra uma cachacinha e um baile estão sempre prontos. Raça de safados. E ainda se queixam!
- Eu insisto, aqui tem racismo.
- [...]
- Onde é que está o racismo então? Fala, Macaco.
- É que outro dia eu quis entrar de sócio num clube e não me deixaram.
- Bom, mas pera um pouquinho. Aí também já é demais. Vocês não têm clubes de vocês? Vão querer entrar nos nossos também? Pera um pouquinho.
- Mas isso é racismo.
- Racismo coisa nenhuma! Racismo é quando a gente faz diferença entre as pessoas por causa da cor da pele, como nos Estados Unidos. É uma coisa completamente diferente. Nós estamos falando do crioulo começar a frequentar clube de branco, assim sem mais nem menos. Nadar da mesma piscina e tudo.
- [...]
- Não, tem paciência. Eu não falo diferença entre negro e branco, pra mim é tudo igual. Agora, eles lá e eu aqui. Quer dizer, há um limite.
- Pois então. O...
- Você precisa aprender qual é o seu lugar, só isso.
- Mas...
- E digo mais. É por isso que não existe racismo no Brasil. Porque aqui o negro conhece o lugar dele.
- É, mas...
- E enquanto o negro conhecer o lugar dele, nunca vai haver racismo no Brasil. Está entendendo? Nunca. Aqui existe diálogo.
- Sim, mas...
- E agora chega, você está ficando impertinente. Bate um samba aí que é isso que tu faz bem (VERÍSSIMO, *apud* KONZEN, 2002, p. 127-128).

A ironia presente nesta crônica é bastante visível, pois explora os aspectos que demonstram que o preconceito, muitas vezes, passa

despercebido, mas que existe de fato. No texto, o branco se dirige ao negro de forma autoritária, de modo que nem mesmo deixa o negro se expressar, visto que toda vez que este último inicia seus argumentos, o primeiro interrompe-o. Por meio desta crônica, percebe-se, como foi dito, que o preconceito racial encontra-se escondido aqui e ali nos enunciados presentes na sociedade.

No tocante ao discurso racista presente na crônica, destacam-se as seguintes passagens extraídas do texto:

– Isso é negrice sua. E eu que sempre te considerei um negro de alma branca... É, não adianta. Negro quando não faz na entrada... [...] Lá em casa, por exemplo, estão precisando de empregada. [...] Nós estamos falando do crioulo começar a freqüentar clube de branco, assim sem mais nem menos. Nadar da mesma piscina e tudo. [...] Aí também já é demais. Vocês não têm clubes de vocês? Vão querer entrar nos nossos também? (VERÍSSIMO, *apud* KONZEN, 2002, p. 127-128).

Todos esses trechos ressaltam o racismo presente no texto de Veríssimo, pois evidenciam a ideia de desprezo do negro por parte do homem branco. Ao mencionar que os negros não podem frequentar clubes de brancos, e exigir que tenham um clube somente deles, fica explícito que é uma precaução para que não contaminem a água das piscinas, pois o discurso racista no texto expressa que a raça negra é impura, suja. E mais ainda, ao dizer que estão precisando de empregada, o branco relaciona a classe assalariada aos afro-descendentes, isto é, os brancos não são dignos de trabalhar nesse tipo de emprego; a eles cabem os cargos mais altos, como se depreende da crônica.

Além disso, solicitar que o negro toque um samba resume tudo o que aqueles que são preconceituosos pensam: que a única coisa que os negros fazem é ficar à toa, sem trabalhar, tocando, dançando e sambando, ou seja, corrobora a ideia de que não são hábeis para exercerem tarefas na sociedade.

Desse modo, observa-se que esses traços de racismo no discurso emanam da sociedade por meio da história e da cultura de cada lugar. Assim, a discriminação em certos locais é maior que em outros, principalmente no que diz respeito à classe econômica que relacionam os negros com a miséria. O sujeito, então, é influenciado

por outros discursos de mesmo nível, elimina a ideologia que possuía e passa a obter outra: desta forma ocorre a disseminação do racismo no meio social.

Estruturada no diálogo a crônica “Racismo” evidencia o confronto de ideias entre o negro e o branco, onde cada um reivindica sua posição na sociedade: o branco busca para si as melhores posições e destina o “resto” ao negro. No dialogismo é possível expor concepções e buscar novas, bem como desconstruir um discurso e construir outro por meio da enunciação.

Ainda nessa perspectiva, percebe-se que o autor, na construção desta crônica, utilizou a figura de linguagem denominada paradoxo que consiste no emprego de ideias antagônicas que se excluem, ou seja, ideias contraditórias. Observa-se que o branco diz que não há racismo em seu país, porém, ao mesmo tempo, profere palavras que são consideradas ofensivas para os afro-descendentes, tais como: crioulo, negrice, Beijola, Tição, Macaco e crioulo.

[...], em Luís Fernando Veríssimo, um dos recursos recorrentes para instaurar a comicidade nas narrativas é o paradoxo, a partir do qual o autor reúne, apesar de sua incompatibilidade, conceitos que se excluem mutuamente.

[...]

Ao utilizar-se dos paradoxos, o escritor procura chamar a atenção para a necessidade de estar atento à leitura, tanto dos textos quanto do mundo, pois muitas vezes os “leitores” não percebem as contradições presentes nas interações sociais. A inclusão proposital de construções paradoxais desperta o leitor para essas contradições: o que ocorre é um processo no qual os leitores precisam estar em vigília permanente e refazer a leitura para que obtenham a confirmação da leitura anterior; é aí que o texto adquire a capacidade de provocar o riso, devido ao agrupamento de informações incompatíveis. A reelaboração dos acontecimentos leva à reflexão, revelando sua força persuasiva no riso ambíguo despertado nos leitores (KONZEN, 2002, p. 103-104).

Como explica Konzen (2002), o propósito do paradoxo no texto literário é justamente o de instigar o leitor a ler novamente o texto ao perceber as contradições existentes no mesmo. É fato que muitos leitores fazem uma leitura superficial de algumas obras ou textos, e ao utilizar a figura de linguagem em questão, o escritor

consegue prender a atenção para o texto. Após várias leituras, pode-se então refletir sobre o que foi lido e a partir disso o riso é despertado, isto é, quando o texto é compreendido.

Em suma,

[...] Luís Fernando Veríssimo pode ser inscrito no quadro daqueles escritores que apostam na certeza da dúvida e revelam um expressivo desencanto em relação à ditadura do consenso, atitudes constantes em sua arte, ao alertar sobre o perigo dos clichês e dos lugares-comuns produzidos pela sedimentação da linguagem. O autor investe, assim, no potencial subversivo da comicidade que atua decisivamente contra as pretensões universalizantes, baseadas na sua grande maioria nos discursos considerados “sérios” (KONZEN, 2002, p. 151).

Confirmando o pensamento aqui desenvolvido, Konzen (2002) acredita, por meio de suas análises, que Veríssimo não é um escritor que aceita tudo o que lhe é imposto, tudo o que lhe é transmitido. Isto se comprova pelo fato de que Veríssimo sempre contesta e proporciona reflexões acerca dos assuntos tratados em suas obras, possibilitando ao leitor a escolha de outro caminho, não somente aquele mostrado inicialmente.

Veríssimo, por meio de sua arte da palavra, alerta a sociedade sobre a acomodação produzida pela linguagem, sobre os estereótipos e modelos pré-determinados. Pensando nisso, o autor utiliza os recursos cômicos e irônicos a fim de lutar contra os discursos considerados sérios pela sociedade de modo geral.

Por meio da combinação de discursos apresentadas pelo autor, o leitor consegue mudar – ou ao menos refletir sobre o assunto exposto – suas concepções acerca dos fatos tratados nas crônicas de Veríssimo, que estimulam a ideia preconizada por Foucault de que o poder não se origina somente nas grandes instituições governamentais, mas que existe em todas as camadas da sociedade, onde cada um diz e escreve o que pensa.

Embasado nas teorias citadas, comprovou-se que o discurso pode ser desconstruído com outro discurso, dependendo da posição ideológica assumida pelo sujeito. É claro que a ideologia, a opinião do indivíduo influencia em suas considerações. No entanto, as pessoas

captam para si certas ideologias e as transmitem também, e assim, o discurso é desconstruído e construído automaticamente.

A desconstrução do poder ocorre no momento em que Veríssimo possibilita a reflexão sobre determinados assuntos e, cabe ao leitor, inseri-los no seu discurso, ou ignorá-los. Por meio do texto literário, o autor tem voz para expor sua ideologia, o que permite afirmar que a partir desse momento ele tem controle sobre os fatos que deseja apresentar. Em suma, conclui-se, comprovadamente, que a ideia de poder consegue ruir com os recursos da comicidade e da ironia por todo o exposto.

Referências

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. Trad. Maria Ermantina Galvão Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 11. ed. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CITELLI, Adilson. *Linguagem e persuasão*. 15. ed. São Paulo: Ática, 2000.

D'ONOFRIO, Salvatore. *Literatura ocidental: autores e obras fundamentais*. 2. ed. São Paulo: Ática, 2007.

FERNANDES, Cleudemar Alves. *Análise do discurso: reflexões introdutórias*. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2005.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 16. ed. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2001.

_____. *A ordem do discurso*. 18. ed. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

GAMA-KHALIL, Marisa. *O espaço metamorfoseado da literatura*. In: MILANEZ, Milton; GASPAR, Nádea Regina (Org.). *A (des)ordem do discurso*. São Paulo: Contexto, 2010.

KONZEN, Paulo Cezar. *Ensaio sobre a arte da palavra*. Cascavel: Edunioeste, 2002.

MACHADO, Roberto. Introdução: por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 16. ed. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2001.

VERÍSSIMO, Luís Fernando. *O mundo é bárbaro e o que nós temos a ver com isso*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

Recebido em 10 de julho de 2011

Aceito em 27 de setembro de 2011

O NARRADOR PÓS-MODERNO NO CONTO “THE BABYSITTER”, DE ROBERT COOVER

THE POSTMODERN NARRATOR IN THE SHORT STORY “THE BABYSITTER”, BY ROBERT COOVER

*Fernanda Aquino SYLVESTRE**

Resumo: Robert Coover é um importante escritor norte-americano preocupado com as perspectivas sociais, psicológicas, econômicas e políticas contemporâneas e com o modo como elas se configuram na formação da sociedade norte-americana. Essa preocupação se reflete tanto nas técnicas de construção de suas histórias, quanto nas críticas apresentadas em suas narrativas. O trabalho em questão aborda o tratamento que o autor dá ao narrador no conto “The babysitter”, dentro de uma perspectiva pós-moderna, baseada nas considerações teóricas de Silviano Santiago acerca do narrador.

Abstract: Robert Coover is an American writer concerned about social, psychological, economic and political contemporary issues and the way they act in the formation of American society. This concern is reflected both in his narrative techniques and in the criticism presented in his texts. This article discusses how Coover develops the role of the narrator in the short story “The babysitter” within a post-modernist perspective. The base of this work is Silviano Santiago’s considerations on the narrator.

Palavras-chave: Robert Coover; Narrador Pós-moderno; Conto Contemporâneo.

Key-words: Robert Coover; Post-modernist narrator; Contemporary Short Story.

Robert Coover é considerado um dos mais notáveis representantes da literatura pós-moderna e metaficcional. De acordo com Evenson (2003, p. 1),

Robert Coover has had, and continues to have, a major impact on the shape of American fiction. Seen as an innovator in the 1960s and 1970s, Coover has profoundly influenced writers such as Steven Millhauser, David Eggers, Jonathan Lethem, Rick Moody, Ken

*Professora Adjunto da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Unidade Acadêmica de Letras, Campina Grande-Paraíba, Brasil. Contato: fernandasyl@uol.com.br

Kalfus and R.M. Berry, and is one of the major forces to make possible the resurgence of formally concerned fiction in the late twentieth and early twenty-first centuries.¹

Como pesquisador, Coover trabalha com hipertexto e hipermídia, ou seja, com ficções compostas com uso do computador, combinando texto, som e imagem, que permitem aos leitores moverem a história de diversas maneiras. Foi fundador do programa de hipertexto da Brown University, preparando escritores para essa nova forma de texto.

Em 1969, o ficcionista publicou *Pricksongs and Descants*, uma coletânea de contos variados que exploram os contos de fadas, os absurdos da contemporaneidade, a sexualidade, os fatos simples da vida, problematizando a relação ficção/realidade. O conto analisado neste artigo faz parte desta obra de Coover.

Coover faz parte da geração de escritores norte-americanos dos anos sessenta e setenta que assistiram ao desenvolvimento de novas formas de ficção mais preocupadas com a linguagem do que com o enredo. Formas ficcionais que se constroem cada vez mais sobre si mesmas e seus processos de construção, abandonando a preocupação com a realidade objetiva e a vida no mundo. Formas de ficção como a metaficção (denominada por Gass) também chamada “surficção” por Raymond Federman, “literatura da exaustão” por John Barth e “fabulação” por Robert Scholes e é definida como “Um corpo de escritura surrealista e fabulista que surge no modernismo internacional com algumas influências vindas dos absurdistas europeus, dos góticos do sul e dos beats de Nova York e da Califórnia” (KIERNAN, 1983, p.78).

O autor norte-americano entendeu bem o contexto “pós-moderno” e imprimiu em suas obras elementos da “metaficção historiográfica” e perspectivas da ficção não realista. Partilha com Barth, Brautigan, Nabokov, Gass e outros, o sabor de uma ficção que acredita na linguagem, abandonando a extrema preocupação com o

¹ Robert Coover teve, e continua a ter, um impacto importante sobre a forma de ficção norte-americana. Visto como um inovador na década de 1960 e 1970, Coover foi profundamente influenciado por autores como Steven Millhauser, David Eggers, Jonathan Lethem, Rick Moody, Ken Kalfus e RM Berry, e é uma das principais autores que pode tornar possível o ressurgimento de uma ficção preocupada com a forma no final do século XX e no início do século XXI.

enredo. Para Coover, há uma possibilidade muito grande de enredos, que se misturam, permutam sendo todos possíveis.

É importante observar que o termo pós-modernismo é usado neste artigo como uma resposta ao próprio contexto pós-moderno, influenciado pelos meios de comunicação de massa, pela impossibilidade de se chegar ao real pela tecnologia (entre outros fatores), que tornam o homem um ser humano fragmentado, conhecedor apenas de *faces* de uma verdade a qual não é única, ou de um realismo tão exagerado a ponto de se tornar falso, irreal, um hiper-realismo desconstrutor do real.

O escritor pós-moderno, como o próprio Coover se denomina, é aquele que problematiza o contexto em que vive, porém considerando-se parte deste sistema e, como pertinente a ele, mostra-se consciente da impossibilidade de mudá-lo totalmente. Por isso, Lyotard (1988) aponta o fim das metanarrativas. Se os escritores modernos criaram textos que visavam à superação do passado, baseados na ideia de progresso, como se o novo fosse algo melhor, o escritor pós-moderno acredita que o ser não existe fora da história, não tendo uma essência metafísica. Há, portanto, um enfraquecimento do ser, segundo Vattimo (1987), que aponta a verdade como um conjunto de probabilidades. O escritor pós-moderno mostra em seus textos que a verdade é um horizonte de possibilidades que são construídas pelo escritor e pelo leitor.

Robert Coover, no conto “The Babysitter”, escreve um texto que segue a norma culta padrão, inserindo nele elementos da cultura de massa como *games*, televisão. Aborda temas como o cotidiano de uma família americana de classe média, os problemas familiares, a violência. Para tanto, faz uso de uma linguagem formal, misturada com a informal, empregando um vocabulário que traduz a sexualidade e a violência do mundo contemporâneo.

Coover procura tornar a arte literária eficaz, fazendo-a agir no inconsciente do homem, no qual a indústria cultural fez uma lavagem cerebral. Ele utiliza os signos de consumo para mostrar o quanto eles construíram o homem, os valores, a ética, a política, as instituições na sociedade contemporânea. O escritor cria um texto com *aparência* de arte erudita; o resultado é uma obra que utiliza aquilo que se convencionou chamar pela elite “cultural”, elite ilustrada, de lixo cultural, com rigor formal.

Mais especificamente, o conto “The babysitter” será explorado no que tange ao papel do narrador na contemporaneidade, a partir dos estudos de Silvano Santiago (1989) sobre o narrador pós-moderno.

A caracterização do narrador pós-moderno está relacionada com o objetivo dos escritores na contemporaneidade. Eles não desejam mais transmitir reflexões filosóficas apoiadas em um saber ou em uma verdade prontos e indiscutíveis. O escritor pós-moderno deseja mostrar que o mundo é um caos onde se entrecruzam constantemente diversos níveis de percepção (cenas criadas pelo inconsciente, pelos desejos humanos se misturam com cenas dos acontecimentos e cenas criadas pela mídia). Dessa forma, é praticamente impossível ter-se uma visão totalizante, objetiva e neutra do mundo. Qualquer cena ordenada racionalmente seria artificial. O narrador, portanto, não tem mais a função de organizar o caos, mas de conduzir o leitor através desse caos, levando-o também a “olhar” as diversas cenas que podem ser oferecidas.

No conto “The babysitter”, a narrativa é construída como “tomadas”, que fazem com que o leitor tenha a mesma percepção que um telespectador acionando o controle remoto da televisão de um canal para outro, ou como cenas a que um telespectador assiste no cinema, produtos de montagens. A idéia sugerida pelo conto é a de que o ser humano vê o mundo como se olhasse para uma televisão ou para um filme, sem referência segura sobre o que é real e o que é fictício.

O conto “The babysitter” inicia com a chegada da babá à casa do casal Tucker:

She arrives at 7:40, ten minutes late, but the children, Jimmy and Bitsy, are still eating supper, and their parents are not ready to go yet. From other rooms come the sounds of a baby screaming, water running, a television musical (no words: probably a dance number – patterns of gliding figures come to mind). Mrs. Tucker sweeps into the kitchen, fussing with her hair, and snatches a baby bottle full of milk out of a pan of warm water, rushes out again. “Harry!” she calls. “The babysitter’s here already!” (COOVER, 1970, p. 206).²

² Ela chega às 7:40, dez minutos atrasada, mas as crianças, Jimmy e Bitsy, ainda estão jantando, e seus pais não estão prontos para sair ainda. De outros quartos chegam os sons de um bebê gritando, de água escorrendo, de um musical de televisão (sem palavras: provavelmente um número de dança - padrões de figuras deslizando vêm à mente). Sra. Tucker varre a cozinha, arrumando seu cabelo, e arrebatada uma mamadeira

A parte inicial do conto evidencia um narrador onisciente, preocupado em informar ao leitor cada detalhe da ficção. Ele é um observador e lança o seu olhar perspicaz, durante todo o conto, para relatar não o que presenciou, mas o que extraiu da ação narrada, ou seja, transmite o que observou e não a sua própria experiência. Transmite o conhecimento obtido a partir da observação, provocando no leitor a dúvida sobre a autenticidade do relato. É também por isso, que no conto de Coover, não há certezas, mas possibilidades relatadas por um narrador preocupado em inserir o leitor no “caos” da narrativa, levando-o a perceber as possíveis permutações do enredo do conto.

De acordo com Silvano Santiago, o narrador pós-moderno é aquele que tem uma “atitude semelhante à de um repórter ou de um espectador. Ele narra a ação enquanto espetáculo a que assiste (literalmente ou não) da plateia, da arquibancada ou de uma poltrona na sala de estar ou na biblioteca; ele não narra enquanto atuante” (SANTIAGO, 1989, p. 39).

Santiago problematiza o narrador clássico descrito por Benjamin, aquele que fala a partir da experiência. Só é autêntico o que se narra a partir do que se experimenta ou pode ser autêntico o que se narra e conhece através da observação?

O texto de Coover deixa clara a resposta para o questionamento de Santiago, mostrando que a autenticidade do texto está na construção da linguagem, nos efeitos de real. A narrativa pós-moderna já não se enquadra mais na crença do real em sua simples existência e no sujeito como agente reproduzidor. No pós-modernismo, a crença na reprodução começa a ser posta em debate. Exige-se, no pós-modernismo, a narração de um tempo que não se pode narrar, devido à simulação ocorrida em meio ao bombardeio de informações e tecnologia que povoa o mundo pós-moderno. A forma não é mais expressão de um conteúdo e nem a eliminação dele. Ela é um estimulante para a obtenção do conteúdo.

O mundo *pós-moderno* é o mundo do excesso de informações, da informação rápida, superficial, quantitativa. O narrador pós-moderno capta essa rapidez e essa variedade de fatos transmitidos e as transforma em ficção. O leitor é colocado diante de um texto com uma

cheia de leite de uma panela de água quente, sai correndo novamente. "Harry", ela pede. "A babá já está aqui!"[tradução nossa].

diversidade enorme de ocorrências que o tornam hiper-real, a narração mesmo tentando aproximar-se do real, é apenas verossímil, devido ao pacto ficcional estabelecido entre o autor e o leitor.

No conto de Coover, o narrador massacra o leitor com informações repetitivas (a babá que toma diversos banhos, a sedução de Mr. Tucker, os telefonemas do namorado), que tornam o texto hiper-real, fazendo com que o leitor desconfie da veracidade dos fatos ficcionais. Se a pós-modernidade se apresenta sob o signo da fragmentação, da multiplicidade, da hiper realidade, da tecnologia, dos meios de comunicação de massa, o narrador pós-moderno vai imprimir na narrativa aspectos ligados a esses elementos.

A condição pós-moderna deixa clara a dificuldade do ser humano, em meio a tantas informações e tecnologias, de sentir e representar o mundo onde vive. A sensação é de vazio, confusão, irrealidade. Há uma falta de referência em relação ao real, uma estetização da arte. Nasce o mundo do simulacro, das misturas de estilo. A pós-modernidade não exclui. Pode-se dizer que ela é sempre isto e aquilo. Uma soma de possibilidades.

O narrador do conto de Coover incorpora os elementos da condição pós-moderna e realiza uma ficção que trabalha com possibilidades, com diversidades, permutações. Ele é aquele narrador que mergulhou na sabedoria decorrente da observação do outro e é “puro ficcionista”, como observa Silviano Santiago.

As permutações (construções variadas do enredo de um mesmo texto) ocorrem durante todo o conto. Para Lodge ela é essencial no texto pós-moderno, já que esse tipo de texto procura não excluir possibilidades, mas fazer com que todas elas sejam possíveis dentro do texto, aumentando o campo de interpretação do leitor. Segundo Lodge, o texto pós-moderno deve ser metafórico e metonímico e “to exhaust all the possible combinations in a given field” (LODGE, 1983, p. 230).³

Através da permutação, pode-se notar que o real e o autêntico não passam de construções de linguagem, de possibilidades de discursos. A permutação, no conto de Coover, ocorre, basicamente, em relação às diversas possibilidades de montagem do enredo, que podem

³ Para esgotar todas as combinações possíveis em um determinado campo [tradução nossa].

estar ligadas às diversas personagens simultaneamente. A babá pode ter cuidado das crianças e adormecido diante da televisão. A babá pode ter matado as crianças e ter sido encontrada morta na banheira. Harry pode ter desaparecido e a esposa ficado sabendo de seu desaparecimento e da morte dos filhos pelo noticiário da televisão. Mark e Jack podem ter invadido a casa do casal Tucker e matado a babá e as crianças. Essas são algumas das permutações possíveis dentro do conto.

O narrador desenvolve um papel importante na narrativa, pois é através do seu excesso de onisciência e das informações que fornece ao leitor que se estabelece a capacidade de permutação no conto. No conto “The babysitter”, o narrador *olha* para a sociedade americana. Ao relatar a noite da babá e do casal Tucker, dá voz à sociedade americana de classe média, que vive de maneira semelhante a este casal. Há uma constante alusão à sociedade de consumo que promete satisfazer todos os desejos do ser humano (festas, roupas, a vaidade feminina representada por Mrs. Tucker).

O narrador lança seu olhar, no início do conto, para as cenas ocorridas na casa dos Tucker: a chegada da babá, a alimentação das crianças, a preparação final para a saída dos Tucker. Parece uma história bem organizada, um início de romance realista. Porém, no segundo fragmento da história, pode-se perceber que o conto apresentará uma mistura de pensamentos entre o narrador e as personagens. Coover não apenas apresenta os eventos reais e imaginados de cada personagem, ele os mistura. O conto é narrado oniscientemente, em uma voz que, frequentemente, assume os padrões de discurso das personagens que descreve; como se pode observar:

That’s my Desire? I’ll be Around? He smiles toothily, beckons faintly with his head, rubs his fast balding pate. Bewitched, maybe? Or, what’s the reason? He pulls on his shorts, gives his hips a slap. The baby goes silent in mid-scream. Isn’t this the one who used their tub last time? Who’s sorry now, that’s it (1970, p. 206).⁴

⁴ É o meu desejo? Eu estarei ao redor? Ele sorri, acena levemente com a cabeça, esfrega a careca rápido. Enfeitiçado, talvez? Ou, qual outra razão? Ele puxa o calção, dá um tapa nos quadris. O bebê fica em silêncio em meio ao grito. Não é o único que usou sua banheira? Quem está arrependido agora, é isso [tradução nossa].

O segundo fragmento do conto, acima citado, começa com os pensamentos de Mr. Tucker (“That’s my Desire? I’ll be Around?”) que logo se misturam à voz do narrador, relatando o final dos preparativos de Mr. Tucker para a festa. O narrador, porém, não *olha* apenas o presente, mas comenta que a babá que acabara de chegar, provavelmente era a mesma que havia usado a banheira do casal na última vez em que tinham estado fora de casa. O narrador é detalhista, sabe de tudo e conta com precisão o que se passa na casa do casal Tucker.

O narrador onisciente do conto mistura sua voz com a das personagens. O discurso indireto livre ocorre durante todo o conto. O efeito produzido é a ampliação da possibilidade de permutação do enredo. O discurso indireto livre é trabalhado no conto de forma difusa em relação às personagens, ou seja, ao se ler o discurso indireto livre, não se sabe, muitas vezes, a quem se refere. Como não se pode ter um único referente para o discurso, ele fica passível de permutação.

O foco narrativo, no terceiro fragmento, volta-se para outra personagem, Jack, o namorado da babá. O narrador relata que ele, mais tarde, passará pela casa onde está a namorada, assistirá televisão com ela que, nervosa, observará a porta da casa o tempo todo com medo da chegada dos patrões.

No quarto fragmento, o olhar do narrador é para a babá que está conversando com as crianças. Neste momento, o narrador lança também seu olhar para os olhos da babá que, de relance, vê Mr. Tucker de cuecas saindo do banheiro.

No quinto fragmento, o narrador faz observações sobre uma brincadeira de fazer cócegas. Apenas mais adiante, consegue-se saber que se trata de uma brincadeira da babá com as crianças. Ao ler o quinto fragmento, o leitor tem a impressão que ele é vago, sem sentido. Pode-se desconfiar, porém, que ele esteja ligado a uma criança, pois a palavra *tummy* significa barriga em linguagem infantil. Provavelmente a barriga seria de Bitsy, já que é usado o pronome *her*, feminino. A dúvida em relação à personagem ser ou não Bitsy ocorre porque a fala do narrador é bastante rude para estar relacionada a uma criança: “She’ll spank him, she says sometimes”⁵.

⁵ Algumas vezes ela diz que o espancará [tradução nossa].

Esta fala do narrador mistura-se com a fala da babá. É difícil separá-las. Como o texto não indica claramente de quem é a voz neste fragmento, pode-se atribuí-la ao narrador, que relata a brincadeira das crianças com a babá, ou imaginar-se que seria a voz da babá, que finaliza pedindo a Jimmy: “Let her” (1970, p. 207).⁶

No oitavo fragmento, a sentença “He loves her. She loves him”⁷, que vai aparecer outras vezes (como na cena onze), pode estar se referindo ao casal na televisão, à babá e ao patrão, a Mr. Tucker e a Mrs. Tucker. No fragmento oito a sentença pode estar se referindo ao casal que dança, ou ao julgamento do narrador em relação à babá e ao patrão, que se intensifica com as cenas da televisão. No fragmento onze, pode-se associar a sentença ao amor do casal Tucker (antes da chegada dos filhos) ou ao julgamento do narrador, que estaria reforçando os sentimentos da babá e do patrão já que após a chegada dos filhos de Mr. e Mrs. Tucker, o relacionamento deles entrou em crise.

O início do fragmento seis também pode ser permutado. Ele pode estar dando continuidade ao início da história e estar se referindo ao *olhar* de Mr. Tucker para a babá, seus pensamentos sensuais em relação a ela, ou estar iniciando uma nova cena, que continua com o namorado Jack, jogando com seu amigo Mark.

Através dos fragmentos acima elencados, pode-se notar que o papel do narrador é realmente informar com detalhes o que ocorre na casa dos Tucker. Porém, assim como o real é percebido como algo fragmentado e complexo, o narrador busca criar um universo ficcional igualmente imprevisível, caótico, antitotalitário. Ele presenteia o leitor, aos poucos, com as informações. O papel do leitor é árduo. Ele deve montar a narrativa, que lhe é oferecida em pequenas doses. O leitor deve ser perspicaz, atento, perceber as dicas dadas pelo narrador, que ao mesmo tempo que esconde fatos da narrativa, por exemplo a brincadeira das cócegas, dá pistas ao leitor de quem são os personagens (palavra *tummy*).

O narrador, como no cotidiano pós-moderno, conduz o leitor a uma série de falsos inícios, a personagens cegas e finais mortos que

⁶ Deixe-a [tradução nossa].

⁷ Ele a ama. Ela o ama [tradução nossa].

conduzem a uma realização final em que as contradições internas do conto não são resolvidas.

A narrativa de Coover passa do enigmático ao possivelmente real durante toda a narrativa. O papel do narrador nesse jogo de possibilidades é essencial, já que ele é responsável pelo acesso às diversas e nebulosas informações ao longo do texto. Quando se encontra a chave para uma porta, outra é trancada, resultando na indefinição dos fatos do desfecho final: não se sabe realmente o que nele ocorreu.

Pela voz do narrador e das personagens, que se misturam, o leitor pode conhecer as diversas versões da ficção. Cada fala é atribuída a uma ou a outra personagem, dependendo do referencial de cada uma delas. Cada personagem tem sua própria versão do que aconteceu ou não aconteceu (fruto da imaginação e dos devaneios de cada uma).

O narrador também “olha” para os meios de comunicação de massa, que se misturam à narrativa. A televisão assume um papel importante no conto, chegando até mesmo a determinar ou modificar o comportamento das personagens.

No terceiro fragmento, o narrador já anuncia que a babá, quando está a serviço na casa dos Tucker, gosta de assistir aos programas com o namorado. O narrador retoma seu “olhar” para a televisão, no fragmento sete, relatando que “a man is singing a love song on TV”⁸ (1970, p. 208). Assim como a música de amor é calma, a tranquilidade reina na casa dos Tucker: “the baby is silent”⁹ e “the children crunch chips”¹⁰ (1970, p. 208).

O fragmento seguinte (oito) parece inicialmente confuso. Ele inicia com as frases: “He loves her. She loves him”. Pode-se atribuir esta frase ao clima de atração, sugerido no início do conto, entre a babá e Mr. Tucker. Percebe-se, porém, que o narrador pode estar se referindo às personagens que aparecem na televisão como pano de fundo da canção romântica. No fragmento doze a televisão focaliza um sapateado, as crianças e a babá se agitam com a brincadeira de fazer cócegas. A tranquilidade começa a ser quebrada na casa do casal Tucker.

⁸ Um homem está cantando uma canção de amor na TV [tradução nossa].

⁹ O bebê está em silêncio [tradução nossa].

¹⁰ As crianças comem batatas [tradução nossa].

As frases “He loves her. She loves him” fazem parte de um jogo de linguagem ao qual são dados diversos sentidos, várias possibilidades. Pode-se atribuir a frase ao clima atrativo entre Tucker e a babá, ao romance da televisão ou até mesmo ao amor que existia entre Mr. e Mrs. Tucker antes do nascimento das crianças, que havia mudado a rotina do casal e a aparência física de Mrs. Tucker (agora mais gorda), como sugere o fragmento onze.

A televisão muda a sua programação no fragmento dezenove: um *western*. No fragmento seguinte (vinte), são mostradas as cenas do filme de *western*. O narrador é detalhista, descreve minúcias das roupas e atividades das personagens. No fragmento vinte e dois, a televisão continua exibindo o *western* e as crianças parecem fazer parte de um rodeio (influenciadas pela televisão). É utilizada a palavra selvagem (*wild*), para caracterizar as atitudes das crianças que, naquele momento, agem como animais.

O narrador de Coover alimenta-se das incertezas da vida da sociedade pós-moderna e transmite-as, por meio da televisão que, assim como a realidade, não passa de um simulacro, de uma montagem de ideias através da imagem. A informação é simulada, as referências são simuladas e os telespectadores manipulados por essas simulações, assim como as personagens de Coover. Na televisão, assistimos a fatos parciais, a um arsenal de informações superficiais que se acumulam a cada troca de canal, por meio da rapidez e comodidade do controle remoto.

Coover deu voz a um narrador que possui um olhar profundamente crítico e induz o leitor a notar a manipulação da televisão sobre as pessoas e o poder do simulacro que faz com que o leitor não consiga definir, com certeza, os acontecimentos do conto e a quais personagens eles são atribuídos.

Pode-se notar esse poder do simulacro e da televisão, tão trabalhados pelo narrador criado por Coover, ao se observar o atentado terrorista ocorrido em 11 de setembro de 2001 ao World Trade Center e ao Pentágono, nos Estados Unidos. A televisão mostrou a mistura e dissimulação entre realidade e ficção, apresentando ficções norte americanas, como o filme *Nova York sitiada*, como sendo verdadeiras. A rede Globo, por exemplo, fez uma sobreposição de imagens “reais” e “ficcionalis”, mostrando imagens do filme e cenas do horror “real”. Deve-se ressaltar que o que está sendo chamado de “real” é, na

verdade, parte de uma realidade maior, que não é mostrada. Então, a televisão não mostra o real, mas cenas parciais de um todo que é manipulado.

O narrador de Coover também manipula, mostrando caminhos, possibilidades de uma realidade simulada, transgredida, fruto da linguagem construída por Coover na voz do narrador e de cada uma das personagens a que este narrador se mistura.

O narrador do conto “The babysitter” é um narrador profundo, cheio de mistérios, como aborda Santiago (1989, p. 44). A narrativa pós-moderna de Coover privilegia o narrador em função do ato de narrar. O enredo é muito simples, fácil de ser entendido; as personagens são tipos representativos da sociedade americana. Há um destaque para o narrador que é bastante trabalhado, para que se possa tornar o simples enredo em uma grande narrativa labiríntica, elaborada. É o narrador que dá vida ao enredo banal e às personagens tipificadas do conto, transformando um enredo que poderia ser pobre em uma trama que deve ser montada como um quebra-cabeça. A diferença está justamente na impossibilidade de se encaixar todas as peças sempre da mesma maneira, porque o texto oferece diversas possibilidades de montagem de um mesmo quebra-cabeças.

O narrador, ao diluir sua voz na voz das personagens, “cria um espaço para a ficção dramatizar a experiência de alguém que é observado” (SANTIAGO, 1989, p. 44). A grandeza do narrador pós-moderno do conto “The babysitter” reside não em roubar a cena que o enredo simples oferece, mas em valorizá-la. Essa diluição do narrador, que cria uma valorização da cena, permite-lhe se identificar com o leitor porque, consoante Silviano Santiago, “ambos se encontram privados da exposição da própria experiência na ficção e são observadores atentos da experiência alheia” (1989, p. 44). Essa experiência alheia, para Silviano Santiago, “empolga, emancipa e seduz” o narrador e o leitor. Santiago ressalta ainda que:

A ficção existe para falar da incomunicabilidade de experiência: a experiência do narrador e a da personagem. A incomunicabilidade, no entanto, se recobre pelo tecido de uma relação, relação esta que se define pelo olhar. Uma ponte, feita de palavras, envolve a experiência muda do olhar e torna possível a narrativa (1991, p. 44).

A experiência do olhar está presente no conto de Coover, não só através do olhar do narrador observando minuciosamente todos os detalhes ocorridos (dentro da casa do casal Tucker, na festa em que o casal está e no fliperama ou ao redor da casa do casal, onde se encontra Jack e o amigo), mas também por meio do olhar das personagens. Mr. Tucker “olha” a babá sedutoramente e ela corresponde ao seu jogo de conquista. A babá *olha* as crianças, fica irritada, trata-as bem. Em seguida é descuidada. Jack “olha” a namorada, observa o movimento da casa, da rua. Os convidados da festa *olham* Mrs. Tucker e a ridicularizam pela sua aparência gorda, pelo seu corpo espremido dentro de um cinto. As crianças e a babá “olham” a televisão, os diversos programas que são apresentados. Mrs. Tucker “olha” a reportagem na televisão sobre uma babá que é morta. Mrs. Tucker “olha” a confusão de sua casa destruída, o desaparecimento do marido, um corpo na banheira de sua casa.

Desde o fragmento dois já se pode perceber, através do uso do discurso indireto livre, nas frases “*That’s my desire / I’ll be around?*”, que há uma possibilidade de atração entre Mr. Tucker e a babá. Essa possibilidade perdura durante todo o conto. O narrador “olha” diversas vezes para o jogo de sedução entre Mr. Tucker e a babá.

As frases “*That’s my desire / I’ll be around*” são títulos de canções populares, fazendo com que a ambiguidade textual seja ampliada. Mr. Tucker pode estar cantando seus sentimentos pela babá, ou apenas entoando uma canção comum, popular. Tem-se, então, a presença da polifonia e do processo de intertextualidade, que reforça o caráter polifônico do texto, ao acrescentar mais uma voz a ele.

No fragmento dezenove o “olhar” do narrador volta-se para a babá com as crianças. Neste fragmento começam as tentativas frustradas da babá de banhar as crianças para depois conseguir usufruir calmamente da banheira e assistir televisão, enquanto as crianças dormem. São diversos os fragmentos em que o narrador chama a atenção para o banho das crianças e da babá. Os fragmentos são tantos, que chegamos a duvidar da ocorrência deles. A hiper-realidade criada pela repetição das cenas de banho leva o leitor a acreditar na impossibilidade de tantas ocorrências de banho.

No fragmento quarenta e cinco, o olhar do narrador começa a mostrar as cenas em que Mark e Jack espionam a babá. Eles observam cada passo dela, esperando o melhor momento para invadir a casa e

abusar sexualmente da babá. Há uma sugestão de que tenham conseguido violentá-la, mas também é possível que a “orgia” de Mark, de Jack e da babá não tenha passado de imaginação destas personagens. No fragmento sessenta e seis Dolly é ridicularizada porque não consegue fechar o cinto. Após o nascimento dos filhos, não conseguira recuperar a boa forma.

Os programas de televisão também fazem parte do “olhar” do narrador. Além disso, determinam o comportamento das personagens, evidenciando o quanto a mídia pode influenciar o comportamento humano. A televisão mostra inicialmente um musical (fragmento um), passando por um programa de *western* (iniciado no fragmento dezenove). O *western* dá lugar a um programa de espionagem (fragmento quarenta). Quando a televisão apresenta o musical, o ambiente na casa do casal Tucker está calmo. Ao iniciar o programa de *western*, a babá e as crianças começam a mostrar atitudes animalizadas através de brincadeiras. Quando o programa de espionagem começa, o som da televisão é aumentado pela babá. As cenas da espionagem de Mark e Jack se intensificam. Mr. Tucker some da festa e Dolly começa a ficar nervosa com o desaparecimento do marido. O noticiário da televisão acaba informando-a de que algo trágico aconteceu em sua casa, que está cercada por policiais.

O conto se constrói através de “olhares” que se cruzam ou não, reais ou simulados; olhares misteriosos que nunca serão decifrados, apenas imaginados, transformados em possibilidades de um jogo criado pelo narrador que também olha sem revelar, misteriosamente, sibilinamente. O olhar, no conto de Coover, é um enigma a ser decifrado pelos leitores, conduzido pelo olhar do narrador.

Silviano Santiago afirma que “o olhar pós-moderno é apenas enigmático”, em nada “camuflado”. Para ele o

espetáculo da vida hoje se contrapõe ao espetáculo da morte ontem. Olha-se um corpo em vida, energia e potencial de uma experiência impossível de ser fechada na sua totalidade mortal, porque ela se abre no agora em mil possibilidades. Todos os caminhos o caminho. O corpo que olha prazeroso [...] olha prazeroso um outro corpo prazeroso [...] em ação [...] Num conto pós-moderno, morte e amor se encontram no meio da ponte da vida (SANTIAGO, 1989, p. 50).

Se o olhar fosse camuflado, o leitor teria que tirar o disfarce da ficção. Porém, o texto não está dissimulado, mas explícito; quer ser lido e interpretado. Coover mostra, no seu papel de autor crítico, através de um narrador onisciente, uma história que apresenta em seu enredo caminhos para se perceber a futilidade e o consumismo da sociedade americana, seduzida pelo poder da televisão e influenciada pelos comportamentos da mídia.

A onisciência do narrador no conto “The babysitter” não destrói as incertezas, as ilusões da ficção, ao contrário, faz com que o conto tenha seus significados ampliados, através das permutações. O narrador onisciente é cuidadoso e revela apenas possibilidades, joga com a linearidade do enredo. O enredo não deixa de ser linear, se se pensar que cada caminho escolhido para montá-lo, possui uma linearidade. Porém, não é linear se se pensar na variedade de permutações que o conto oferece. Quando se analisa o conto como um todo, ele não é linear, mas a partir do momento que se escolhe uma das possibilidades de montagem do enredo, ele adquire linearidade.

O objetivo do narrador onisciente, no conto “The babysitter”, não é valorizar o que o narrador conhece, mas sim o(s) enredo(s) que ele apresenta. O objetivo é observar para valorizar a história que só pode ser construída com ajuda do leitor. O narrador não estabelece interpretações autoritárias, mas narra fatos que são suscetíveis de várias interpretações. Há dúvidas que permanecem, não são reveladas. No início do fragmento trinta e dois, tem-se a impressão de que há uma continuidade em relação ao fragmento anterior: a babá estaria realizando as fantasias sexuais de Mark e Jack. Pode-se associar os risos da babá, no fragmento trinta e dois, com a brincadeira que ocorre com as crianças neste fragmento. Como escolher uma das duas possibilidades? Não é necessário uma única escolha, as duas são possíveis. É neste sentido que o narrador lança dúvidas, caminhos a serem seguidos pelo leitor. Durante todo o conto não é possível saber se Mr. Tucker esteve mesmo em sua casa, deixando a esposa sozinha na festa, para realizar suas fantasias sexuais com a babá; se Mark e Jack abusaram sexualmente da babá ou se Mrs. Tucker encontrou a casa destruída, uma pessoa assassinada na banheira, seus filhos mortos.

Coover cria um narrador que “olha” de maneira pós-moderna e evidencia as possibilidades da vida, lidando ao mesmo tempo com a morte, a violência, de maneira despojada, irônica, beirando o banal.

Morte e vida, violência e paz, não se excluem, não se opõem, se complementam, andam juntas no conto, evidenciando um procedimento característico dos escritores pós-modernos que nada excluem. O narrador, no conto “The babysitter”, não esconde as evidências do enredo, mas as torna enigmáticas ao criar as diversas possibilidades de enredo dentro do conto, levando o leitor ao que Lodge denomina curto-circuito, ou seja, a impossibilidade de finalizar o conto assumindo apenas um único final. Talvez algum leitor faça opção por uma das possibilidades, mas nunca se poderá negar as outras existentes.

Coover utiliza a ironia, o exagero, a repetição de fatos e a permutação para desfamiliarizar as estruturas da narrativa tradicional, construindo uma narrativa que indetermina a autoridade do narrador onisciente, do final “acabado” e da interpretação definitiva.

O narrador de Coover, narrador pós-moderno é, então, aquele que “[...] reproduz. As coisas se passam como se o narrador estivesse apertando o botão do canal de televisão para o leitor. Eu estou olhando, olhe você também para este programa e não outro. Vale a pena” (SANTIAGO, 1989, p. 52).

É um narrador que mostra, mediante a voz de cada personagem (através da observação de um mesmo fato – os eventos ocorridos na casa do casal Tucker, durante a ausência do casal que está em uma festa – de diferentes maneiras), a autenticidade do texto garantida pela construção da linguagem, pelos efeitos de real, e não a autenticidade do texto a partir do que se experimenta ou do que é autêntico.

Referências

COOVER, Robert. Nothing but darkness and talk? In: *Writer’s Symposium on Traditional Values and Iconoclastic Fiction*. Summer, Washington D.C., v. 31, n. 4, p. 233-255, 1990.

EVENSON, Brian. *Understanding Robert Coover*. Columbia: University of South Carolina Press, 2003.

KIERNAN, Ryan. *A literatura americana pós 1945*. Rio de Janeiro: Nórdica, 1983.

LODGE, David. *The modes of modern writing*. London: Edward Arnold, 1983.

LYOTARD, Jean- François. *O pós-moderno*. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988.

SANTIAGO, Silviano. O narrador pós-moderno. In: _____. *Nas malhas da letra: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 38-52.

VATTIMO, Gianni. *O fim da modernidade; niilismo e hermenêutica na cultura pós-moderna*. Lisboa: Presença, 1987.

Recebido em 13 de julho de 2011

Aceito em 25 de setembro de 2011

METAFORIZAÇÃO E ARGUMENTATIVIDADE NO PROCESSO DE REPRESENTAÇÃO SOCIAL NO/DO DISCURSO

METAPHORIZATION AND ARGUMENTATIVENESS IN THE SOCIAL REPRESENTATION PROCESS IN/OF DISCOURSE

Juçara Moreira TEIXEIRA*
Antônio Luiz ASSUNÇÃO**

Resumo: A Análise Crítica do Discurso e a Análise de Discurso Textualmente Orientada (FAIRCLOUGH, 1999; 2001) propõem uma análise empírica do material linguístico associado às Ciências Sociais a fim de compreender os discursos veiculados na sociedade. Adotamos essa perspectiva teórico-metodológica para analisarmos uma reportagem da revista *Veja*, a fim de elucidarmos os mecanismos linguístico-discursivos, ideológicos e sociais envolvidos na argumentação de um sujeito enunciativo que se posiciona no discurso, constrói sua argumentação e busca agir sobre o seu interlocutor, ao tentar convencê-lo da verdade que defende. Para analisarmos os mecanismos linguístico-discursivos, adotaremos as perspectivas de Lakoff & Johnson (2002) sobre as metáforas e de Ducrot (1987) sobre os pressupostos.

Abstract: The Critical Analysis of Discourse and the Textually-Oriented Analysis of Discourse (Fairclough 1999 and 2001) propose a empiric analysis of the language material related to Social Sciences to understand speeches aired in society. It is adopted this theoretic-methodological perspective to analyse news of *Veja* magazine to elucidate ideology and social language-speech mechanisms involved in the enunciator subject speech's argumentation, who stands in the speech, builds his argumentation and search to act over the listener, while trying to convince him about the truth that he/she defends. To analyze this language-speech mechanisms, it will be adopted the Lakoff and Johnson (2002) perspective about metaphors and the Ducrot (1987) perspective about assumptions.

Palavras-Chave: Argumentação; Sujeito; Discurso; Poder; Metáfora; Pressuposto.

Keywords: Argumentation; Subject; Discourse; Power; Metaphors; Background.

* Mestre em Teoria Literária e Crítica da Cultura pela Universidade Federal de São João Del-Rei, Minas Gerais. Professora de Língua Portuguesa (Centro Pedagógico/ Escola de Educação básica e profissional/ Universidade Federal de Minas Gerais), Brasil. Contato: jucaramoreirатеixeira@gmail.com.

** Doutor em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professor do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de São João Del-Rei, Minas Gerais (Promel/UFSJ), Brasil. Contato: assuncao@ufsj.edu.br

Considerações iniciais

A noção de certo e errado no que se refere aos usos linguísticos, tanto na oralidade quanto na escrita, tem sido uma constante em nossa sociedade. Grande parte do que se diz ou que do se acredita parece não ter alcançado força social apenas nas práticas escolares; mas, sobretudo, na mídia, veiculadora de discursos valorativos e normativos sobre o uso correto das regras gramaticais pelos falantes do português.

Assim, surgiram programas de televisão que enfocam o ensino da gramática do português, reportagens jornalísticas que tratam da questão do ensino do bem falar e do bem escrever, consultores linguísticos que respondem às perguntas de leitores em revistas e jornais, dentre outras práticas dessa natureza. Enfim, há todo um movimento de valorização do conhecimento das regras da gramática normativa do português e do chamado bom uso linguístico.

Aliadas a essas práticas já recorrentes, por exemplo, surgiram outras discussões, também reforçadas pela mídia, entre elas, citamos aquelas sobre o novo acordo ortográfico do português contemporâneo. Esses debates sobre a questão do uso da língua portuguesa têm movimentado a mídia brasileira, como também se constituído como um elemento de preocupação para muitos falantes letrados do português.

Nesse bojo de discussões presentes na mídia, em 12 de setembro 2007 foi publicada uma reportagem pela revista *Veja* cujo propósito era abordar as mudanças pelas quais o português estava passando, dentre elas o acordo ortográfico, além de defender a posição de que o falante precisa conhecer bem a língua para crescer profissionalmente.

Diante do histórico desse tipo de discussão já presente em nossa sociedade e da reportagem em foco, detivemo-nos a compreender e analisar os discursos veiculados nessa reportagem e como isso era feito linguística e discursivamente. Acreditávamos que à dissertação presente na reportagem estava relacionada a uma argumentação que buscava defender determinados posicionamentos discursivos para se fazer acreditar pelos leitores. Desse modo, o nosso foco foi buscar compreender como os posicionamentos discursivos foram construídos e instituídos, quais elementos de ordem cognitiva,

social e cultural convergiram para que eles se realizassem e como os discursos da revista foram construídos para se instituir como verdade.

Assim, para cumprir o nosso objetivo, realizamos a análise da reportagem de capa da revista *Veja* de 12 de setembro de 2007, intitulada *Riqueza da língua*, e a capa da revista cujo título é *Falar e escrever certo* – ambas abordando a temática do uso correto do português segundo a gramática normativa. Analisamos esse *corpus* à luz da abordagem teórico-metodológica da Análise Crítica do Discurso, sob uma perspectiva textualmente orientada, para compreendermos, por meio dos mecanismos linguístico-discursivos, como o sujeito se posiciona no discurso e constrói sua “reportagem-argumentação”, propagando ideologias e produzindo verdades a fim de convencer o outro e de demarcar posições que excluem/incluem o sujeito no sistema, conforme a rejeição ou aceitação do discurso que lhe é apresentado.

Perspectivas teóricas

Este trabalho se insere na abordagem teórico-metodológica denominada Análise Crítica do Discurso (ACD), uma perspectiva de Análise do Discurso textualmente orientada, conforme proposto por Chouliaraki & Fairclough (1999) e Fairclough (2001). A ACD propõe um diálogo entre as teorias sociais e as teorias linguísticas, estabelecendo assim um processo de transdisciplinaridade. Nesses termos, a ACD buscar efetivar uma articulação entre a ciência social crítica e a linguística. Considerada uma teoria e também uma metodologia, propõe-se uma análise empírica do material linguístico associado às ciências sociais, que seja relevante para o discurso e a linguagem.

Segundo o autor, esse quadro teórico incorpora duas contribuições teóricas sobre o discurso, extraídas dos trabalhos arqueológicos de Foucault:

A primeira é uma visão constitutiva do discurso, que envolve uma noção de discurso como ativamente constituindo ou construindo a sociedade em várias dimensões: o discurso constitui os objetos de conhecimento, os sujeitos e as formas sociais do ‘eu’, as relações sociais e as estruturas conceituais. A segunda é a ênfase na interdependência das práticas discursivas de uma sociedade ou

instituição: os textos sempre recorrem a outros textos contemporâneos ou historicamente anteriores e os transformam [...] e qualquer tipo de prática discursiva é gerado de combinações de outras e é definido pelas suas relações com outras práticas discursivas (FAIRCLOUGH, 2001, p. 64, grifo do autor).

Dos estudos foucaultianos, Fairclough (2001) considera significativa para a Análise de Discurso a visão de discurso como constitutiva, contribuindo para a produção, a transformação e a reprodução dos objetos da vida social. Nessa concepção, o discurso não possui uma relação passiva com a realidade, no sentido de a linguagem se referir aos objetos do discurso como transparentes e dotados de um único sentido; ao contrário, possui uma relação ativa com o mundo real, significando e (re)significando os objetos de discurso.

Nesses termos, tomamos o discurso como um fenômeno determinado socialmente e o concebemos como uma prática social, definida por sua relação estreita com a sociedade. A linguagem, considerada uma forma de prática social, constitui-se em discurso, visto como “um modo de ação, uma forma com a qual as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91). Essa visão da linguagem como prática social tem como implicações diretas a inclusão da prática discursiva como parte da sociedade, enquanto prática social, entre diversas outras, e a visão da linguagem como um processo que é socialmente condicionado. Uma concepção dialética que nos possibilita compreender que a representação dos fenômenos sociais por meio das práticas discursivas não reflete os fatos descritos, mas submete esses fatos a um tratamento linguístico-discursivo por um sujeito histórico, empenhado em uma prática social de produção de sentidos. Busca-se acentuar, deste modo, o fato de que a descrição dos fenômenos já é em si uma prática social, portanto, a linguagem faz parte do próprio processo social que se descreve.

Nesse sentido, Fairclough (1996) postula que, de um lado, os fenômenos linguísticos são sociais, pois enquanto prática social fazem parte das ações sociais em que os agentes estão empenhados, submetendo-se às convenções e regras que regulam as práticas discursivas no meio social; por outro lado, os fenômenos sociais são

linguísticos, pois a relação que se estabelece entre linguagem e sociedade não é de transparência, em que os fatos do mundo seriam refletidos no discurso como imagens em um espelho. Os textos, conclui-se, não só descrevem o real, mas também constroem as condições de legitimação do real que constrói, busca obter adesão de seus interlocutores e, para isso, interfere nas representações do real produzido ao se constituir como texto, atribuindo valores positivos e/ou negativos aos objetos do mundo que descreve.

A concepção da linguagem como prática social, portanto, permite compreender o discurso como resultado do trabalho do locutor. Nesse processo de construção do sentido e, por assim dizer, de construção das condições de legitimação de sua descrição, o locutor faz uso do sistema linguístico, operando escolhas para a discursivização de sua visão de mundo. Assume importância, desse modo, os aspectos da textualidade que o locutor acionou para obter a adesão de seu interlocutor.

No que se refere à análise dos aspectos textuais, voltaremos para o processo de metaforização como procedimento de argumentação. Para isso, buscaremos articular o quadro teórico da ACD com dois outros domínios teóricos, a teoria da metáfora, proposta em Lakoff e Johnson (2002) e os estudos enunciativos de Ducrot (1987). Contudo, é importante ressaltar que se deve compreender a metáfora como um mecanismo discursivo, de acordo com o qual o locutor organiza sua visão de mundo e, portanto, a análise do processo de metaforização pode permitir o acesso aos valores ideológicos e às crenças que esse locutor coloca em circulação.

Para Lakoff e Johnson (2002), a metáfora define-se como um mapeamento intra-domínios, o que implica reconhecer no procedimento metafórico o cruzamento de domínios distintos da experiência humana. Essa nova visão da metáfora recusa necessariamente algumas concepções tradicionais que dizem respeito não só à natureza como também ao papel da metáfora no discurso. Em primeiro lugar, coloca-se em xeque que a linguagem convencional seja completamente demarcada pela literalidade dos sentidos, com os conceitos sempre amarrados a uma referência pré-definida. Em segundo lugar, e como consequência da primeira, questiona-se a presunção de valor atribuído à linguagem literal em termos de falsidade ou veracidade e também a presunção de que as definições

lexicais estejam fundadas na literalidade dos sentidos e não sob uma base metafórica. Essas presunções tinham sua origem na concepção objetivista e positivista da linguagem que lhe atribuía uma pré-literidade e desconsiderava a ação dos falantes sobre a linguagem.

Sob esse ângulo, como modo de representar os domínios da experiência, a metáfora interessa à Análise Crítica do Discurso, uma vez que possibilita o desvelamento dos processos de representação da realidade por um dado locutor quando da elaboração de seu texto. Através do exame das expressões metafóricas e de suas manifestações linguísticas podem-se observar as condições de produção do discurso, as restrições impostas e o modo como a ideologia trabalha a linguagem. Esse desvelamento só é possível tendo em vista que a ação dos mecanismos metafóricos pressupõe a eleição de pontos de contato entre dois domínios. Essa operação de mapeamento intra-domínios e inter-domínios implica a ênfase em determinados aspectos de um domínio em detrimento de outros. Nesse jogo de destacar as semelhanças em detrimento das diferenças, pode-se perceber a construção discursiva da representação da realidade que se pretende descrever.

Desse modo, ao adotarmos a proposta de Lakoff & Johnson (2002) como um procedimento argumentativo do sujeito enunciador, pretendemos observar seu posicionamento discursivo ao atribuir valores que ora se inserem em campos conceptuais distintos, ora positivos ora negativos, variáveis conforme o posicionamento adotado em sua argumentação.

A partir dessa mesma perspectiva, pretende-se analisar a presença dos implícitos (DUCROT, 1987) presentes na argumentação, sobretudo os pressupostos, por se constituírem em outro mecanismo linguístico-discursivo adequado à identificação de posicionamentos discursivos, ideologias e formas de domínio do outro por aquele que detém o saber e se encontra autorizado para afirmá-lo e reafirmá-lo.

Por fim, como metodologia de análise, adotamos a concepção de poder e saber-poder de Foucault (1996; 1999), a fim de elucidarmos como o sujeito enunciador propaga o saber e constrói verdades em seu discurso, o qual se constitui em poder que agrega/inclui ou segrega/exclui o sujeito no/do sistema, conforme a aceitação ou a rejeição da argumentação que lhe é apresentada.

As metáforas e os pressupostos: marcas de posicionamento e produção de sentidos nos discursos

Adotar a ACD, sob a perspectiva de uma análise de discurso textualmente orientada, como posicionamento teórico e analítico implica em olhar para o *corpus* a fim de identificarmos quais são os mecanismos linguísticos e discursivos envolvidos na construção do discurso. Do mesmo modo, demanda reconhecermos o discurso como prática social, no qual se manifestam relações de poder e ideologias que se expressam por meio da materialidade linguística.

Assim, ao analisarmos o *corpus*, observamos a existência de uma argumentação cujo posicionamento se fazia por meio de campos conceptuais metafóricos. Além disso, notamos também que os posicionamentos do sujeito podiam também ser identificados por meio da análise dos pressupostos, os quais revelavam não ditos que se constituíam em elementos para a instituição do(s) discurso(s) que se deseja instituir.

Em seus estudos sobre as metáforas, Lakoff & Johnson (2002) desmistificaram a ideia inicial de que a metáfora estaria associada apenas aos textos poéticos. Segundo os estudiosos, elas fazem parte da vida cotidiana e não se limitam apenas à linguagem, mas se relacionam ao pensamento e à ação dos sujeitos. De acordo com eles, “nosso sistema conceptual ordinário, em termos do qual não só pensamos, mas também agimos, é fundamentalmente metafórico por natureza” (LAKOFF; JOHNSON, 2002, p. 45).

Esse sistema metafórico do qual eles falam é constituído culturalmente e se relaciona ao modo como cada povo constrói a sua realidade, organiza seus pensamentos e suas ações pela linguagem. Desse modo, ele pode ser considerado uma questão de ordem cultural e social, apresentando peculiaridades e diferenças conforme se alterem os povos e as culturas.

Segundo os autores, há domínios específicos aos quais as metáforas pertencem, a que eles designam de “campos conceptuais”. Os teóricos defendem que esses campos conceptuais não são aleatórios, mas se fundamentam em nossa experiência física e cultural.

Fairclough (2001), ao falar das metáforas sob a perspectiva de Lakoff e Johnson (2002, p. 241), afirma:

As metáforas estruturam o modo como pensamos e como agimos, e nossos sistemas de conhecimento e crença de uma forma penetrante e fundamental. [...]. Algumas metáforas são tão profundamente naturalizadas no interior de uma cultura particular que as pessoas não apenas deixam de percebê-las na maior parte do tempo, como consideram extremamente difícil escapar delas no seu discurso, pensamento ou ação, mesmo quando se chama sua atenção para isso.

Como podemos depreender do trecho citado, as metáforas são parte da cultura e se manifestam na linguagem, numa relação de codependência na qual pensamento, relações sociais, cultura e linguagem estão intrinsecamente relacionados.

Considerando essa teoria, defendemos que o uso de metáforas também pode contribuir para estabelecer relações conceituais que orientam a argumentação, posiciona o sujeito no discurso e demonstra como esse sujeito constrói significados para aquilo que defende ou refuta, e é isso que pretendemos mostrar na análise ora proposta.

Associada às metáforas como elementos de identificação de posicionamento no discurso e de produção de sentidos está a noção dos pressupostos, os quais são considerados os implícitos do discurso, passíveis de serem percebidos pela identificação do não-dito.

Ducrot (1987), ao tratar dos conteúdos pressupostos, afirma que o pressuposto é “apresentado como uma evidência, como um quadro incontestável no interior do qual a conversação deve necessariamente inscrever-se, ou seja, como um elemento do universo do discurso” (p. 20). Ele acrescenta ainda que, “introduzindo uma idéia sob forma de pressuposto, procedo como se meu interlocutor e eu não pudéssemos deixar de aceitá-lo” (p. 20). O não-dito opera como mecanismo de controle do discurso, pois ao dizer X exclui-se Y, nega e/ou renega o dizer presente no não-dito, sendo esse um mecanismo que pode ser utilizado como forma de marcar posições e poder no discurso.

Sobre esse mecanismo de poder que os implícitos induzem, Assunção (2005, p. 22) afirmou: “os sentidos implícitos legitimam e reproduzem relações de poder através do efeito de sentido de consenso a que eles estão associados ou mesmo criam”. Assim, estabelece-se um consenso de que há um dizer instituído, considerado aceitável, e um dizer não instituído e, portanto, inaceitável, os quais são considerados como partilhados por locutor e interlocutor. Entretanto, esse consenso

traz mecanismos ideológicos de dominação em que o locutor busca vencer o interlocutor ao convencê-lo de determinadas verdades.

Como observou Fairclough (2001), através dos sentidos implícitos podemos perceber ideologias que acabam por adquirir um caráter de senso comum sem que o interlocutor perceba. Esse é um mecanismo de dominação que se assenta no discurso e possui mais poder que a força física, pois leva o sujeito a agir e enunciar a partir de determinados discursos sobre quais ele foi convencido.

O controle invisível estabelecido no/pelo discurso

Ao abordar as relações de poder, Foucault (1999) afirma que na Idade Média o poder era visível e baseava-se no uso da força e do sangue. Com a ascensão da burguesia e o surgimento de novas formas de trabalho, o domínio deixou de ser exercido por um senhor soberano, com poderes absolutos, e foi transferido para as instituições disciplinares como as escolas, famílias, igrejas, hospitais, as quais passaram a exercer o controle sobre o sujeito e estabeleceram novas relações de poder.

Assistiu-se à passagem de uma sociedade baseada no sangue e na lei para uma sociedade baseada no corpo e nas normas. Surgiu assim a sociedade disciplinar, que se caracterizava pelo controle-repressão exercido pelas instituições. Com o passar do tempo, as instituições foram abrindo espaço para novas formas de estabelecimento de poder e este passou a ser exercido não mais pela força física nem pela repressão visível, mas pelo poder invisível das instituições, baseado nas normas e nas regras que cada uma instituía e fazia cumprir. Mais do que pela própria instituição, o poder passou a ser exercido pelos discursos que cada instituição produz, substituindo assim o controle que se fazia pela força física e repressão pelo controle invisível dos discursos.

Nesse novo sentido de poder, o sujeito que se posiciona no discurso deve estar autorizado a fazê-lo, há que se ter uma instituição que o autorize e o capacite a dizer, para que seu discurso se institua como verdade e com autoridade. Nesse jogo discursivo do poder determina-se quem pode dizer o quê, quando e para quem, haja vista que “não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo

em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa” (FOUCAULT, 1996, p. 9).

Fairclough (2001) partilha com Foucault a afirmação de que o poder faz parte das práticas sociais cotidianas e está em toda parte. Ele possui a habilidade de esconder seus próprios mecanismos e não é imposto; ao contrário, está inserido de forma sutil nas relações sociais, muitas vezes por meio da ideologia. Essa concepção de discurso considera que os diversos traços formais de um texto, local onde podemos encontrar “discursos”, podem ter investimento ideológico e relações de poder.

Tal concepção é também exposta em *Discourse in late modernity* no qual Chouliaraki & Fairclough (1999) afirmam que as relações de dominação no e pelo discurso são ideológicas e no discurso se manifestam as representações de uma prática social.

Essas relações de poder estabelecidas no/pelo discurso devem ser consideradas também quando nos referimos à produção de saber e à vontade de verdade sobre as quais Foucault (1996) também dissertou. Ele afirma que o saber se constitui sob as tramas do poder, o qual elege determinados saberes em detrimento de outros. Segundo o estudioso, o que é considerado como verdadeiro ou falso em uma determinada época está relacionado ao sistema de poder, pois é o poder que assim o determina.

Quem possui os saberes eleitos como verdadeiros, porque o poder assim os determinou, é considerado privilegiado, pois está de acordo com uma instituição maior que o controla. Por outro lado, aquele que não detém o saber eleito pela instituição está excluído, ficando, portanto, segregado do sistema.

Como se vê, pelo exposto até aqui, na sociedade de controle o poder não se exerce por meio da violência, mas atua de modo invisível por meio de discursos que usam mecanismos invisíveis que agregam ou segregam o indivíduo, conforme a adesão ou não ao poder instituído que se propaga em forma de discursos.

O posicionamento do sujeito no discurso: estabelecimento de poder e produção de verdades

Para compreendermos como foi elaborada e conduzida a argumentação na reportagem em estudo, torna-se necessário

analisarmos como os mecanismos linguístico-discursivos utilizados demonstram a posição do sujeito no discurso e como, pelo discurso, o sujeito constrói verdades e estabelece relações de poder.

Analisaremos inicialmente a capa da revista *Veja*, a fim de elucidarmos alguns aspectos iniciais referentes à metaforização que serão relevantes para a análise posterior da argumentação da reportagem. A revista *Veja* (2007) traz em sua capa o desenho de uma letra A que quase alcança um céu azul e com algumas nuvens brancas. Uma escada se encontra apoiada nessa letra e há uma executiva que a sobe, como se buscasse alcançar o céu. Abaixo da letra A há o seguinte enunciado:

(1) Falar e escrever certo (*VEJA*, 12 set. 2007, p. 1).

E do lado esquerdo há três enunciados:

(2) Como o domínio da língua impulsiona a carreira

(3) Os 10 erros de Português que arruinam as suas chances

(4) A ansiedade com a nova reforma ortográfica (*VEJA*, 12 set. 2007, p. 1).

Podemos perceber que a argumentação se desenvolve a partir da relação entre ideias que se opõem, cada qual pertencente ou ao campo conceptual do positivo, favorável ao posicionamento do enunciatador, ou ao negativo, ao qual ele se opõe. Esses pares antitéticos são considerados como pertencentes a campos metafóricos diferentes que estabelecem a seguinte dicotomia:

I – Crescer e ter sucesso na carreira profissional por dominar a norma culta do português pertencem ao campo metafórico do ALTO.

II – Não ter sucesso na carreira ou tê-lo comprometido por não dominar a norma culta do português pertence ao campo metafórico do BAIXO.

O esquema a seguir representa essa divisão que se expressa metaforicamente na reportagem:

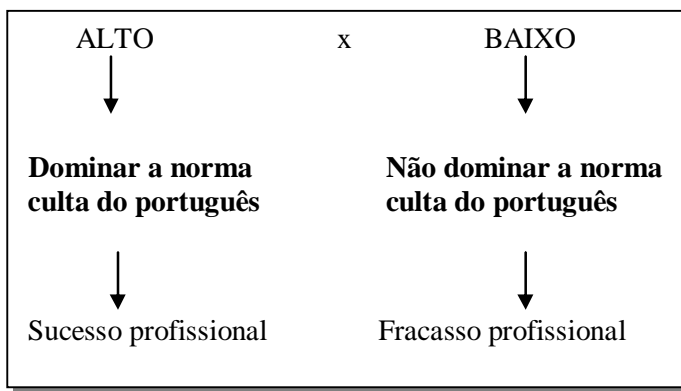


Figura 1- Representação da metáfora orientacional

Segundo Lakoff e Johnson (2002), esse tipo de representação metafórica pode ser designado “metáfora orientacional”, pois se fundamenta na orientação espacial, como: “para cima – para baixo, dentro – fora, frente – trás, em cima de – fora de (on-off), fundo – raso, central – periférico” (p. 59). As “metáforas orientacionais” atribuem uma orientação espacial a um determinado conceito, conforme Lakoff & Johnson (2002) demonstram: “Status superior é para cima; status inferior é para baixo” (idem, p. 63). De acordo com eles, essa metáfora possui uma base física e social, pois “status é correlacionado ao poder (social), e poder (físico) é PARA CIMA.” (idem, p. 63). Conseqüentemente, não ter *status* está relacionado à falta de poder, o que indica a posição PARA BAIXO.

Conforme se vê, a argumentação da reportagem se desenvolve a partir da oposição “ALTO X BAIXO”. Assim, podemos encontrar nos discursos nela veiculados alguns enunciados que se relacionam a ambos os domínios.

A dicotomia entre ALTO, considerado como positivo, e BAIXO como negativo é um traço linguístico que não se fundamenta apenas na língua e se limita a ela. Esse é um elemento da nossa cultura judaico-cristã em que o ALTO se relaciona ao céu, ao elevado, ao enaltecido, enquanto o BAIXO se relaciona ao inferno, ao de menor valor, ao declínio, ao que é símbolo de vergonha.

Assim, na capa, temos os enunciados (2) e (3) que marcam essa oposição, além da presença do icônico que remete ao céu como símbolo do ALTO.

Para compreendermos como a dicotomia entre ALTO e BAIXO se realiza, é importante considerarmos a “tematização”. Segundo Fairclough (2001), o que é colocado como tema é considerado mais relevante, aquilo que possui “proeminência informacional” (p.221).

Nesse sentido, observamos que o enunciado “domínio da língua” foi escolhido como o tema de um dos enunciados da capa e tal escolha revela o que o sujeito escolhe como mais relevante, o foco que sinaliza a posição defendida por ele. O uso do verbo “impulsionar” (no texto, “impulsiona”), por seu sentido relacionado a levar para o *alto*, se relaciona ao campo metafórico do ALTO, do elevado. Esse é, portanto, o argumento que pertence ao campo metafórico do ALTO e que marca o posicionamento do sujeito como favorável a ele, principalmente se o relacionarmos à foto da capa que faz uma apologia ao domínio da norma padrão como aquilo que conduz ao céu, ao topo, ao sucesso.

Contrário a esse posicionamento e que demonstra outro ponto de vista do sujeito no discurso é o enunciado (3). O enunciado “10 erros de português” foi tematizado e como tal possui sua importância para a argumentação. Ao associá-lo ao verbo “arruinar” (no texto, “arruinam”), o enunciador expressa sua posição: coloca-se contra o erro e a favor da norma padrão. O verbo “arruinar” (no texto, “arruinam”), por seu significado de levar a ruínas, de fazer cair em ruínas e de decadência, inscreve o enunciado (3) no campo metafórico do nível do BAIXO, daquilo que é decadente e rejeitado, sendo o tema “10 erros de português”, portanto, rejeitado pelo sujeito do discurso.

Outros enunciados aparecem ao longo da reportagem, demarcando essa separação: o ALTO é o positivo e se constitui no posicionamento favorável que o sujeito enunciador adota e o BAIXO é o negativo, ponto de vista que ele elege para reforçar a sua argumentação, mas que, ao tematizá-lo como negativo, demonstra o que se rejeita. Os exemplos de (5) a (8) demonstram o posicionamento do sujeito no discurso. Observe que todos eles são favoráveis à norma padrão e todos apresentam palavras que remetem ao campo conceptual do nível do ALTO, metaforizando-o como o positivo.

(5) Engenheiros, médicos, economistas, contabilistas e administradores que falam e escrevem certo, com lógica e riqueza vocabular têm mais chance de chegar ao topo [...] (TEIXEIRA, 2007, p. 88).

(6) Ferramenta fundamental na carreira e no crescimento pessoal, o português pode ser transformado por um acordo ortográfico (TEIXEIRA, 2007, p. 88).

(7) Diversas pesquisas estabelecem correlações entre tamanho do vocabulário e habilidade de comunicação, de um lado, e ascensão profissional e ganhos salariais, de outro (TEIXEIRA, 2007, p. 89).

(8) (...) uma maneira de se destacar na carreira e na vida é mostrar nas comunicações formais perfeito domínio da tradicional norma culta do português (TEIXEIRA, 2007, p. 90).

Assim temos no enunciado (5) a expressão “chegar ao topo”; no (6) o substantivo “crescimento”; no (7) o substantivo “ascensão” e no (8) o verbo “destacar”. Pela análise dos enunciados, percebemos que as palavras e expressões que remetem ao ALTO se relacionam ao domínio da norma padrão, confirmando assim o que foi afirmado anteriormente.

Pela análise dos mecanismos linguístico-discursivos, podemos perceber como o sujeito enunciador se posiciona no discurso para persuadir os leitores. Ele objetiva convencer o seu interlocutor a aceitar determinadas “verdades”, sendo que

convencer o outro é vencê-lo em um domínio discursivo, em que o jogo das diferentes vozes enunciativas, refletidas a partir de distintos lugares de enunciação, no sentido de Ducrot (1987), surgem como procedimento poderoso no processo de argumentação (ASSUNÇÃO, 2005, p. 16).

O sujeito enunciador se posiciona de um determinado lugar no discurso que o autoriza a dizer o que se diz e que faz seu enunciado adquirir valor. O fato de ser a revista *Veja* a instituição que autoriza o sujeito a emitir tais enunciados faz com que o conteúdo informacional seja considerado relevante e digno de credibilidade.

Nesses enunciados, podemos identificar um sujeito que detém um saber ou se apropria de saberes autorizados e por isso se coloca em uma posição de poder, haja vista que o saber e a instituição o

capacitam a fazer tais afirmações, conferindo credibilidade ao seu dizer.

Esse sujeito normativo, propagador de um discurso igualmente normativo, pode ser identificado principalmente no enunciado (1) “Falar e escrever certo”. O adjetivo “certo” deixa implícito que há um errado, bem como explicita que só terão sucesso e chegarão ao topo da escada, como demonstra a imagem da capa, aqueles que seguirem o certo, portanto, quem aderir ao discurso normativo do sujeito enunciatador.

O enunciatador desse discurso, que se propõe a mostrar o certo e a dar informações sobre a reforma ortográfica, possui credibilidade para fazê-lo porque demonstra possuir o saber ou ter contato com quem o possui. Assim, a autoridade para dizer lhe é dada por uma instituição e pelos discursos de autoridade dos quais ele se apropria para validar sua argumentação.

Desse modo, o discurso de autoridade muitas vezes se apresenta na reportagem por meio do discurso indireto. Para validar sua argumentação, o sujeito utiliza-se de outras vozes possuidoras do saber e que se manifestam por meio da citação indireta, contribuindo assim para o posicionamento adotado por ele.

A respeito da utilização do discurso indireto, Maingueneau (2001) afirma que ele está relacionado aos objetivos que se tem em mente. Segundo o estudioso, as outras vozes do discurso, apresentadas em forma de discurso direto ou indireto, são recortes subjetivos de um sujeito que se posiciona de um determinado lugar do discurso e seleciona informações para validar e confirmar seu posicionamento.

Essas vozes aparecem na reportagem como forma de manifestar um saber e de persuadir o leitor de que tal afirmação é confiável. Alguns fragmentos do texto apresentam casos de discurso indireto como forma de convencer o leitor a considerar a norma padrão como norma a ser seguida.

(9) Nas grandes corporações, os testes de admissão concedem à competência lingüística dos candidatos, muitas vezes, o mesmo peso dado à aptidão para trabalhar em grupo ou ao conhecimento de matemática (TEIXEIRA, 2007, p. 89).

(10) Diversas pesquisas estabelecem correlações entre tamanho de vocabulário e habilidade de comunicação, de um lado, e ascensão profissional e ganhos, de outro (TEIXEIRA, 2007, p. 89).

(11) Um estudo feito em 39 empresas americanas mostrou que a chance de ascensão profissional está diretamente ligada ao vocabulário que a pessoa domina (TEIXEIRA, 2007, p. 88).

Pelos fragmentos acima, podemos ver que o sujeito discursivo utiliza-se de outras vozes para marcar sua posição e validar seu discurso. O argumento de autoridade é o das empresas que avaliam os benefícios de conhecer e seguir a norma padrão, haja vista que, para persuadir o leitor, se deve colocar o argumento de autoridade daquelas que irão avaliá-lo e colocá-lo em uma posição de destaque, caso ele se adeque às normas. Do mesmo modo, os estudos desenvolvidos e publicados, conforme apontado em 10 e 11, reforçam a argumentação do sujeito enunciativo ao destacarem a importância de conhecer bem a língua e dispor de um rico vocabulário para ascender profissionalmente.

A reportagem não utiliza apenas o discurso indireto como forma de persuadir e marcar autoridade. Nela também são incluídas, por meio do discurso direto, vozes de linguistas, gramáticos, escritores e professores para que expressem os seus saberes sobre a reforma ortográfica. Esse também é um mecanismo de persuasão e de estabelecimento de poder por meio do saber, pois este último é que demarca quem pode dizer o quê e até que ponto se pode dizer. No que se refere a questões mais peculiares da reforma ortográfica e da própria língua portuguesa, somente linguistas, gramáticos e professores falaram dos possíveis efeitos da reforma para o idioma e seus falantes, sendo que a opinião dos escritores só foi incluída em boxes complementares à reportagem.

Para compreendermos o porquê dessa divisão, recorreremos ao que Foucault (1996) chamou de “procedimentos de exclusão”, entre os quais ele destaca o da “interdição”: “Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa. Tabu do objeto, ritual da circunstância, direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala” (p.9).

Ele reconhece que é necessário ser autorizado para falar, ou seja, “qualquer um não pode falar qualquer coisa”, pois é um “direito privilegiado” do sujeito que fala – nesse caso, os linguistas, gramáticos e professores –, pois há um saber que lhe dá poder para falar. Esse saber-

poder lhe é concedido por uma instituição específica, à qual cada um pertence ou já pertenceu, que os capacitou para ocuparem tal posição.

Assim, o enunciado (1) “Falar e escrever certo” explicita essa relação de saber-poder bem como promove uma ideia e veicula um valor, para assim alcançar pessoas que se convençam de que quem fala e escreve certo tem sucesso pessoal e profissional. Esse enunciado (1) ativa um pressuposto de que quem fala e escreve errado não tem ou não terá sucesso na vida profissional. Ele é visto como algo que tanto o locutor quanto o interlocutor conhecem, estabelecendo um saber partilhado como forma de dominar o interlocutor pelo discurso ao lhe dizer: “você sabe que tem um errado e estou lhe dizendo que você deve seguir o certo que afirmo”.

Nesse sentido, podemos afirmar que no enunciado (1) estabeleceu-se um “certo” em oposição a um “errado”, dando-lhes o caráter de senso comum, considerando-o como partilhado por locutor e interlocutor; porém, esses são mecanismos ideológicos de dominação daquele que detém o poder. O consenso, então, não funciona como senso comum, no sentido de comum acordo entre as partes, mas de domínio de um sujeito por outro que fala de um determinado lugar, autorizado por uma determinada instituição e detentor de um determinado saber.

Na argumentação realizada na reportagem, podemos notar que o que é estabelecido como verdade está relacionado a quem diz e à finalidade da argumentação, bem como a um poder que o capacita e autoriza a dizer. Como a finalidade da argumentação é convencer o interlocutor da importância e dos benefícios da norma, são utilizados argumentos, com marcas linguísticas explícitas que ativam implícitos, para alcançar o propósito do sujeito discursivo. Diversos enunciados na reportagem assim o demonstram:

(12) Dominar a norma culta de um idioma é plataforma mínima de sucesso para profissionais de todas as áreas (TEIXEIRA, 12 set. 2007, p. 88).

(13) Engenheiros, médicos, economistas, contabilistas e administradores que falam e escrevem certo, com lógica e riqueza vocabular têm mais chance de chegar ao topo do que profissionais tão qualificados quanto eles mas sem o mesmo domínio da palavra (TEIXEIRA, 2007, p. 88, 89).

(14) A diferença entre um sucesso e um vexame pode ser determinada por um simples crase mal utilizada (TEIXEIRA, 2007, p. 89).

(15) Diversas pesquisas estabelecem correlações entre tamanho de vocabulário e habilidade de comunicação, de um lado, e ascensão profissional e ganhos, de outro (TEIXEIRA, 2007, p. 89).

(16) Um estudo feito em 39 empresas americanas mostrou que a chance de ascensão profissional está diretamente ligada ao vocabulário que a pessoa domina (TEIXEIRA, 2007, p. 88).

(17) Por enquanto, uma maneira de se destacar na carreira e na vida é mostrar nas comunicações formais perfeito domínio da tradicional norma culta do português (TEIXEIRA, 2007, p. 90).

Em (12) há um implícito de que quem não domina a norma culta não tem sucesso profissional. Uma comparação é feita em (13), demonstrando que quem escreve certo e com riqueza vocabular terá mais chances de crescer do que quem não possui essas qualidades. Em (14), a antítese sucesso/vexame marca um implícito: quem acentua mal, ou seja, não conhece a norma culta, cometerá um vexame. Os enunciados (15), (16) e (17) atribuem ao domínio da norma o sucesso profissional e a maior chance de crescer profissionalmente, ativando um implícito de que quem não domina não alcançará o sucesso.

Pelos enunciados de (12) a (17), podemos perceber que quem se coloca do lado da norma e, principalmente, se deixa convencer pela argumentação do sujeito discursivo, alcançará os benefícios e será incluído no sistema. Entretanto, quem não aceita a argumentação do sujeito enunciativo e não aceita a norma, como bem demonstram os implícitos, está segregado, excluído e sem possibilidades de crescer profissionalmente. Esse sujeito que fala no discurso coloca-se em uma posição privilegiada que o capacita a veicular discursos que instauram divisões entre os sujeitos sociais, agregando-os ou segregando-os, conforme sigam ou não a norma culta defendida na reportagem.

De acordo com Piovezani Filho (2004), “há um movimento social que contempla e descarta, que privilegia e segrega, quando se trata de língua, de corpo e de cidade” (p.134). Esse movimento repercute na mídia, que constrói representações da realidade e estabelece determinados valores como ideais, constituindo-se assim em uma instituição que possui o poder para propagar determinados saberes e “verdades”.

Assim, na sociedade atual, não se encontra o “controle-repressão”, que caracterizava a sociedade disciplinar, mas o “controle-estimulação”, próprio das sociedades de controle, conforme apontado por Foucault (1985).

Segundo Piovezani Filho (2004), no que se refere à língua, há uma interdição que segrega e alija os indivíduos que não se adequam às normas linguísticas dessa sociedade de controle. Assim, no âmbito linguístico há

injunções ao dizer, à fruição dos direitos da liberdade de expressão, e se manifestar na forma do seguinte imperativo: ‘Todos podem/devem falar ...mas não de qualquer jeito!’ (sob a pena de não serem ouvidos, ou de terem suas falas circunscritas, sem a promoção de maiores ecos, ou estigmatizadas). Desse modo, o fechamento, a saturação e a cisão *dentro/fora*, dos quais falam Eni Orlandi e Pedro de Souza (s.d), coadunam-se quase que indefectivelmente com as políticas do corpo e da língua da sociedade brasileira hodierna, visto ser ele mais um dos meios constituídos com vistas à segregação e ao alijamento daqueles que não atendem a um e não se enquadram num padrão normalizante/normatizante (p. 146).

Tal separação é confirmada não somente pelos elementos linguísticos presentes na reportagem, mas fica clara também pelo icônico. Na reportagem foi incluída uma pirâmide invertida em que há uma separação de níveis que o indivíduo pode alcançar na carreira, conforme tenha maior ou menor habilidade linguística e adequação à norma culta do português, estabelecendo assim uma separação. O texto relacionado à pirâmide é o seguinte:

Ascensão pelo vocabulário

O bom uso do vocabulário influi na carreira. Um estudo feito em 39 empresas americanas mostrou que a chance de ascensão profissional está diretamente ligada ao vocabulário que a pessoa domina. Quanto maior seu repertório, mais competência e segurança ela terá para absorver novas idéias e falar em público.

Executivo: 50 000 palavras ou mais

Gerente: De 5 000 a 50 000 palavras

Superintendente: De 5 000 a 50 000 palavras

Supervisor: Até 5 000 palavras

Chefe de setor: Até 5 000 palavras (TEIXEIRA, 2007, p. 88-89).

De acordo com o exposto, podemos ver que o domínio da norma e a maior habilidade linguística estão associados à ascensão profissional e, conseqüentemente, à inclusão no sistema de poder. O não domínio da norma não permite alcançar o topo e mantém os indivíduos segregados e não incluídos no mesmo sistema daquele que cresceu profissionalmente.

Considerações finais

Neste trabalho, o objetivo era analisarmos a capa e a reportagem da revista *Veja*, a fim de elucidarmos o processo envolvido na construção da argumentação pelo sujeito enunciador e como ele veicula saberes, ideologias, estabelece relações de poder por meio do discurso, tornando o discurso uma prática pela qual os sujeitos agem e/ou são compelidos a agirem socialmente.

Para realizar essa análise, adotamos as perspectivas teóricas da ACD e da ADTO que propõem uma análise discursiva embasada no reconhecimento dos mecanismos linguístico-discursivos envolvidos no processo discursivo.

Nossa análise linguístico-discursiva pautou-se na identificação da metaforização e da pressuposição, com vistas a evidenciar como o sujeito enunciador construiu seu discurso. Para compreendermos o processo de instituição do discurso como verdade e das relações de poder que o perpassam, adotamos a perspectiva de “poder” e saber-poder”, conforme discutidas por Foucault (1996).

Concluimos que, ao construir sua argumentação, o sujeito enunciador se posiciona discursivamente para defender determinada “verdade”: a importância de conhecer a norma culta do português. Para defender seu posicionamento e convencer o seu interlocutor a aceitar sua argumentação, ele utiliza determinados mecanismos linguístico-discursivos – como a metáfora e pressuposição – e icônicos que mantêm uma recorrência ao longo da argumentação, conferindo-lhe unidade discursiva e constituindo-se em elemento de poder.

Observamos que as metáforas e os implícitos se manifestaram tanto como posicionamentos discursivos convergentes quanto divergentes, representando linguisticamente o que o sujeito enunciador desejava defender em sua argumentação. No entanto, os divergentes

também estavam a favor da argumentação, uma vez que representavam a negação do dizer, a rejeição de determinado posicionamento.

No que se refere à metaforização, elucidamos como a seleção vocabular e icônica da argumentação refletia a natureza física, espacial, cultural e social da metáfora, constituindo-se em elementos relevantes para o entendimento do discurso veiculado, para a apreensão das ideologias e do poder nele manifestos, bem como para a manutenção da unidade discursiva da reportagem enquanto discurso socialmente e linguisticamente situado, destinado a determinados interlocutores.

Constatamos que, pelo discurso, o sujeito se posiciona e age sobre o outro, na tentativa de vencê-lo por meio da argumentação. Para isso, verdades e saberes autorizados são difundidos e estabelecidos no discurso, os quais se apoiam no poder de uma instituição e/ou de determinado saber que autoriza o sujeito a afirmá-los e a defendê-los.

Assim, por meio da análise da argumentação realizada, apreendemos três concepções sobre a relação “saber-poder” e “poder-saber”: 1^a) o sujeito enunciador se posiciona no discurso como aquele que sabe, mas é o saber que lhe dá poder para dizer o que diz e, portanto, torná-lo crível; 2^a) o sujeito do discurso ampara-se no saber do outro, que lhe autoriza a emitir determinados enunciados considerados como verdadeiros e de autoridade; 3^a) ter saber também é sinônimo de possibilidade de ter poder. Conforme a ideologia presente nos discursos do *corpus* analisado, quanto mais domínio do saber (a norma culta, no caso da reportagem) maior possibilidade de se ter poder (na reportagem, crescimento na carreira).

Enfim, ao construir o seu discurso, o sujeito se utiliza consciente e inconscientemente de mecanismos linguístico-discursivos e icônicos variados para alcançar seu objetivo. A sua habilidade em utilizá-los para o fim desejado proporciona a veiculação de ideologias e o estabelecimento do poder, os quais se fazem por meio do saber que ele domina ou que se apropria para esse fim, efetivando assim o seu discurso.

Referências

ASSUNÇÃO, Antônio Luiz. Discurso e representação social: o trabalho ideológico da/na linguagem, In: LYSARDO-DIAS, Dylia (org.). *Discurso, representação e ideologia*. São João Del-Rei: PROMEL/UFSJ, 2005. p. 09-23.

CHOULIARAKI, Lilie; FAIRCLOUGH, Norman. *Discourse and late modernity*. Rethinking critical discourse analysis. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987.

FAIRCLOUGH, Norman. *Language and power*. 10 ed. London: Longman, 1996.

_____. *Discurso e mudança social*. Trad. (coord.) Isabel Magalhães. Brasília: Editora da UnB, 2001.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

_____. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. *Metáforas da vida cotidiana*. Mercado de Letras: São Paulo, 2002.

MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. Trad. Cecília P. de Souza e Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2001.

PIOVEZANI FILHO, Carlos. Entre vozes, carnes e pedras: a língua, o corpo e a cidade na construção da subjetividade contemporânea. In: SARGENTINI, Vanice; NAVARRO-BARBOSA, Pedro (Org.) *Michel Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade*. São Carlos: Claraluz, 2004. p. 133-158.

TEIXEIRA, Jerônimo. Riqueza da Língua. *VEJA*. São Paulo: Abril, ed. 2025, n. 36, set. 2007. p. 88-96.

Recebido em 15 de julho de 2011

Aceito em 10 de outubro de 2011

A ESCRITA TRAVESTIDA DE DESEJO: TRAVESTIMENTO, ESCRITA E HOMOEROTISMO EM LÚCIO CARDOSO

THE WRITING OF DESIRE SHEMALE: TRANSVESTISM, WRITING AND HOMOEROTICISM IN LUCIO CARDOSO

*Leandro Júnio Santos QUEIROZ**

Resumo: Esta pesquisa, ainda em desenvolvimento, estuda as fecundas relações entre corpo, escrita e desejo investigando o homoerotismo, a identidade e o travestimento no tecido narrativo da novela *O desconhecido* (1940), do escritor mineiro Lúcio Cardoso. Tais temas estão ligados, na narrativa, pelos discursos da interdição e da transgressão.

Abstract: This research, still in development, studies the fruitful relations between body, writing and desire investigating homoeroticism, identity and transvestism in the narrative fabric of the novel *The unknown* (1940), by the Brazilian writer Lucio Cardoso. These themes are linked, in the narrative, by discourses of interdiction and transgression.

Palavras-Chave: Travestimento; Escrita; Homoerotismo.

Keywords: Transvestism; Writing; Homoeroticism.

“O que ocultamos, é o que importa, é o que somos”
(Lúcio Cardoso, *Diário Completo*)

Lúcio Cardoso (1912-1968), mineiro de Curvelo, incluído pela crítica no rol dos romancistas religiosos ou psicológicos das décadas de 1930 e 1940, produz uma literatura de atmosfera sombria e de personagens extremamente atormentados. Entre esses seres atormentados estão alguns com “inclinação homoerótica” e com “crises de identidade”. Nesse sentido, merece destaque a novela cardosiana *O desconhecido* (1940) que narra a atração homoerótica de um homem, destituído de “origens” e “identidades”, por um jovem ingênuo e humilde.

* Mestre em Letras – Estudos Literários, pela Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), Brasil. Contato: leosanquez@hotmail.com.

A presença do homoerotismo na Literatura Brasileira tem se efetivado principalmente a partir de 1950. Entretanto, é a partir de 1970 que o tema se consolida efetivamente. Sem a preocupação naturalista típica dos romances que abordaram primeiramente o tema, como *O Ateneu* (1888), de Raul Pompéia e *Bom crioulo* (1895), de Adolfo Caminha, a novela aqui proposta aborda o homoerotismo sem a preocupação sexual, banal ou pornográfica, mas focada na questão da representação identitária, da transgressão e da interdição.

Nessa narrativa o homoerotismo é visto sob a ótica da identidade em transição, da transgressão e da interdição, apresentando um discurso homoerótico velado, sem adentrar no plano carnal, isto é, não há consumação sexual deste desejo por parte dos personagens. Em *O desconhecido*, o homoerotismo, representado por um protagonista forasteiro, é uma identidade em transição, uma vez que o sujeito errante, destituído de qualquer identificação, aceita um nome que não é seu, assim como uma nova vida. *O desconhecido* apresenta personagens literalmente obscuros, travestidos de desejo, pecado, volúpia e transgressão. Eros é interditado a todos esses personagens nos quais prevalecem “egos” atormentados.

A tradição literária apresenta refletida em si a marginalização da homossexualidade, o que ainda se presencia em nossa cultura. Assim, tal assunto é muitas vezes abordado em contextos de subversão, bizarrice e repressão, o que só contribui para o aumento da homofobia. Contemporaneamente, o aspecto artístico das obras de conteúdo homoerótico tem sido minimizado pelo julgamento moral. O homoerotismo não é apenas uma estética do desejo e do gozo ou a abordagem de uma relação amorosa transgressora. É, antes de tudo, um discurso que se articula a partir de inumeráveis práticas sociais e vivências pessoais, conforme afirma José Carlos Barcellos em *Literatura e homoerotismo em questão*.

É preciso esclarecer, portanto, a distinção entre os signos “homossexualismo” e “homoerotismo”. O primeiro, segundo Jurandir Freire Costa, remete ao preconceito homofóbico, vigente no século XIX, ao passo que o segundo recoloca a questão sem homofobia. O psicanalista brasileiro ensina:

Teoricamente, como procuro mostrar, homoerotismo é preferível a ‘homossexualidade’ ou ‘homossexualismo’ porque tais palavras

remetem quem as emprega ao vocabulário do século XIX, que deu origem à idéia do ‘homossexual’ (COSTA, 1992, p. 11, grifos do autor).

Pretendendo acabar com a conotação pejorativa de tais termos, Jurandir Freire Costa propõe o emprego de *homoerotismo* em lugar de *homossexualidade*. Segundo ele, isso se faz necessário por três razões:

A primeira é de ordem teórica. Devido à obscuridade dos termos convencionais ‘homossexualismo’ e ‘homossexualidade’. Homoerotismo é uma noção mais flexível e que descreve melhor as pluralidades das práticas e desejos humanos. A segunda porque nega a idéia da existência de uma ‘substância homossexual’ orgânica ou psíquica comum a sujeitos com tendências homoeróticas. A terceira razão porque o termo homoerotismo não possui a forma substantiva que indica identidade, como no caso do ‘homossexualismo’ de onde derivou o substantivo ‘homossexual’. Sendo que o termo homoerotismo admite o entendimento da atração pelo mesmo sexo (COSTA, 1992, p. 21-22, grifos do autor).

Já para Michel Foucault (1999), tanto a “homossexualidade” quanto a “heterossexualidade” são práticas discursivas, exercícios de poder, visto que os gêneros são produzidos nas/pelas relações de poder. Neste caso, Foucault não fala em preconceito, mas em um conjunto de saberes cultural e historicamente construído e convencionado. Na visão foucaultiana, a sexualidade é constituída a partir de múltiplos discursos sobre o sexo. Portanto, é preciso retirar essa carga de naturalidade do sexo, ele não é biológico/natural, mas um efeito discursivo (FOUCAULT, 1999, p. 87).

Em *O desconhecido*, embora não haja o contato sexual entre José Roberto (o desconhecido) e Paulo, uma vez que o desejo é interdito, há o desejo homoerótico. Tal desejo se manifesta através das falas, dos gestos, dos toques e dos olhares desses personagens:

José Roberto sentiu-se assaltado por um súbito pressentimento: decerto, era a ele que procuravam. Também Paulo devia ter tido idéia semelhante, pois o seu olhar abandonou a escuridão da noite e fixou um minuto a face do companheiro. Nesse instante, ambos estavam tão próximos que um sentia no rosto a respiração do outro. E sem saber por que, ambos compreenderam que já não havia entre eles

nenhuma hostilidade e que, ao contrário, alguma coisa poderosa como o instinto os tinha unido, como se, colhidos pela engrenagem de um fato misterioso e inesperado, deversem lutar juntos para se libertarem (CARDOSO, 2000, p. 36).

A relação que se desenvolve entre ambos é a de mestre e discípulo. José Roberto ensina o efebo Paulo ler. A analogia com o *erastes* e o *eromenos* da Grécia Antiga não é mera coincidência. Surge dessa relação o chamado “*amor grego*”¹¹. Neste sentido, Paulo é exatamente a figura do erômena da Antiguidade Grega, visto que, para o seu erasta (José Roberto) é representação de beleza, juventude, inexperiência e inocência e, que por isso mesmo, se fazia passível de dominação. É neste espaço de insinuações do narrador e especulações e insinuações do escritor que o homoerotismo se desvela, sempre sutil e discreto:

E Paulo, hesitante, esperava que o outro dissesse alguma coisa. Entretanto, José Roberto permaneceu silencioso, o pensamento repentinamente distante. Que tumulto era aquele que parecia romper as camadas mais espessas da sua consciência, crescer com o ímpeto indomável de uma onda febril, onde o desejo se misturava ao remorso? Uma força obscura estava prestes a desencadear-se no seu ser; ele sabia que necessitava de toda a sua vontade para retê-la, antes

¹¹ “Amor grego” é uma expressão já em desuso, mas que foi bastante utilizada para se referir à homossexualidade masculina, ao amor entre homens. A expressão alude ao relacionamento social desenvolvido na Grécia Antiga em que, conforme explica BADINTER (2003, p. 79-82), o erasta (do grego: *erastes*=aquele que ama; o amante), um homem mais velho, experiente, deveria fazer a iniciação, inclusive sexual, de um jovem, o erômena (do grego: *eromenos*=aquele que é amado; o amado). Essa relação pedagógica, iniciática e íntima era bem aceita, mas não se admitia o contrário, isto é, o *eromenos* jamais deveria “procurar” seu *erastes*. A homossexualidade, neste caso, tinha conotação de aquisição de conhecimento, sabedoria, inteligibilidade, pujança. O *erastes* deveria sempre fazer o papel de ativo e hierarquicamente superior ao *eromenos*, passivo e obediente. Nessa troca de contatos, o iniciador (erasta) fornecia sua experiência de vida, sua sabedoria, sua inteligência e seus conselhos e virtudes e o iniciado (erômena) sua beleza, coragem e jovialidade. O *erastes* servia como exemplo, força moral/espiritual; o *eromenos* como força física, potencial. Dessa relação é que vem a palavra ‘pederastia’ (do grego: *paederastía*), isto é, a prática sexual entre um homem e um rapaz mais jovem. Contemporaneamente, este termo, por extensão de sentido, refere-se a qualquer relação homossexual masculina. Conforme Carlos Figari (2007, p. 79), a pederastia, como a conhecemos hoje, ligando sexualmente um adulto e um menor de idade, só aparece como delito após o século XIX.

que ela o lançasse impotente na mais perigosa das voragens. Agora ele examinava o rapaz com os olhos velados, retendo as pancadas surdas do coração. Assim, pois... (CARDOSO, 2000, p. 44).

Se por um lado, o narrador insinua, mas com sutileza; por outro, o escritor já se entrega ao grafar pela primeira vez a palavra ‘Amigo’ com letra maiúscula. A tentativa de nos eludir é vã, mas proposital. Paulo já não era simplesmente um amigo para José Roberto:

Então, José Roberto aproximou-se da cama, abaixou-se, fitou um minuto a face mergulhada no sono. Que veria ele no rosto sereno do adolescente? Pela janela chegavam os cantos dos primeiros galos [...] Aquilo chegava em ondas pela janela estreita, rompendo os limites escuros daquela prisão. Qualquer coisa pesada, qualquer coisa que parecia ter sido acumulada ali por longos anos de silêncio e solidão, cedia, rompia como um bloco de gelo no seu coração. No rosto de Paulo, ele parecia contemplar pela primeira vez a sombra fugitiva e insuspeitada do *Amigo* (CARDOSO, 2000, p. 49; grifo nosso).

O desconhecido, também enclausurado em seu desejo, sofre com sua errância e seu “anonimato” e tem consciência dessa “força obscura”, deste encarceramento da alma, deste Mal que se pressagia:

Subira a pequena escada como quem se dirige para o final de um caminho, para o desenlace de alguma coisa longamente esperada, para a aproximação de algo que se teme secretamente, de uma ameaça que de há muito vem-se aproximando, mas que só então se desvenda, nua e implacável diante dos nossos olhos atônitos (CARDOSO, 2000, p. 13-14).

E que lhe importava que se deitasse sobre aquela ou outra cama qualquer? Não seria sempre, não seria ainda assim a mesma criatura? E, de repente, sentiu a profundidade com que penetrava em seu ser a idéia da sua irremediável permanência, do insolúvel de todas as questões que há tanto tempo, desde a infância... (CARDOSO, 2000, p. 30).

As reticências finais são do próprio escritor que através da instância narrativa suspende o pensamento a fim de que nós, leitores,

delineemos o restante. Aumenta-se, assim, a atmosfera de mistério. Fica implícito que este Mal que se prevê é a tragédia que se fará na vida de José Roberto em decorrência de sua inclinação homoerótica. Assim, se o Mal previsto é a morte que o ronda como única forma de expurgação de seu pecado, este Mal é o seu próprio desejo homoerótico:

Ainda mais absurda era a sua presença naquele mundo; pois, o que quer que fizesse, a agitação de que se cercasse, o ambiente em que procurasse se refugiar, nada alteraria esse fundo que ele tão bem conhecia, esse eu irredutível e amargo que formava a camada mais profunda do seu ser (CARDOSO, 2000, p. 31).

Este Mal não é nada desconhecido para José Roberto que se sente atormentado, mas ao mesmo tempo movido por este desejo incessante pelo outro, por Paulo. Desta forma, são constantes em *O Desconhecido* os maus presságios como anunciantes da tragédia que virá. O homoerotismo é visto, assim, como um mal irremediável. O protagonista José Roberto se sente um ser condenado, arrebatado pelo Mal e “prevê” tragédias em decorrência do seu “amor proibido”. José Roberto sente-se um escravo de si mesmo. Talvez, por isso mesmo, são tão constantes as reflexões sobre sua solidão e agonia.

A despeito deste autoencarceramento, Enaura Quixabeira Rosa e Silva (2004) é quem comenta que esse aprisionamento de si mesmo é uma tentativa de expiação dos próprios pecados, de renúncia ao Mal. Ela aponta ainda a mesma escravização em Miguel que, segundo ela, assim como outras personagens de diversas narrativas cardosianas, “vivenciam a experiência do ‘sentir-se escravo’ de alguém, de uma situação ou de si mesmos” (SILVA, 2004, p. 72).

Assim, o pensamento que Lúcio Cardoso reserva a José Roberto gira em torno daquilo que se convencionou por muito tempo: a homossexualidade como doença, loucura ou perversão, algo reservado aos condenados. Em *O desconhecido* o protagonista vê seu desejo homoerótico como culpa, como uma renúncia a Deus e que, por isso mesmo, necessita de redenção, do perdão divino para ser aceito e se auto-aceitar.

Nesta atmosfera de segredos e sombras é também constante a impressão de perseguição que toma conta do desconhecido. José Roberto se sente vigiado frequentemente por Miguel, mas também

sente outra perseguição: a do Mal, da Morte, da tragédia que está por vir e que, sob o seu ponto de vista, se dará por conta de sua “estranheza”. Sabemos bem que “estranheza” é sua inclinação homoerótica, seu desejo pelo efebo Paulo. A doença que sofre desde a mais tenra infância ratifica essa ideia:

O homem pôs-se a subir, mas uma pontada súbita obrigou-o a parar. Era o seu mal, a velha pontada que ele tanto conhecia e que vinha agora despertá-lo como um sinal de alerta. [...] Subira a pequena escada como quem se dirige para o final de um caminho, para o desenlace de alguma coisa longamente esperada, para a aproximação de algo que se teme secretamente, de uma ameaça que de há muito vem-se aproximando, mas que só então se desvenda, nua e implacável diante dos nossos olhos atônitos. [...] encontrou-se só, terrivelmente só, face a face com os seus pensamentos, o seu segredo, o mistério para sempre revelado de seu miserável destino. A pontada do lado do coração foi desta vez o motivo que o chamou à realidade. [...] fechou os olhos, procurando esquecer, dormir – derradeiro gesto de submissão à sombra já iminente que parecia espreitá-lo há tanto tempo, desde há meses, anos, desde a sua infância talvez (CARDOSO, 2000, p. 12-14).

Assim, a doença, a dor no peito é alegoria da Morte, única forma de se libertar do seu “mal”, de seu desejo homoerótico. A morte seria uma condenação, um castigo, mas também a única forma de expurgação e redenção para seu “pecado nefasto”. E o narrador, onisciente que é, vai revelando a nós, leitores, o lado mais íntimo do protagonista, explicando-nos a origem de sua desgraça, o motivo de sua solidão:

E ele se achara de repente face a face com o mundo que desconhecia, despojado da sua penumbra, dos frascos inúteis, obrigado a penetrar também no escuro rio que rolava aos seus pés. Que dizer desse período de lentas descobertas, de amargos reconhecimentos, de tentativas e de recuos, até que tudo viesse desaguar na humilde aceitação de si próprio, dos seus irremediáveis defeitos, como uma onda de limo e de espuma que se lança nas areias noturnas das praias?... Fora uma lenta renúncia a todos os vícios trabalhados desde a sua antiga existência – e, se de alguns conseguira limpar a poeira sutil, de outros, porém, guardara a marca insondável das suas garras.

Jamais seria como os outros, jamais viveria das suas vidas simples, dos seus inocentes folguedos. Jamais teria inocência suficiente para viver entre eles como um irmão; sempre que procurasse se imiscuir, como o lobo da história, sentiria pesar a desproporção da sua origem, o sinal que o distinguiu, o mistério da sua natureza solitária (CARDOSO, 2000, p. 48).

Percebam que o próprio protagonista, pelo que nos relata este narrador onisciente, se sente diferente, solitário, um condenado. Os personagens cardosianos revelam a tortura daqueles que acreditam ser eternos pecadores e que, por isso mesmo, necessitam frequentemente do perdão divino; daqueles que acreditam viverem divididos entre o sagrado e o profano, entre o pecado e a culpa, entre a virtude e o pecado, entre a redenção e a danação, entre o Bem e o Mal.

Mas por que Lúcio Cardoso retrataria assim tal tema? Tentaremos esclarecer isso um pouco mais adiante. Lúcio Cardoso era um fervoroso católico e esteve sempre dividido entre a fé cristã e sua inclinação homoerótica, se sentia um ser atormentado, um angustiado diante dessas duas “incompatíveis” realidades, conforme aponta Andréa de Paula Xavier Vilela (2007) em sua tese *Lúcio Cardoso: o traçado de uma vida*:

Lúcio teve para com a religião uma relação de grande conflito. Se por um lado o catolicismo dava-lhe sustentação espiritual, por outro era fator de opressão, responsável por profundos tormentos internos. Seu homossexualismo (*sic*) pode ter contribuído para aumentar o sentimento de inadequação e de contradição que arrastava como quem se vê condenado a carregar um fardo com o qual foi presenteado sem a possibilidade de escolha, já que se via em constante embate perante dois discursos inconciliáveis: o de sua sexualidade homoerótica e o de sua religião católica apostólica romana. O catolicismo lhe veio como herança familiar e, como um herdeiro sem escolha, viu-se diante de um conflito impossível de se resolver. Num berço católico, a homossexualidade é encarada como uma fraqueza, uma dificuldade a se superar ou sublimar. A impressão que se tem é que sua sexualidade era um tabu não só para ele mesmo, como para os seus. No entanto, Lúcio parece reconhecê-la como uma dádiva: “Estranho dom: Deus deu-me todos os sexos.” (CARDOSO, 1970, p. 295). Essa questão que arrastou e que nunca conseguiu resolver fez dele um sujeito dilacerado e torturado pela culpa que

carregava colada a si como uma grande mácula. Marca com a qual já estava tão familiarizado que não percebia não se tratar de um sinal de nascença, mas de um parasita que lhe sugava o sangue e a possibilidade de libertação. Quem carrega tamanha culpa precisa desesperadamente da misericórdia de Deus. Lúcio então se agarra à graça e ao perdão divino. Mais do que isso, sem conseguir livrar-se do sentimento de pecado, passa a considerar o pecado e a culpa, condições para a manifestação de Deus: “Sem a noção de pecado, não há fé possível”. (CARDOSO, 1970, p. 165). Para ele são as ovelhas desgarradas que fazem com que Deus possa exercer sua infinita misericórdia e capacidade de perdão: “Acho que Deus não se interessa em definitivo senão por aqueles que, uma vez pelo menos, têm a coragem para perder o céu” (CARDOSO, 1970, p. 182). (VILELA, 2007, p. 144-146).

Dessa forma, Lúcio Cardoso talvez tenha mesmo projetado em José Roberto sua ideologia e sua própria realidade. Os personagens homoeróticos cardosianos são também seres angustiados, atormentados, torturados pela não aceitação social e divididos entre a culpa e o desejo. Como aponta Vilela (2007) é recorrente na obra de Lúcio Cardoso a presença de uma verdade velada, seja ela qual for. No caso específico de *O Desconhecido* essa verdade interdita é a própria homossexualidade de José Roberto, não literalmente declarada, mas claramente legível.

Vilela (2007) nos fala ainda de uma constante presença de *biografemas* na obra de Lúcio Cardoso. Desta forma, nas escrituras cardosianas predominam *biografemas* que nos permitem visualizar um discurso intercalado entre criador e criatura neste universo misto de ficção e realidade, nesta estrutura dissimulada que embaralha real e imaginário. Para citarmos alguns, além da “diferença” promovida pela homossexualidade, há também a recorrência da decadência das grandes fazendas, da derrocada da tradicional sociedade mineira.

Em *O Desconhecido*, embora não haja o contato sexual entre José Roberto (o desconhecido) e Paulo, há o desejo homoerótico. Tal desejo se manifesta através das falas, dos gestos, dos toques e dos olhares desses personagens:

Que tumulto era aquele que parecia romper as camadas mais espessas da sua consciência, crescer com o ímpeto indomável de uma onda febril, onde o desejo se misturava ao remorso? Uma força obscura

estava prestes a desencadear-se no seu ser; ele sabia que necessitava de toda a sua vontade para retê-la, antes que ela o lançasse impotente na mais perigosa das voragens. Agora ele examinava o rapaz com os olhos velados, retendo as pancadas surdas do coração (CARDOSO, 2000, p. 44).

O desconhecido é rebatizado como “José Roberto”, nome que pertenceu ao capataz anterior da fazenda Cata-Ventos. Nela, o “Desconhecido” apaixonou-se por Paulo, que é apaixonado pela jovem e bela Nina. Aurélia, proprietária da fazenda decadente, deseja ardentemente José Roberto. Ambos, destituídos de juventude e beleza, são enclausurados em seus corpos.

O desconhecido se sente “um ser diferente” (CARDOSO, 2000, p. 31) e duvida “até mesmo da própria existência” (CARDOSO, 2000, p. 132). Timóteo, por sua vez, tem consciência de que seu perfil afronta os irmãos e a sociedade com sua personalidade desafiante e transgressora. Não se vê como um ser ridículo, mas sabe-se ridicularizado e marginalizado.

A identidade em trânsito de José Roberto evidencia sua privação da vida e o mascaramento de seu ego, pois que esta personagem nega sua identidade original e assume uma outra que lhe é imposta. O que mais caracteriza um corpo homoerótico é o seu desejo: o desejo pelo semelhante, pelo mesmo sexo. Em *O Desconhecido* isso é facilmente perceptível/legível, ainda que mascarado pela interdição.

Na concepção lacaniana de desejo este é impulso, atração, necessidade de satisfação afetiva e/ou sexual. O desejo, na conotação sexual, nada mais é que o impulso erótico que motiva nossa atenção, empenho e cobiça (também desejo) pelo outro. No entanto, afastada a conotação erótica, desejo também pressupõe vontade, querência, ambição, propósito. Desejar é apetecer, desejar ardentemente é almejar, cobiçar. Neste sentido, também faremos uso dessas conotações de desejo, uma vez que pretendemos discorrer não somente sobre o desejo homoerótico, mas principalmente sobre o desejo do escritor de travestir sua vida em escrita.

Entretanto, assim como a identidade de gênero é uma construção sociocultural ou um “produto da linguagem”, o desejo erótico/homoerótico também o é. Neste sentido é que Costa afirma:

Não existe objeto sexual “instintivamente adequado ao desejo” ou vice-versa, como reitera a psicanálise. Todo objeto de desejo é produto da linguagem que aponta para o que “é digno de ser desejado” e para o que “deve ser desprezado” ou tido como indiferente, como incapaz de despertar excitação erótica (COSTA, 1992, p. 28, grifos do autor).

Assim, é pelo fato de o desejo (homo)erótico ser um produto sociocultural que abre-se espaço para o questionamento da normatividade a partir de identidades várias. Entre as que nos interessa, apontamos a sexual, a social e esta última em contraposição com o papel social de gênero.

Tal qual o gênero, a escrita também é colocada em xeque, afinal não há garantias para o leitor de que o que está escrito é fidedigno ou digno de crédito, haja vista que a ficção literária não tem compromisso com a realidade. De acordo com o pensamento derridiano, a escrita provoca sempre uma desconfiança por não passar de uma representação de outra representação. Para Derrida (1997), a escritura é o trabalho da escrita e a palavra escrita é suspeita porque pode ser utilizada mesmo na ausência daquele que a escreveu, contra ele ou a seu favor.

Assim, existe uma evidente analogia entre corpo e escritura. Tal qual o corpo, a escrita também necessita da prótese. No corpo físico/anatômico/humano essa prótese são as roupas, os acessórios, os calçados etc. No caso específico da literatura essa prótese pode ser entendida como o extra-dito, isto é, aquilo que está além do escrito e que muitas vezes é denominado interdito por se encontrar subliminar, escondido no universo das entrelinhas, para além do texto. Assim como o corpo pode ser montado/transformado, metamorfoseado e travestido/disfarçado a qualquer tempo, a escrita também. Um corpo masculino pode se travestir de feminino e vice-versa, trazendo em si a marca da ambiguidade, do disfarce como no caso das/dos travestis, transformistas, *cross-dressers*, *drag-queens* e *drag kings*, objetos de estudo da estética *camp* e da teoria *queer*.

Estes sujeitos trazem no corpo a experiência da inversão e a ambiguidade de gênero já que trazem nele características masculinas e femininas, simultaneamente. A ambiguidade, presente no corpo destes sujeitos travestidos, está também vinculada à escrita, que pode ser ambígua, duvidosa e suspeita, haja vista que faz uso de artifícios como

a metáfora, a ironia, o sarcasmo, o deboche, a crítica, o duplo sentido, o interdito, a representação, a (dis)simulação, entre outros caros recursos linguísticos e discursivos. Assim, é possível conceber a escrita como uma possibilidade de montagem, na medida em que narrativas (vivências e experiências dos sujeitos: travestido e escritor) são sobrepostas a outras narrativas, sobretudo, no discurso metalinguístico, por exemplo, já que a escrita, neste caso, discute o próprio processo de escritura.

O travestido está para o escritor assim como o corpo está para a narrativa. Ambos manipulam signos de superfície. Desta forma, o corpo do indivíduo travestido é manipulado da mesma maneira que as palavras são manipuladas pelo escritor. Em ambos os processos, de escritura e de travestimento, ocorre montagem de uma representação, bem como, em ambos os corpos, da narrativa e do travestido, ocorre simulação de uma realidade ou mascaramento de uma identidade. No corpo travestido mascaram-se as características do sexo oposto para evidenciar as marcas de gênero. No corpo da narrativa mascaram-se as características do real para evidenciar as marcas da ficcionalidade. Nem sempre estes objetivos são alcançados, mas os vestígios dessa manipulação de signos ficam impressos ou inscritos nos corpos.

Escritor e sujeito travestido realçam subjetividades, selecionando signos de seu interesse: palavras pelo primeiro, vestimentas e acessórios pelo segundo. Caracteres e características em manipulação, em modelação são inscritos e escritos por seus respectivos autores. Considerando que a paródia e o travestimento são formas intertextuais de reescritura de textos, é possível também falar de uma constante analogia entre intertextualidade (entre textos) e INTERsexualidade (entre sexualidades). Aqui, intersexualidade não como transgeneridade. Se a primeira pressupõe INTERação das mais diversas linguagens textuais, a segunda aponta para um diálogo e uma fluidez comum entre os diversos planos de sexualidades, que, no raciocínio de Judith Butler (2003), não são fixos nem finitos. Essa relação analógica entre corpo travestido e corpo escrito foi teorizado por Severo Sarduy (1979), crítico cubano, como *escritura do travestimento*.

A escrita, como nos lembra Sarduy, é uma inscrição e, por analogia, é uma tatuagem. A tatuagem é uma forma de escrita. Ambas se constituem “máscaras”, uma vez que mostram e escondem ao

mesmo tempo: “a máscara nos faz crer que há uma profundidade, mas o que ela mascara é ela mesma: a máscara simula a dissimulação para dissimular que não é mais que simulação” (BAUDRY *apud* SARDUY, 1979, p. 49). A roupa, a vestimenta também cumpre com este papel: revela ou desvela o que pode ser visto, mas vela o que não pode ser visto. Não por acaso, Sarduy compara o autor ao tatuador e a literatura à tatuagem:

A literatura é, como a que pratica nosso colecionador, uma arte da tatuagem: inscreve, cifra na massa amorfa da linguagem informativa os verdadeiros signos da significação. Mas essa inscrição não é possível sem ferida nem perda. Para que a massa informativa se converta em texto, para que a palavra comunique, o escritor tem que tatuá-la, que inserir nela seus pictogramas. A escritura seria a arte desses *grafos*, do pictural assumido pelo discurso, mas também a arte da proliferação. A plasticidade do signo e seu caráter barroco estão presentes em toda literatura que não esqueça sua natureza de inscrição, o que se poderia chamar de escrituralidade (SARDUY, 1979, p. 53-54, grifo do autor).

As figuras do colecionador de peles e da travesti estão vinculadas ao travestimento do travestimento, isto é, simulacros do real. A pele da escrita é a pele do corpo que, por sua vez, faz alusão à escrita mascarada, “a ‘escritura como travestimento’, como desdobramento paródico e translação metafórica” (CAMPOS, *in* SARDUY, 1979, p. 8). Por sua vez, a escrita nasce pelo desejo do desvelamento e se estende por sua inabilidade em desvelar. Os movimentos do velar/desvelar despertam mecanismos de “aparecimento-desaparecimento”, de zonas de intermitência que configuram o texto como corpo erótico, tal qual nos aponta Roland Barthes em *O prazer do texto*:

O lugar mais erótico de um corpo não é *lá onde o vestuário se entreabre?* Na perversão (que é o regime do prazer textual) não há “zonas erógenas” (expressão aliás bastante importuna); é a intermitência, como o disse muito bem a psicanálise, que é erótica: a da pele que cintila entre duas peças (as calças e a malha), entre duas bordas (a camisa entreaberta, a luva e a manga); é essa cintilação mesma que seduz, ou ainda: a encenação de um aparecimento-desaparecimento (BARTHES, 1996, p. 16, grifos nossos).

Mas se a escrita é capaz de dissimular tanto, de brincar de mostrar e esconder, de travestir-se de representação, de mascarar-se, de se metamorfosear a ponto de criar uma para-realidade, não faria o criador uma espécie de extensão de sua realidade? Não poderia o escritor prolongar-se para dentro de sua própria obra? A arte não poderia imitar a vida? A escrita não poderia ser vivificada e a vida escrita? Por que não?!

Neste sentido, desejo e escrita podem ser correlacionados na medida em que gênero e linguagem, bem como corpo humano (corpo do homem) e corpo escrito (corpo da escrita), possuem entre si profundas analogias. O exercício da escrita, a escritura, nascido da subjetividade do escritor, do desejo de escrituralidade, é que permite que o desejo pelo parceiro do mesmo sexo assuma corpo no texto. Como estamos tomando a narrativa como corpo escrito são as relações óbvias e fecundas entre corpo e desejo que nos permitirão, aqui, estabelecer uma analogia entre desejo e escrita. O corpo no qual se deixa inscrever qualquer coisa em si é também o corpo da narrativa.

Ao tocarmos na questão identitária e no travestimento, faz-se necessária a investigação de tais escrituras homoeróticas a partir da teoria *queer*. Na contemporaneidade exclui-se a ideia de que possa haver identidades sexuais em transição ou em transformação. O termo *queer* é uma gíria inglesa que pode ser traduzida como “esquisito”, “anormal”, “excêntrico”, “incomum”, “raro”, “estranho” ou “diferente” e também é utilizado em tons depreciativos e homofóbicos para designar gays e lésbicas. Numa perspectiva teórica, *queer* indica toda e qualquer “identidade” (seja ela sexual ou não) como resultado, sobretudo, de convenções sociais e culturais. Assim nos explica o pesquisador Tomaz Tadeu da Silva:

[...] o termo *queer* funciona como uma declaração política de que o objetivo da teoria *queer* é o de complicar a questão da identidade sexual e, indiretamente, também a questão da identidade cultural e social. Através da ‘estranheza’, quer se perturbar a tranquilidade da ‘normalidade’ (SILVA, 2007, p. 42).

A teoria *queer* rompe com a ideia de uma categoria unitária formadora de identidades. De acordo com Judith Butler (2003),

aqueles que se confrontam com as normas de gênero e que, ainda assim, buscam um reconhecimento social para ter vidas habitáveis são os sujeitos da teoria *queer*. Esses sujeitos, segundo Butler, vivem em situações de “paradoxo identitário” como possibilidade de manter a sua existência (BUTLER, 2003). Para a teoria *queer*, a identidade sexual, assim como a de gênero, é uma construção social. De acordo com tal teoria, a identidade é sempre uma relação dependente da identidade do outro. Não existe identidade sem significação, assim como não existe identidade sem poder. A teoria *queer* pretende questionar as estruturas de significação sobre o que é correto ou incorreto, o que é moral ou imoral, o que é normal ou anormal.

O desconhecido possui uma escritura em que o desejo pelo parceiro do mesmo sexo assume corpo no texto. A amizade e o amor se confundem durante a trajetória errante do desconhecido pela fazenda decadente. José Roberto deseja Paulo, embora não haja conjunção carnal entre eles. Conforme dito, este desejo se mantém interdito durante toda a narrativa através de sugestões, falas, toques, olhares e gestos. A transgressão nessas narrativas se consolida não pelo prazer carnal, mas pelo desejo interdito expresso pela sedução dos olhares, dos gestos, dos corpos e dos trajés. É o fascínio de um corpo diante de um outro que o atrai pela semelhança, pela identidade dos gêneros, pela cumplicidade dos corpos.

Georges Bataille afirma que o interdito intimida, mas é a fascinação que introduz a transgressão (BATAILLE, 1987, p. 64). Desse modo, os personagens homoeroticamente inclinados afirmam suas identidades em trânsito através dos jogos homoeróticos do corpo e do olhar. Os personagens homoeróticos cardosianos se afirmam dentro da narrativa pela transgressão homoerótica. De acordo com Bataille, “não existe interdito que não possa ser transgredido”, de maneira que “a transgressão não é a negação do interdito, mas o ultrapassa e o completa” (BATAILLE, 1987, p. 59). Tais personagens, é preciso ressaltar, são vistos como transgressores por serem homoeroticamente inclinados.

Na vasta obra de Lúcio Cardoso é recorrente a presença de personagens e temas transgressores, desde a morte, a loucura, a maldade e a perversão até o incesto, o homicídio, o suicídio e a homossexualidade. A questão homoerótica vinculada ao travestimento corporal, por exemplo, é melhor representada no romance *Crônica da*

casa assassinada (1959) com as personagens Maria Sinhá e Timóteo. Aqui, selecionou-se *O desconhecido* (1940) porque nosso foco é o travestimento da escrita e não o travestimento físico, corporal. Ainda assim, a obra de 1959 é nosso objeto de estudo em outros trabalhos que investigam as diversas manifestações do travestimento e do homoerotismo.

Neste sentido, o (homo)erotismo se consolida como “o jogo alternativo do interdito e da transgressão” (BATAILLE, 1987, p. 66) e se manifesta nas narrativas citadas através da interdição, da transgressão e do travestimento. Sendo este último uma tensão entre os significantes masculino e feminino, portanto naturalmente repleta de ambiguidades, é ele que torna a escritura um espaço para o disfarce e a transformação.

Conforme já apontamos corpo e texto possuem profundas analogias, uma vez que no corpo há o exercício de uma prática discursiva/textual. O corpo é um local de discurso, um suporte textual e discursivo. O texto pode ser concebido como um corpo, considerando-se o texto como organismo vivo que é: um corpo com cabeça, pés, meio e extremidades, com membros em harmonia com seu conjunto anatômico/textual. É no corpo (físico ou escrito) que o texto se inscreve, haja vista a própria tatuagem como escrita. O texto, corpo tatuado, está em constante transformação e sua estruturação é uma montagem assim como os corpos físicos que se esculturam de acordo com interesses próprios e, a partir daí, constroem discursos de desejo e poder. O texto, corpo escrito, deixa resquícios de que alguém passou por ali e, com isso, deixa marcas de subjetividade.

Neste sentido, a esculturação pela qual passa os corpos travestidos, por exemplo, evidencia subjetividades e objetividades, expressividades e impressões, ou seja, prática de discurso, tal qual o texto, corpo escrito carregado de expressões e impressões. A criação de um texto, sobretudo o escrito, também implica montagem/esculturação e engendra subjetividade e expressividade. Texto e corpo são, portanto, corpos discursivos e carregam em si, discursividade. Se o corpo é um texto e o texto é um corpo, os crimes de homofobia, por exemplo, violentam não apenas um corpo físico, mas um corpo discursivo. Ao agredirem corpos homossexuais (travestidos ou não), os indivíduos homofóbicos agredem o discurso da homocultura.

Este processo de *discurso do corpo* e de *corpo como discurso* é denominado por Maingueneau (1995) como *incorporação* do discurso. Incorporar um discurso é dar a ele um corpo textual e, deste modo, assumir posturas e tomar partidos. Desta forma, quando os sujeitos travestidos, homoeroticamente orientados ou não, fazem de seus corpos (esculturados, montados ou transformados) discursos vivos e móveis assumem posturas, tomam partidos, adotam ideologias, se afirmam e “aparecem”, além de alcançarem o empoderamento e a militância.

O escritor, ao produzir sua obra, segue neste mesmo lugar porque tentando velar, desvela; desejando representar, se representa e deste modo, modelando palavras, esculpindo formas e construindo um organismo vivo (o texto) assume posturas, adota ideologias, toma partidos e constrói discursos de concordância ou discordância com determinadas causas de seu interesse.

Neste sentido, lembramos Foucault (1996) para quem,

por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder. [...] o discurso não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é também aquilo que é objeto do desejo; e visto que [...] o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar (FOUCAULT, 1996, p. 10).

Não é a toa que Lúcio Cardoso, tentando construir uma realidade dentro da ficção, criando *personas*, esculpindo seu discurso e estruturando sua narrativa, acaba por se revelar e se autorrepresentar em sua obra. E aí falamos tanto do seu discurso religioso quanto do seu discurso homoerótico.

Nas artes, de maneira geral, a homossexualidade é comumente abordada como discurso proibido, mas que nem por isso deve ser ignorada ou suprimida. Entretanto, como aquilo que produzimos revela muito do que somos e como pensamos, artistas diversos vão buscar, muitas vezes, na sutileza e/ou no mascaramento formas de abordagem do tema. A realidade homossexual passa a ser representada na ficção. É essa forma de representação que “revela” seu criador. É o que ocorre na escrita cardosiana que, tentando velar, desvela. E mais:

chama a atenção para a realidade pessoal do autor. A homossexualidade do escritor, silenciada e ignorada pela família vai se bordejando em sua própria escrita e neste jogo o autor se “entrega”, literalmente. É possivelmente a reconstrução da própria realidade do artista em sua trama narrativa.

Tal tom biográfico, quase biografismo, se justifica nas próprias falas do escritor. Ésio Macedo Ribeiro (2006) comenta em *O riso escuro ou O pavão de luto: um percurso pela poesia de Lúcio Cardoso* que o escritor sempre fora muito preocupado com o “acabamento de sua escritura” e que, em entrevista a Walmir Ayala em 1959, declarou a este que se misturava às suas histórias, ajuntando e dissolvendo pedaços que inventava e refazia-os recorrendo à imaginação, à observação e à memória (RIBEIRO, 2006, p. 80). E é justamente isso que observamos ao longo da obra cardosiana: um misto de imaginário e memória, uma tentativa de construir o imaginário a partir do real e vice-versa.

A atividade de escrita está desde sempre vinculada ao fingimento, à capacidade de simular ser outro, típicos da teatralização, afinal, segundo Derrida,

escrevendo o que não diz, não diria e, sem dúvida, na verdade jamais pensaria, o autor do discurso escrito já está instalado na posição do sofista: o homem da não-presença e da não-verdade. A escritura já é, portanto, encenação, artifício, máscara, simulacro (DERRIDA, 1997, p. 12).

O escritor como sujeito performático, apresentador de um espetáculo (o texto), manipulador de realidades e máscaras está bem próximo do universo da teatralização. Tudo o que cria é um teatro, uma encenação, o *modus faciendi* de uma *performance*. O travestimento, considerando todas as suas modalidades (sexual, social, individual e política) pressupõe disfarce, transformação e está diretamente vinculada ao teatro. Como técnica teatral que é, o travestimento brinca com as noções de realidade e fantasia. O ator muda de identidade quando se traveste, troca de roupas e/ou de máscara. É o momento em que o ator brinca de ser outro, tal qual o escritor em sua construção narrativa.

A estruturação da narrativa se faz pela montagem já que as cenas são compostas a fim de criar este limiar entre o ler e o visualizar.

A narrativa se “mostra” e somos obrigados a “visualizar” as cenas. Entre o contar e o mostrar, o escritor estrutura suas peças compondo uma montagem ou uma encenação. A propósito, no teatro é comum o emprego de ‘montar’ referindo-se à instalação/exibição das peças. A peça teatral também está dividida entre o real e o imaginário, entre o contar e o mostrar. Como no teatro, o escritor-montador em sua narrativa configura cenários, monta figurinos, cria *personas*, estrutura cenas, rege tempo e espaço, coordena e dirige seus “atores”, enfim, monta sua “peça” ou manipula sua arte de “fingir”.

Ademais, tanto o escritor, ser transformista/transfigurador, se traveste de Deus, posto que é criador, como se traveste do outro, já que pode se metamorfosear em personagem ou transfigurar seus personagens e transformar o real em ficcional. Neste momento, tanto o ator quanto o escritor podem se aproximar do burlesco (cômico, jocoso, grotesco, caricato, irônico, sarcástico), características comuns ao travestimento.

Embora José Roberto tenha inclinação homoerótica, em momento algum se traveste femininamente, mas seu comportamento é ambíguo, dúbio, dissimulado, por vezes artificializado, o que o aproxima dos sujeitos travestidos. Já Aurélia se comporta tal qual uma travesti, tanto no comportamento quanto fisicamente. Aurélia é masculinizada, exagerada em suas composições masculinizantes e atitudes viris. É preciso ressaltar que Aurélia não tem inclinação homoerótica, pois que “desejosa” de José Roberto.

Severo Sarduy nos fala também de uma escrita barroca. Se pensarmos no Barroco como a estética da dubiedade, do embate entre forças antagônicas veremos que a escrita tem muito disso, dado o caráter ambíguo do texto: real e ficcional; atraente e repulsivo; irônico; autêntico; ilusório etc. No espaço conturbado de transformações do texto, daí a ideia de travestimento, o real pode se ficcionalizar, o ficcional pode se “realizar” e o texto, em si, pode iludir, seduzir o leitor ao ponto de ele se perder no emaranhado de fios tecidos pelo escritor. O leitor acaba por cair na rede sinuosa tecida pelo autor. Tanto o sujeito travestido quanto o texto exercem fascínio, seduzem e exploram o barroco.

A escrita cardosiana, neste sentido, é uma escrita barroca, não só nesse sentido da dualidade, mas no sentido do exagerado, do afetado, do extravagante. Escrita sedutora em que se percebe o uso do

artifício como estratégia narrativa que envolve, seduz e enreda o leitor. Talvez por este caráter barroco é que na escrita cardosiana sejam tão recorrentes temas como a morte, a fugacidade da vida, a angústia e a tortura, o terror e todas as dicotomias barrocas: a luta do Bem contra o Mal, o pecado e a virtude, o sagrado e o profano, a redenção e a danação etc.

Em *O desconhecido* há dissimulação entre quase todos os personagens, mas, sobretudo, entre José Roberto e demais personagens: nos diálogos entre José Roberto e Paulo, José Roberto e Aurélia, José Roberto e Nina. A dissimulação nessas relações traz a ideia do uso da máscara como artifício. José Roberto, conforme sua necessidade se traveste de amigo, de confidente, de bom, de bem-intencionado utilizando-se dos recursos da dissimulação e da ironia. A maldade está em seu íntimo, mas sua máscara impede que o seu exterior se transfigure. Apenas leitor e narrador compartilham da verdade.

Entretanto, o escritor vai organizando relatos de tal maneira que o leitor se questiona: é isso mesmo? O escritor permite ao leitor fazer a “leitura” que melhor lhe aprouver. A escrita cardosiana permite ao leitor uma inquietação que o faz se questionar constantemente. O leitor passa a desconfiar: Quem será o proprietário da verdade? Quem terá imparcialidade? Sob qual ângulo/ponto de vista a história é contada? Há mesmo razões para não desconfiar deste narrador?

O real é contaminado constantemente pelo simulacro, pela para-realidade ou, pelo que se chamou, de *hyper-realidade*. Já Wolfgang Iser nos alertava para a existência de vestígios da realidade no texto ficcional:

há no texto ficcional muita realidade que não só deve ser identificável como realidade social, mas que também pode ser de ordem sentimental e emocional. [...] estas realidades, ao surgirem no texto ficcional, neles não se repetem por efeito de si mesmas. Se o texto ficcional se refere à realidade sem se esgotar nesta referência, então a repetição é um ato de fingir, pelo qual aparecem finalidades que não pertencem à realidade repetida. Se o fingir não pode ser deduzido da realidade repetida, nele então surge um imaginário que se relaciona com a realidade retomada pelo texto (ISER *apud* COSTA LIMA, 2002, p. 958).

Assim, a narrativa, universo representado, oriundo da literatura, arte representativa, é constituída por um imaginário criado por esta ficção. O escritor, criador deste universo representado, poderá, portanto, simular em suas mais diversas modalidades: montar, transformar, disfarçar, expor, suprimir, imitar, fingir, codificar, sugerir etc. E é deste modo que o processo ficcional se revela potencialmente através dessa ficcionalidade literária. A ficção não apenas descreve o real, mas o vivifica, isto é, o torna realizável naquele universo de representações.

A escrita travestida ou mascarada deste autor é capaz de iludir o leitor porque este leitor está inserido numa realidade, na realidade da narrativa que ele acredita ser real, ainda que por alguns minutos enquanto lê. A escrita se traveste de real sem ser, é capaz de ficcionalizar o real e tornar o ficcional realizável, ao menos para aquele leitor entretido ali com seu objeto de leitura. Mas não nos enganemos. A escrita, dissimulada que é, seduz e atrai para o “ledo engano”. Tudo isso não passa de encenação, de representação, de simulacro, afinal, é fingindo que o escritor alcança o imaginário. A ficção não tem compromisso com a realidade, mas possibilita o acesso desta a uma realidade paralela, alternativa através das artes do fingimento e da dissimulação. Apesar de toda a “ilusão”, o leitor é consciente de que está num outro plano, no plano da imaginação. Ou seria no plano da realidade, ainda que paralela?

É importante ressaltar que a narrativa como um corpo montado pelo autor através da escrita está sempre à mercê de seu criador. Sujeita a alterações, supressões e acréscimos, a narrativa é manipulada o tempo todo através de um processo narrativo poderoso no qual o escritor pode suprimir, forjar, escamotear, fingir, enfim, manipular a narrativa ao seu bel-prazer, conforme suas necessidades e intenções.

Referências

BADINTER, Elisabeth. XY: sobre a identidade masculina. Trad. Maria Ignez Duque Estrada. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

BARCELLOS, José Carlos. *Literatura e homoerotismo em questão*. São Paulo: Dialogarts, 2006.

BARTHES, Roland. *O prazer do texto*. Trad. J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 1996.

BATAILLE, Georges. *O erotismo*. Trad. Antônio Carlos Viana. Porto Alegre: L&PM, 1987.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARDOSO, Lúcio. *Crônica da casa assassinada*. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

_____. *O desconhecido e Mãos vazias*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

COSTA, Jurandir Freire. *A inocência e o vício: estudos sobre o homoerotismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

COSTA LIMA, Luiz. *Intervenções*. São Paulo: Edusp, 2002.

DERRIDA, Jacques. *A farmácia de Platão*. Trad. Rogério Costa. São Paulo: Iluminuras, 1997.

FIGARI, Carlos. *@s outr@s cariocas: interpelações, experiências e identidades homoeróticas no Rio de Janeiro – séculos XVII ao XX*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. 13. ed. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

_____. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

MAINGUENEAU, Dominique. *O contexto da obra literária*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

RIBEIRO, Ésio Macedo. *O riso escuro ou O pavão de luto: um percurso pela poesia de Lúcio Cardoso*. São Paulo: Nankin/EdUSP, 2006.

SARDUY, Severo. *Escrito sobre um corpo*. Trad. Lígia Chiappini Moraes Leite e Lúcia Teixeira Wisnik. São Paulo: Perspectiva, 1979.

SILVA, Enaura Quixabeira Rosa e. *Lúcio Cardoso: paixão e morte na literatura brasileira*. Maceió: EdUFAL, 2004.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

VILELA, Andréa de Paula Xavier. *Lúcio Cardoso: o traçado de uma vida*. 2007. 204f. Tese (Doutorado em Letras: Estudos Literários) – Faculdade de Letras da UFMG, Belo Horizonte, 2007.

Recebido em 10 de julho de 2011

Aceito em 30 de setembro de 2011

REPRESENTAÇÃO DA LÍNGUA E DA IDENTIDADE CULTURAL NO FILME *DANÇA COM LOBOS*

REPRESENTATION OF LANGUAGE AND CULTURAL IDENTITY IN THE FILM *DANCES WITH WOLVES*

*Luana Anastácia Santos de LIMA**

Resumo: O presente artigo objetiva analisar o filme *Dança com lobos*, o qual demonstra o quanto o contato sociolinguístico entre grupos sociais pode influenciar na aquisição de uma nova identidade cultural. No referido filme, um tenente americano ao se instalar, por muito tempo, em um forte habitado por índios da tribo Sioux, acaba não só por incorporar a nova cultura, mas assume uma nova identidade, ocorrendo o mesmo com os integrantes da tribo. A análise realizada comprova a força existente na relação permutável entre língua e cultura.

Abstract: This article aims at analyzing the film *Dances with wolves*, which it shows the influence of the sociolinguistic contact between social groups on the acquisition of a new cultural identity. In the referred film, an American lieutenant goes to a military center where the Sioux Indians live, and there, he learns not only a new culture, but gets a new identity, occurring the same process with the Indians. The realized analysis proves the strength in the exchange relationship between language and culture.

Palavras-Chave: Língua; Identidade Cultural; Relação Permutável.

Keywords: Language; Cultural Identity; Exchange Relationship.

1 Considerações iniciais: uma breve reflexão

Um país, uma nação, forma sua identidade pela preservação dos costumes, passando a ser conhecida por suas tradições. Uma sociedade é dotada de culturas ímpares as quais formam várias identidades. A identidade – pessoal ou coletiva – é um processo dinâmico, no qual estão representados os patrimônios primordiais de uma sociedade, como a língua, a religião, a tradição, entre outros. Neste contexto, enfocaremos o estudo da língua, como um fator

* Mestre em Linguística pela Universidade Federal da Paraíba, Brasil. Contato: luana_lima18@hotmail.com.

caracterizador da identidade cultural a partir do filme *Dança com lobos*.

No referido filme, encontramos aspectos que remetem a identidades culturais que o personagem principal – o tenente John Dunbar, assume ao se integrar a uma nova comunidade, formada por índios da tribo Sioux, fato este que reflete, claramente, a incorporação dessas identidades culturais, tanto por parte de Dunbar, quanto por parte dos índios, mediada pela língua.

É através da necessidade de comunicação que ambos os grupos internalizam aspectos uns dos outros e, conseqüentemente, aspectos culturais, os quais culminaram, inevitavelmente, na aquisição de uma nova identidade cultural por parte de ambos os grupos.

Diante disso, pode-se afirmar que a língua assume uma função mediadora entre as identidades apresentadas no filme, funcionando como um instrumento de correlação entre vários aspectos de ambos os grupos.

Dessa forma, fica claro que nossa hipótese, neste trabalho é que, a partir da interação social dos dois grupos, haja a necessidade de comunicação, forçando, assim, o uso da língua e, conseqüentemente, a construção de novas identidades culturais.

Nosso objetivo será investigar, no filme, quais aspectos corroboram ou não à nossa hipótese, bem como destacar alguns autores que contribuem com nossa análise, sobretudo, a partir do estudo da língua e da identidade cultural, a fim de fundamentarmos nossos dados achados.

Além disso, pretendemos situar o leitor do presente artigo acerca do enredo do filme analisado, bem como de seu contexto histórico, a fim de poder facilitar a compreensão e justificar a temática abordada no mesmo.

2 Aporte teórico

2.1 Língua: fator social e comunicativo

Existem, atualmente, muitos estudos voltados para as práticas discursivas, nos quais a língua é vista como uma unidade social, cuja significação dessas técnicas resulta em produções de sentidos. Tal fato motiva a linguagem como um instrumento comunicativo, à

proporção que os sujeitos em momentos interlocutivos, a utiliza como mecanismo ideológico para influenciar os seus semelhantes.

Diante disto, os sujeitos são motivados por práticas sócio-discursivas bastante diversificadas, as quais estarão sujeitas a variações linguísticas, no que tange às contextualizações específicas para a produção concreta de fala ou discurso. Sendo assim, as diversas manifestações linguísticas não são assistemáticas, e muito menos, desprovidas de sentido.

Logo, qualquer manifestação sócio-discursiva é um resultado intrínseco entre emissor-receptor no ato da comunicação enunciativa. Tal fato gera grupos sociais com características, funções, influências e poderes diferentes, além de trazer para a linguagem a dimensão de ação sobre o comportamento do outro.

É oportuno registrar que as mudanças linguísticas não são prejudiciais e não trazem nenhum dano à sociedade, ao contrário, torna visível a particularidade humana, isto é, fazem uso das diversas possibilidades existentes nesse processo de linguagem e interação humana.

Para tornar mais claro a discussão acerca da linguagem, Koch (2007) enfatiza a necessidade de que é necessário compreendermos como funcionam os dois traços distintivos que permeiam às práticas interativas e sociais entre os sujeitos, no momento de uma interação verbal.

Assim sendo, podemos destacar o processo enunciativo e a enunciação, como dois elementos que refletem no jogo interacional entre os sujeitos interactantes que se utilizam da língua para proporcionar uma maior abrangência interlocutiva nas trocas conversacionais de interação social da linguagem. Ainda sobre o processo de enunciação, podemos caracterizá-lo também como um conjunto de arranjos linguísticos praticados como ação verbal (cf. DUCROT, 1972).

Em suas reflexões acerca da linguagem, Koch (2007, p. 17) enfatiza a necessidade de compreendermos a língua como um sistema intersubjetivo. Para tanto, ela apoia-se no francês Benveniste (1989, p. 63), sobre aspectos enunciativos da língua, que a entende como um produto social “[...] somente a língua torna possível a sociedade. A língua constitui o que mantém junto os homens, o fundamento de

todas as relações que por seu turno fundamentam a sociedade” (BENVENISTE, 1989, p. 63).

Koch (2007, p. 11) defende a ideia de que, em um processo interlocutivo, os pesquisadores da linguagem focalizem a necessidade:

A teoria da enunciação tem por postulado básico que não basta ao linguista preocupado com questões de sentido descrever os enunciados produzidos pelos falantes de uma língua: é preciso levar em conta, a *enunciação* – ou seja, o evento único e jamais repetido [...] (KOCH, 2007, p. 11).

Sobre esta citação, a autora considera imprescindível a postulação da subjetividade da linguagem e considera a fala como unidade real da língua, à medida que, o que vai interessar para a linguística de texto são os atos verbais proferidos em situações dialógicas entre sujeitos sociais inseridos em um dado contexto pragmático.

Segundo Benveniste (1989, p.87), “[...] o que caracteriza a enunciação é a acentuação da relação discursiva com o parceiro, seja este real ou imaginário, individual ou coletivo”. Isso determina a estrutura do quadro figurativo da enunciação, o do diálogo, que tem obrigatoriamente um *eu* e um *tu*. Os dois participantes alternam as funções, caracterizando-se como parceiros e protagonistas na situação de enunciação. Isso, na verdade, vai criar uma relação intersubjetiva entre as pessoas do enunciado.

Portanto, acreditamos que a teoria da enunciação, caracterizada por uma teoria da subjetividade na linguagem, pode contribuir significativamente na concepção de língua, linguagem, de sujeito, de sentido, uma vez que todas as práticas sociais envolvem aspectos que tratam da compreensão interlocutiva.

2.2 Identidade e Língua

A partir do princípio de que a língua é um dos instrumentos mais fortes de identificação cultural, podemos afirmar que, segundo a nossa hipótese, a apropriação de outra língua, ou seja, uma língua não-materna, não requer, necessariamente, uma lacunização entre aspectos culturais e linguísticos entre sujeitos sociais de comunidades

diferenciadas, à proporção que há um novo reordenamento do processo aquisitivo das trocas linguísticas e culturais presentes nos personagens, no momento em que presenciamos uma interação face a face, por exemplo, como também um dialogismo gestual, segundo o qual possibilitará uma conversação enunciativa.

A partir de uma nova ordenação de fala presente nos personagens inseridos no filme, constatamos que há um novo redirecionamento estilístico no processo identificatório linguístico e intercultural, haja vista que a língua reflete diretamente nos preceitos culturais. Desta forma, a linguagem vem corroborar o alargamento das múltiplas possibilidades de interação intersubjetiva, a qual, sendo um mecanismo constitutivo de comunicação, torna-se, um elemento de subjetividade dialógica entre os participantes envolvidos nas práticas sociais de interação.

Segundo Bonte e Izard (1992, p. 188), a cultura tem sido considerada como “uma relação entre o estado de uma tradição, de uma aquisição social e de um processo individual de aquisições intelectuais e morais”, logo, conclui-se que, na medida em que os grupos sociais abrem-se, para uma espécie de contrato pré-estabelecido acerca do que Bortoni-Ricardo (2004), definiria como um tratado de cooperação linguística, assim sendo, o convívio entre os membros de comunidades diversificadas, teria, certamente, uma convivência pacífica, mesmo que preexistissem fatores inter-culturais divergentes, como, por exemplo, fator linguístico ou práticas de socialização entre os participantes de uma interação.

Portanto, todos os fatores divergentes citados anteriormente servirão, sem dúvida, para um intercâmbio de enriquecimento ideológico e social, através das trocas multiculturais.

Essa pressuposição nos leva a afirmar que, inicialmente, teremos uma heterogeneidade cultural presente entre os participantes de comunidades não-semelhantes, mas a partir de uma maior inter-relação dos participantes culturalmente distintos, ou seja, de culturas também distintas, ocorrerá, ao longo dessa nova reordenação de arranjos culturais, uma homogeneização cultural, em que todos os participantes sociais começam a compartilhar costumes, hábitos, crenças e regras variáveis de comunicação sociolinguística, tornando, dessa forma, preceitos anteriormente distintos, em regras sociais que abarcam nessa nova comunidade social e linguisticamente semelhante.

Tal afirmação, só foi possível, porque através de análises observacionais do filme, *Dança com lobos* (1990), pudemos lançar tal crítica de cunho sociolinguístico interacional¹².

O sujeito se constrói através das identidades que assume, e, sendo a língua um fator histórico, social e simbólico de identidade nacional, logo, é caracterizadora de uma cultura identitária. A língua é flexível e o indivíduo a toma de acordo com a sua necessidade. Mas, é preciso lembrarmos que, o despertar de uma nova identidade cultural, através da língua, só ocorre, de fato, se houver uma ligação do espaço geográfico e social. No filme *Dança com lobos* (1990) é fácil percebermos essa homogeneidade dada à língua e a cultura.

Veremos a diante, na análise do filme que, a necessidade de comunicação despertou em Dunbar, personagem principal do filme, o desejo de compreender a língua do outro. Fica evidente, nas primeiras cenas do filme, a estereotipização, que os personagens fazem uns dos outros, principalmente da imagem que os índios possuíam acerca do “homem branco”, caracterizando-o como cruel. Em contrapartida, o “homem branco” também infere valores negativos sobre as posturas dos índios, atribuindo lhes valores tais como: assassino e ladrão.

Essa transposição de ideologias acerca das atitudes diferenciadas aos grupos sociais, os quais os sujeitos discursivos estão inseridos, ocorre, porque passamos a ver o “outro” como sendo um elemento que está inserido em nossa perspectiva sociocultural. Por conseguinte, acabamos universalizando nossos pensamentos. Ortiz (2006, p. 8) vem a corroborar tal afirmação, uma vez que ele afirma que “toda identidade se define em relação a algo que lhe é exterior.”

Quando os sujeitos do filme passam a ter um contato linguístico e social mais abrangente, que a princípio é realizado através da linguagem não verbal (mímicas), eles passam a respeitar-se, através de uma pacificação sócio-cultural. Dessa forma, a aculturação vai ocorrendo e acaba dando início ao surgimento de novas identidades culturais.

Para tornar mais clara esta discussão, Hall (2000, p.13, grifo do autor), dialoga que “o sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de

¹² O leitor entenderá melhor tal crítica, visitando o item 4 do presente artigo.

um ‘eu’ coerente.” Isso porque o sujeito está cercado por novas culturas, absorvendo-as quase por “osmose”.

Outra característica que merece ser respaldada é que Dunbar, mesmo convivendo com uma segunda cultura, não abandona seus traços de origem. Essa constatação foi possível quando o referido personagem citado acima utiliza-se de armas de fogo, tanto na caça, quanto na batalha entre grupos culturais distintos.

Diante disto, podemos afirmar que as diversas culturas que existem podem ser usufruídas coletivamente sem que haja uma proibição do sujeito de possuir outra cultura, ou seja, a sua cultura de origem, em momentos distintos, e esse fato faz com que “não exista uma identidade autêntica, mas uma pluralidade de identidades” (ORTIZ, 2006, p. 8).

Com isso, entendemos que a língua, no filme *Dança com Lobos*, é uma intermediária entre a identidade do “homem branco” e a identidade do “índio”, uma vez que ela faz a aproximação de ambos, culminando em trocas interculturais divergentes.

O personagem principal do filme - o tenente Dunbar, quando passou a ter contato com os outros povos, assume internamente identidades diferentes, a partir das quais são vivenciadas nas diversas instâncias sociais.

Nesse sentido, Hall (2000, p. 16) destaca que “se sentirmos que temos uma identidade unificada desde o nascimento até a morte é apenas porque construímos uma cômoda estória sobre nós mesmos ou uma confortadora narrativa do eu”.

A partir desse raciocínio, corrobora-se que a crença de uma identidade unificada resulta de um pensamento multifacetado, pois a partir do momento em que o sujeito se relaciona com múltiplas instâncias sociais, ele sofre modificações e, conseqüentemente, mudanças na sua rede cultural, criando, assim, uma infinita representação cultural, mas não perdendo totalmente sua identidade de origem.

Nesse contexto, é impossível não constatar que um dos fatores responsáveis por tal processo é a língua, a qual funciona como um instrumento mediador entre instâncias sociais e as mudanças que ocorrem no meio cultural do falante, passando, assim, a diversificar as atividades desenvolvidas pelo mesmo.

A este respeito, ecoamos Bronckart (2003, p. 37), o qual afirma que “o homem só tem acesso ao meio no quadro de uma atividade mediada pela língua”, isto é, este meio ao qual o autor se refere, constitui, justamente, as várias atividades sociais que um indivíduo pode desenvolver em determinados contextos e que serão sempre mediados pela língua.

Na perspectiva do filme *Dança com lobos*, veremos que a língua funciona como uma instância mediadora da comunicação entre “brancos” e “índios” modificando bruscamente o meio cultural de ambos os grupos e diversificando as atividades por tais grupos desenvolvidas, além de influenciar na aquisição de uma nova identidade.

O próprio Bronckart (2003, p. 31) advoga, a este respeito, que “a espécie humana caracteriza-se, enfim, pela extrema diversidade e pela complexidade de suas formas de organização e de suas formas de atividade”. Assim, percebe-se a todo tempo o relação intrínseca entre cultura e identidade mediada pela língua.

Porém, para que entendamos melhor a (s) temática (s) que permeia (m) o filme, realizaremos, no tópico a seguir, uma breve discussão a cerca do enredo do filme, bem como do seu contexto histórico, para que fique claro para o leitor o porque da escolha da referida análise.

3 *Dança com lobos*: informações importantes

3.1 O enredo do filme

*Dança com lobos*¹³ (*Dances with wolves*, 1990) é um filme produzido em 1990, estilo Western¹⁴, e considerado um grande desafio para sua época devido à decadência desse gênero fílmico em apresentar produções exacerbadas do Velho Oeste Americano.

O filme relata a experiência vivenciada pelo tenente John Dunbar – um oficial da cavalaria americana, o qual foi condecorado

¹³ Todo o enredo exposto neste ponto do artigo é com base nas informações do filme *Dança com lobos* (1990), no original *Dances with wolves* (1990).

¹⁴ Estilo cinematográfico conhecido pela extensiva presença de “cowboys” em suas tramas, típico de filmes norte-americanos, referindo-se à fronteira do Oeste norte-americano durante o período de colonização (WIKIPÉDIA).

por bravura, se destacando como herói durante a Guerra de Secessão¹⁵. Seu ato heroico lhe rendeu o privilégio de escolher onde servir, e assim, o corajoso cavaleiro decidiu seguir para um posto isolado na fronteira da América do Norte.

Neste posto, Dunbar encara um forte solitário, tendo que enfrentar a convivência com a tribo indígena dos Sioux¹⁶. Esta convivência revela a possibilidade de uma relação de amizade forçada, a princípio, pela necessidade, mas que depois se torna quase que um laço de sangue.

No início, a relação dos Sioux com Dunbar se estabelece pela necessidade de comunicação com o intruso que se “apropriara” de sua terra, o qual caracteriza-se como sendo um corpo estranho naquela comunidade, e que representa a face de outros visitantes não muito bem vindos outrora.

Vale salientar que, essa comunicação não se deu pacificamente por todos os integrantes da tribo, havendo resistência de alguns, devido à experiência mal sucedida com os “homens brancos” que a tribo enfrentara e que, para muitos da tribo, é sinônimo de destruição, dizimação e morte.

A tribo dos Sioux era chamada pela Guarda Americana de “peles-vermelhas”, considerados selvagens e seres passíveis de serem domados como cavalos e búfalos, já os tenentes da Guarda Americana eram chamados pelos Sioux de “Branco”, considerados como os homens que eram responsáveis pela dizimação da população indígena devido o expansionismo dos Estados Unidos sobre os territórios indígenas da América do Sul.

Porém, com o passar do tempo, Dunbar foi se mostrando não apenas um ótimo aprendiz da cultura indígena, mas um homem de confiança da tribo, o qual mesmo tendo a cultura branca no sangue, parecia enxergar de modo diferente o quão rica se mostrava a cultura da Tribo dos Sioux. Vale salientar que, todo esse contexto de

¹⁵ A Guerra de Secessão, também conhecida como “Guerra Civil Americana”, foi um movimento militar liderado pelos Estados Unidos em busca de expansão territorial, ocorrido pelo crescimento desigual de suas regiões, sobretudo, regiões Norte e Sul. Para mais, conferir Figueira (2000, p. 254-258).

¹⁶ Tribo conhecida, também, como Dakotas ou Lakotas, os quais espalharam-se pelos estados de Dakota do Norte e do Sul, no centro-norte dos Estados Unidos. A origem do termo Sioux tem a ver com a expressão *serpente* pelo fato de serem ótimos na guerra (WIKIPÉDIA).

aproximação mediado pela linguagem, se deu pela necessidade de comunicação entre ambos os grupos.

Sem visitas dos homens da guarda Americana, seu diferente olhar para a tribo acaba se acentuando em todos os aspectos e todos os dias, fortalecendo esse sentimento pacífico e a confiança de ambos os lados, mesmo pertencendo a culturas diferentes.

Com laços estreitados, era inevitável uma (re) adaptação de costumes de ambos os lados, tanto de Dunbar para com os Sioux, quanto dos Sioux para Dunbar. Tudo era muito novo, ao mesmo tempo em que se mostrava divertido, interessante e indispensável. Afinal, esse limite entre culturas tinha que ser superado para que houvesse o contato, a comunicação e a possibilidade de entender um ao outro.

Esse contato rendeu uma aproximação inesperada para Dunbar com uma integrante da tribo, porém, que não pertencia, de fato, àquela cultura, pois a mesma era branca e devido à um ataque indígena de outra tribo àquela região, teve toda sua família dizimada, sendo a única sobrevivente, e por ser ainda muito pequena na época, teve, portanto, que passar a viver com a tribo dos Sioux.

Todo esse contexto de ambos os personagens desemboca em uma aproximação ainda mais forte, selada, mais tarde, por laços afetivos, pois, os mesmos se relacionam tão intensamente, chegando a se casarem, e fortalecendo o vínculo de Dunbar naquela comunidade indígena.

O tempo não para, e seu passar tem contribuído para que Dunbar assuma uma nova identidade, não perdendo totalmente a sua identidade de origem. Isso o perturba pelo fato de confundir a si próprio sobre quem ele realmente é e à que cultura realmente pertence.

Todavia, não demora, e logo a tribo é surpreendida pela visita da Guarda Americana, que tardiamente, viera em busca de Dunbar, o qual não é reconhecido pela mudança que sofrera em sua aparência, provocada pelo constante contato com a cultura dos Sioux e apreensão de costumes desta cultura.

Em luta da tribo com a Guarda Americana, a tribo, com a ajuda de Dunbar¹⁷, sai vitoriosa, desembocando na fuga de Dunbar com sua

¹⁷ De acordo com as atitudes de Dunbar, ao manter contato com os homens da Guarda Americana, ele demonstra rejeitar sua própria pátria, negar sua civilização, por não aceitar a prática de seu povo. Tal fato revela o grau de aproximação entre ambas as

esposa, haja vista que, por esta causa, a tribo estava vulnerável a outras visitas da Guarda em busca de Dunbar. Essa fuga acaba deixando, surpreendentemente, saudades e um exemplo de superação e aceitação de ambas as culturas para com outras culturas diferentes.

3.2 Contexto histórico do filme

Como mencionado anteriormente no decorrer do trabalho, *Dança com lobos* é um filme que expõe em seu enredo um processo de expansão dos Estados Unidos da América durante a Guerra de Secessão, sobretudo, em meio a territórios indígenas.

Por volta de 1860 os Estados Unidos, composto por treze estados – antigas colônias inglesas – estavam enfrentando um enorme desenvolvimento econômico, além do inevitável crescimento populacional.

Este processo de expansão estadunidense se deu de Norte à Sul do país, procurando incorporar a maior extensão de território possível aos Estados Unidos, cujo desenvolvimento da economia se dava de forma desigual.

Vale salientar que, esse processo expansionista resultou em grandes guerras, negociações imensuráveis e extermínio de grande parte da população indígena.

Autores como Figueira (2000, p. 255) corroboram tal afirmação mostrando-nos que “ao mesmo tempo em que adotavam essa política de aquisições [...], os Estados Unidos partiram para as guerras de conquistas, nas quais as maiores vítimas foram os índios [...]”.

Rumo ao Norte, tinha-se uma região extremamente industrializada, a qual este expansionismo trouxe como consequência um grande acúmulo de capital, gerando um rápido desenvolvimento na área da indústria, favorecendo, assim, o trabalho assalariado, no período colonial e um avanço no processo de urbanização.

Em direção ao Sul, tinha-se uma região mais dedicada a atividades agrícolas, com o predomínio da vida rural, a qual a economia era baseada na agro-exportação de algodão através da mão-

culturas e como esse processo contribui para que o sujeito assuma uma nova identidade.

de-obra escravista. Por caracterizar-se como uma região dependente de outras, industrialmente falando, o Sul era praticante de livre-cambismo.

Essa disparidade entre ambas as regiões desembocou em conflitos entre senhores de escravos do Sul e populações urbanas do Norte, dando origem a diferenças econômicas e culturais.

Figueira (2000, p. 256) afirma que:

A aristocracia rural do Sul, interessada em continuar vendendo seus produtos à Inglaterra e importando os artigos manufaturados de que necessitava, batia de frente com o Norte ao defender o livre-cambismo, ou seja, uma política de liberdade comercial sem taxas protecionistas.

A essas diferenças de origem econômica se somavam outras, de fundo cultural. No Norte, acabou se formando um grupo empresarial dinâmico e empreendedor, interessado no desenvolvimento nacional. No Sul, porém, continuava a predominar uma mentalidade rural, aristocrática, voltada aos interesses regionais [...].

Com esta disparidade, acentuou-se mais a vontade de separar ambas as regiões, explodindo tensões acumuladas e eclodindo a Guerra de Secessão, conhecida, também, como Guerra Civil Americana, tida como uma revolução social que teve como consequência a abolição do trabalho escravo, imposição do regime de trabalho assalariado e o pleno desenvolvimento das atividades industriais e urbanas, dando aos Estados Unidos a condição potência hegemônica assumindo a liderança entre os países do continente.

4 Análise do filme

Diante da análise feita acerca do filme, percebe-se que um dos aspectos mais relevantes se refere à nova identidade cultural assumida pelos personagens (*John Dunbar* e os *índios Sioux*), a partir do contato social mútuo e, conseqüentemente, da necessidade de comunicação, entre ambos os grupos distintos, por conseguinte, caracterizados como duas comunidades de fala diferentes.

De acordo com a autora Bortoni-Ricardo (2006, p. 160), “[...] uma relação social seleciona e até cria os meios comunicativos que lhe são apropriados ou específicos”, como ocorreu no referido filme, a

relação social dos personagens os levaram a uma intensa comunicação, a partir da qual, ambos os grupos se entendiam, interagiam e compartilhavam os mais variados aspectos, tais como: ideologia, costumes, crenças, entre outros. Nesse contexto, autores como Goffman (1998, p. 14), também acredita que “regras culturais estabelecem como os indivíduos devem se conduzir em virtude de estarem em um agrupamento e essas regras de convivência, quando seguidas, organizam o comportamento daqueles presentes à situação”.

Ao longo do filme, fica evidente que ao se integrarem, isto é, os personagens acima supracitados, internalizaram não somente aspectos da língua, como também da cultura, cujo objetivo era explicitar a influência que o fator social exerce sobre o fator linguístico. A esse respeito, Goffman (1998, p. 11) menciona a incapacidade de:

[...] citar variável social que não produz um efeito sistemático no comportamento linguístico: idade, sexo, classe, casta, país de origem, geração, região [...]. A cada ano, novos determinantes sociais do comportamento linguístico são apresentados.

Em outras palavras, o fator língua e o fator social são indissociáveis. E assim, pode-se, afirmar, que tem um efeito decisivo no que diz respeito à questão de identidade intercultural.

No caso do filme, a partir do contato social de ambos os povos, houve uma corporificação das línguas, devido à carência de interação/comunicação entre os mesmos, afetando diretamente a identidade (cultural) destes povos e culminando assim numa aculturação. Koch (2007, p. 128) advoga uma ideia nessa perspectiva, quando afirma que:

É preciso pensar a linguagem humana como *lugar* de interação, de constituição das identidades, de representação de papéis, de negociação de sentidos, por tanto, de *co-enunciação*.

Em outras palavras, é preciso encarar a linguagem não apenas como [...] instrumento de comunicação, mas sim, acima de tudo, como forma de inter-ação social.

Em suma, pode-se afirmar que há uma integração da variabilidade cultural dos dois povos, a partir das novas identidades

culturais que os mesmos assumem, permitindo assim, a interação tanto verbal, quanto não verbalmente entre ambos, de modo a permitir, de fato, a comunicação. E nesta perspectiva, Philips (1998, p. 30) corrobora com tal pensamento e afirma que “a variabilidade cultural na maneira em que os modos de comunicação verbal e não-verbal interagem na ordenação da fala”.

Considerações finais

O filme, *Dança com lobos*, representa de modo bastante fidedigno a relação entre língua e identidade cultural, como sendo uma inter-relação, na qual, ambos os elementos, integram-se em uma perspectiva sócio-discursiva e sociológica, motiva pelas relações antropológicas e linguísticas baseadas nas relações interculturais entre comunidades de concepções antagônicas, no que diz respeito às trocas de relações sociais.

A língua enquanto arranjo social tem, realmente, o poder de unificar culturas divergentes, em culturas convergentes, haja vista que ela tende, através da pragmatização, tornar os sujeitos sociológicos, falantes reais, em situações concretas de comunicação verbal, independente de qual cultura este sujeito tenha sido modelado, isto é, tenha adquirido inicialmente preceitos culturais de um determinado grupo social.

Portanto, a linguagem verbal humana é um forte instrumento de socialização cultural, uma vez que é caracterizada como um código linguístico que serve para reordenar certos grupos distintos socialmente em grupos caracterizados que coadunam dos mesmos preceitos culturais, sociais, ideológicos e linguísticos, através de uma unificação antropológica baseada nas relações identitárias sociologicamente comuns.

Referências

BENVENISTE, Émile. *O aparelho formal da enunciação*. In: _____. *Problemas de Lingüística Geral II*. 3 ed. São Paulo: Pontes, 1989.

BONTE, Pierre; IZARD, Michel. *Dictionnaire de l'ethnologie et de l'anthropologie*. PUF: Paris, 1992.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *O professor pesquisador: introdução à pesquisa qualitativa*. São Paulo: Parábola, 2006.

_____. *Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula*. São Paulo: Parábola, 2004.

BRONCKART, Jean-Paul. *Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sociodiscursivo*. São Paulo: EDUC, 2003.

DANÇA COM LOBOS. Produção de Kevin Costner. Estados Unidos: Editora NBO, 1990. 1 DVD (183 min.): DVD, color.

DUCROT, Oswald; SCHAEFFER, Jean-Marie. *Nouveau dictionnaire encyclopédique des sciences du langage*. Paris: Essais, Points, Editions du Seuil, 1972.

FIGUEIRA, Divalte Garcia. *História*. São Paulo: Editora Ática, 2000.

GOFFMAN, Erving. A situação negligenciada. In: RIBEIRO, Branca Telles; GARCEZ, Pedro (Org.). *Sociolinguística Interacional: antropologia, linguística e sociologia em Análise do Discurso*. Porto Alegre: AGE, 1998.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 3ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

KOCH, Ingedore Villaça. *A inter-ação pela linguagem*. São Paulo: Contexto, 2007.

LABOV, William. *Sociolinguistic patterns*. Philadelphia: Pennsylvania University Press, 1972.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PHILIPS, Susan Urmston. Algumas fontes de variabilidade cultural na ordenação da fala. In: RIBEIRO, Branca Telles; GARCEZ, Pedro (Org.). *Sociolinguística Interacional: antropologia, linguística e sociologia em Análise do Discurso*. Porto Alegre: AGE, 1998.

RIBEIRO, Branca Telles. *Antropologia, linguística e sociologia e análise do discurso*. Porto Alegre: AGE, 1998.

WIKIPÉDIA. Desenvolvido pela Wikimedia Foundation. Apresenta conteúdo enciclopédico. Disponível em:

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Cinema_western>. Acesso em: 06 de julho de 2011.

WIKIPÉDIA. Desenvolvido pela Wikimedia Foundation. Apresenta conteúdo enciclopédico. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Sioux>>. Acesso em: 06 de julho de 2011.

Recebido em 12 de julho de 2011

Aceito em 25 de setembro de 2011

O DISCURSO RELIGIOSO: ASPECTOS DE PERFORMATIVIDADE, AUTORITARISMO E RELAÇÕES DE PODER

RELIGIOUS DISCOURSE: ASPECTS OF PERFORMATIVITY, AUTHORITARIANISM AND POWER RELATIONS

*Tatiane Xavier Da SILVA**
*Ivandilson COSTA***

Resumo: O trabalho busca analisar o discurso religioso na perspectiva da Análise Crítica do Discurso, para compreender o papel da linguagem na condução da vida social, ressaltando a característica da performatividade do discurso religioso e o autoritarismo discursivo que permite a propagação de uma ideologia discriminatória em relação à homossexualidade e contribui para a manutenção de relações de poder existentes na nossa sociedade. Para isso, examinamos elementos linguísticos e discursivos presentes num culto da igreja Assembleia de Deus.

Abstract: The paper seeks to examine the religious discourse from the perspective of Critical Discourse Analysis, to understand the role of language in the conduct of social life, emphasizing the character of the performativity of religious discourse and discursive authoritarianism that allows propagation of a discriminatory ideology regarding homosexuality and contributes to the maintenance of existing power relations in our society. For this, we examine the discursive and linguistic elements present in a worship of the church Assembleia de Deus.

Palavras-chave: Análise Crítica do Discurso; Discurso Religioso; Homossexualidade; Discurso Autoritário.

Keywords: Critical Discourse Analysis; Religious Discourse; Homosexuality; Authoritative discourse.

Introdução

Para Orlandi (1996, p. 252) o poder da palavra na religião é evidente, e “é o mecanismo de performatividade que atesta esse poder

* Mestre em Letras pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Brasil. Contato: tatiane_284@hotmail.com.

** Mestre em Linguística pela Universidade Federal de Pernambuco, Brasil. Professor do Departamento de Letras, Faculdade de Letras e Artes, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Brasil. Contato: ivandilsoncosta@uern.br.

de forma clara”. A performatividade da linguagem está ligada a uma visão da *linguagem como ação*, que é um dos postulados da Análise Crítica do Discurso (ACD): todo discurso é uma forma de ação, ou seja, “toda enunciação constitui um ato (prometer, sugerir, afirmar, interrogar,...) visando a modificar uma situação”. Em Fairclough (2001, p. 108) destaca-se a característica da performatividade do discurso quando se diz que “alguns textos conduzem a guerras ou à destruição de armas nucleares; outros levam as pessoas a perder o emprego ou a obtê-lo; outros ainda modificam as atitudes, as crenças ou as práticas das pessoas”. O discurso religioso tem características que nos permitem investigar como um discurso tem a capacidade de determinar a forma como as pessoas agem, como se organizam em sociedade, já que as fórmulas religiosas são usadas performativamente, isto é, como forma de ação sobre o outro.

Assim, inserido numa perspectiva que busca compreender o papel da linguagem na condução da vida social, este artigo tem como objetivo analisar o modo como o discurso religioso dita o comportamento das pessoas em relação à homossexualidade através do autoritarismo discursivo, propagando uma ideologia que contribui para insuflar a discriminação e o preconceito contra homossexuais na nossa sociedade. Também buscamos analisar as relações de poder presentes no discurso religioso que tornam possível a um grupo ou instituição definir qual é o comportamento errado e o correto a ser seguido.

Para isso, seguiremos o modelo de análise tridimensional proposto por Fairclough (2001), segundo o qual há três enfoques a se considerar: texto, prática discursiva e prática social. Através deste modelo, procuramos estudar aspectos como: as principais estruturas do discurso através das quais as opiniões ideológicas se manifestam no texto; o autoritarismo presente no discurso religioso levando em conta a posição ocupada pelos participantes no discurso (uma relação de assimetria); as relações de poder na forma de como o discurso é produzido, distribuído e consumido.

Tal análise se fará a partir de um culto realizado na Assembléia de Deus da Penha, no Rio de Janeiro, gravado no ano 2005, e exibido desde então pela TV em canais abertos e comercializado em DVD sob o título de “Homossexualismo, aborto e células-tronco – a verdade que você precisa saber”. O culto foi ministrado pelo Pastor Silas Malafaia, que é vice-presidente da igreja e um conferencista internacional cada vez mais conhecido entre os evangélicos e não-evangélicos no Brasil e

no exterior. No nosso país é reconhecidamente o que mais vende CDs, DVDs e livros que explicam a “palavra de Deus”. Ele também é especialmente conhecido por sua intransigência na defesa dos dogmas cristãos, que determinam quais são os “verdadeiros princípios” a serem seguidos com total obediência pelos homens para que estejam de acordo com a vontade de Deus expressa na Bíblia.

Norte teórico: a Análise Crítica do Discurso

A Análise Crítica do Discurso (ACD) é uma abordagem que tomou como base uma percepção da linguagem como parte irredutível da sociedade, interconectada a outros elementos da vida social (RESENDE; RAMALHO, 2006; RESENDE, 2009). Assim, a ACD abrange uma abordagem teórico-metodológica que atribui grande relevância à compreensão da linguagem na condução da vida social e preenchendo uma lacuna quanto à atenção até então dada ao discurso como elemento que molda e é moldado pelas práticas sociais (WODAK, 2004). A ACD, nesse sentido, considera o contexto de uso da linguagem como um elemento crucial, propondo, por exemplo, pesquisas voltadas para relações sociais de luta e conflito, materializadas por discursos como o institucional, político, em gêneros da mídia.

Nesse contexto, a ACD procura uma teoria adequada à ideologia, na perspectiva de como esta se processa na sociedade. Segundo Wodak (2004, p. 225), a ideologia é o fator de manutenção para que a sociedade e as classes sociais continuem com o ‘poder’, manipulando toda a massa social bem como usufruindo de certos benefícios sociais.

Por sua vez, a noção de ‘poder’ para a ACD consiste na manipulação de práticas sociais sediadas por classes dominantes em detrimento de classes menos favorecidas (FAIRCLOUGH, 2001), o que traz uma reflexão sobre a hierarquia também considerada pela ACD como fundamento para a análise das instituições midiáticas. A hierarquia, segundo Fairclough (2001), deve-se a práticas discursivas integrantes de práticas sociais. Estas práticas discursivas se apropriam da ideologia para estabelecer e manter a hierarquia:

Minha formulação da análise na dimensão da prática discursiva está

centrada no conceito de intertextualidade. Entretanto, minha formulação da análise na dimensão da prática social está centrada nos conceitos de ‘ideologia’ e essencialmente de hegemonia, no sentido de um modo de dominação que se baseia em alianças, na incorporação de grupos subordinados e na geração de consentimento. As hegemonias em organizações e instituições particulares, e no nível societário, são produzidas, reproduzidas, contestadas e transformadas no discurso (FAIRCLOUGH, 2001, p. 28).

Além dessas teorias analisadas e particularmente formuladas para um estudo sócio-discursivo, a ACD leva, ainda, em conta os pressupostos de que: (a) o discurso é estruturado pela dominação; (b) cada discurso é historicamente produzido e interpretado, isto é, está situado no tempo e no espaço; (c) as estruturas de dominação são legitimadas pelas ideologias dos grupos que detém o poder (cf. WODAK, 2004). Van Dijk (2001), a esse respeito, assim se posiciona:

A Análise Crítica do Discurso é um tipo de pesquisa analítico-discursiva que primordialmente estuda o modo como o abuso, domínio e desigualdade do poder social são estabelecidos, reproduzidos e mantidos pelo texto/discurso em dado contexto sócio-político (VAN DIJK, 2001, p. 352).

Fica claro na afirmação de van Dijk (2001) e na reflexão que se fez nesta seção que a ACD não é apenas uma teoria linguística contemporânea, mas, ao passo que procura embasamento teórico para um estudo sócio-discursivo, também é um método de investigação social com fins práticos para a sociedade e classes sociais menos favorecidas nas práticas sociais. Resende e Ramalho (2006, p. 23), estudando a obra de Fairclough, concluem a respeito da ACD: “a visão e a análise linguística e semiótica, por sua vez, auxiliam a prática interpretativa e explanatória tanto a respeito de constrangimentos sociais sobre o texto como de efeitos sociais desencadeados por sentidos de textos”, que possibilitam externar classes dominantes e discursos para a manutenção de tais classes, e, em contrapartida, provocar a produção de discursos que possibilitem mudanças sociais.

Em suma, para a ACD, o discurso é tido como uma forma de prática social, realizada por intermédio de gêneros textuais. Isto tem as seguintes implicações (FAIRCLOUGH, 2001):

- (a) os indivíduos realizam ações por meio da linguagem;

(b) há uma relação bidirecional entre o discurso e as estruturas sociais, na exata medida em que o discurso é simultaneamente influenciado pelas estruturas sociais e as influencia;

(c) há uma preocupação com os recursos empregados na produção, distribuição e consumo dos textos, recursos sociocomunicativos, porquanto perpassados por discursos e ideologias.

Resenhando o trabalho de Fairclough, a esse respeito, Meurer (2005, p. 82-3) nos deixa bem a par da abordagem crítica de análise de discurso, pela exposição das seguintes perspectivas teóricas:

a) o discurso é uma forma de prática social em relação dialética com estruturas sociais;

b) o discurso tem poder constitutivo;

c) os textos contêm traços e pistas de rotinas sociais complexas, mas os sentidos são muitas vezes naturalizados e não percebidos pelos indivíduos;

d) os textos são perpassados por relações de poder;

e) a ACD privilegia o estudo da interligação entre poder e ideologia.

f) os textos formam correntes: respondem a, e podem provocar ou coibir, outros textos.

g) a ACD cultiva uma perspectiva emancipatória.

Na primeira fase dos estudos em ACD, o método da *Teoria Social do Discurso* consistiu no trabalho de um modelo que considera três dimensões passíveis de serem analisadas:

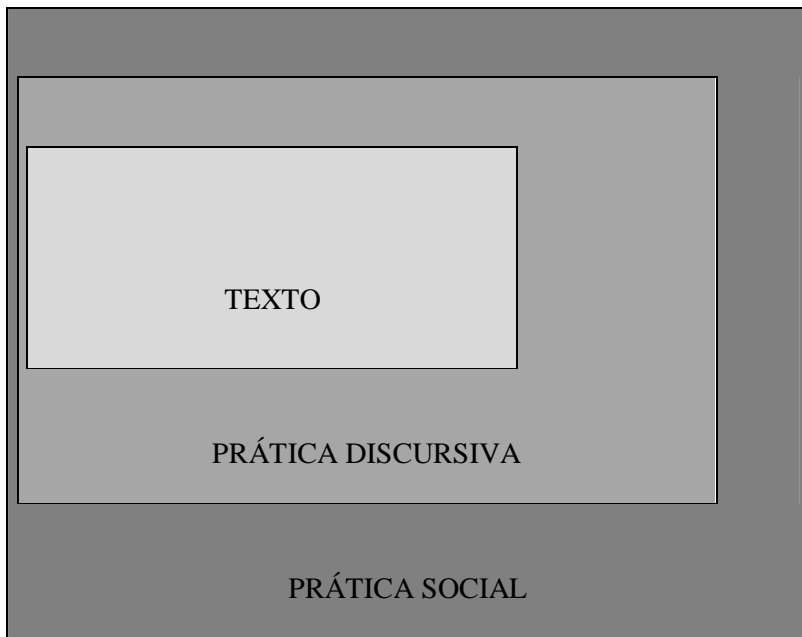


Figura 1 - Modelo tridimensional do discurso segundo Fairclough (2001).

Segundo este modelo tridimensional, diferentes categorias analíticas se enquadram em cada uma das dimensões. Na dimensão do texto devem ser observadas as categorias de vocabulário, gramática, coesão e estrutura textual, a fim de se observar a organização textual; na dimensão da prática discursiva devem ser examinadas as categorias de produção, distribuição, e consumo de textos, bem como noções como contexto, força ilocucionária, coerência e intertextualidade, a fim de verificar o modo como o discurso é distribuído e consumido pela sociedade ou por grupos sociais específicos; na dimensão da prática social devem ser observadas as categorias de ideologia, sentidos, pressuposições, metáforas, hegemonia, orientações econômicas, políticas, culturais e ideológicas, a fim de se observar a manutenção ou a mudança que o discurso produziu na sociedade ou em grupos sociais particulares.

Tal distribuição, categórica nas dimensões, serve para sistematizar a análise de forma didática, mas não quer dizer que não devam estar dispersas na análise. Conforme Chouliaraki e Fairclough (1999), a prática social é tida como integrante dos eventos discursivos, assim como a própria elaboração do texto. Tais dimensões são

mantidas pela dimensão da prática discursiva, que focaliza os processos sociocognitivos da produção, distribuição e consumo do texto e nos processos sociais resultantes da distribuição textual na sociedade (RAMALHO; RESENDE, 2006).

No entanto, em uma nova fase de análises em ACD, percebe-se uma descentralização do “discurso” para a centralização da prática social, sendo postulado que o discurso é um momento das práticas sociais (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999). Tal movimento na ACD se deu, segundo Ramalho e Resende (2006) e Resende (2009), por uma recontextualização da Ciência Social Crítica causada pelos estudos sociológicos da Modernidade Tardia e do Novo Capitalismo, em que a ACD necessitou focalizar-se nas práticas sociais, uma vez que seu interesse é, sobretudo, a mudança social (FAIRCLOUGH, 2001). Assim, concebeu-se o discurso como um momento dessas práticas, interconectadas dialeticamente a outros momentos não linguísticos, mas igualmente importantes para uma teoria-método que pretende ser emancipatória na luta contra hegemonias sociais:

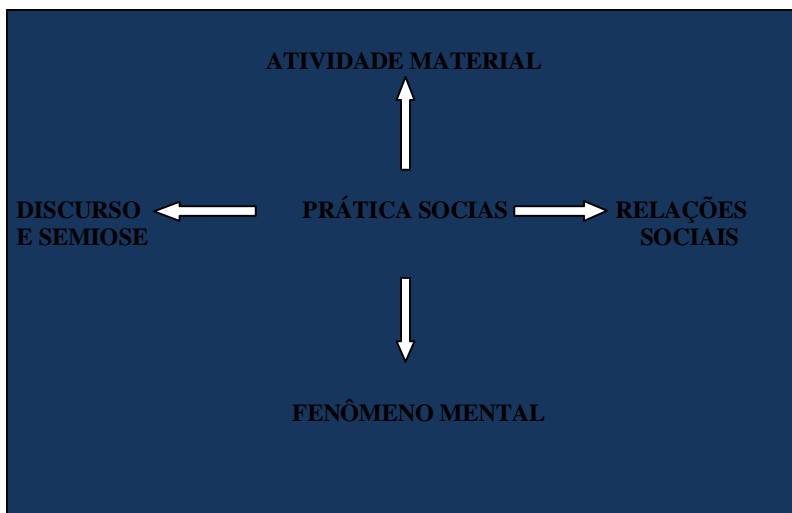


Figura 2 - Momentos da Prática Social (RESENDE; RAMALHO, 2006; RESENDE, 2009).

A figura 2 aponta para o discurso como um momento dialeticamente conectado a outros momentos da Prática Social. Nessa

perspectiva, o discurso é visto ao lado de outros momentos igualmente importantes, devendo também ser estes privilegiados na análise, pois, segundo Ramalho e Resende (2006, p.38), “o discurso é tanto um elemento da prática social que constitui outros elementos sociais como também é influenciado por eles, em uma relação dialética de *articulação e internalização*” (grifos das autoras), análise que ficou conhecida como bidimensional e que encara o texto e seus constituintes dentro das relações sociais, encontrados em múltiplas análises sociais (ORMUNDO, 2007).

A partir desta relação pode-se perceber a internalização de outros momentos da Prática Social no discurso, ou seja, outros momentos não linguísticos da prática Social podem ser internalizadas e consequentemente conhecidos no discurso, por este estabelecer relação dialética com os demais momentos, como as ideologias presentes no fenômeno mental que são externalizadas pelo poder constitutivo do discurso.

Em seu momento atual, a ACD disponibiliza, para as análises sociais, um trabalho transdisciplinar (FAIRCLOUGH, 2006). A partir de Chouliaraki e Fairclough (1999) a ACD ascendeu em uma escala de análise global ao se propor estudar não apenas práticas sociais isoladas na sociedade, mas entendendo que suas contribuições poderiam atuar em práticas sociais mais globais. Assim, internalizou em seus estudos o conceito de *modernidade tardia* de Giddens (1991).

Assim passou-se a privilegiar outros procedimentos de análise em que Fairclough (2006) afirma que a análise deve começar pela sociedade, e identificar na análise social três níveis de abstração: *eventos sociais, práticas sociais e estruturas sociais*. Fairclough (2006) afirma que a prática textual e a prática discursiva estão integrados a análises sociais e que textos e discursos são identificados e analisados dentro da análise social, por isso os três níveis de abstração são necessários para mostrar que a linguagem perpassa através da multimodalidade todas as práticas sociais e que continua sendo de interesse do analista a linguagem e consequentemente o discurso, pois este é evidenciado na análise social.

Os três níveis de abstração mostram como, por meio da análise social, é possível analisar textos, gêneros, estilos e discursos, levando o analista a continuar evidenciando práticas hegemônicas de dominação na sociedade dentro da globalização quando esta pretende

homogeneizar seus discursos nas sociedades de consumo inseridas na *modernidade tardia*:

Estrutura Social: Sistema Linguístico – Organização do Espaço Social; Organização das Instanciais Particulares na Globalização
Práticas Sociais: Ordem do Discurso – Gêneros, Discursos, Estilos.
Eventos Sociais: Textos – Ação dos agentes, Processos Econômicos, Político, Social, Cultural; O Poder articula-se na produção, distribuição e consumo dos textos.

Figura 3 - Caminhos para Análise Social (ORMUNDO, 2007).

A figura 3 demonstra uma guinada nos postulados da Análise Crítica do Discurso, com o fortalecimento da análise da prática social. Nesse sentido, a centralidade do discurso passa a entrar em xeque, passando este a ser visto como tão somente um dos momentos das práticas sociais. Assim, temos, em um contínuo de abstração que parte do evento social para as estruturas sociais, passando pelas práticas. O evento social, o mais concreto dos níveis de análise social, concorre para todas as ações e acontecimentos que constituem o processo social. Nessa perspectiva, podemos, junto com Fairclough (2006), usar o termo texto para o momento discursivo dos eventos sociais. As práticas sociais apontam para o modo como as coisas são geralmente realizadas em áreas específicas da vida social são modos habituais, rituais e institucionalizados. Já a estrutura social caracteriza-se como o nível de análise social mais geral, mais relativamente permanente.

Análise Crítica do Discurso Religioso: a abordagem do tema da homossexualidade em um culto evangélico

Para a nossa análise, abordamos apenas a primeira parte do culto, em que o pastor trata do tema da homossexualidade. Inicialmente, faremos uma análise das marcas lingüísticas mais perceptíveis no texto.

O primeiro aspecto que ressaltamos é o nível de informalidade que o discurso apresenta, pois, sendo um culto gravado para ser transmitido pela televisão, meio de comunicação que atinge uma grande parcela da população, deve englobar os vários níveis sociais. Assim, é utilizado no culto um vocabulário que pode ser facilmente

compreendido pelos vários segmentos sociais que possam vir a conhecê-lo.

Um importante aspecto relacionado ao léxico é a utilização de algumas palavras, que revelam ser escolhas com o objetivo específico de construir uma imagem negativa dos homossexuais:

[...] as centrais de jornalismo, as centrais de produção de novela estão **infestadas** de pessoas que têm a prática homossexual na sua vida. se a sociedade legalizar todas as **aberrações** ela se autodestrói. Porque todo ser humano precisa de limite.

A utilização das palavras “infestadas” e “aberrações” se revela um importante recurso utilizado para a propagação da ideologia: segundo o pastor, os homossexuais ‘infestam’ os lugares onde trabalham, *contagiam*, *contaminam*, *corrompem*, são pervertidos que estão no caminho errado. O pastor utilizou a palavra *aberração* ao falar sobre a possibilidade da legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo, e, quando diz que a sociedade não pode legalizar *aberrações*, afirma que os homossexuais são *anormais*, sofrem de desvio, aqueles que se desviam dos princípios verdadeiros.

Pela análise das palavras, vemos que a construção da realidade pelos grupos sociais se dá por meio de classificações e recortes: “nós, os evangélicos”, vs. “os outros, infieis que precisam conhecer o caminho certo”. O estabelecimento de representações não é pacífico nem consensual, mas conflituoso, pois se cada grupo ou indivíduo se compreende de determinada forma, a legitimação de uma identidade passa pela desqualificação de outras. No nosso caso, temos exemplos disso numa comparação utilizada pelo pastor:

A verdade, minha gente, é que querem mudar as leis, querem mudar os valores da sociedade porque um grupo da sociedade tem uma prática; agora escute: imagine se toda prática deturpada, pecaminosa, imoral, tem uma grande parcela da sociedade praticando, então nós vamos legalizar: “olha, legaliza a cocaína, porque tem gente cheirando cocaína de dar de pau”; “olha, legaliza o crack, porque tem gente usando craque a dar de pau”, olha, daqui a pouco vai vir alguém dizendo: “legaliza a pedofilia porque tem muita gente praticando isso” [...].

O pastor qualifica a prática homossexual como uma “prática deturpada, pecaminosa, imoral” que pode ser comparada ao vício e à

pedofilia. Dessa forma, difunde uma ideia que desqualifica completamente os homossexuais, através de uma visão preconceituosa e discriminatória sobre este grupo.

Outro recurso bastante empregado em seu discurso é a *paráfrase*: o pastor cita as palavras da Bíblia e dá a elas a sua interpretação, faz uma “tradução”, dá a sua versão:

Nós amamos todo tipo de pessoas, até bandido nós amamos, porque a Bíblia manda amar o próximo, manda-nos amar todo tipo de pessoa; nós amamos todas as pessoas; mas concordar com suas práticas, e aceitar suas atitudes, aí já é uma outra questão. Portanto, nós amamos os homossexuais, mas não aceitamos ou concordamos com a prática da homossexualidade.

Passagem Bíblica - Mateus, 22.39:

“Ame o Senhor, seu Deus, com todo o coração, com toda a alma, e com toda a mente. Este é o maior mandamento e o mais importante. E o segundo mais importante é parecido com o primeiro: Ame os outros como você ama a você mesmo.”

Vemos na fala do pastor uma referência ao trecho bíblico em que Deus manda amar o próximo, ao qual ele acrescenta a sua interpretação, pois, segundo a sua fala, deve-se amar o próximo, mas não se deve concordar com suas práticas – o que não está expresso no trecho bíblico a que ele faz referência, mas é sim a interpretação que ele deu às palavras. Assim, o pastor atribui às palavras bíblicas uma nova significação, que corresponde ao seu objetivo discursivo.

Por outro lado, no modelo de análise eleito aqui, é preciso levar em consideração não somente as marcas linguísticas perceptíveis, mas procurar também interpretar outros fatores, como a força ilocutória, a coerência, a intertextualidade, a interdiscursividade. Também levamos em consideração o modo como os textos são produzidos, distribuídos, e interpretados.

Para a ACD, a força ilocucionária é a ação social que o texto realiza, os “atos de fala” que desempenha (dar uma ordem, ameaçar, prometer); ou seja, é o propósito comunicativo do discurso ou sua intenção mais geral. No caso do discurso religioso analisado, entendemos que a força aponta para uma ordem: o pastor apresenta o comportamento correto que deve ser seguido, aquele que está de acordo com a vontade de Deus. Por exemplo, quando o pastor afirma

em vários trechos: “Eu estou aqui para falar a verdade!”, ele revela sua intenção, o propósito do discurso: “eu estou aqui para dizer que o homossexualismo é errado, é uma aberração, e por isso você não deve seguir esse comportamento.” Essa intenção de preceituar também é revelada no seguinte trecho:

Eu tenho certeza de que há aqui nesse auditório, ou alguém que está me vendo por uma fita, ou alguém que está me vendo pela TV, talvez você esteja na prática homossexual, e diga, “caramba, como esse pastor é violento, ele ‘tá me acusando, ele quer acabar comigo.” Não. Eu quero falar a verdade, [...] eu quero dizer pra você que tem o comportamento homossexual, que há uma saída pra você.

A “saída” apresentada pelo pastor para o homossexual é arrepende-se do “pecado” e passar a agir segundo seus preceitos, segundo suas palavras, que são a expressão da vontade de Deus.

A interdiscursividade e intertextualidade são estratégias utilizadas no discurso que funcionam para gerar coerência, e para convencer o receptor da verdade das proposições. A ACD caracteriza como a propriedade que os textos têm de estar repletos de fragmentos de outros textos. Esses fragmentos podem estar delimitados explicitamente ou miscigenados com o texto que, por sua vez, pode assimilar, contradizer ou fazer ressoar, ironicamente, esses fragmentos.

No texto analisado, verificamos que o pastor utiliza o discurso científico como um recurso que vai gerar seus argumentos:

Mas afinal de contas, o que é que dizem sobre a homossexualidade? Bem, alguns dizem que a questão da homossexualidade é uma questão biológica, genética: o indivíduo já nasce homossexual; significa então, dentro desse conceito, que a homossexualidade já um determinismo biológico [...] Mas deixa eu dizer pra você: nenhum cientista jamais provou ou vai provar que homossexualidade é uma questão biológica, ou genética. Não existe ordem cromossômica de homossexuais, existem cromossomos femininos e masculinos. O indivíduo heterossexual e homossexual do mesmo sexo tem a mesma ordem cromossômica. Não temos cromossomos homossexuais; não existe anatomia homossexual [...]; portanto, essa tese é furada; não há nenhuma prova científica; não há nenhuma comprovação, e jamais haverá [...] Não existe homossexualidade por questões genéticas ou biológicas.

Nesse trecho, se emprega o discurso científico que adota concepções deterministas em relação à homossexualidade para refutá-lo; em seguida, o pastor utiliza o discurso psicológico para afirmar que o comportamento sexual resulta da opção das pessoas:

Os psicólogos e os psiquiatras eles são unânimes em dizer que, mais importante do que a determinação genética para uma criança decidir a sua preferência sexual, é a maneira que ela é criada [...]; porque a homossexualidade é uma questão de comportamento. E se é uma questão de comportamento, homossexuais podem deixar de ser homossexuais e virarem heterossexuais.

Afirmar que o impulso sexual tem origem em fatores ambientais é justamente o que permite o controle das condutas sexuais pela promessa de *reversão* da homossexualidade – pois sendo uma questão de comportamento pode ser modificado. A concepção evangélica, assim, prega a possibilidade de modificação do comportamento homossexual por causa do aspecto da exterioridade da homossexualidade recorrendo a argumentos retirados da esfera discursiva científica e psicológica.

Castro (1987, p.31 *apud* PEDROSA, 2001) afirma que “todo discurso religioso (pela sua natureza) tem a ver com outro discurso religioso”. Para Orlandi (1996, p. 259), “o discurso teológico se manifesta como um comentário a um texto de origem, há sempre um dizer já dito, um redizer da significação divina”. No discurso religioso, esse texto base é a Bíblia. O recurso do intertexto (os excertos bíblicos) vem outorgar autoridade à fala do locutor, que, com isso, garante maior aprovação, maior aceitação e conformação às palavras de Deus. Exemplos:

A homossexualidade à luz da teologia e da palavra de Deus é uma rebelião consciente contra a ordem divina da criação. A homossexualidade à luz da palavra de Deus e da Teologia é uma distorção da imagem de Deus [...]; Levíticos 18:22 diz que : “aquele que se deita com homem, abominação é ao senhor. [...]” A Bíblia condena a prática homossexual no antigo e no novo testamento. A Bíblia condena a prática homossexual no antigo e novo testamento. Olha em Romanos capítulo 1, versículos 26 e 27[...]. Olhe o que diz a palavra do Senhor: “pelo que Deus os abandonou às paixões infames,

porque até suas mulheres mudaram o uso natural no contrário a sua natureza (homossexualismo feminino) e semelhantemente também os varões deixando o uso natural da mulher se inflamaram em sua sensualidade uns para com os outros varão com varão cometendo torpeza e recebendo em si mesmo a recompensa que convinha ao seu erro.

A Bíblia condena a homossexualidade quer no antigo ou novo testamento [...]. Leia a Primeira Carta de Paulo aos Coríntios capítulo 6, versículos 9-10: “não sabeis que os injustos não hão de herdar o Reino de Deus? Não erreis. Nem os devassos, nem os idólatras, nem os adúlteros, nem os efeminados (o homossexual passivo), nem os sodomitas (o homossexual ativo, até aqui a Bíblia faz essa divisão), nem os ladrões, nem os avarentos, nem os bêbados, nem os maldizentes herdarão o Reino de Deus.

O intertexto constrói-se como estratégia de autoridade e como advertência, colocando o receptor numa situação em que não há saída: ou ele segue as palavras de Deus, ou está arruinado.

Assim vemos que a *intertextualidade e a interdiscursividade* não se tornam manifestas sem motivos: quando se dá espaço para a outra voz no texto de maneira explícita, há a intenção de corroborar as próprias idéias a partir do enunciado do outro, pois as escolhas são motivadas.

Para examinar o texto no que diz respeito a sua produção, distribuição e consumo temos que investigar quem produz, distribui e interpreta os textos: quem escreve para quem, em quais circunstâncias e por quê; primeiramente, procuramos responder a pergunta: “quem é o produtor do texto?” E, como estamos inseridos numa perspectiva crítica de análise, esta pergunta vem acompanhada de outra: quem tem o poder de produzir esse discurso, de colocá-lo em circulação? Tendo em vista que, de acordo com a ACD, o poder é conceituado como o conjunto de assimetrias entre participantes nos acontecimentos discursivos, a partir da eventual capacidade desigual desses participantes para controlar a produção dos textos, a sua distribuição e o seu consumo, em contextos socioculturais particulares.

Ao analisar o contexto da nossa sociedade, vemos que não é qualquer pessoa que pode ministrar um culto, e veiculá-lo pela TV, mas somente o líder religioso (pastor/padre) possui essa “autoridade”, que advém da assimetria entre os participantes do discurso religioso: Deus é o sujeito central do discurso religioso cristão, o pastor ou o

padre são os responsáveis pela transmissão do discurso de Deus, e o povo ou fiel é apenas um receptor.

Assim, o pastor ocupa no jogo de interlocução uma posição de poder em relação ao povo/fiel, já que é aquele que faz a mediação entre o homem e Deus: ocupa na nossa sociedade o papel de “porta-voz” de Deus na terra. Como diz Orlandi (1996, p. 242-243) “o discurso religioso é aquele em que fala a voz de Deus: a voz do padre – ou do pregador, ou, em geral, de qualquer representante seu – é a voz de Deus”. Por isso, somente o pastor é a pessoa que pode interpretar as palavras de Deus, e prescrever o comportamento certo de acordo com a vontade de Deus.

Essa relação de assimetria, por sua vez, é assegurada pelo desnivelamento entre Deus e o homem: há uma relação de subordinação dos ocupantes do plano mortal com o espiritual: Deus (plano espiritual) é imortal, eterno, infalível, infinito; o homem (plano mortal) é mortal, efêmero, falível, finito.

Encontramos em Orlandi (1996) uma classificação do discurso em três modos organizacionais: o discurso lúdico, que se caracteriza pelo jogo aberto de interlocuções, contém uma persuasão moderada não utilizando a forma verbal imperativa e não propondo uma verdade única; o discurso polêmico, que produz uma atmosfera de instigação onde a relação dialógica já é mais restrita; e o discurso autoritário, propriamente persuasivo, enclausurando a verdade de um único ponto de vista e não admitindo questionamentos: não há espaço para interação entre locutor e interlocutor.

O discurso religioso é um discurso marcadamente autoritário, por causa da assimetria entre os participantes, que garante o sileciamento do receptor. Assim, pela desigualdade de papéis e de lugares que caracteriza o discurso religioso, aqueles que transmitem a palavra de Deus têm a possibilidade de instaurar formas de controle e de manipulação, já que estão transmitindo a palavra de Deus, e, afinal, Deus não pode ser questionado. O discurso aprisiona os indivíduos através do autoritarismo que os convence da existência de uma verdade única.

No texto analisado, encontramos marcas de autoritarismo quando o pastor procura assegurar o reconhecimento, por parte do ouvinte, da existência de um poder superior a ele e ao qual ele deve se submeter: ao pregar a idéia de que o homem é errado, falho, uma

simples criatura, mas que Deus possui o poder, diante do qual o homem deve reconhecer sua nulidade:

Deus é amor mesmo, porque ele perdoa o pecado de qualquer pessoa; porque todo mundo, a partir de mim, eu mesmo que estou falando, eu merecia era o inferno, mas a graça salvadora manifestada em Cristo Jesus pelo seu amor me livrou da condenação eterna.

[...] eu quero dizer pra você que tem o comportamento homossexual, que há uma saída pra você [...]. O senhor Jesus tem o poder de libertar você disso, meu filho. Se técnicas terapêuticas não funcionam pra mudar o comportamento homossexual para heterossexual, qualquer homossexual que reconhecer o seu pecado e confessar ao senhor Jesus, e obedecer à sua palavra vai ser liberto pelo poder do Evangelho de nosso Senhor Jesus cristo. Essa é que é a verdade.

O receptor reconhece o enunciador (Deus) como seu superior, perante o qual deve se submeter, numa relação assimétrica. Portanto, o discurso religioso é aquele em que o efeito é a total submissão do sujeito-cristão a forças que lhe são superiores. Dessa maneira, quando recebe esse texto, o receptor se vê compelido a interpretá-lo como a verdade, já que é a vontade de Deus expressa pelo seu representante. O gesto de interpretar um fato é o momento em que a ideologia surge, representando a maneira como o sujeito irá simbolizar a realidade em sua volta. A ideologia é entendida na ACD como uma forma de conceber a realidade que contribui para beneficiar certos grupos em detrimento de outros, que se liga à hegemonia, que é a continuidade do exercício de poder de uns sobre os outros.

No discurso religioso, o receptor é compelido a acreditar, pelo autoritarismo do discurso religioso, que só deixa dois caminhos: ou o receptor segue as doutrinas pregadas pelos intermediadores de Deus em troca da salvação, ou adota um regime de vida desvinculado das ideologias divinas pregadas pelos representantes devidamente autorizados, cometendo, dessa forma, pecados, tendo como sanção o castigo. Assim, é levado a adotar outra forma de conceber a realidade, a pregada pelo Pastor. O autoritarismo do discurso assegura a aceitação da ideologia por parte dos receptores, contribuindo, assim, para a hegemonia, que, no caso, é a continuidade do exercício de poder dos líderes religiosos sobre os fiéis.

Assim chegamos ao nível de análise que investiga como o texto contribui por parte de seus autores e usuários para a reprodução,

manutenção ou mudança de certas práticas sociais. No caso do discurso religioso analisado, vemos que o texto contribui para a manutenção da relação de poder e assimetria existente entre o líder religioso e o povo, e para a reprodução da situação de preconceito e discriminação que o grupo homossexual ainda vive na nossa sociedade, que devem ser vistos, de acordo com a concepção cristã, como anormais, aberrações, imorais, que desafiam a ordem natural estabelecida por Deus.

Considerações Finais

Procuramos analisar as estratégias linguísticas e discursivas utilizadas pelo texto do pastor na propagação da ideologia, as relações estabelecidas entre os participantes para verificar o poder performativo da palavra no discurso religioso, que se torna autoritário pela relação de assimetria.

Constatamos que se trata de um discurso em que a interação é estabelecida de forma a tornar o dizer do enunciador único e inquestionável. Isso possibilita a dominação das intuições religiosas sobre o povo/fiel: a ideologia presente no discurso legitima a autoridade do pastor e da instituição religiosa, e desqualifica o grupo homossexual, vistos como anormais que precisam aceitar a palavra e arrepende-se do pecado: modificar seu comportamento e adotar o pregado pelo líder religioso, em troca da salvação.

Referências

CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. *Discourse in late modernity*. Rethinking critical discourse analysis. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

DIJK, T. van. Critical discourse analysis. In: TANNEN, D.; SCHIFFRIN, D. HAMILTON, H. (Ed.) *Handbook of Discourse Analysis*. London: Blackwell, 2001.

FAIRCLOUGH, Norman. *Language and globalization*. London; New York: Routledge, 2006.

_____. *Discurso e mudança social*. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo, UNESP, 1991.

MALAFAIA, Silas. *Homossexualismo, Aborto, Células-tronco: a verdade que você precisa saber*. Rio de Janeiro: Editora Central Gospel. [2005]. 1 DVD.

ORLANDI, Eni P. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 4. ed. Campinas: Pontes, 1996.

ORMUNDO, J. *Reconfiguração da linguagem na globalização*. 2007. 127f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística, Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

PEDROSA, C. E. F. *Discurso religioso: funções e especificidade*. *Soletras*, Rio de Janeiro, v. 14, 2001.

RESENDE, V. *Análise de discurso crítica e realismo crítico*. São Paulo: Pontes, 2009.

RESENDE, V. de M.; RAMALHO, V. *Análise do discurso crítica*. São Paulo: Contexto, 2006.

WODAK, R. Do que trata a ACD – um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. *Linguagem em Dis(curso)*, Tubarão, v. 4., n. esp., p. 223-243. 2004.

Recebido em 09 de julho de 2011

Aceito em 10 de outubro de 2011

A IDENTIDADE DO IMIGRANTE ALEMÃO: A LÍNGUA, ELEMENTO SIMBÓLICO DE IDENTIFICAÇÃO

THE IDENTITY OF THE IMMIGRANT: LANGUAGE, A SYMBOLICAL ELEMENT OF IDENTIFICATION

*Vejjane GAELZER**

Resumo: Esta pesquisa tece considerações sobre a questão dos elementos de identificação dos imigrantes e seus descendentes. Uma forma de estudar a identidade é observar a relação do imigrante com a língua, a sua história e sua memória. A língua, à luz do materialismo histórico, assume materialidade e nela sentidos são constituídos, silenciados, e/ou excluídos a partir de condições de produção desses sentidos. Nosso trabalho está pautado nas concepções de língua e de sujeito de Pêcheux (1997).

Abstract: This research makes evaluations about the elements of identification between the immigrants and their descendants. A way of studying identity is by observing the relationship of the immigrants and their language, history and memory. The language, based on the historical materialism, assumes materiality and meanings are built, silenced and/or excluded on it, from production conditions of these meanings. Our work is based on Pêcheux's (1997) conceptions.

Palavras-chave: Língua; Elementos Identitários; Prática Discursiva.

Keywords: Language; Identity Elements; Discursive Practice.

Introdução

Ao tratarmos da questão do imigrante, podemos observar a relação dele com a língua, com sua história, sua memória e sua identidade. A identidade aqui se manifesta e se sustenta através da língua, fazendo sentido, e, ao mesmo tempo, aponta para a exterioridade que é constitutiva da língua. A identidade, não é estável, homogênea e acabada, está em constante movimento e é cheia de atravessamentos de discursos. Nesse sentido, no nosso trabalho,

* Doutora em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, Brasil. Contato: vejane@hotmail.com.

seguiremos a ideia de que as identidades sociais são construídas no/a partir do discurso, em particular. É a partir do discurso que construções imaginárias são constituídas e (re)produzidas. Para tanto, nosso interesse recai sobre as questões que envolvem o imaginário de identidade e os aspectos atrelados à língua nas práticas sociais e como essas questões são discursivizadas a partir da memória discursiva dos imigrantes alemães. Ao tratarmos do imaginário de identidade do imigrante alemão, temos que considerar que durante o regime do Estado Novo, qualquer língua estrangeira era proibida, tendo em vista a imposição jurídica da língua nacional e, nessa época, os imigrantes estavam proibidos de falar a sua língua materna. Contudo, a língua alemã, mesmo proibida, cumpre um papel essencial: o de objeto simbólico de identificação do grupo social dos imigrantes de origem alemã.

Neste trabalho, adotamos a concepção de língua, pautada na perspectiva marxista, cuja concepção aponta para a materialidade da língua a partir das práticas sociais. Segundo Pêcheux (1997), a língua é percebida na sua materialidade linguística sobre a qual processos discursivos são desenvolvidos e identificados. Daí, a cada prática discursiva entra em jogo relações de intersecção entre o linguístico e o discursivo, porque a materialidade linguística trabalha com o sujeito, com a língua e com a história. Assim, não podemos falar em língua, sem falar de sujeito e de história, porque há um entrelaçamento desses elementos para significar a construção imaginária de identidade. Para a Análise do Discurso, o funcionamento da língua não é apenas linguístico, mas dela participam os elementos das condições de produção do discurso, em que o sujeito se encontra, ao enunciar.

Portanto, a língua recebe um lugar especial, pois ela é o elemento de ligação dos imigrantes entre o país de origem, a sua cultura e o outro lugar, onde se estabelece um novo vínculo. É pela língua que os imigrantes guardam os seus saberes, a sua história e os seus bens simbólicos. Deste modo, este artigo pretende mostrar elementos identitários do sujeito imigrante alemão pelo viés da língua a partir das suas práticas sociais. O *corpus* discursivo constitui-se de recortes de falas de imigrantes e descendentes de imigrantes alemães que se instalaram no Estado do Rio Grande do Sul. Esses recortes de falas fazem parte de uma série de entrevistas que se constituem de

relatos gravados², referentes à infância dos imigrantes e o modo de vida nas suas comunidades. Trata-se de uma observação da materialidade linguístico-discursiva em suas condições de produção histórica, atreladas a diferentes posições-sujeito, conforme os saberes inerentes às Formações Discursivas. A fim de podermos aprofundar questões centrais que se reportam aos modos de subjetivação dos imigrantes alemães do Estado do Rio Grande do Sul, tomaremos a Formação Discursiva de Imigrantes Alemães (FDIA) e para contrapor a esses saberes, temos a Formação Discursiva antagônica, a Formação Discursiva do Governo Vargas (FDGV), que se contrapõe aos saberes da FDIA e aos elementos de identificação desse grupo, buscando uma construção de imaginário do cidadão brasileiro. Observamos, assim, que é nas práticas sociais que os imigrantes constroem sua identidade e mantêm presente elementos culturais trazidos de seus antepassados e, ao mesmo tempo, constrói-se um espaço de antagonismo entre os saberes da FDIA e os saberes da FDGV, que procura estabelecer uma construção de imaginário de brasileiro e apagar elementos de identificação do imigrante alemão. Para elucidar essas questões antagônicas, traremos recortes de falas de imigrantes. Esses recortes nos permitem analisar e verificar efeitos de memória que a fala dos imigrantes produzem nos seus discursos, podendo ser esses efeitos de memória: uma lembrança, uma transformação, um esquecimento, uma ruptura e/ou negação do já-dito. Dessa forma, com base na análise discursiva do *corpus*, constitui-se o lugar e os elementos da identidade imaginária do imigrante. Neste cenário de identificação, a língua, como objeto simbólico, faz parte de um entrelaçamento de estruturas culturais e sociais nos modos como os processos de subjetivação se produzem. Dessa perspectiva, percebemos a importância da língua nos processos de identificação que marcam esses sujeitos na construção de sua identidade.

² Cabe destacarmos que o critério usado para as entrevistas era o domínio da língua Alemã. Outro elemento pertinente a ser destacado é o fato de alguns terem se recusado a falar sobre a infância e a ligação com a língua Alemã, a exemplo: “eu não tenho nada a ver com essa época. Eu e meus filhos não falamos alemão. Meus filhos todos sabem falar inglês. Nossa família não quer mais falar sobre essa época, isso ficou no passado”.

Língua, Sujeito e Identidade

Para Pêcheux (1997), a língua é vista a partir da sua materialidade e significa a partir dos processos ideológicos nos quais os sujeitos estão inseridos e os indivíduos tornam-se sujeitos pela submissão à língua e à inscrição na história. Deste modo, para o autor não há sujeito nem sentido sem o assujeitamento à língua. Não se pode dizer senão afetado pelo simbólico. Isso significa que quando nascemos e aprendemos a falar, o fazemos a partir de uma determinada Formação Discursiva na qual nos reconhecemos. De acordo com o autor, as Formações Discursivas (FDs) propagam saberes, em que efeitos de sentido são valorizados e naturalizados, como se fossem “evidentes”. Isso porque as palavras não têm um único sentido, antes “seu sentido se constitui em cada formação discursiva, nas relações que tais palavras, expressões ou proposições mantêm com outras palavras, expressões ou proposições da mesma formação discursiva” (PÊCHEUX, 1997, p. 160). Assim, nos submetemos à língua, nos assujeitamos a ela e subjetivamo-nos a partir de determinados discursos, inscritos em determinada FD. Portanto, Pêcheux (id.) ao dizer que o sujeito se submete à língua, na história, e ao simbólico para significar, está se referindo à materialidade do simbólico, a partir da ordem da língua e da história, isto é, em sua articulação e em seu funcionamento, que constitui a ordem do discurso. Isso porque ao falar, o sujeito o faz a partir de determinadas condições de produção do discurso. Nesse viés, precisamos considerar a língua, o sujeito e a história para refletirmos sobre a construção imaginária de identidade. Dessa forma, o autor supõe a relação do sujeito com aquilo que o representa e nos propõe uma reflexão sobre a linguagem e sua exterioridade constitutiva. Isso significa que as formas de subjetivação dos sujeitos se dão pela dimensão histórica e ideológica, dado que o sujeito não é detentor e origem do seu discurso, mas é atravessado e constituído, posicionando-se a partir de redes discursivas.

Ao olharmos para o sujeito-imigrante pelo viés da teoria materialista, temos o sujeito ideológico, que não pode ser considerado como acabado e a origem da subjetividade não está no sujeito. Dessa perspectiva, a identidade é construída, a partir do fato de que a ideologia interpela os indivíduos sem que eles percebam essa interpenetração. Pêcheux (1997) ao afirmar que a ideologia interpela os

indivíduos em sujeitos ideológicos, coloca a questão de que os indivíduos são “transformados” em sujeitos ideológicos. Aqui, Pêcheux (*id.*) retoma a teoria do assujeitamento de Althusser (1985) em que o “indivíduo é interpelado em sujeito [livre] para livremente submeter-se às ordens do Sujeito, para aceitar, portanto [livremente] sua submissão” (PÊCHEUX, 1997, p. 133). A partir desse viés, o sujeito tem a ilusão de ser livre e autônomo, no entanto, ele é interpelado e essa interpelação faz com que ele tenha uma identificação dentro das condições ideológicas em que se encontra e se reconhece como sujeito social e histórico.

Diante dessa abordagem materialista da língua, Pêcheux (1997, p. 90) escreve: “o fato de que as classes não sejam ‘indiferentes’ à língua se traduz pelo fato de que *todo processo discursivo se inscreve numa relação ideológica de classes*” [grifo do autor], e aponta que a língua não é objetiva e neutra, que ela submete os sujeitos às relações de poder e de lutas de classe, a língua como um encontro do jogo do poder. Assim, os sentidos não são dados pelos signos linguísticos, mas inscritos numa ordem sócio-histórica e determinados a partir de um lugar social que remete a determinados saberes de uma Formação Discursiva.

Para Pêcheux (1997, p. 160), formações discursivas podem ser entendidas como “aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito*” [grifo do autor]. Se considerarmos que entram em uma Formação Discursiva os saberes constituídos a partir de uma conjuntura dada, então ao nos debruçarmos sobre a construção da identidade de imigrantes alemães, percebemos que o reconhecimento do sujeito imigrante e seus descendentes acontece a partir do funcionamento das representações nos processos discursivos, trazidos por aqueles imigrantes vindos da Alemanha, cujos saberes e hábitos reproduziam a forma de viver na Alemanha, claro, adaptados conforme as condições climáticas da nova *Heimat*³, o Brasil. Contudo, esse sujeito interpelado se reconhece como

³ *Heimat* deriva de *Heim*, que significa casa, neste sentido, a palavra *Heimat* traduzida para o português significa terra natal, mas diríamos que essa palavra abarca vários elementos que envolvem sentimento de pertencimento, como se a nação fosse um lar, isto é, trata-se de ser parte integrante de um espaço e sentir-se em casa sem ser apontado como estrangeiro.

espontâneo e constituído a partir dele mesmo, sem interferências exteriores.

Para refletirmos sobre essas questões, traremos um recorte de uma imigrante alemã. Esse recorte retrata o reconhecimento e o pertencimento do sujeito a um grupo por um sentimento ligado à língua. Esse reconhecimento e sentimento de pertencimento pelo viés da língua retratam os saberes da FDIA. A língua Alemã traz consigo elementos sentimentais que não podem ser significados na língua do outro, a língua Portuguesa. Trata-se de uma imigrante que chegou ao Brasil com seus pais e dois irmãos mais velhos no início do século XX. Ao sair da Alemanha, ela tinha três anos e não se lembra do país e nem da viagem, apenas tem lembranças da sua infância aqui no Brasil. Seus pais deixaram a Alemanha por buscar uma vida melhor para seus filhos. Sabemos que, no século XIX, as províncias de onde procediam os imigrantes, achavam-se superpovoadas e as terras não ofereciam perspectivas para esses colonos, e a industrialização, considerada próspera, não seria capaz de absorver todos os colonos empobrecidos diante das guerras. Na época, o Brasil apresentava-se como uma solução para o território que a Alemanha⁴ não oferecia para todos os colonos. Nesse cenário, a vinda de pequenos agricultores para o Brasil, representava uma solução para os imigrantes esperançosos de uma nova vida e, ao mesmo tempo, para o país, que precisava proteger suas fronteiras, ainda desocupadas. Segundo a senhora:

R1: É muito diferente ler a Bíblia em alemão que foi trazida com muito cuidado pelos meus antepassados, do que ter que soletrar a mesma leitura, onde o significado não é bem entendido. Em alemão parece que cada palavra tem um significado especial.

⁴ Vale ressaltar, conforme Müller (1981, p. 45), que a “Alemanha não existia como unidade nacional. Havia reinados, principados, ducados, independentes entre si. A língua identificava e unificava todos e aí pode-se falar em Alemanha. Lutero ao traduzir a bíblia criou uma língua oficial que propiciasse a leitura da bíblia a todos, até então havia diversos dialetos. Ao uniformizar a língua, havia um elo comum entre todos os departamentos políticos vindos da Idade Média. Neste sentido, ao falarmos em imigrantes da Alemanha, antes de 1871, ano da unificação formalizada por Bismark, referimo-nos às pessoas de fala alemã. Os passaportes da época registram a origem das pessoas como sendo da Prússia, de Schleswig-Holstein, Renânia, Hesse ou Pomerânia. Como todos falavam a mesma língua, a História apenas registra “alemães”.

A fala do R1 ilustra que a língua está ligada a um sentimento de afetividade, a um elo que não pode ser expresso da mesma maneira na língua do outro, “*é muito diferente ler a Bíblia em alemão que foi trazida com muito cuidado pelos meus antepassados*”, a língua significa de modo diferente, porque ela traz consigo a trajetória de vida dessas pessoas. É por isso que ao se expressar em alemão, afloram na memória de cada um, sentimentos, vivências, “*em alemão parece que cada palavra tem um significado especial*”, que não podem ser ditas na língua do outro, como ela afirma: “*soletrar a mesma leitura, onde o significado não é bem entendido*”. Portanto, percebemos que existe uma interpelação pela FDIA que evidencia a plena identificação do sujeito da enunciação com o Sujeito Universal desta FD. Na fala apresentada no R1, reproduzem-se os saberes dos imigrantes alemães que se instalaram em uma nova *Heimat*, o Brasil, que passam pela identificação com a língua e outros elementos, como a religião, trazidos de seu país de origem, Alemanha, e esses saberes os interpelam em sujeitos. Segundo Kleine (1964, p.25), “*a língua é muito mais que um instrumento de comunicação entre as pessoas, nela brotam e perpetuam, por vários séculos, formas evoluídas de viver e sua essência significa sempre uma essência de substância religiosa e de espírito*⁵”. Podemos refletir sobre as palavras do autor, ao considerar a afirmação no R1, “*é muito diferente ler a Bíblia em alemão*”. Aqui, o próprio sujeito imigrante reconhece sua identificação com a língua Alemã e não com a língua Portuguesa. A língua Portuguesa é vista como uma língua imposta juridicamente e não há relação afetiva com ela, antes um contraste e um confronto. O *diferente* nessa afirmação remete aos elementos simbólicos aos quais a língua está atrelada e aos elementos constitutivos desses sujeitos. Portanto, a interpelação do indivíduo em sujeito relaciona-se com o imaginário produzido na história e sua constituição, como sujeito, estrutura-se a partir de sua relação com o simbólico. Nesse processo de interpelação, funcionam dois esquecimentos, conforme Pêcheux (1997), determinados como esquecimento n° 1 e o esquecimento n° 2. Para o autor, o esquecimento n°1 é o lugar do inacessível ao sujeito por ser de natureza do

⁵*Die Sprache ist eben mehr als nur ein Verständigungsmittel unter den Menschen; in ihr wirken und weben durch Jahrtausende gewachsene Lebensformen mit, und ihr Verlust bedeutet immer einen Verlust an seelischer und geistiger Substanz* [a tradução é nossa].

inconsciente. Esse esquecimento, segundo o autor, é de ordem ideológica e inconsciente. Nesse caso, o sujeito tem a ilusão de que ele faz as suas próprias escolhas, como se fosse senhor de si. O outro, o esquecimento nº2, se dá devido ao fato de que o sujeito tem a ilusão de se reconhecer como fonte de seus sentidos e sujeito do seu próprio discurso, podendo fazer escolhas do que pode dizer. No entanto, o sujeito não é a origem do seu dizer e não tem controle total sobre os efeitos de sentido que o seu dizer provoca. Para Pêcheux (1997, p.177), “o efeito da forma-sujeito do discurso é, pois, sobretudo, o de mascarar o objeto daquilo que nós chamamos o esquecimento nº1, pelo viés do funcionamento do esquecimento nº2”. Os dois esquecimentos corroboram para a ilusão discursiva do sujeito.

Para continuarmos nossa reflexão sobre o funcionamento da identidade pelo viés da língua, traremos outro recorte de uma imigrante que vive na cidade de Santa Rosa, localizada no interior do Estado do Rio Grande do Sul. Ela veio para o Brasil com quatro anos de idade, por volta do final do século XIX, junto com sua família: o pai, a mãe e sua irmã mais velha. Seu pai veio para o Brasil para trabalhar como pastor em uma comunidade Evangélica Luterana do Brasil e sua função de pastor era atender todas as comunidades do Distrito 14 de Julho, na região Noroeste, hoje Santa Rosa. Na época, chamava-se Distrito de 14 de Julho do município de Santo Ângelo. O recorte traz um relato sobre as práticas de violência simbólica, as quais os imigrantes estavam submetidos, durante o período do Governo Vargas, que proibiu a fala de línguas estrangeiras em qualquer espaço, seja público ou privado. Segundo a senhora:

R2: Meu pai foi obrigado a trazer todos os seus livros para a delegacia de Tuparendi, sacos cheios de livros. Assim, eram bons livros, tão bonitos... Meu pai era pastor, ele nem era político. Ele não tinha nada a ver com a política. Ele possuía em casa livros porque ele era pastor, mas estavam em alemão. Ele precisou levá-los a Tuparendi. Eles os jogaram num monte na frente da delegacia e queimaram tudo⁶.

⁶ *Na ja, mein Vater mußte seine ganze Bücher nach Tuparendi nehmen – auf die Delegacia – Säcke voll. So gute Bücher, so schöner... Mein Vater war ja Pfarrer, er war ja garnicht politisch. Er hatte garnicht mit politik zu tun. Es waren Bücher für*

Pela fala da imigrante do R2, tomamos conhecimento sobre fatos ocorridos com bens de famílias de imigrantes alemães, como com os livros, e estes acontecimentos são as práticas políticas de repressão da política nacionalista do governo varguista, cujo objetivo era manter sob vigilância os comportamentos dos imigrantes e manter a ordem nacional. Nesse sentido, os imigrantes eram proibidos, além de falar em alemão, manter em suas residências qualquer material que estivesse publicado nessa língua⁷, mesmo que fossem livros de pregação religiosa. Pela afirmação da imigrante, “*meu pai era pastor, ele nem era político*”, podemos perceber que o objetivo do governo estava claro para os imigrantes, pois eles sabiam que estavam sendo controlados e vigiados, e o governo tentava mantê-los afastados da política. Ela reforça isso, ao dizer que os livros “*não tinham nenhuma relação com a política*”. Esta é uma resposta à prática política nacionalista do governo varguista e ela procura refutar a ideia de que eles eram uma ameaça política à nação. Esta fala, “*eram livros assim tão bons, tão bonitos... Eles jogaram num monte na frente da delegacia e queimaram tudo*”, ilustra uma denúncia da repressão por eles vivida na época e demonstra o que o governo procurou fazer com a identidade dos imigrantes. Desse modo, neste recorte, ecoam os saberes da FDGV: os imigrantes alemães são um perigo ao país e precisam ser anulados e ter a sua cultura e sua identidade substituída. Não podemos ser ingênuos e esquecer o panorama histórico-político mundial, relacionados ao nacional-socialismo da Alemanha das décadas de 1930 e 1940 e esse panorama despertava o receio de que os imigrantes e seus descendentes pudessem se organizar e rebelar contra o governo brasileiro. Sabemos que havia entre os imigrantes alemães aqueles que apoiavam as ideias do governo nacional-socialista. Não é nossa pretensão desenvolver essa abordagem nas nossas reflexões, nem amenizar os fatos. Antes postular que esses acontecimentos corroboram para o encaminhamento das práticas políticas adotadas

Pfarrer, aber es war auf Deutsch. Er mußte alles nach Tuparendi bringen. Sie haben es auf einander geworfen vor die Delegacia und alles verbrannt.

⁷Estamos nos referindo ao Decreto-lei nº1.545, expedido em 25 de agosto de 1939, cujo conteúdo faz menção à regulamentação da língua Portuguesa como língua nacional e institui a proibição de qualquer língua estrangeira, tanto em esfera pública como privada. A partir deste decreto são adotadas algumas medidas que buscam a “*adaptação*” dos imigrantes e seus descendentes.

pelo governo, mas, ao mesmo tempo, o cenário político mundial não justifica as práticas políticas do governo varguista. Para esse governo, o fato não era apenas ser imigrante, isto não era exatamente um problema, desde que o sujeito se assumisse como brasileiro e negasse qualquer laço com a sua história e a sua identidade. Sabemos que o governo varguista não estava apenas preocupado com a construção da identidade do povo brasileiro, a questão era política e a expressão “*alles verbrandt*” (queimaram tudo), ilustra as tentativas das práticas do governo em anulá-los política e culturalmente. Para os imigrantes, “*alles*” (tudo), que estava em língua Alemã, representa um elo com a sua cultura e procuravam preservá-la. Portanto, ao queimar os livros está subentendido a destruição simbólica desses imigrantes, determinando-lhes outros livros, outras leituras e outra relação de pertencimento. Sabemos que a política de Getúlio Vargas propagava o discurso de que os imigrantes eram um perigo à nação, muito mais quando se estendia a assuntos políticos, por isso, o governo mantinha um olhar cuidadoso e vigilante sobre eles. Assim, a política desse governo implica legitimar algumas práticas e expurgar outras que ameaçam seu projeto político, para tanto, o governo cria um discurso de um país miscigenado, unido por uma única língua. A partir dessa política, desenvolvem-se algumas práticas e discursos que determinam comportamentos e lugares sociais. Segundo Zandwais (2007), nesse cenário de imaginário de brasilidade, exclui-se o sujeito imigrante e constrói-se um olhar sobre ele, determinando-o socialmente e buscando apagar sua identidade, sua memória e sua história.

Para dar continuidade à nossa reflexão sobre as questões identitárias dos imigrantes, trataremos outro recorte. Trata-se da fala de um descendente de imigrantes. Seus pais chegaram ao Brasil no final do século XIX e se estabeleceram nas terras oferecidas no Noroeste do Estado. Estas terras foram colonizadas por imigrantes que chegaram mais tarde ao Brasil, as terras perto do centro, como São Leopoldo, Novo Hamburgo e Porto Alegre, foram mais visadas e logo colonizadas; aqueles que chegaram mais tarde, por questões de sobrevivência, precisaram se afastar e ocupar as terras menos disputadas. Apesar de se deslocarem e formar outras comunidades, longe do centro da imigração, os imigrantes e seus descendentes constituíam as suas *Gemeinde* (comunidades) e procuraram se manter unidos para sobreviverem e manterem seus laços identitários:

R3: Em casa, mesmo proibido, o pessoal falava em alemão, não sabíamos outra língua. Meus pais faleceram sem aprender o português. Era proibido os cultos em alemão, em português não, mas ninguém fazia em português, não tinha pastor na época.

Para entendermos esse R3, precisamos voltar novamente aos acontecimentos históricos e os processos ideológicos, como nos propõe Pêcheux (1997). Se olharmos apenas a partir de uma leitura literal das palavras do descendente de imigrantes, podemos fazer uma leitura parcial, porque as palavras fora das condições de produção social não dão conta dos efeitos de sentido, precisamos considerar a língua em funcionamento e o sujeito na história para significar. Nessa perspectiva, esse descendente de imigrantes ao afirmar que falava a língua Alemã, mesmo proibido está se referindo ao momento histórico do Governo de Getúlio Vargas que proíbe a fala de qualquer língua estrangeira e qualquer manifestação religiosa ou cultural que não fosse realizada na língua Portuguesa. Por meio do Decreto-lei 1.545, expedido em 25 de agosto de 1939, o governo Vargas regulamenta a proibição de qualquer língua estrangeira e institui a língua Portuguesa como a nossa língua nacional oficial.

Diante desse cenário, nos perguntamos como ficou a identidade do sujeito imigrante, se conforme Pêcheux (id.), a subjetivação passa pela língua? Fica claro que a língua nacional não lhes trazia nenhuma significação afetiva, porque o processo de subjetivação desses sujeitos não passava pela língua Portuguesa, porque esses imigrantes falavam somente a língua Alemã. Podemos entender isso quando ele se refere ao fato de que os cultos na língua Alemã eram proibidos, mas permitidos e obrigatórios em português, e sobre isso declara: “*em português não, mas ninguém fazia em português, não tinha pastor na época*”. Isso significa que essa era a língua do outro e não lhes fazia sentido. Portanto, podemos perceber, pela fala do imigrante, que a língua proibida era a sua língua materna e esta tem função simbólica crucial na constituição dos sujeitos que saíram da Alemanha, porque a língua se encontra imbuída de valores e sentimentos identitários que os unem. Diante dessa identificação pela língua, a fala do R3 nos mostra, que, mesmo proibida, a língua materna continuava existindo, porque eles precisavam dela para ser, pois não

sabiam ser de outro modo, essa era a língua que os constituía. Disso depreendemos que a subjetividade se dá na e pela língua e podemos observar isso no R3: “*o pessoal falava em alemão, não sabíamos outra língua. Meus pais faleceram sem saber falar português*”. Desse modo, podemos dizer que os sujeitos, mesmo coibidos, mantinham a sua identidade atrelada à língua dentro de um convívio social restrito sob forte vigilância, fazendo com que os próprios imigrantes se vigiassem para não serem “pegos falando alemão”, ou seja, a língua proibida. Temos aqui a interdição do sujeito pela língua, resultado das práticas políticas do governo varguista. Sendo assim, os laços sociais dos imigrantes se estendiam basicamente aos seus familiares e conhecidos que dominavam a língua Alemã e a língua “do outro”, o português era a língua imposta juridicamente. Para as pessoas de mais idade, a língua Portuguesa era muito difícil, ou até mesmo não queriam aprendê-la. Neste viés, poderíamos colocar outra questão: talvez, ao não falar a língua do outro, eles não queriam se inserir na cultura do outro, ser “fiéis” à sua cultura e a seus elementos identitários, porque sabiam que seus elementos identitários passavam pela língua e no momento em que esta é substituída, logo, são substituídos os elementos identitários por outros. Portanto, o recorte nos remete aos saberes do interdiscurso da FDIA. Ao fato de que os alemães, como gesto de fidelidade, continuam falando a sua língua dentro das suas comunidades.

É pertinente considerar que os imigrantes organizavam suas comunidades para que nela encontrassem as condições básicas para suas vidas: escola e igreja. Para isso, algumas famílias doavam um pedaço de terra para poderem fundar a comunidade da igreja, *Kirchengemeinde* (comunidades religiosas) e, então, providenciavam o que era necessário para o funcionamento da igreja. A *Kirchengemeinde* pertencia a todos os moradores da comunidade e estes eram responsáveis pelas questões do bom funcionamento. Entre essas questões: a responsabilidade de eleger os diretores que providenciavam um pastor que pudesse conduzir o trabalho religioso. Muitos pastores da Alemanha recebiam incentivos para trabalhar no Brasil. Como o pastor era alguém com estudo, muitas vezes, o próprio pastor era o professor nas comunidades, conforme a imigrante comenta sobre seu pai no próximo recorte. Ela veio ao Brasil com dois anos de idade junto com seus pais e sua irmã mais nova. Eles chegaram ao Brasil no início do século XX. Na comunidade, seu pai além de exercer a função

de pastor, assumiu o papel de professor por seus conhecimentos e pelo domínio da língua alemã gramatical, a qual ensinava para seus alunos, os filhos de colonos alemães. Embora ela também tenha passado pelo período intransigente da proibição da língua Alemã, o amor e a identificação com a língua fez com que esse período não a apagasse de sua vida, sobrevivendo até os dias atuais.

*R4: Meu pai também dava aulas para as crianças, ele sabia falar bem a língua, a gramática e essas coisas, então ele também trabalhou na escola, ele ensinava em alemão e em português. Ele já sabia o brasileiro(a língua Portuguesa), ele já tinha aprendido um pouco na Alemanha e quando nós chegamos aqui, ele já sabia um pouco e mais tarde ele aprendeu ainda mais aqui. Ele gostava de fazer isso, dar aula para as crianças*⁸.

A senhora nos relata que seu pai também era responsável pelo ensino da língua Alemã e da língua Portuguesa na escola e que ele gostava de dar aulas. Portanto, seu pai além de pastor, também era professor, responsável pela educação dos filhos de agricultores, já que eles não tinham o respaldo das escolas públicas. Segundo Kipper (1999, p. 19), a dedicação dos agricultores à educação é visível, “os colonos eram todos alfabetizados e faziam questão de garantir a instrução de seus filhos. Como o governo provincial não providenciava escolas, estas tiveram de ser criadas e mantidas pelos colonos”. Percebemos que a educação era tratada com relevância, prova disso, é que os colonos se organizavam e fundavam as *Gemeideschule* (escolas comunitárias) para seus filhos. Com o convívio comunitário e familiar, pautado no auxílio da escola com uma educação voltada para a vida comunitária, eles puderam transmitir seus valores de geração para geração, conseguindo reproduzir um modo de vida muito semelhante àquele que havia em seu país de origem. É claro que muitas questões foram ressignificadas, alguns valores, tradições, na sua nova *Heimat*,

⁸*Mein Vater hat auch Unterricht gegeben für die Kinder, er konnte gut die Sprache, Gramatik und sowas, dann hat er auch in der Schule gearbeitet. Er unterrichtet auf Deutsch und brasilianisch. Er konnte auch brasilianisch, er hat etwas schon in Deutschland gelernt und als wir hier ankamen, konnte er schon etwas und später hat er hier noch mehr gelernt. Er hat es gern gemacht, Schule für die Kinder geben [a tradução é nossa].*

foram adaptados, mas a língua permanecia. Desse modo, a língua Alemã, como objeto simbólico e mediador de todas as relações na comunidade, foi fundamental para a socialização e permitiu perpetuar o cultivo de valores e hábitos dos imigrantes para seus descendentes, sedimentando a identidade cultural alemã nas comunidades do Rio Grande do Sul. Dessa forma, a língua se faz presente nos três segmentos da sociedade: na família, na igreja e na escola. Esse conjunto de elementos, que abrange hábitos, condutas, ideias e crenças, está permeado pelo uso da língua e o uso desta também depende destes elementos para sobreviver. A língua, então, pode ser considerada como um elemento simbólico de identidade alemã que permite uma integração social e cultural entre as pessoas. Azambuja (2002, p.44) ao se referir à língua Alemã, escreve “a língua está ainda muito utilizada entre os descendentes de forma espontânea, numa linguagem que serve mais do que se comunicarem, tem um profundo sentido de comungarem entre si de uma identidade que os une”.

Para Mariani⁹ (2007, p. 12), “a língua como objeto simbólico de uma nação faz parte de um intrincado entrelaçamento de estruturas sociais e culturais nas quais circulam memórias e imagens que afetam o modo como a história dessa nação é contada e também o modo como os processos de subjetivação ocorrem”. Ao considerarmos as palavras da autora, percebemos a importância da língua na construção da identidade de uma nação e os processos de identificação que marcam os sujeitos. É pela preservação da língua que se cultivam as memórias, a cultura e o sentimento de pertencimento de um povo. Como já abordado nesse artigo, os imigrantes que vieram para o Brasil, não tinham a intenção de negar ou apagar sua identidade, pois o imigrante já tinha se constituído como sujeito, inscrito numa ordem simbólica e histórica, que construía a sua identidade e esta não foi deixada para trás. Portanto, eles faziam questão de preservar a sua identidade através da identificação e preservação da sua língua materna e é pela relação do imigrante com a sua língua, sua história e seus costumes que ele constrói sua identidade.

Dessa forma, os imigrantes alemães na construção da sua nova *Heimat* preservaram o elemento essencial para a continuação da

⁹ A citação dessa autora encontra-se no prefácio feito para o livro de Araújo, Anne Francialy da Costa. *Língua e identidade: reflexões discursivas a partir do diretório dos índios*. Maceió: EDUFAL, 2007.

existência dos seus elementos identitários: a língua Alemã. Como eles mesmos reconhecem, um dos motivos de união entre eles era a questão da preservação da língua e de sua cultura, por isso se dedicavam à construção e ao funcionamento de escolas. A escola como símbolo de preservação da identidade cultural, primeiramente, porque dava continuidade à língua alemã; em segundo, porque a escola traduzia em ações o espírito da comunidade que unia essas pessoas, as escolas intituladas como *Schulgemeide*¹⁰. Nelas, as crianças dos colonos alemães tinham seus ensinamentos escolares, portanto, um meio eficaz de divulgar a cultura, cultivar a língua e preservar as raízes identitárias. A comunidade era responsável por todo funcionamento da escola e juntos assumiam o compromisso de eleger a diretoria e esta de contratar um professor. O professor, figura importante e respeitada na comunidade, recebia, para usufruir, uma área de terra para que pudesse plantar. No decorrer das atividades, faziam-lhe a fiscalização. Por meio das *Schulgemeinde*, os filhos de agricultores alemães recebiam instrução formal, e se estas escolas não existissem, provavelmente, as primeiras gerações de imigrantes teriam ficado sem escola, porque não receberam apoio dos municípios ou do Estado. Na escola, procurava-se ensinar tudo que pudesse contribuir para que os filhos dos agricultores alemães continuassem nas atividades da propriedade. Também na escola, disseminava-se a ideia da vida comunal e ensinavam-se às crianças a se compreenderem mutuamente e a se engajarem em objetivos comuns, levando-as ao trabalho comunitário.

Rambo (2003) chama atenção para o fato de que os imigrantes praticamente reproduziam seu modo de viver da antiga *Heimat*:

¹⁰*Schulgemeinde* é uma expressão utilizada pelos alemães no Brasil e significa escola comunitária. Esta era utilizada para designar as escolas fundadas pelos imigrantes alemães no início da colonização da região sul do país, eles a chamavam assim, porque constituíam as escolas na comunidade a partir da construção da escola em grupo e a própria manutenção dela, o professor era contratado por conta da comunidade, até mesmo o lugar em que a escola era construída, era cedido por um membro da comunidade. Essas escolas eram construídas porque as crianças não tinham onde freqüentar as aulas, existiu, na época, um “certo abandono” do poder público para com os imigrantes e seus filhos. Diante desse cenário de abandono e precariedade, os agricultores se viram obrigados a providenciar escolas para seus filhos. Daí, a construção das *Schulgemeinde*.

Em tais circunstâncias, o exercício da cidadania não ia além de algumas formalidades burocráticas. Registravam-se os nascimentos, os óbitos, os casamentos. Regularizavam-se os títulos de propriedade e providenciavam-se os inventários e talvez alguma coisa a mais. De resto sua vida diária, do colono, sua maneira de ser, seu convívio social permanecia muito próximo da origem. Parecia que nada mais acontecera do que um transplante da Europa para o espaço físico e geográfico no Sul do Brasil (p.78).

Para o autor, alguns fatores favoreceram a preservação da identidade alemã na região sul, como ele afirma: “*o transplante da Europa para o Sul do Brasil*”. Uma das questões mais significativas é a ausência do apoio público na vida cotidiana dos colonos, de modo que eles tinham a possibilidade de trazer seus costumes para a sua vida diária, sem interferência de ninguém. Dessa maneira, ficou mais fácil preservar as raízes identitárias da *Heimat*. A preservação dessas raízes identitárias também está relacionada com os objetivos da colonização: ocupação das terras de fronteiras. Distantes dos grandes centros, sem infraestrutura e em pequenas propriedades, os colonos estavam à margem da sociedade e não participavam dos benefícios que o sistema podia lhes oferecer. A atividade de subsistência não lhes permitia a possibilidade de se dedicar a atividades produtivas rentáveis. Desse modo, restava-lhes manter atividades de subsistência e se unir para providenciar o que era de responsabilidade do Estado. Neste cenário, os imigrantes construíram as suas pequenas comunidades e nelas constituíram a sua identidade, uma vez que trouxeram consigo uma bagagem cultural e elementos identitários que não se apagam de uma hora para outra. Sobre a questão identitária Lando e Barros (1976) afirmam que:

Não se deve entender por indivíduo uma unidade física, mas sim alguém que traz consigo toda bagagem cultural, social, e experiências de formas de produção diferentes, enfim, uma sociedade determinada [...] o imigrante vê-se forçado a deixar a sociedade de origem em vista de algum tipo de inadequação, por outro lado, ele não consegue se desvencilhar de concepções e relações sociais pertinentes ao tipo de sociedade que realmente operou na formação de sua identidade (p. 60).

A citação acima nos leva a refletir sobre a bagagem cultural que está agregada à formação dos imigrantes e que está presente na construção da nova comunidade no país escolhido. Esta formação identitária está intimamente ligada ao sujeito e aflora no seu cotidiano. Deste modo, o sujeito traz consigo toda gama de aprendizagens que o constituem e o identificam. Entre esses elementos que os imigrantes trouxeram, destacamos que a língua Alemã permeava o cotidiano das pessoas nas diferentes instâncias, como os cultos, as aulas, os ornamentos das casas, os calendários, o comércio, as ruas, enfim, em todas as situações sociais. Neste sentido, é compreensível que a língua Alemã é a língua usada em todos os momentos. Para Metzler (1937, p. 3), “a língua materna acompanha o imigrante para além do oceano, narra com sons familiares as histórias carregadas de amor. Da mesma forma, acompanha-o no dia-a-dia de suas labutas, alarga horizontes, estende os braços e enriquece tanto com os tesouros quanto com perigos, que oferecem as plantas, os animais, as intempéries e a paisagem da nova pátria”. Isso significa que não há como separá-los da sua língua, uma vez que é através dela que eles se constituem como sujeitos e se identificam.

Outro exemplo da presença da língua presente na vida dos imigrantes é o uso de frases em diferentes situações. Segundo Kipper (1979, p. 20), “o costume de gravar dísticos, pensamentos, poesias ou ditados em alemão era muito comum entre os descendentes dos imigrantes, que os usavam tanto em fachadas de prédios, como em lápides tumulares, em quadros comemorativos (ANDENKEN) de datas importantes das sociedades”. Esse costume aponta para a importância dada à língua pelos imigrantes e seus descendentes em vários momentos do cotidiano da vida social. A língua estava presente em todas as relações. A sua importância era tamanha que as pessoas faziam questão que estivesse presente de modo visível em seus lares. Um exemplo típico entre os colonos são as *Wandsprüche* (provérbios colocados na parede) que enfeitavam, principalmente, as cozinhas. Estes eram, na sua maioria, bordados pelas mulheres com motivos bucólicos ou passagens da bíblia e depois emoldurados. Ademais, estes dizeres tinham outra função, além de ornamentar os lares, animar ou consolar os membros da família, era uma forma eficaz de transmissão dos valores éticos herdados. Os dizeres são usados para sentimentalmente educar as crianças, pois são de fácil compreensão e

são usados constantemente, tanto na igreja como na escola. Portanto, *Wandsprüche* além de enfeitar a parede da casa, possibilita a leitura da mensagem e, ao mesmo tempo, ela é absorvida e aplicada na vida dos imigrantes.

O recorte a seguir retrata, na prática, como as palavras da *Wandsprüche* são importantes para a educação familiar. Trata-se de uma senhora, descendente de imigrantes que chegaram ao Brasil no final do século XIX. Ela reside na cidade de Tuparendi, noroeste do Estado. A educação que recebeu ensinou-lhe a valorizar a língua Alemã e os ensinamentos religiosos:

*R6: Na parede são colocados provérbios alemães. A mãe mesma quem fez aos provérbios, assim um provérbio religioso. Eu ainda o sei: Nosso pão de cada dia, nos dá hoje. Isso era tão bonito, isso era colocado na parede e a gente sempre podia olhar, se sentava e podia ler. Isso era algo bonito*¹¹.

Pelo viés da memória, a descendente de imigrantes relembra um costume herdado dos primeiros colonos imigrantes: ornamentação da casa com panos de parede. Como já dito, além de serem enfeites simples e baratos, estes também visavam a passar valores éticos e religiosos. Sabemos que a maioria dos colonos alemães não tinha muito recursos financeiros, por isso, seus lares eram simples e, na maioria das vezes, eles mesmos confeccionavam os enfeites e plantavam muitas flores, pois não tinham recursos para comprar, como ela afirma “a própria mãe confeccionou a frase da parede” (*die Mama selbst hat die Sprüche gemacht*). Diante dessa situação, os *Wandsprüche*, bordados pelas mulheres, eram pregados nas paredes como um meio barato de enfeitar a casa e, ao mesmo tempo, um modo de educar religiosamente as crianças. Como exemplifica a fala, “nosso pão de cada dia, nos dá hoje” (*unseres tägliches Brot, gib es uns heute*), a passagem bíblica atingiu o objetivo, o de educar religiosamente, servindo de orientação para toda vida. Tornquist

¹¹*An die Wand Deutsche Sprüche angemacht. Die Mama selbst hat die Sprüche gemacht, so ein Bibelspruch. Ich weiss es noch, “Unseres tägliches Brot, gib es uns heute”. Es war so schön, es war so an die Wand angemacht und konnte immer so kucken, hat man sich hingesetzt und konnte man lesen. Das war was schönes [a tradução é nossa].*

(1997) nos lembra que Martin Lutero, em seus textos de pregação usava *Sprichwörter* (provérbios)¹². A autora nos mostra que Martin Lutero, frequentemente utilizava *Sprichwörter* (provérbios) em suas pregações, por ser uma forma eficaz e fácil de passar ensinamentos. Este mesmo costume é usado pelos imigrantes alemães para ensinar e preservar seus valores, sua religião e sua língua. Deste modo, a fé através da língua também está presente na vida dessas pessoas. Para enfatizar a fé, além de preservá-la em casa, eles oportunizaram momentos especiais, como encontros aos domingos nos cultos ou nas missas. Esses momentos são ressaltados nas falas, ao lembrar o passado e o modo de convivência, a exemplo do R6.

Portanto, às palavras estão ligados valores que compõe os sentimentos identitários dos alemães e a relação de pertencimento e de fidelidade com a sua *Heimat*. Diante desse cenário de identificação com a língua e os valores a ela ligados, perguntamos: como ficou a situação dos imigrantes alemães e seus descendentes, na época da política nacionalista, quando foram obrigados a se comunicarem na língua nacional, a língua Portuguesa? Exigiram dos imigrantes que eles falassem a Língua Portuguesa, sem lhes oferecer possibilidades mínimas de aprendizagem desse idioma. A proibição de línguas estrangeiras estendia-se a todas as pessoas, não interessava a idade, ou *status* social. Durante muitos anos, as obrigações da educação foram deixadas para os próprios imigrantes e seus descendentes, sem que o governo se preocupasse com estas questões e sem lhes garantir esse direito. Contudo, as práticas políticas governamentais não ignoraram a cobrança da proibição de qualquer língua estrangeira e a imposição da língua Portuguesa, como língua nacional do país para todos. Sabemos que nas leis persistia a ideia de construção de nação brasileira, tendo como base o uso da língua nacional e a proibição de línguas estrangeiras em território nacional, mas, ao mesmo tempo, os imigrantes e seus descendentes relutavam para manter viva a sua língua, apesar da violência a que estavam submetidos.

¹² “talvez, vocês também estejam lembrados, que Martim Lutero utilizava com frequência textos com provérbios, para se fazer compreendido na sua comunidade eclesiástica e também para os homens do povo” „es sei auch daran erinnert, daß Luther immer wieder in seinen Texten Sprichwörter benutzt hat, um seine Botschaft auch dem gemeinen Mann verständlicher zu machen“ (TORNQUIST, 1997, p.162) [a tradução é nossa].

Palavras Finais

A partir dessa discussão, procuramos pensar a relação entre identidade e língua na constituição dos sujeitos-imigrantes alemães. Para entendermos de que lugar social esse sujeito fala, buscamos apresentar algumas reflexões sobre a língua Alemã nas práticas sociais diárias, mostrando que ao chegar ao Brasil, o imigrante trazia consigo bagagem cultural, a exemplo, a língua alemã, que o constituía. Conforme Pêcheux (1997), a língua é necessária para que o indivíduo torne-se sujeito, dessa forma, estabelecer uma relação entre língua e identidade é perceber a materialidade da língua nas práticas sociais. Nesta ótica, a construção do processo de identificação se dá através do modo como os saberes são discursivizados e o modo como o sujeito recebe esses discursos e os responde. Dessa forma, é importante considerarmos que os imigrantes alemães já tinham elementos culturais que os identificavam e eles não queriam esquecê-los. Por isso, faziam questão de preservá-los, mesmo que tivessem que adaptá-los, conforme as condições apresentadas pela nova pátria. Entretanto, esses elementos são interseccionados pela prática política do governo varguista que institui a língua nacional e, ao mesmo tempo, proíbe as demais línguas estrangeiras. Contudo, a língua Alemã permanece viva nas práticas sociais dos sujeitos-imigrantes, como ilustra o nosso *corpus* discursivo.

Referências

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

_____. *Sobre a reprodução*. Petrópolis: Vozes, 1999.

ARAÚJO, Anne Francialy da Costa. *Língua e identidade: reflexões discursivas a partir do diretório dos índios*. Maceió: EDUFAL, 2007.

AZAMBUJA, Lissi Iria Bender. *Língua Alemã: um legado dos imigrantes alemães para Santa Cruz do Sul*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2004.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

KIPPER, Maria Hoppe. *A campanha da nacionalização do Estado Novo em Santa Cruz do Sul (1937 – 1945)*. Santa Cruz: Apesc, 1979.

KLEINE, Theo. Assimilierung und Spracherhaltung. *Verband der Kulturveine*, 25. Juli. Mitteilungsblatt. São Leopoldo, Rotermund, 1964, n. 36.

LANDO, Aldair Marli; BARROS, Eliane Cruxên. *A Colonização Alemã no Rio Grande do Sul: uma interpretação sociológica*. Porto Alegre: Editora Movimento, 1981.

METZLER, Franz. *DEUTSCHES VOLKSBLATT*. Porto Alegre, 12 de janeiro de 1937. Trad. Arthur Blásio Rambo. *Deutschbrasilianische Auseinandersetzung, Sonderdruck*. Druck und Verlag: Metzler Ltda. Porto Alegre: Brasilian, 1937.

MÜLLER, Telmo Lauro. *Colônia Alemã*. Histórias e Memórias. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1981.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Ed. Unicamp, 1997.

RAMBO, Arthur Blásio. O teuto-brasileiro e sua identidade. In: FIORI, Neide Almeida (Org.). *Etnia e Educação: a escola “alemã” do Brasil e estudos congêneres*. Florianópolis/Tubarão-SC: Editora da UFSC/Editora da UNISUL, 2003. p. 63-90.

REVISTA DO ENSINO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Vol.1. nº 2. Porto Alegre, nov. de 1939. (ano I).

WOLFF, Herbert. *PIONIERS im Lande der Gaúchos – Deutsche Ansiedler im brasilianischen Urwald*. Erste Auflage. Augsburg: FDL – Verlag Augsburg, 1981.

TORNQUIST, Ingrid Margareta. *Das hon ich von meiner Mutter: zu Sprache und ethischen Konzepten unter Deutschstämmigen in Rio Grande do Sul*. Sweden: Umea, 1997.

ZANDWAIS, Ana. Saberes sobre a identidade nacional: o processo de construção de um imaginário de cidadania durante o Governo Vargas. In: FERREIRA, Maria Cristina; INDURSKY, Freda (Org.). *Análise do*

discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites. São Carlos: Claraluz, 2007.

Recebido em 10 de julho de 2011

Aceito em 16 de setembro de 2011

ANÁLISE DO TEXTO ESCRITO DO SUJEITO SURDO

ANALYSIS OF DEAF SUBJECT'S WRITTEN TEXT

*Alessandra BALDO**

*Márcia Duarte de SOUZA***

Resumo: O objetivo deste artigo é apresentar os resultados de um estudo sobre a coerência textual de produções escritas de surdos. Sabe-se que a língua materna (L1) desses sujeitos, a língua de sinais, influencia diretamente no processo de aprendizagem do português na modalidade escrita, a segunda língua (L2), a qual é utilizada como mediadora na elaboração de conceitos relativos ao funcionamento da escrita (FERNANDES,1999). A fim de observar em que medida os textos dos sujeitos apresentavam elementos de coerência comumente assinalados pela literatura, foram aplicadas quatro metarregras de coerência de Charolles (*apud* Antunes 2005) em doze produções textuais de seis sujeitos surdos matriculados em diferentes anos do ensino fundamental ou médio de escolas localizadas em um município do estado do Rio Grande do Sul. A análise mostrou ser possível constatar a presença dessas metarregras na maioria dos casos. Cabe ressaltar, contudo, que esse resultado partiu do pressuposto de que as particularidades da escrita desses sujeitos deveriam ser consideradas na interpretação dos dados.

Abstract: This article aims at presenting describing the results of a study about textual coherence in written productions by deaf people coherence elements in texts written by deaf people. It is known that the hearing impaired subjects' first language (L1), the sign language, bears a direct influence in the learning process of writing in Portuguese as a second language (L2), which is used to mediate the elaboration of the new concepts related to writing. In order to observe whether the commonly emphasized coherence aspects by the literature would be seen in the subjects' texts, Charolles' four coherence metarules (*apud* Antunes 2005) were applied to twelve texts of six deaf subjects attending elementary or high school in a city in the state of Rio Grande do Sul, Brasil. The analysis revealed the presence of the coherence rules in most of the texts, as long as the subjects' written peculiarities were taken into account.

Keywords: Deaf Subject's Writing; Textual Coherence; L1-L2 Influence.

Palavras-chave: Escrita de Surdos; Coerência Textual; Influência L1-L2.

* Professora Adjunta do Centro de Letras e Comunicação Áreas de Linguística Aplicada e Letras Estrangeiras da Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil. Contato: lelbaldo@terra.com.br.

** Especialista em Linguística Aplicada, pesquisadora voluntária em estudos sobre aquisição da linguagem de surdos. Centro de Letras e Comunicação da Universidade Federal de Pelotas, Rio Grande do Sul. Contato: mavileduarte@hotmail.com.

Introdução

O sujeito surdo, como membro de uma minoria linguística, deve ter considerada, em primeira instância, a língua de sinais (LS) como sendo sua língua materna (L1), e a língua portuguesa como sua segunda (L2), na modalidade escrita. Nos meios científicos e de ensino, atualmente, é requerido que se construam espaços em que os surdos possam adquirir a LS através da interação com seus pares por meio de atividades com e na comunidade surda – associações, escolas e família. Para que isso ocorra, segundo Skliar (1999, p.7), é preciso que as situações de ensino, conhecimento e aprendizagem de surdos sejam criticamente discutidas e construídas através da resistência ao discurso hegemônico ouvintista, discurso esse que se alicerça nas representações oferecidas pelos currículos oficiais e na subordinação à aquisição/construção de aprendizagem através de métodos orais.

Logo, para que as etapas de acesso/aprendizado/letramento aconteçam com sucesso, torna-se essencial privilegiar, facilitar e favorecer cada uma das etapas de aquisição da língua natural dos surdos – no caso do Brasil, a Libras (Língua Brasileira de Sinais) uma língua de modalidade viso-gestual que utiliza como canal ou meio de comunicação movimentos gestuais e expressões faciais percebidos pela visão. Ela diferencia-se, assim, da língua portuguesa, que é uma língua de modalidade oral-auditiva que utiliza como meio de comunicação sons articulados percebidos pelos ouvidos. No aspecto referente ao acesso/aprendizado da língua portuguesa na modalidade escrita, é necessário que esta venha a ser trabalhada numa perspectiva bilíngue, na qual o foco deve ser o uso da língua em diferentes contextos de leitura e escrita.

Partindo dessas considerações, este artigo pretende apresentar os resultados de um estudo que buscou contribuir para o melhor entendimento da aquisição da língua portuguesa pelos sujeitos surdos na modalidade escrita, a partir da presença (ou não) dos elementos de coerência e das metarregras de coerência textual propostas por Charolles (*apud* ANTUNES, 2005) em suas construções textuais. O artigo está dividido em quatro seções: inicialmente será discutido de modo breve o conceito de bilinguismo, e também serão apresentadas as características do texto do sujeito surdo, com base em Fernandes (1999), e as metarregras de coerência de Charolles (*apud* ANTUNES,

2005). Após, será apresentada a metodologia empregada no estudo. Ao longo da terceira seção, na qual os dados são apresentados e analisados, e da quarta, destinada às considerações finais, os resultados do estudo serão avaliados e discutidos.

O Bilinguismo

O conhecimento da língua de sinais como L1 possibilitará ao aluno surdo o entendimento e a construção do significado dos textos escritos e lidos, bem como facilitará o processo de apreensão e aprendizagem de novos conceitos que surgirão. A partir desses elementos, o surdo deixará de ser mero decodificador para adentrar em um processo de letramento. Para Sánchez (1999), não se pode falar em alfabetização de surdos como o fazem os ouvintes porque alfabetizar pressupõe relacionar letras e sons, fato que não ocorre com os surdos. O autor explica que

eles nunca poderão ‘conhecer’ as letras por seus sons, e não poderão ou não lhes será útil repetir mais ou menos parecidos aos da fala enquanto recorrem à linha escrita, e nem poderão ou não lhes será útil evocar os sons para decifrar as letras correspondentes a esses sons, como o fazem os sujeitos ouvintes (SÁNCHEZ, 1994, pág. 44).

O surdo, deste modo, não é alfabetizável no que concerne à transposição fala/escrita, mas deve e pode passar por processos de letramento, durante os quais aprenderá uma língua escrita. Sendo assim, é necessário levar em conta o uso da língua de sinais como elemento fundamental e co-relacionado à identidade e à cultura em contextos educacionais. Conforme coloca Quadros (1997, p. 27), dado que a língua natural adquirida pela pessoa surda é a língua de sinais, “as pessoas surdas têm o direito de ser ensinadas na língua de sinais”, e esse direito que a proposta bilíngue busca captar.

Nesse sentido, as propostas bilíngues para os surdos pensam o desenvolvimento destes dentro e fora da escola, a partir do reconhecimento da existência de duas línguas no ambiente escolar e possibilitando ao surdo viver em uma situação bilíngue. Logo, convém considerar que uma proposta bilíngue deve focalizar o uso da língua em diferentes contextos, em detrimento ao ensino da língua que privilegia a aprendizagem a partir de vocábulos isolados e/ou frases

descontextualizadas, pois a língua oral não pode oferecer o suporte necessário para o desenvolvimento pleno do pensamento, e tampouco servirá como estímulo ao desenvolvimento cognitivo e social.

Sanchez (1999) argumenta que se os docentes conseguissem entender que a aquisição da língua escrita consiste em uma prática social, eles

poderiam desviar sua atenção do ensino das letras, liberando-se do desejo de ensinar a ler como se se tratasse de um objeto, como um critério de hominização dos seus alunos, e concentrar seus esforços [...] na formação de leitores e escritores críticos e criativos (SÁNCHEZ, 1999, p. 43).

Desse modo, a aprendizagem tornar-se-ia um processo ativo e não meramente receptivo, no qual as produções textuais, os sentidos e significados atribuídos à escrita são construídos de acordo com a realidade e com o conhecimento que os surdos possuem e desejam possuir.

A proposta de Skliar e Quadros (2004), nesse contexto, contempla os aspectos discutidos nesta seção, ao apresentar os cinco aspectos que necessariamente devem ser considerados no planejamento de uma proposta de educação bilíngue: (1) revisão dos problemas determinantes para a educação de surdos em uma perspectiva bilíngue que parta da perspectiva surda; (2) identificação do significado de surdez e de ser surdo; (3) continuidade do projeto educacional; (4) participação dos surdos nas políticas educacionais; (5) revisão das ideologias intrínsecas ao projeto político-pedagógico realizado.

A necessidade de pautar qualquer projeto de educação bilíngue com base nos anseios e dificuldades do surdo, como se pode perceber, é constantemente enfatizada, e isso porque ainda hoje há projetos que partem da perspectiva do ouvinte. Da mesma forma, ainda hoje há professores de língua que afirmam que os textos dos surdos são de difícil compreensão e, muitas vezes, incoerentes. Como procuramos mostrar na sequência deste artigo, essa afirmação deve ser avaliada com cautela.

A Produção Textual do Surdo

Ao analisar a produção textual do surdo, buscou-se também verificar a inferência de sentidos e os caminhos percorridos por este na utilização de elementos de coerência disponíveis na L2 que está sendo por ele adquirida.

A análise aqui realizada tem por base o estudo de Fernandes (1999), no qual foram coletados e analisados 61 textos escritos por cinco sujeitos surdos adultos que frequentavam o programa de Educação Especial Supletiva na Universidade Federal do Paraná, como também por 14 sujeitos do 4^o ano de uma escola especializada, com idades entre 11 e 17 anos. Os textos pertenciam a diferentes gêneros textuais, conforme os seguintes títulos revelam: “A História da Minha Vida, O Aniversário de Curitiba, Você sabe o que é Aids?”, O principal objetivo da autora era verificar a interferência da Libras na estruturação frasal dos textos dos sujeitos surdos, especialmente nos aspectos morfo-sintático-semânticos. Apresentaremos a seguir os aspectos de interferência da Libras que foram detectados de modo mais marcante nas produções dos surdos, conforme Fernandes.

Nessas, é visível a presença da sintaxe e da morfologia da língua de sinais, bem como a constante influência da inter-relação com as estruturas da língua portuguesa ensinada a esses sujeitos na escola.

Dentre os vários aspectos peculiares à escrita dos surdos, temos o uso do sujeito e do objeto de modo não marcados, ou seja, não explícitos no enunciado. Assim, as pessoas do discurso aparecem através dos pronomes, da flexão verbal, ou podem não ser explicitadas por qualquer expressão linguística. Fernandes (1999:69) oferece os seguintes exemplos: no caso dos pronomes, “Ele tem bebê Aids”; nos casos das pessoas do sujeito identificadas pela flexão verbal: # nasci – 29/06/76; nas construções em que as pessoas não são explicitadas por qualquer expressão linguística: “Rua XV de novembro andar (eu)”. Existem também casos nos quais é possível detectar a ocorrência do nome e do pronome simultaneamente, como em “Eu André 1976 fui escola ouvintes”.

Os artigos e os elementos de gênero e número constituem-se um caso especial na escrita de surdos, pois na maioria dos textos são omitidos ou trocados, especialmente por não existirem na Libras. Por esse motivo, a concordância nominal, muitas vezes, será construída

de forma inadequada. Exemplos típicos são enunciados como “A avião viajar o França” e “O minha mamãe faz um bolo”.

O conectivo, amplamente usado como elemento de ligação, em especial na modalidade escrita da língua portuguesa, seja através da função de pronome relativo, seja exercendo a função de conjunção integrante nas orações subordinadas, inexistente na Libras. Logo, a utilização desse conectivo resulta em grande dificuldade para os surdos na escrita. Como exemplo, tem-se a construção “Alexandra e Flavio que namorado varrer cidade limpa”.

Outra característica também importante da produção textual dos surdos reside nos verbos, pois estes costumam aparecer na Libras sem flexão de tempo ou modo. Na escrita, geralmente, aparecem em sua forma infinitiva, como em “Eu gostar maçã”.

Na língua brasileira de sinais, a flexão de tempo é expressa por relações espaciais: o passado através do braço levantado para trás do ombro do interlocutor; o futuro, para frente; e o presente, no espaço imediato à frente do interlocutor. Na escrita, essas flexões ocorrem essencialmente de duas formas: (i) através de enunciados que refletem essas noções tal e qual na sinalização na Libras, (ii) ou através de enunciados nitidamente influenciados pelo trabalho escolar, sem apresentar a flexão verbal correta; nesse caso, as frases são construídas de modo aleatório. Um exemplo do primeiro caso, conforme Fernandes (1999:75), é “Em hoje diminuem paciente AIDS que não morrem”, e do segundo, “Eu foi vi ele bom rosa Jardim Botânico”.

Uma última característica digna de menção é relativa à negação. Ao expressarem uma ideia de negação, os surdos costumam fazê-lo de duas formas na escrita em língua portuguesa: precedendo o verbo ou no final da frase: “Eu quero não gosto de desenho tv”, e “Limpar chão escova não”.

Ao apresentar as características próprias da escrita de surdos, Fernandes (1999) não intencionava identificar ou apontar características de cunho negativo, sob o ponto de vista do falante nativo do português, mas sim compreender e demonstrar as especificidades discursivas que circundam as produções textuais, nos aspectos linguísticos, dos indivíduos surdos.

Para que se estabeleça, para o aluno surdo, uma possibilidade de uma interação verbal escrita significativa, é preciso haver a conscientização da escola e dos professores quanto ao fato de que estes

alunos são usuários de uma língua diferente da sua e, portanto, o ensino do português deverá auxiliá-los a atribuir um sentido ao aprendizado de uma segunda língua, através de práticas linguísticas discursivas que respeitem e reconheçam as relações sócio-históricas às quais pertencem os surdos.

Esse respeito à realidade sócio-histórica do surdo, que engloba desde o preconceito dos ouvintes, o sentimento de exclusão por pertencerem a uma língua minoritária e se estende até a situação sócio-econômica da grande maioria dos surdos, é de fato determinante para o estabelecimento de qualquer programa de letramento que se deseje bem-sucedido.

Metarregras de coerência

A coerência, no dizer de Charolles (*apud* Antunes, 2005), é o princípio de interpretabilidade do texto, ligada à capacidade de cálculo daquele que interpreta. Para esse autor, todo texto apresenta certo grau de coerência, cujo cálculo só depende da recuperação de sentido pelo receptor, ou seja, é algo que se estabelece na interação, na interlocução, em uma situação comunicativa entre dois usuários.

Assim, pode-se dizer que a coerência textual é linguística, contextual, extralinguística e pragmática, porque depende dos fatores sociais e não somente daqueles puramente internos à língua. O que importa, neste ínterim, é a funcionalidade do que é dito e os efeitos pretendidos em função dos quais o autor escolhe esse ou aquele jeito de escrever um texto.

A fim de sistematizar a análise da coerência nos textos, Charolles propôs quatro metarregras, as quais exigem que se observem os fatores inerentes à interpretação entre o emissor e o receptor de um dado texto. Elas servem, em primeiro lugar, para regular a sequência do texto e a forma como se organiza a cadeia textual, refletindo sobre os usos das palavras nos textos, isto é, sobre seu componente linguístico, principalmente nos aspectos morfossintáticos e semânticos. Em segundo lugar, elas exigem que se leve em consideração os parâmetros pragmáticos, os quais incluem os participantes do evento comunicativo e outros fatores presentes na interação entre leitor e receptor. Estão subdivididas em:

1) **Metarregra da repetição:** para um texto ser coerente, ele deve apresentar, em seu desenvolvimento linear, elementos de recorrência restrita. Em outras palavras, deve apresentar diferentes modos de voltar a uma parte anterior do texto para estabelecer com ela qualquer tipo de relação, podendo ser a repetição propriamente dita, ou sinônimos e hiperônimos.

2) **Metarregra da progressão:** para que haja coerência num texto, é preciso, em seu desenvolvimento, que exista uma contribuição semântica constantemente renovada. Essa regra completa a primeira porque requer que não se repita indefinidamente o mesmo conteúdo e supõe a associação entre elementos já introduzidos no texto. Ela pode ser verificada através das amplificações, as generalizações, a sintetização, exemplos utilizados para acrescentar novas ideias ao que já foi dito.

3) **Metarregra da não-contradição:** não se pode introduzir no texto qualquer elemento que contradiga outro conteúdo posto ou implícito anteriormente. Um dos parâmetros usados para avaliar a natureza das contradições são as presenças dos dêiticos, dos pronomes, advérbios, tempos e modos verbais.

4) **Metarregra da relação:** é fundamentalmente uma regra pragmática, pois estabelece que a coerência do texto não se estabelece sem considerar a interação, as crenças, os valores, as preferências e os desejos culturalmente constituídos pelos indivíduos. A coerência se dá, neste caso, à medida que as ideias são interligadas e avaliadas pelo conjunto da obra.

Metodologia

A primeira etapa do estudo concentrou-se na escolha das escolas, a fim de realizar a coleta de dados. Foram selecionadas uma escola pública de surdos e uma escola da rede pública municipal que oferece educação bilíngue para surdos, com o objetivo de verificar se o tipo de escola poderia ser considerado uma variável no que se refere às produções textuais dos sujeitos. Ambas as escolas situam-se em um município do interior do estado do Rio Grande do Sul. A coleta de dados foi realizada no segundo semestre de 2009.

Seis sujeitos surdos, com idades entre 10 e 33 anos, foram convidados para participar da pesquisa. Dois deles frequentavam o 5º ano (Sujeitos 1 e 2), outros dois o 8º ano (Sujeitos 3 e 4) do ensino fundamental, e os últimos dois, o segundo ano do ensino médio (Sujeitos 5 e 6). Os alunos do ensino fundamental estudavam na escola de surdos, enquanto os alunos do ensino médio frequentavam a escola da Rede Pública Estadual.

A seleção de participantes de diferentes faixas etárias e de diferentes níveis de escolaridade tinha por objetivo verificar se alguma dessas condições influenciava no uso das metarregras de coerência nos textos por eles produzidos. Os textos foram elaborados como uma atividade didática regular de escrita, com a orientação da professora dos sujeitos, a fim de não haver qualquer possível interferência na produção devido à presença do pesquisador em sala de aula. As professoras sugeriram uma atividade de escrita livre, com sugestão de alguns temas, escritos no quadro, como: a família, profissão, relato de um filme e planos para o futuro. Essa atividade ocorreu duas vezes, com intervalo de quatro semanas entre cada uma delas. Foram analisados dois textos de cada sujeito, totalizando doze produções textuais.

Demonstração e Análise dos Dados

Apresentaremos a análise completa de sete das doze produções com relação à presença das metarregras de repetição, progressão, não-contradição e relação na escrita de sujeitos surdos, por entendermos que elas são representativas dos dados obtidos neste estudo, sendo também suficientes para apresentar metodologia empregada para a análise dos dados.

Iniciaremos com a transcrição dos textos, que foram mantidos sem correção, e em seguida passaremos à apresentação da aplicação das metarregras após cada um deles.

No primeiro exemplo, temos uma produção textual realizada pelo Sujeito 2, na época aluno do 5º ano e com 11 anos de idade.

“pai Viagem porto Alegre”

O pai rodoviária embaixador pai gosta profissão família longe trabalha Quarta Noite ou manhã longe volta pai ir feliz família fezil. Mãe amor desempregada.

Análise:

a) metarregra da repetição: é possível detectar a presença desta metarregra neste texto porque o aluno utiliza recursos de repetição - no caso, a palavra "pai", como forma de estabelecer uma sequência entre as sentenças.

b) metarregra da progressão: há indícios da presença desta metarregra, considerando que existem elementos que apontem para uma linearidade na história, ou seja, há uma sequência que auxilia no desenvolvimento contínuo dos fatos narrados. No desenvolvimento, o sujeito adiciona informações que auxiliam na progressão. Por exemplo, ao escrever “pai rodoviária embaixador”, e em seguida “pai gosta profissão”, percebe-se uma progressão, pois o aluno informa que o pai é motorista da empresa Embaixador. Ao incluir a mãe na história, na última sentença, a progressão fica ainda mais evidente.

c) metarregra da não-contradição: a princípio não há contradição, mas cabe esclarecer que, como este sujeito possui proficiência limitada na língua portuguesa como L2, existem, em alguns momentos, passagens pouco claras, devido especialmente à ausência de verbos, preposições e flexões verbais. Nesse contexto, o leitor deve considerar que os fatos relatados estão organizados conforme a sua língua materna, a língua de sinais.

d) metarregra da relação: pode-se inferir relação entre os fatos narrados e o mundo real. Um exemplo é o trecho em que o aluno relata “pai rodoviária embaixador pai gosta profissão”. Apesar da ausência de elementos que indiquem claramente a profissão do pai, pode-se concluir que ele é motorista de ônibus. É possível resgatar, em grande parte, a mensagem pretendida pelo autor.

O segundo exemplo de produção textual, intitulada “os mosquitos estão de volta”, foi realizada pelo Sujeito 6, na época aluno do 2º ano do ensino médio e com 33 anos de idade.

“Os mosquitos estão de volta”

Os mosquitos gostam de sugar sangue. Com o calor o número de mosquitos aumenta.

Os mosquitos de dengue estão de volta trazendo doença. Isso é terrível.

Os homens estão tendo muito trabalho para acabar como os mosquitos.

Precisamos de como evitar a dengue: coloque areia nos pratinhos dos vasos de plantas, feche bem caixa-d'água e tambores, guarde garrafas vazias de cabeça para baixa e mantenha as de plástico tampadas, os pneus devem ficar sempre secos e em locais cobertos.

Assim os mosquitos não voltarão.

Análise:

a) metarregra da repetição: existe a presença desta metarregra porque o aluno realiza diversos tipos de retomada como forma de estabelecer relação entre as partes do texto. Como exemplo, temos a repetição das palavras “mosquito”, “dengue”, e ainda o uso de “mosquitos de dengue”, como também de “dengue” e “doença”. Há ainda dois verbos com sentidos relacionados, “acabar com” e “evitar”.

b) metarregra da progressão: a metarregra é perceptível, pois o autor adiciona novas ideias, contribuindo para que haja uma relação de contiguidade entre outros elementos s anteriormente adicionados. Ele inicia o texto comentando sobre a volta do mosquito da dengue, mostra a dificuldade em eliminá-los, e encerra explicando como é possível controlar a doença.

c) metarregra da não-contradição: não existem elementos que indiquem a presença de contradição nas ideias expostas no texto.

d) metarregra da relação: existe a presença desta metarregra, pois é possível fazer uma relação entre os fatos narrados e o mundo real, sendo o assunto do texto bastante atual, de conhecimento da grande maioria da população brasileira.

O terceiro exemplo é de autoria do Sujeito 1, “Profissão Futuro”, que na época contava com 11 anos e frequentava o 5º ano do ensino fundamental.

“Profissão Futuro”

Eu sou (nome aluno), quero profissão futuro Futebol ele vou avião lugar Milão com amigo o Alexandre Pato jogar ele melhor vou outros casa Porto Alegre Futebol outros Grêmio.

Análise:

a) metarregra de repetição: observa-se a presença dessa metarregra pela retomada das palavras que guardam relação entre si, como “futebol”, “jogar” e “Grêmio”. Além disso, há a retomada dos pronomes eu, nas frases “eu sou...” “(eu) quero...”, “(eu) vou...”, como também do pronome ele.

b) metarregra da progressão: embora o autor não adicione muitas informações ao texto, a continuidade do texto ou sua linearidade garante a presença dessa metarregra, pois há uma relação entre as expressões “futebol”, “Alexandre Pato”, “jogar” e “grêmio”.

c) metarregra da não-contradição: existem elementos que apontam para a presença de contradição – aqui, devido à ambiguidade - em dois trechos . O primeiro é em “ele vou avião lugar Milão com Alexandre Pato...”. Ao utilizar o pronome "ele", o aluno não deixa claro a quem faz referência, se a ele próprio ou ao jogador Alexandre Pato. Ainda que a princípio se possa inferir que é usado para referir-se ao autor, uma dúvida da mesma natureza aparece no trecho “jogar ele melhor vou outros casa Porto Alegre”, pois não há como saber se a referência do verbo vou é o autor ou o jogador, já que o contexto não é claro o suficiente.

d) metarregra da relação: constata-se a presença da metarregra porque o conteúdo exposto no texto tem relação com o mundo real, fatores pragmáticos estão expressos de forma clara, pois é possível depreender a intenção do autor, o desejo de ser jogador está associado a informações que recebe diariamente, foram narrados porque fazem parte do seu cotidiano e estão veiculados em jornais, revistas e televisão. Portanto, é possível realizar uma associação/relação entre as informações contidas no texto e o mundo real.

Como quarto exemplo, temos nova produção do mesmo Sujeito, a respeito de sua família.

“A família”

O papai profissão é desenho

A mamãe é dona de casa

Eu muito é estuda futuro fazer profissão de futebol de campo

O papai desenho é grêmio, corpo humano

A mamãe fazer dona de casa, cozinha, banho, varrer.

Análise:

a) metarregra da repetição: a repetição acontece por existir uma retomada sempre que o aluno apresenta diferentes modos de

voltar a uma parte anterior do texto, estabelecendo uma relação entre as frases. Nesse texto, sobre a família do sujeito, a repetição pode ser observada nas frases em que aparecem os sujeitos “papai”, “mamãe” e “eu”.

b) metarregra da progressão: a presença da metarregra é perceptível através do acréscimo de informações, que permitem a continuidade da história. É observável nas descrições que o sujeito faz do tipo de atividades que realizam os personagens da história (pai, mãe, e ele próprio, como narrador).

c) metarregra da não-contradição: não há indícios que apontem para a presença de contradição ou ambigüidades no texto.

d) metarregra da relação: pode-se perceber o uso da metarregra na história “A família”, pois o conteúdo exposto apresenta relação com o mundo real, ou seja, é possível compreender a mensagem intencionada pelo autor. Passemos para o quinto exemplo, o texto intitulado “A minha casa”, do Sujeito 3, que no momento da realização do estudo contava com 15 anos e frequentava o 8º ano do ensino fundamental.

“A minha casa”

Eu sou o R.

Eu cuidar a minha mãe...

Eu tomar banho...

Eu fez a cozinha gostoso...

Eu os meus deveres ...

Então...

Eu vistam os meus amigos amigos e famílias...

A fé é minha vida ...

Eu pensar?

Eu gosto o professor da matemática ótimo!!!

Importante!!! Eu muita estudar !!!

Eu ficar no computador só orkut e msn...os meus amigos orkut e msn piada !!!

Análise:

a) metarregra da repetição: seu uso é perceptível, tendo em vista que o sujeito retoma as expressões “eu” e “meus” em diversos segmentos do texto, estabelecendo assim relações entre as partes do texto.

b) metarregra da progressão: há uma contribuição semântica constantemente renovada no decorrer do texto. Embora sejam visíveis a ausência de elementos coesivos e a supressão de artigos e flexões verbais, o conteúdo exposto permite evidenciar uma progressão de sentidos nas ideias expressas no texto. Ainda que o título seja “A minha casa”, a leitura do texto nos permite perceber que o assunto do texto é mais abrangente, e trata, na verdade, de diferentes aspectos da vida do autor, como sua rotina em casa, sua religiosidade, seus pensamentos com relação ao professor de matemática e estudos, seu lazer.

c) metarregra da não-contradição: não há elementos que possam ser considerados como contraditórios no desenvolvimento da história. Apesar de o autor utilizar a palavra “cozinha” no lugar de “comida”, na linha 04, e “vistam” ao invés de “visitam” na linha 07, o que traz como consequência um maior esforço para compreensão por parte do leitor na leitura, entende-se que tanto “comida” como “visitam” conseguem ser recuperadas pelo leitor, a partir do assunto do texto

d) metarregra da relação: não existe uma distância entre a narrativa do aluno e o mundo real, pois as ideias dizem respeito a acontecimentos do mundo real do aluno. É possível resgatar a mensagem do sujeito, ou seja, o receptor pode calcular e recuperar o sentido da mensagem emitida pelo emissor.

O sexto texto, sobre viagens, foi criado pelo Sujeito 4. Após sua transcrição, segue a análise da coerência a partir das metarregras.

“A Viagem”

Eu gosto muito de viagem bom legal.

Eu pensar quero viagem país em Inglaterra, Londres.

Eu gosto de viagem, adora países Inglaterra, Estados Unidos e França.

Eu gosta de comidas diferentes culturas boas legais em Inglaterra,

Eua e

França.

Bons comidas restaurantes e lojas diferente, culturais boas legais.

Análise:

a) metarregra da repetição: o sujeito a utiliza especialmente através da reiteração do pronome “eu”, contribuindo para que exista uma retomada do que já foi escrito anteriormente. Assim, pode-se estabelecer uma relação entre as partes do texto.

b) metarregra da progressão: essa metarregra é complementar à primeira. Assim, a presença de progressão configura-se, neste texto, pela clareza expressa através da sequenciação das ideias e pela introdução de novas informações durante o desenvolvimento do texto. Primeiramente o autor informa que gosta de viajar, e depois apresenta razões para isso.

c) metarregra de não-contradição: não existem elementos que possam ser considerados como contraditórios no desenvolvimento da história.

d) metarregra de relação: o sujeito faz uso da metarregra, pois não existem problemas de articulação entre as ideias apresentadas, ou seja, não existe uma distância entre a intenção do autor e o mundo real. O propósito comunicativo do sujeito é colocado de forma clara, sendo possível ao receptor calcular o sentido da mensagem emitida.

O último texto a ser apresentado, o do Sujeito 6, foi o que apresentou menor concordância com relação aos elementos de coerência avaliados pelas metarregras, conforme análise que se segue.

“A Fabrica da Chocolate”

O dono da fabrica da chocolate é maior mundo.Sou choco, bem-vindo!

Por favor, eu quero convites crianças para mostra fabrica da chocolate.

É muito rico.

Crianças pode ir brincadeira, doces,chocolate, musicas. Choco está feliz.

É famosa fabrica de chocolate.

Análise:

a) metarregra da repetição: não há, de modo geral, a presença da metarregra. Ainda que o tema comum seja “A Fábrica de Chocolate” (relato do filme), o sujeito da primeira sentença é dono da fábrica, da segunda, eu, da terceira, ele, da quarta, crianças, e da quinta, fábrica de chocolate. Nota-se, assim, que o título e a última palavra da sentença final são iguais, e que a mesma palavra aparece na segunda sentença, conferindo um certo nível de coesão ao texto. O fator mais problemático está na relação entre as sentenças, que, como vimos, iniciam na maioria das vezes com sujeitos diferentes da anterior.

b) metarregra da progressão: as informações são introduzidas aleatoriamente, o que faz com que não haja uma progressão na narrativa. As frases não se relacionam de modo contínuo.

c) metarregra da não-contradição: existem no texto elementos que indicam a presença de contradições entre as ideias expressas. Ao escrever, no início, “O dono fábrica de chocolate é maior mundo”, há uma ambiguidade: o dono é o maior do mundo, ou é a fábrica que é a maior do mundo? Como um segundo exemplo, temos as sentenças “Sou choco, bem-vindo” e “Choco está feliz”. Inicialmente, a hipótese do leitor é a de que o autor escreve como se ele fosse o personagem do filme; no entanto, a sentença “choco está feliz” não a corrobora.

d) metarregra da relação: a dificuldade de o leitor estabelecer uma relação entre o mundo real e os fatos narrados aponta para a ausência da metarregra. Além de o leitor precisar saber que o autor está escrevendo com o objetivo de contar a história de um filme que havia assistido, fato que não é esclarecido, ele necessitaria de maiores informações para relacionar os fatos narrados com o mundo real, como, por exemplo, a relação entre seu Choco e o convite para as crianças (é ele quem fornece? ele gostaria de fornecer mas não pode? é outra pessoa?) e a referência ao adjetivo rico, na sentença “É muito rico” (Seu Choco, o passeio na fábrica de chocolate?).

Resultados

A partir dessas sete produções textuais, esperamos ter conseguido mostrar que, na grande maioria dos casos, evidenciamos as metarregras de coerência nos textos dos sujeitos. A fim de oferecer um panorama mais completo do resultado do estudo, na Tabela 1 a seguir são mostradas as análises de todas as doze produções textuais com relação à observância ou não das metarregras.

Tabela 1 - Presença das metarregras nos textos.

Ano	Sujeitos	Textos	Metarregra Repetição	Metarregra Progressão	Metarregra Não-contradição	Metarregra Relação
5º Ano	Sujeito 01	1	Sim	Sim	Não	Sim
		2	Sim	Sim	Sim	Sim
	Sujeito 02	1	Sim	Não	Não	Não
		2	Sim	Sim	Sim	Sim
8º ano	Sujeito 03	1	Sim	Sim	Sim	Sim
		2	Sim	Sim	Sim	Sim
	Sujeito 04	1	Sim	Sim	Sim	Sim
		2	Sim	Sim	Sim	Sim
Ensino Médio	Sujeito 05	1	Sim	Sim	Sim	Sim
		2	Sim	Sim	Sim	Sim
	Sujeito 06	1	Não	Não	Não	Não
		2	Sim	Sim	Sim	Sim

Como se pode observar pela Tabela 1, somente um dos doze textos não empregou a metarregra da repetição, o texto 1 do Sujeito 6, analisado no final da seção acima. Esse mesmo texto e o texto 1 do Sujeito 2 foram os dois únicos que não apresentaram a metarregra de progressão. Com relação à metarregra da não-contradição, três foram os textos que apresentaram dificuldades em empregá-las de modo completamente satisfatório: sujeitos 01 e 02, textos 01, e sujeito 6, texto 1. Por fim, com relação à metarregra da relação, apenas dois casos a empregaram de acordo com o modo entendido como apropriado: texto 1 do sujeito 2 e texto 1 do sujeito 6. Todos os demais casos tiveram resultado favorável com respeito ao uso das metarregras de Charolles (*apud* ANTUNES, 2005).

Outro resultado evidenciado pela análise dos textos foi o de que nem o nível de escolaridade e nem o tipo de escola representaram variáveis no que diz respeito ao uso das metarregras de coerência. Independentemente de frequentarem uma instituição especializada no ensino para surdos ou uma instituição pública de ensino, e, da mesma forma, independentemente de cursarem o 8º ano ou o 2º ano do segundo grau, os textos dos sujeitos, em sua maioria, contemplaram as metarregras de coerência.

Considerações Finais

Este trabalho teve como objetivo principal apresentar os resultados de um estudo que avaliou os elementos de coerência utilizados na construção textual de sujeitos surdos que aprendem o português como L2, tendo como base metodológica uma amostragem de caráter qualitativo e a apresentação de análise de produções textuais realizadas por estes sujeitos, com a intenção de verificar a presença das quatro metarregras de coerência de Charolles (*apud* ANTUNES, 2005) – ou seja, repetição, progressão, não-contradição e relação.

Foi possível verificar a presença dos elementos de coerência na grande maioria das produções textuais dos sujeitos surdos, conforme ilustrado na Tabela 1. Para chegarmos a esse resultado, contudo, consideramos o papel da língua de sinais na escrita desses sujeitos, já que, para que os surdos possam atribuir e construir sentido ao que leem e escrevem, eles devem vivenciar um processo de letramento que se valha do conhecimento que possuem na língua de sinais, pois é ela que oportunizará a experiência de refletir, compreender e internalizar o português como uma segunda língua. Nesse sentido, cabe lembrar que o surdo somente terá acesso à língua portuguesa como L2 de modo pleno quando “ela for tratada e concebida como uma prática social de linguagem, cultural, social, histórica e ideologicamente determinada.” (LODI *et al*, 2002, p. 44).

Logo, considerando que a língua de sinais servirá como mediadora na aprendizagem da língua portuguesa e que, em função disso, a interferência desta será visível no que se refere ao uso do português – mais precisamente no que diz respeito à ausência de conectivos, preposições, flexões verbais, concordâncias nominal e verbal, entre outros aspectos – importa-nos conceituar a coerência como um princípio de interpretabilidade do discurso (KOCH, 2007). Como sujeito cognoscente, “falante” da língua de sinais, o surdo está condicionado pela sua história, ideologia e a cultura, atravessado por discursos que o constituem através da atividade intelectual e linguística, atividade esta que o encaminha e o capacita às suas escolhas e decisões (BAKHITIN, 1992).

Desse modo, ao termos avaliado textos que se constituem em práticas sociais de linguagem, exigindo de seus autores criatividade e a manifestação de seus pontos de vista, esperamos ter mostrado que

esses sujeitos se inserem, através do uso do português na sua forma escrita, como sujeitos ativos, e não apenas receptivos, no mundo do qual também fazem parte.

Referências

ANTUNES, Irlandé. *Lutar com as palavras: coesão e coerência*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

BAKHTIN, Michael. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1992.

FERNANDES, Sueli. É possível ser surdo em português? Língua de sinais e escrita: em busca de uma aproximação. In: SKLIAR, Carlos B. (Org.). *Atualidade da educação bilíngue para surdos: interfaces entre pedagogia e lingüística*. v.2. Porto Alegre: Mediação, 1999. p. 59-82.

KOCH, Ingedore G. V. TRAVAGLIA, Luiz C. *A coerência textual*. São Paulo: Contexto, 2007.

LODI, Ana Claudia B.; HARRISON, Kathryn Marie P.; CAMPOS, Sandra Regina L.; Letramento e surdez: um olhar sobre as particularidades dentro do contexto educacional. In: LODI, Harrison; CAMPOS, Teske. (Orgs). *Letramento e minorias*. Porto Alegre: Mediação, 2002, p. 45-55.

SÁNCHEZ, Carlos. La língua escrita: ese esquivo objeto de la pedagogia. In: SKLIAR, Carlos B. (Org). *Atualidade da educação bilíngue para surdos: interfaces entre pedagogia e linguística*, v.2, Porto Alegre: Editora Mediação, 1999, p. 35-45.

SKLIAR, Carlos B. (Org.) *Atualidade da educação bilíngue para surdos*. v. 2. Porto Alegre: Mediação, 1999.

SKLIAR, Carlos B.; QUADROS, Ronice M. Bilingual deaf education in the south of Brazil. *International Journal of Bilingualism - Education and Bilingualism*. Londres, v. 7, n. 5, 2004, p. 368-382.

Recebido em 10 de julho de 2011

Aceito em 09 de outubro de 2011

RAPADURA É DOCE, MAS NÃO É MOLE: UM ESTUDO DAS RELAÇÕES RETÓRICAS

SUGAR CANE SQUARE IS SWEET BUT IT IS NOT SOFT: A STUDY OF RHETHORICAL RELATIONS

*Ana Clara Gonçalves Alves de MEIRA**

Resumo: O estudo das orações é orientado por critérios sintáticos e/ou semânticos. Propõe-se, então, um trabalho que não se prenda ao nível da frase. Como referencial teórico, utilizar-se-á a Teoria da Estrutura Retórica do Texto (RST/ *Rhetorical Structure Theory*). Para análise das orações, será usado um provérbio retirado de um texto da internet. Nota-se que observar as porções textuais, atendo-se somente ao nível da frase, torna-se insuficiente. É preciso, então, considerar os critérios pragmáticos.

Abstract: The study of clauses is guided by syntactic and/or semantic criteria. So, it is proposed a work that does not hold at the level of the sentence. As theoretical reference, it will be used the Rhetorical Structure Theory of text (RST). For the clauses analysis, it will be used a proverb from one text of internet. It is noted that observing the textual parts, taking into account only the sentence level, it becomes insufficient. It needs to consider pragmatic criteria too.

Palavras-chave: Articulação de orações; Provérbios; Teoria da Estrutura Retórica do Texto.

Keywords: Clauses Combining; Proverbs; Rhetorical Structure Theory.

Introdução

Quando se estudam as orações e suas classificações como coordenadas e subordinadas, nota-se que a diferença entre esses conceitos orienta-se, principalmente, em termos como dependência e independência. Ademais, semelhantes definições se prendem ora a critérios sintáticos, ora a critérios semânticos. Desse modo, questiona-se: tais critérios são suficientes?

* Doutoranda em Estudos Linguísticos pelo Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos/ Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil. Bolsista CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Contato: anaclarameira@hotmail.com.

Acredita-se que não se devem analisar as orações sem observar também os aspectos pragmáticos, a situação comunicativa, o contexto em que tais orações estão inseridas. Assim, pretende-se observar, aqui, como as relações implícitas que emergem das orações que se articulam em um determinado contexto podem ser importantes para a análise das orações.

Este trabalho corresponde a um recorte da minha dissertação na qual foi proposto um trabalho com orações proverbiais. Para o estudo com orações proverbiais, preocupou-se em selecionar provérbios que estivessem inseridos em alguma situação discursiva. Nesse sentido, no primeiro momento, selecionaram-se provérbios de dicionários de provérbios e, em seguida, procurou-se a ocorrência deles em textos por meio do *site* de busca *Google*. O intuito de analisar provérbios inseridos em textos diversos é procurar demonstrar como o contexto também exerce um papel relevante na análise das orações.

Pretende-se, então, fazer uma revisão da literatura de alguns gramáticos no que diz respeito a definições como coordenação e subordinação. Em seguida, será feita uma introdução aos estudos da Teoria da Estrutura Retórica do Texto (*RST/Rhetorical Structure Theory*), já que ela se pauta em critérios pragmáticos para o estudo de orações. Ademais, serão apresentadas as principais características do gênero proverbial, a fim de se tentar delimitar esse gênero o qual exercerá um papel significativo neste trabalho.

1 Revisão da Literatura

1.1 Definições de Coordenação e Subordinação nas Gramáticas Tradicionais

No que se refere a definições como coordenação e subordinação, nota-se que, para Bechara (1968), a coordenação é “a seqüência de orações em que uma não exerce função sintática da outra” (p. 269); quanto à subordinação, ele afirma que essa se refere “à seqüência de orações em que uma é um termo sintático de outra” (p. 269).

Uma diferença significativa entre Bechara (1968) e a maioria dos gramáticos é o fato de ele propor que a distinção estabelecida entre as orações não deve se focar na diferença entre coordenadas e

subordinadas, mas sim dependentes e independentes. O que se pretende mencionar é que, enquanto os outros gramáticos partem de termos como coordenação e subordinação para classificarem as orações em dependentes e independentes, Bechara (1968) as classifica em dependentes e independentes para, depois, apresentar termos como coordenação e subordinação. Ressalte-se que a dependência e a independência por ele tratada diz respeito a critérios sintáticos. Assim, analisando o período: *Espero que estudes e que venças na vida* (BECHARA, 1968, p. 269), as orações *que estudes e que venças na vida* são classificadas como independentes, já que não exercem nenhuma função sintática entre si, sendo, portanto, coordenadas. Entretanto, quando observa as três orações: *Espero, que estudes e que venças na vida*, Bechara (1968) classifica a primeira como principal e as outras duas, como dependentes. Logo, as orações *que estudes e que venças na vida* seriam subordinadas em relação à *Espero*, mas estariam coordenadas entre si. Nesse sentido, Bechara (1968) postula:

a maioria dos tratadistas tem colocado em pontos opostos coordenação e subordinação, mas um exame detido nos patenteia que a oposição que se deve estabelecer não é entre orações coordenadas e subordinadas, mas entre orações dependentes e independentes. A coordenação é um processo de estruturação de orações de mesmo valor sintático, quer sejam independentes (onde a equivalência é permanente) ou dependentes (onde a equivalência se dá quando exercem idêntica função sintática). Infelizmente a NGB, embora reconhecendo que “coordenadas entre si podem estar quer principais, quer independentes, quer subordinadas”, não rompeu com a tradicional oposição que aqui pomos de lado (BECHARA, 1968, p. 269).

Para Lima (1968, p. 251), a coordenação seria a “apresentação de um pensamento global pela sucessão de orações de sentido independente”. Já a subordinação apresentaria “uma oração principal e uma ou mais que representam desdobramentos de vários termos dela. As diversas funções sintáticas são exercidas pelo substantivo, pelo adjetivo, pelo verbo e pelo advérbio [...]” (p. 253). Percebe-se que uma das diferenças entre Lima (1968) e Bechara (1968) é que o primeiro não define coordenação somente baseado em critérios sintáticos, já

que, para ele, a coordenação possui sentido independente. Assim, utiliza-se de critérios também semânticos para classificar as orações.

Bueno (1968) considera a oração coordenada como aquela que possui sentido, não precisando de outras para que seja compreendida. Quanto às subordinadas, define-as como as que dependem de uma que lhe seja principal, destacando que, sozinhas, não configuram sentido completo. Entende-se, então, que Bueno (1968) faz uso somente de critérios semânticos para definir a coordenação e a subordinação.

Cunha (1971) afirma que a coordenação se constitui de “orações autônomas, independentes, isto é, cada uma tem sentido próprio e não funcionam como termos de outra oração, nem a eles se referem: apenas, uma pode enriquecer com o seu sentido a totalidade da outra” (CUNHA, 1971, p. 399). No que se refere às subordinadas, classifica-as como aquelas que funcionam como termos essenciais, integrantes ou acessórios de outra oração. Assim como Lima (1968), Cunha (1971) leva em conta os aspectos semânticos para conceituar a coordenação e os sintáticos para a subordinação.

Cegalla (1997) definirá a coordenação observando somente os aspectos sintáticos. Já para a subordinação, ele se pauta em critérios sintáticos e semânticos. Desse modo, as coordenadas serão independentes sintaticamente e as subordinadas, por outro lado, dependentes sintaticamente e semanticamente.

Bechara (2006), ao tratar de subordinação, introduz o termo hipotaxe, o qual não havia sido mencionado em Bechara (1968). Sobre a hipotaxe ou subordinação, ele a define como um fenômeno de estruturação das camadas gramaticais em que uma das orações passa a uma camada inferior e, desse modo, funciona como membro sintático da outra. Para que se entenda o que seria *passar a uma camada inferior*, cita-se: *Maria não notou que Luiz estava lá*¹⁸. Nesse exemplo, conforme as definições de Bechara (2006), *que Luiz estava lá* funciona como membro sintático e passa a ser uma camada inferior da oração *Maria não notou*.

Sobre as coordenadas, ele afirma que são sintaticamente independentes e apresenta alguns exemplos, tais como: *Mário lê muitos livros e aumenta sua cultura* (BECHARA, 2006, p. 349). Bechara explica que é perceptível a independência sintática dessas

¹⁸ Exemplos nossos.

orações, pois, se a oração *Mário lê muitos livros* for desmembrada, encontram-se todos os termos sintáticos previstos na relação predicativa: o sujeito – Mário –; o predicado – lê muitos livros – e o objeto – muitos livros. Nessa perspectiva, nota-se que, em Bechara (2006), ainda se depara com uma distinção de coordenadas e subordinadas baseada em aspectos sintáticos.

Já Cunha e Cintra (2008) não passam explicitamente a definição de coordenação e subordinação. O conceito se constrói mais por elencar características a cada um desses termos do que por formar uma definição propriamente dita. Assim, eles postulam que “as orações coordenadas podem estar: a) simplesmente justapostas, isto é, colocadas uma ao lado da outra, sem qualquer conectivo que as enlace; b) ligadas por uma conjunção coordenativa” (p. 610). Sobre as subordinadas, eles afirmam que elas funcionam sempre como “termos essenciais, integrantes ou acessórios de outra oração” (p. 612). Ao apontarem como um dos aspectos definidores das coordenadas o fato de estarem relacionadas a um conectivo coordenativo, acabam por limitar as orações à presença ou ausência de um conectivo que as caracterizará ou como coordenadas, ou como subordinadas. Semelhantes conceitos contribuem para restringir o estudo das orações ao nível da frase, priorizando o conectivo que as encabeça.

Percebe-se que, entre os gramáticos analisados, Bechara (1968), apesar de priorizar os aspectos sintáticos, levanta alguns pontos relevantes para o estudo de orações. Desse modo, menciona que pares como *quer... quer* e *ou... ou*, sempre exemplificados como indicadores de orações alternativas, podem denotar concessão, o que já designa uma menção a aspectos não meramente formais no que se refere à classificação de orações. Além disso, através da citação de Barreto, Bechara (1968) demonstra que uma oração tida, tradicionalmente, como coordenada assindética pode estabelecer relações de sentido equivalente a orações coordenadas sindéticas e subordinadas. Mário Barreto (*apud* Bechara, 1968, p. 273), afirma: “Mostre-se aos alunos que se pode construir (1º grau): ‘O dia está bonito; não temos que fazer; vamos passear’, ou (2º grau): ‘O dia está bonito e não temos que fazer; vamos, pois, passear. Enfim (3º grau, subordinação e período): ‘porque o dia está bonito e porque nada temos que fazer, vamos passear’”.

A partir da alusão a Barreto, Bechara (1968) permite que se questione: Se uma oração pode se desdobrar em outras constituindo relações de sentido semelhante, por que classificá-la levando em conta apenas critérios sintáticos e os conectivos que a determinam? Semelhante questionamento proporciona também uma reflexão acerca das lacunas apontadas ao se classificar coordenação relacionada à independência e subordinação à dependência, ora observando aspectos sintáticos, ora semânticos, e, por vezes, mesclando-os.

Como foram explicitados alguns conceitos sobre coordenação e subordinação, será apresentado a seguir um quadro esquemático sintetizando os critérios utilizados para classificação das orações pelos gramáticos elencados.

Autor	Características/ Critérios para a coordenação	Características/Critérios para a subordinação
Bechara (1968)	Critério sintático: as coordenadas são independentes sintaticamente.	Critério sintático: as subordinadas são dependentes sintaticamente.
Lima (1968)	Critério semântico: as coordenadas possuem sentido independente.	Critério sintático: as subordinadas são dependentes sintaticamente.
Bueno (1968)	Critério semântico: as coordenadas possuem sentido independente.	Critério semântico: as subordinadas por si só não constituem sentido completo.
Cunha (1971)	Critério semântico: as coordenadas possuem sentido independente.	Critério sintático: as subordinadas são dependentes sintaticamente.
Cegalla (1997)	Critério sintático: as coordenadas são independentes sintaticamente.	Critério semântico: as subordinadas por si só não constituem sentido completo. Critério sintático: as subordinadas são dependentes sintaticamente.
Cunha e Cintra (2008)	Critério sintático: as coordenadas são independentes sintaticamente.	Critério sintático: as subordinadas são dependentes sintaticamente.

Quadro 1 - A coordenação e a subordinação numa visão tradicional.

1.2 Teoria da Estrutura Retórica

Como se pretende pautar em uma análise que observe as relações implícitas que emergem da articulação de orações, optou-se pelo estudo da Teoria da Estrutura Retórica do Texto (RST – *Rhetorical Structure Theory*).

Quando se estuda a RST, pode-se perguntar: o que se entende por retórica? Conforme Hovy (1988, *apud* PARDO, 2005, p. 9, grifo nosso), “a retórica é a parte ‘palpável da pragmática’, através da qual se estabelece a coerência de um texto”. Acrescenta Pardo (2005, p. 9):

ela é o meio pelo qual um texto é organizado para satisfazer seu objetivo comunicativo subjacente, representando, portanto, a organização funcional do texto, ou seja, qual a função de suas partes para que o objetivo comunicativo do texto seja satisfeito.

Conforme se mencionou, a Teoria da Estrutura Retórica, de um modo geral, define-se por estar relacionada a questões que se referem à coerência textual. O que significa coerência textual para a RST?

Uma possível definição de coerência é a ausência de sequências lógicas e lacunas. Ou seja, cada uma das partes de um texto coerente possui uma função, uma razão plausível para a sua existência, evidente para os leitores e, além disso, causa a impressão de que não lhe faltam quaisquer partes¹⁹.

Na RST, acredita-se que os textos são motivados por propósitos comunicativos; logo, o escritor tem uma intenção ao escolher as unidades que formam o seu texto, por isso uma análise baseada na RST se propõe a atribuir uma razão de existência para cada porção do texto e não considera que essas partes sejam simplesmente colocadas uma ao lado da outra, sem levar em conta a situação comunicativa.

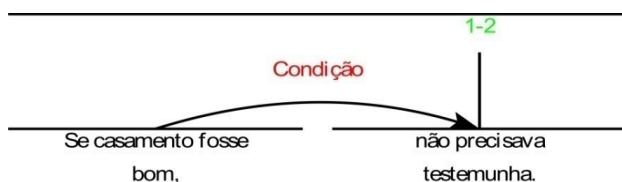
Como a RST lida com partes de textos que se combinam, o observador, ao analisar as relações que emergem dessas porções, pode se deparar com dúvidas ou dificuldades, ou, até mesmo, com situações ambíguas para definir qual é a relação predominante em determinadas

¹⁹ Disponível em: <<http://www.sfu.ca/rst/07portuguese/definitions.html>>. Acesso em: 1 mar. 2009.

porções textuais. É importante, então, procurar qual seria a relação mais adequada para uma determinada situação discursiva.

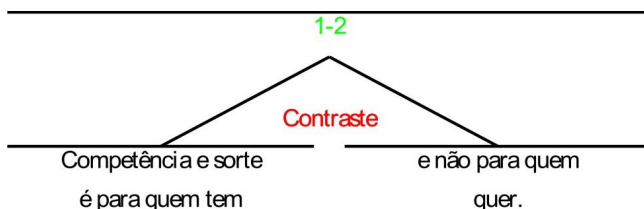
Outros aspectos importantes quanto à RST são o tipo de relação, o qual pode ser: núcleo-satélite e multinuclear. Em uma relação núcleo-satélite, constituída de uma ou mais porções textuais, a que se constitui como satélite é ancilar àquela que se configura como núcleo. Por outro lado, em relações multinucleares, as duas ou mais porções de textos presentes exercem a função de núcleo. Tais relações são representadas por meio de diagramas.

Assim, em uma relação núcleo-satélite, nos diagramas, encontram-se linhas horizontais, que representam as porções de textos; linha vertical, que demonstra qual das porções de texto se configura como núcleo e o arco que se direciona do satélite para o núcleo. Logo, numa relação de condição, por exemplo, ter-se-ia o seguinte diagrama:



Cumprе assinalar que os números (1 e 2) representam as duas porções de texto existentes, sendo a (1) a que aparece mais à esquerda, já a (2), mais à direita. Dessa maneira, *Se casamento fosse bom* representa a porção (1) e *não precisava testemunha*, a porção (2). Como o arco partiu da porção (1), essa representa o satélite. Ademais, a linha vertical está na parte (2) a qual designa o núcleo.

No que concerne às relações multinucleares, para que se entenda o diagrama, a linha de raciocínio é semelhante; entretanto, não há presença de um arco, mas de linhas diagonais que representam os núcleos presentes na relação. Para exemplificar esse tipo de relação, cita-se:



Na relação exemplificada, temos duas porções de textos (1-2) que funcionam com núcleos e estabelecem uma relação de contraste. Nesse sentido, tanto (1): *Competência e sorte é para quem tem* quanto (2): *e não para quem quer* exercem a função de núcleo.

É válido dizer que as relações apresentadas pela RST foram esquematizadas em tabelas²⁰ que contêm as suas características a fim de que, ao estudar uma determinada porção de texto, o leitor possa definir qual é a relação que melhor se aplica a uma dada situação comunicativa. Acrescenta-se também que essas relações não são fixas, já que a língua é dinâmica; portanto, novas relações podem ser definidas.

1.3 O gênero provérbio

Conforme já se mencionou, o *corpus* deste trabalho é constituído pelo gênero proverbial. Então, é importante delimitar o que se considera como gênero textual e, também, as principais características dos provérbios e as dificuldades de definição.

Já que serão estudados os provérbios, torna-se importante conceituar o que vem a ser a Paremiologia. Segundo Amaral (1976, p.226), “a paremiologia é o estudo das fórmulas de expressão colectivas e tradicionais incorporadas à linguagem corrente”. A essas palavras, acrescentam-se as de Mimoso (2008, p.156): “ao estudo da descrição, da classificação, da etimologia e da pragmática dos provérbios dá-se o nome de paremiologia, palavra derivada de parêmia, sinônima de provérbio”.

1.3.1 Gêneros textuais

É comum associar os gêneros a fenômenos históricos e sociais; mas qual seria a sua contribuição para o estudo de textos? Entende-se que os gêneros contribuem para ordenar as atividades comunicativas do dia a dia e são fortemente dinâmicos. Além disso, “surgem emparelhados a necessidades e atividades sócio-culturais, bem como na relação com inovações tecnológicas, o que é facilmente perceptível

²⁰ Os quadros estão disponíveis em:
<<http://www.sfu.ca/rst/07portuguese/definitions.html>>.

ao se considerar a quantidade de gêneros textuais hoje existentes em relação a sociedades anteriores à comunicação escrita” (MARCUSCHI, 2003, p. 19).

Ressalte-se que, conforme Marcuschi (2003), os gêneros devem ser caracterizados mais por suas funções comunicativas, cognitivas e institucionais do que por suas propriedades linguísticas e estruturais. Isso não significa que não se devam observar os aspectos estruturais, mas sim que os funcionais tendem a se sobrepor aos mais formais na definição de um gênero. Entretanto, enfatiza-se que tal fato constitui uma tendência, já que não há como determinar; logo, há casos em que a forma define o gênero.

Nota-se que

desde que o ‘novo’ movimento de gêneros começou a florescer no início dos anos 80, tem havido uma visão amplamente consensual de que os gêneros são mais bem definidos como entidades orientadas para objetivos ou propósitos (ASKEHAVE; SWALES, 2009, p. 221).

Apesar dessa posição, é importante asseverar que não há como identificar um único objetivo ou propósito para um dado gênero, já que eles podem ter múltiplos propósitos, ou, até mesmo, propósitos contrários. Nessa perspectiva, entende-se que observar os gêneros pelos seus objetivos comunicativos é um aspecto fundamental, entretanto, não deve ser colocado como central e definitivo, mas como um dos elementos que contribuem para a análise.

Tendo em vista semelhantes questões, é relevante mencionar como o gênero textual será tratado neste trabalho. Nesse sentido, conforme Marchuschi (2003, p. 23), os gêneros textuais podem ser assim determinados:

- 1) Realizações linguísticas concretas definidas por propriedades sócio-comunicativas;
- 2) Constituem textos empiricamente realizados cumprindo funções em situações comunicativas;
- 3) Sua nomeação abrange um conjunto aberto e praticamente ilimitado de designações concretas determinadas pelo canal;
- 4) Exemplos de gêneros: telefonema, sermão, carta comercial, carta pessoal, romance, bilhete, aula expositiva [...].

Neste trabalho, como não se pretende discutir sobre as diversas questões e definições que envolvem o estudo de gêneros textuais, a definição de Marcuschi (2003) é suficiente para atender aos objetivos pretendidos. Conforme se mencionou, serão analisadas as orações que formam o provérbio selecionado, o qual foi retirado de um texto da internet. Na análise do *corpus*, busca-se demonstrar como o provérbio e o texto selecionado se articulam e como as relações retóricas são inferidas.

1.3.2 Delimitando o gênero proverbial

Os provérbios, até hoje, despertam interesse pelos conhecimentos milenares transmitidos ao longo dos anos e pela beleza das suas metáforas. Mas, há como determinar precisamente quando surgiu o primeiro provérbio? Por serem geralmente de autores desconhecidos e por se caracterizarem pela atemporalidade, torna-se difícil responder com precisão a essa pergunta. Entretanto, de acordo com Amaral (1976, p. 215):

Na França, segundo Leroux de Lincy, já no século XII se faziam colecções de ‘respits’ ou ‘reproviers’ – aos quais, no século seguinte, se começou a dar o nome erudito de ‘proverbes’, por influência dos latinos e particularmente dos provérbios de Salomão, lidos e traduzidos nas escolas universitárias. De então em diante, e sobretudo depois da descoberta da imprensa, a actividade dos coleccionadores veio num crescendo contínuo, acumulando uma bibliografia colossal.

Amaral (1976) ressalta que os primeiros livros sobre provérbios se reduziam mais a um trabalho de *coleccionador* em que os autores reuniam vários provérbios e, às vezes, faziam algum comentário sobre a sua origem e significado. Nas obras, o trabalho de seleção de provérbios se pautava em critérios, muitas vezes, subjetivos, tais como: se o provérbio é ou não *belo*, se apresenta uma linguagem adequada, se possui bom senso, etc. Amaral (1976) acredita que o grande mérito dos estudos proverbiais se deve a Leroux de Lincy na França, já que ele inovou

ao ter compreendido que as fórmulas colectivas e tradicionais podiam ser também olhadas como simples matéria de estudo,

semelhantemente a quaisquer outras coisas e fenômenos, e que portanto não havia distinguir entre fórmulas boas e más, belas ou feias, cumprindo pôr de lado todo intento de doutrinação ou qualquer ideia de finalidade prática imediata (AMARAL, 1976, p. 230).

Os estudos de Moraes (2007) permitem que se apontem algumas observações relevantes sobre os provérbios. Desse modo, ela explana que, no século XVI, na Inglaterra, os provérbios eram utilizados por grande parcela da população instruída, até mesmo com o objetivo de impressionar. Em contrapartida, no século XVIII, os provérbios praticamente não eram proferidos pela população letrada. Semelhante fato pode ser explicado, conforme Moraes, tendo em vista que “o iluminismo queria libertar-se do passado, e, nessa visão progressista, os provérbios foram considerados ‘estáticos, estereotipados, irremediavelmente mundanos’” (MORAES, 2007, p. 24). Entretanto, com o romantismo, há uma nova valorização dos provérbios, já que “a poesia e a sabedoria podiam ser encontradas tanto nas comunidades camponesas, representando a cultura popular, como no gênio solitário” (MORAES, 2007, p. 25).

Apesar de todos os aspectos apresentados, é importante destacar que foi, sobretudo, na literatura quinhentista e seiscentista que os provérbios “consolidaram espaço”, porque, a partir daí, configurou-se a sua popularização através do uso frequente em textos.

Ao se buscar uma definição para os provérbios, notou-se que eles eram vistos ora como sinônimos de adágios, máximas e anexins, ora através de diferenças entre essas denominações. Entretanto, tais diferenças são, geralmente, tênues e repletas de lacunas.

Além disso, essas dificuldades podem ser percebidas nas diversas obras presentes na literatura corrente. Nesse sentido, alguns autores tratam desse assunto, atribuindo diversas nomenclaturas, como as já citadas: adágios, provérbios, anexins, etc. Outros condensam tudo em um termo só. Ademais, “é extremamente embaraçosa a classificação racional dos dizeres colectivos. A quantidade deles é tão vasta, são tantas as suas variedades, e tão frequentemente oscilam entre tipos diversos, que é talvez impossível distribuí-los com exactidão por diferentes compartimentos” (AMARAL, 1976, p. 226).

É importante salientar que toda essa problemática na classificação dessas diversas formas populares se deve também ao fato

de tais formas remontarem à antiguidade e a civilizações mais antigas, tais como: Suméria, Egito e China. Nessa perspectiva, afirma Mimoso (2008, p.156):

Na Suméria, foram achadas 700 placas e fragmentos de provérbios que atestam a sua importância e o seu aproveitamento literário. Não se pode esquecer também o largo uso que a Bíblia deles faz. Na Grécia, Aristóteles, Demócrito e Sófocles a eles recorreram bastas vezes e em Roma foram Catão, Cícero e Sêneca os seus principais cultores.

Tendo em vista as diversas lacunas presentes nas definições que pretendem distinguir provérbios de máxima, de adágio, de dito, anexim, entre tantos outros, neste trabalho, optou-se por não estabelecer diferenças de nomenclatura; portanto, tudo será designado por meio do rótulo de *provérbio*. Nesse sentido,

embora haja algumas diferenças, mais ou menos acentuadas, entre todos esses conceitos, elas não têm sido enfatizadas pelos autores que os antologizaram nem pelos escritores que nas suas obras a eles recorreram, pelo que se torna particularmente difícil distingui-los entre si, tanto mais que, na maioria dos casos, não há também da parte dos autores qualquer identificação das fontes utilizadas ou das formas importadas (MIMOSO, 2008, p. 152).

Como se sabe, os provérbios não são dotados de um valor científico, caracterizam-se por transmitir conhecimentos da experiência do dia-a-dia, por isso não há como observá-los como uma verdade definida, não passível de questionamentos ou dúvidas. Além disso, o seu comprometimento não é com a verdade dos fatos, mas com a transmissão de aspectos culturais passados de gerações em gerações.

Outra questão interessante acerca desse gênero textual é que, como explica Xatara e Oliveira (2002, *apud* BITTENCOURT, 2005), os provérbios “variam em termos de estruturação linguística, conteúdo, finalidade, aplicabilidade pedagógica” (p. 149). Tais características reforçam o que já havia sido apontado: os provérbios não se configuram como estruturas tão simples como muitos mencionam. Ademais, “elemento facilitador da memorização, essa estruturação reduzida – unicategorial, ou binominal – na realidade, envolve uma

operação cognitiva complexa, que [...] pode determinar certa obscuridade de sentido [...] (BITTENCOURT, 2005, p. 149)”. Para que se entenda esse esforço cognitivo que os provérbios podem demandar, observe, por exemplo, um dicionário de provérbios de várias línguas; se entre esses for escolhido um provérbio inglês para analisar, mesmo que se tenha um conhecimento aprofundado da língua inglesa, e não sendo tal provérbio do seu conhecimento, pode-se deparar com dificuldades para traduzi-lo para o português e, principalmente, para lhe atribuir um sentido coerente. Acredita-se que semelhante fato é possível de ser explicado levando em conta que o aspecto cultural exerce um papel importante no entendimento dos provérbios.

Pelas razões apresentadas, considera-se que não se deve designar os provérbios como formas simples ou *pobres*. Nesse sentido,

até mesmo no plano gramatical, conforme se deixou entrever, é possível testemunhar o nível da elaborações de expressões gramaticais. Em termos sintáticos, várias delas fogem aos cânones da língua, apresentando deslocamentos de termos intraoracionais, estruturas binominais, omissões de itens verbais, etc. Conforme comprovam os exemplos: Na barba do tolo, aprende o barbeiro novo (Posposição do sujeito); Justiça demorada, injustiça é (Anteposição do predicativo do sujeito) [...] (BITTENCOURT, 2005, p. 150).

A presença de trocadilhos, de rimas, o uso de parônimos e antônimos e de metáforas concedem aos provérbios uma peculiaridade própria, revestindo-os de características que permitem considerar uma dada porção de texto como provérbio.

Nota-se também que eles são fáceis de decorar em virtude do seu formato curto e direto. Outro fato a destacar é que tratam de vários temas e constituem parte da cultura popular da humanidade, por isso são encontrados nas mais diversas situações de vida.

Os provérbios são vistos, frequentemente, como estruturas fixas e cifradas; entretanto, observa-se que não podem receber tais rótulos em razão de serem altamente produtivos, de grande circulação; e a maneira como são estruturados, além de facilitar a memorização, permite a criação de novos provérbios. Por todos os motivos elucidados, acredita-se que não se deve defini-los como estruturas fixas.

Na seqüência, apresenta-se um quadro sucinto de tudo que já foi esboçado, destacando as principais características do gênero proverbial.

Qual é o conceito desse gênero?	Pode-se dizer que os provérbios representam a expressão do conhecimento e da experiência popular traduzida em poucas palavras. Geralmente, apresentam-se de maneira rimada e ritmada, muitas vezes, na forma de uma metáfora. Além disso, transmitem conhecimentos comuns sobre a vida e estão relacionados a aspectos universais dela, o que os reveste de um caráter atemporal.
Quem o produz?	Não há uma pessoa específica para produzi-los. Os provérbios foram se constituindo ao longo dos anos, muitos deles foram criados na Antiguidade. Logo, são produzidos por uma dada sociedade, representando uma determinada cultura.
Qual o propósito?	Um dos seus principais intuítos é fixar na memória coletiva a experiência social humana, além de sintetizar uma mensagem e empregar, por vezes, metaforicamente uma ideia.
Onde circula?	Em textos diversos: contos populares, romances, artigos de revistas e jornais, na <i>internet</i> , nas conversas cotidianas, etc.
Quando?	Os provérbios estão sempre presentes, não há como determinar uma periodicidade para eles.
Quem lê?	Todas as faixas etárias têm acesso aos provérbios. Assim, crianças, jovens, adultos e idosos os lêem.
Por que ler?	Para se divertir, para conhecer uma determinada cultura e, até mesmo, para utilizá-los como conselhos por estarem relacionados à sabedoria popular.
Possível influência de leitura	Pode levar a pessoa a considerá-lo como um conselho, como um ensinamento para ser utilizado no dia-a-dia.
Reação em resposta à leitura textual	Aceitar o provérbio como um conselho ou simplesmente como uma “máxima”, sem encará-lo como algo a ser seguido.

Estrutura textual prototípica	O provérbio é fácil de decorar e transmitir em função de seu formato simples, curto e direto. Apresenta-se na linguagem verbal. Diz respeito a assuntos variados e faz parte da cultura popular da humanidade.
Mecanismos linguísticos	Uma das características linguísticas que chama atenção é a presença das metáforas. Ademais, no que concerne à estruturação fônica, os provérbios apresentam uma entonação, métrica e ritmo próprios, fazem uso frequente de aliterações, assonâncias e rimas. A métrica, a rima e a cadência fônica auxiliam na memorização da mensagem. Há um predomínio da linguagem coloquial.

Quadro 2 - Definição do gênero Provérbio²¹.

Como se pretende pensar a língua em uma situação de uso, o estudo dos provérbios contribui para que, na análise das orações, levemos em conta não só os aspectos formais, mas também os semântico-pragmáticos, já que os provérbios estão intimamente relacionados à cultura popular.

2 Metodologia

O provérbio selecionado foi *Rapadura é doce, mas não é mole*, pertencente a um dos textos do *corpus* da minha dissertação. Selecionou-se esse provérbio de um dicionário de provérbios e, em seguida, procurou-se a ocorrência dele em textos da internet por meio do *site* de busca *Google*. Para escolha do texto, o provérbio deveria estar no título, no corpo do texto ou em ambos. Dividimos o provérbio em orações, considerando a concepção tradicional. O provérbio foi selecionado com negrito e itálico e a as partes do texto que justificam o uso do provérbio foram sublinhadas. Além disso, o texto selecionado foi apresentado em itálico a fim de facilitar a identificação do texto pelo leitor. Por fim, propomos uma análise da estrutura retórica do provérbio e apresentamos o diagrama.

²¹ Ressalte-se que este quadro foi elaborado a partir da proposta da Profa. Dra. Regina L. Péret Dell'Isola durante o curso de *Gêneros e Tipos Textuais*, por ela ministrado, na UFMG.

3 Proposta de Análise

Rapadura é doce, mas não é mole.

Orações:

- 1) Rapadura é doce,
- 2) mas não é mole.

COMO SIMPLIFICAR UM TEXTO CIENTÍFICO

Beto Holsel

Muitos textos científicos são escritos numa linguagem de difícil compreensão para o grande público. Torna-se necessário traduzi-los para torná-los mais acessíveis ou, pelo menos, para uma difusão mais extensiva da profundidade do pensamento científico. Isto pode ser feito com aplicação de um método engenhoso que consiste na reunião de conceitos fragmentados em outros mais abrangentes que, numa sucessão progressiva de sínteses - ou estágios - reduzem a complexidade do texto original até o nível de compreensão desejado.

*Se estas colocações parecem ainda obscuras ou abstratas - o que mostra que são científicas - um exemplo muito simples ilustrará o método e facultará ao leitor esperto praticá-lo em outros textos. O exemplo que daremos a seguir é o de um texto altamente informativo em que são discerníveis elementos de *Química, Física, Botânica, Geometria* e outras disciplinas.*

Como se verificará, entretanto, essa massa de compreensão pode ficar mais próxima. Ao final do quinto estágio, surgirá, clara e límpida, a síntese mais refinada daquele texto, antes incompreensível, que brilhará singela e cristalina, evidenciando a eficácia do nosso método.

TEXTO ORIGINAL

*O dissacarídeo de fórmula $C_{12}H_{22}O_{11}$, obtido através da fervura e da evaporação de H_2O do líquido resultante da prensagem do caule da graminea *Saccharus officinarum*, Linneu, isento de qualquer outro tipo de processamento suplementar que elimine suas impurezas, quando apresentado sob a forma geométrica de sólidos de*

reduzidas dimensões e arestas retilíneas, configurando pirâmides truncadas de base oblonga e pequena altura, uma vez submetido a um toque no órgão do paladar de quem se disponha a um teste organoléptico, impressiona favoravelmente as papilas gustativas, sugerindo a impressão sensorial equivalente provocada pelo mesmo dissacarídeo em estado bruto que ocorre no líquido nutritivo de alta viscosidade, produzindo nos órgãos especiais existentes na Apis mellifica, Linneu.

No entanto, é possível comprovar experimentalmente que esse dissacarídeo, no estado físico-químico descrito e apresentado sob aquela forma geométrica, apresenta considerável resistência a modificar apreciavelmente suas dimensões quando submetido a tensões mecânicas de compressão ao longo do seu eixo em consequência da pequena deformidade que lhe é peculiar.

PRIMEIRO ESTÁGIO

A sacarose extraída da cana de açúcar, que ainda não tenha passado pelo processo de purificação e refino, apresentando-se sob a forma de pequenos sólidos tronco-piramidais de base retangular, impressiona agradavelmente ao paladar, lembrando a sensação provocada pela mesma sacarose produzida pelas abelhas em um peculiar líquido espesso e nutritivo.

Entretanto, não altera suas dimensões lineares ou suas proporções quando submetida a uma tensão axial em consequência da aplicação de compressões equivalentes e opostas.

SEGUNDO ESTÁGIO

O açúcar, quando ainda não submetido à refinação e, apresentando-se em blocos sólidos de pequenas dimensões e forma tronco-piramidal, tem o sabor deleitável da secreção alimentar das abelhas, todavia não muda suas proporções quando sujeito à compressão.

TERCEIRO ESTÁGIO

Açúcar não refinado, sob a forma de pequenos blocos, tem o sabor agradável do mel. Porém não muda de forma quando pressionado.

QUARTO ESTÁGIO

Açúcar mascavo em tijolinhos tem o sabor adocicado, mas não é macio ou flexível.

QUINTO ESTÁGIO

Rapadura é doce, mas não é mole.

Conforme se observa, esse texto constitui uma explicação passo a passo de como simplificar a leitura de um texto científico, o qual se constrói de uma maneira bem interessante. Nele, o provérbio utilizado é tanto um resumo do texto original quanto dos presentes nos outros estágios. Assim, a escolha do provérbio produz coerência ao texto como um todo, já que retoma o que havia sido dito sobre as propriedades do açúcar mascavo: o fato de agradar o paladar e de não ser flexível. Semelhantes pontos são demonstrados ao longo de todo o texto; logo, *rapadura é doce* pode ser exemplificada por *impressiona agradavelmente ao paladar; tem o sabor deleitável; tem o sabor agradável do mel*, entre outros. Já a expressão *não é mole* é exemplificada por: *não muda de forma quando pressionado, não é macio ou flexível*, etc.

Numa análise tradicional, a presença do *mas* poderia conduzir a uma classificação de coordenada sindética adversativa para a segunda oração.

Entende-se que, no que se refere às relações retóricas, a relação que prevalece é de concessão, já que há uma potencial incompatibilidade entre o núcleo (*Rapadura é doce*) e o satélite (*mas não é mole*), o que permite parafrasear: *Rapadura é doce, embora não seja mole*. Além disso, tal fato contribui para que se leve em conta também que a palavra *doce*, geralmente, passa a característica de algo

frágil; então, o *não ser mole* seria incompatível com essa ideia de fragilidade.

A principal dificuldade encontrada, ao classificar esse provérbio, foi definir qual das porções textuais estaria estabelecendo a relação de concessão. Nesse sentido, em casos como *Rapadura é doce, mas não é mole*, poder-se-ia questionar qual seria a melhor forma: *Embora rapadura seja doce, ela não é mole* ou *Rapadura é doce, embora não seja mole*? Apesar dessas duas possibilidades, optou-se por considerar a segunda paráfrase. Nesse sentido, a primeira parte funciona como núcleo, e a segunda, como satélite, estabelecendo uma relação de concessão. Fez-se essa escolha por se entender que, na relação de concessão, o autor pressupõe uma objeção do leitor ao que é dito e, apesar disso, predomina a ideia apresentada na porção presente no núcleo. Desse modo, preferiu-se considerar que a objeção estaria presente em *mas não é mole*, por isso, optou-se por designar essa porção textual como satélite.

Hermodsson (*apud* NEVES e ZAMPRONEO, 1999, p. 561) afirma que:

tanto na oração nuclear quanto na oração subordinada, podem ocorrer expressões que falam explicitamente de um consentimento, e cita os exemplos: ‘Embora, **como eu quero admitir**, o Reno esteja contaminado, muitos peixes vivem lá’ e ‘Embora o Reno esteja contaminado, vivem, **como eu quero admitir**, muitos peixes lá’, nos quais o verbo **admitir** tem como escopo, no primeiro exemplo, a oração concessiva, e, no segundo exemplo, a oração nuclear.

Essa citação de Hermodsson comprova que, muitas vezes, é difícil estabelecer qual seria a concessiva e qual seria a nuclear, já que aquela que funciona como nuclear pode exercer papel de concessiva e vice-versa. Apesar de se ter escolhido uma das opções, levando em conta que é preciso determinar qual seria o núcleo e o satélite no diagrama da RST, sabe-se que, nesses tipos de orações que se articulam, é problemático decidir com precisão o núcleo e o satélite.

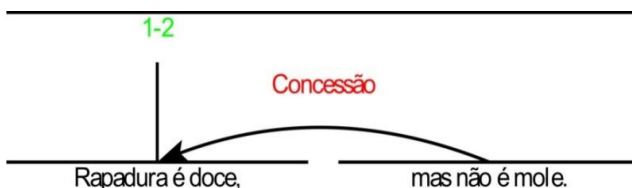
Conforme foi dito, neste trabalho, os provérbios representam a expressão do conhecimento e da experiência popular traduzida em poucas palavras. Quando se depara com *Rapadura é doce, mas não é mole*, é possível pensar em algumas situações que esse provérbio poderia ocorrer, tais situações sempre seriam repletas de contrastes e

incompatibilidades. Assim, o provérbio, de um modo geral, transmite a ideia de que por mais que se *vivencia* um momento agradável ou confortável, por exemplo, sempre haverá algum obstáculo para enfrentar.

Nota-se que uma análise do provérbio fora de um contexto, apenas considerando as partes que o constituem *Rapadura é doce, /mas não é mole*, já permite que depreendamos um sentido para esse provérbio; pois, conforme se explicitou, um dos principais intuítos do provérbio é fixar na memória coletiva a experiência social humana.

A incompatibilidade detectada no provérbio (ser doce *versus* não ser mole) refletiu-se também no texto analisado - *Como simplificar um texto científico* -, além de permitir que, devido a essa incompatibilidade, fosse possível estabelecer uma relação retórica de concessão.

Portanto, ter-se-ia o seguinte gráfico do provérbio:



Conclusão

A Gramática Tradicional, ao analisar as orações, não leva em conta o nível do discurso no qual as porções de texto estão inseridas, deixando de lado os aspectos pragmáticos, as intenções, os contextos situacionais, as funções comunicativas. O mesmo ocorre com muitos trabalhos que são desenvolvidos por diferentes correntes linguísticas. Nota-se que tais análises são insuficientes, assim, para o estudo de orações, é necessário considerar também a função discursiva.

Percebeu-se a importância dos provérbios, neste trabalho, já que eles estão relacionados a fatores culturais, sendo caracterizados pelo estilo coloquial, o que permite não se limitar à estaticidade da língua padrão, percebendo a língua como uma estrutura dinâmica, passível de variações.

Quanto ao estudo da RST, foram encontradas algumas dificuldades. Por mais que o quadro de relações apresentado não seja definitivo e que novas relações possam ser definidas, ele acaba por limitar as relações àquela lista fechada, e as condições apresentadas

para distinguir uma relação da outra são, por vezes, insuficientes. Desse modo, no provérbio *Rapadura é doce, mas não é mole*, em que emerge a relação retórica de concessão, é possível estabelecer duas paráfrases: 1) *Embora rapadura seja doce, ela não é mole* e 2) *Embora a rapadura não seja mole, ela é doce*. Então, como definir qual porção do texto representaria o satélite e qual representaria o núcleo? Se for considerada a primeira paráfrase como a mais adequada, deparar-se-á com designações para o núcleo e o satélite diferentes das que serão apresentadas para a segunda paráfrase. Deseja-se dizer, portanto, que as condições apresentadas para caracterizar as orações nem sempre permitem definir com precisão uma relação e representá-la de forma coerente no gráfico.

Apesar de tais constatações, acredita-se que o estudo das relações retóricas é de significativa relevância por valorizar uma análise que não se prenda ao nível da frase, mas que leve em conta também as relações implícitas.

Referências

AMARAL, Amadeu. *Tradições populares*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial S.A, 1976.

ASKEHAVE, Inger; SWALES, John. Identificação do gênero e propósito comunicativo: uma proposta e uma possível solução. In: BEZERRA, Benedito Gomes; BIASI-RODRIGUES, Bernardete; CAVALCANTE, Mônica (Orgs). *Gêneros e sequências textuais*. Recife: EDUPE, 2009. p. 221-247.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 13. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

BECHARA, Evanildo. *Gramática escolar da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

BITTENCOURT, Vanda de Oliveira. O provérbio é a voz do povo, e o povo, a voz de Deus: a voz da parêmia no diário de Helena Morley. *Revista Scripta*. Belo Horizonte, v. 8, n. 16. 2005, p.148-164.

BUENO, Francisco da Silveira. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 1968.

CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. 40. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1997.

CUNHA, Celso; CINTRA, Luis Filipe Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.

CUNHA, Celso. *Gramática do Português Contemporâneo*. 2. ed. Belo Horizonte: Bernardo Alvares S. A, 1971.

HOLSEL, Beto. Como simplificar um texto científico. *Instituto de Matemática e Estatística*. Disponível em: <<http://www.ime.usp.br/~vwsetzer/jokes/simpl-texto.html>>. Acesso em: 8 set. 2010.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros Textuais: definição e funcionalidade. In: Dionísio, Angela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZZERRA, Maria Auxiliadora (Orgs). *Gêneros textuais e ensino*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003. p. 20-36.

MEIRA, A. C. G. A. A articulação de orações em provérbios do português em uso: uma análise das relações retóricas. 2011. 150f. Dissertação (Mestrado em Linguística Teórica e Descritiva). Faculdade de Letras, UFMG, Belo Horizonte/MG, 2011.

MIMOSO, Anabela Brito de Freitas. Provérbios uma fonte para a História da Educação. *Revista Lusófona de Educação*, v. 12, p. 155-163, 2008.

FREGONESI DE MORAES, Ana Luisa. *Um estudo do discurso publicitário: a construção dos ditos populares e dos provérbios pela mídia*. 2007. 155 f. Dissertação (Mestrado em Letras – Estudos Linguísticos). Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, 2007.

NEVES, Maria Helena de Moura; ZAMPRONEO, Silvana. As construções concessivas. In: CASTILHO, A. T.(org.). *Gramática do Português Falado*. v. VII. Campinas: Ed. Unicamp, 1999, p. 545-591.

PARDO, Thiago Alexandre Salgueiro. *Métodos para análise discursiva automática*. 2005. 195 f. Tese (Doutorado em Ciências de Computação e Matemática Computacional) - Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação, Universidade de São Paulo, São Carlos-SP, 2005.

LIMA, Carlos Henrique da Rocha. *Gramática normativa da língua portuguesa*: Rio de Janeiro: F. Briguiet, 1968.

RST. *Definições das relações.* Disponível em:
<<http://www.sfu.ca/rst/07portuguese/definitions.html>>. Acesso em: 01
mar. 2009.

Recebido em 15 de julho de 2011

Aceito em 05 de outubro de 2011

INTERTEXTUALIDADE COMO RECONTEXTUALIZAÇÃO

INTERTEXTUALITY AS RECONTEXTUALIZATION¹

*Fátima Andréia TAMANINI-ADAMES**

*Cristina dos Santos LOVATO***

Resumo: A intertextualidade é uma questão de recontextualização, um movimento de um contexto para outro, formando outro contexto. Tomando como referência os pressupostos teóricos da Análise Crítica do Discurso, pretendemos examinar o processo de recontextualização do conteúdo de um artigo acadêmico para uma entrevista e uma notícia destinadas a um público não especializado, por meio da análise de princípios específicos de recontextualização.

Abstract: Intertextuality is a matter of recontextualization, a movement from one context to another, forming another context. Taking as reference the theoretical assumptions of Critical Discourse Analysis, we aim to examine the process of recontextualization of the content of an academic article to an interview and a news destined to a non-specialized audience, through the analysis of recontextualization's specific principles.

Palavras-chave: Análise Crítica do Discurso; Intertextualidade; Recontextualização.

Keywords: Critical Discourse Analysis; Intertextuality; Recontextualization;

Nota introdutória

As concepções de texto e de prática discursiva desenvolvidas na Análise Crítica do Discurso (doravante ACD) por Norman Fairclough estão conectadas ao conceito de intertextualidade, termo

¹ Esta pesquisa foi desenvolvida no Laboratório de Ensino e Pesquisa de Leitura e Redação (LABLER) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), coordenado pela professora Dra. Désirée Motta-Roth, e contou com a colaboração da professora Doutoranda Cristina dos Santos Lovato.

* Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Santa Maria (PPGL/UFSM), Rio Grande do Sul, Brasil. Pesquisadora do Laboratório de Ensino e Pesquisa de Leitura e Redação (LABLER). Contato: f.andreia@yahoo.com.br

** Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil. Pesquisadora do Laboratório de Ensino e Pesquisa de Leitura e Redação (LABLER) – Bolsista CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Contato: cristina.lovato@yahoo.com.br

cunhado por Julia Kristeva a partir da noção de dialogismo de Mikhail Bakhtin. O conceito de intertextualidade, desenvolvido por Bakhtin e Fairclough, é bastante difundido nos estudos culturais e da linguagem, referindo-se aos vários textos ou discursos que são atualizados e reproduzidos em outros (TILIO, 2010, p. 98), ou seja, recontextualizados. De acordo com Fairclough (2001, p. 135), a intertextualidade “aponta para a produtividade dos textos, para o modo como os textos podem transformar textos anteriores e reestruturar convenções existentes”.

Nesta pesquisa, tomando como referência os pressupostos teóricos da ACD, analisamos a recontextualização do conteúdo de um artigo acadêmico para uma notícia e para uma entrevista, essas últimas destinadas a um público não especializado, por meio da análise de princípios de recontextualização propostos por Fairclough (2003), com base em Bernstein (1990). Segundo Gerhardt (2001, p. 7), no processo de recontextualização, o discurso científico é retirado de sua rede de princípios e significados e reformulado a partir das finalidades e princípios do processo de popularização da ciência (doravante PC), de modo que os leitores não especialistas tenham acesso ao conhecimento especializado.

Assim, a seguir, definimos nosso campo de investigação: o processo de PC. Na sequência, revisamos a teoria aplicada ao *corpus* de análise, sistematizamos a metodologia e discutimos os dados levantados.

1 Popularização da ciência

A PC é uma modalidade de produção do conhecimento por recontextualização na mídia de massa da informação de um artigo científico previamente publicado em uma revista especializada (MOTTA-ROTH; LOVATO, 2011, p. 253), visando a uma audiência não especializada (CALSAMIGLIA; LOPÉS FERRERO, 2003, p. 68). É caracterizada, portanto, como uma tentativa de democratização dos saberes científicos, a fim de promover o envolvimento da sociedade nas discussões sobre os benefícios que as pesquisas científico-tecnológicas podem trazer ou não (IVANISSEVICH, 2005).

O crescente interesse por essa prática pode ser atribuído à sua função: processar a prática científica perante a sociedade mais ampla,

sendo um mecanismo social de democratização dos saberes científicos. Albagli (1996, p. 397) aponta que a importância dada ao processo de PC ampliou-se consideravelmente. A autora (1996, p. 397) atribui essa expansão de interesse ao apelo e ao incentivo à participação da sociedade “no processo decisório relativo ao desenvolvimento das ciências e suas aplicações”.

Nessa perspectiva, Motta-Roth (2009c) aponta três justificativas para argumentar a importância do processo de PC: o dever dos meios de comunicação mais ou menos acadêmicos de informar a sociedade sobre o avanço do conhecimento; a responsabilidade do mediador em explicar princípios e conceitos para que a sociedade avance na transformação conjunta do conhecimento; e a necessidade da sociedade entender a relevância da pesquisa para que continue financiando a empreitada científica.

A circulação do conhecimento científico é tanto parte quanto agente modificador do processo de produção de conhecimento, em que, entre o processo de produção de conhecimento até a divulgação científica, estão o cientista, a mídia, a sociedade e o Estado, por meio de políticas científicas (GUIMARÃES, 2009, p. 6-7). Conforme Santos (2007, p. 476), “o fato científico é construído no contexto sociopolítico, no qual tomam parte vários atores”: educadores em ciência, cientistas sociais e sociólogos da ciência, pesquisadores de opinião pública, e profissionais envolvidos na educação formal e não formal em ciências, como professores e jornalistas. O propósito do processo de PC é inserir, portanto, a ciência no cotidiano das pessoas (GERMANO, 2005, p. 12).

Primeiro, acredita-se que uma população alfabetizada em ciências seria essencial para formar uma força de trabalho especializada e bem treinada, o que resultaria em uma maior prosperidade para a nação. Um melhor entendimento da ciência teria também repercussões diretas no dia-a-dia dos indivíduos, como maior cuidado com a própria saúde. Além do fato de que a compreensão de aspectos tecnocientíficos lhe permitiria tomar decisões mais apropriadas sobre questões polêmicas, como clonagem ou alimentos geneticamente modificados, tornando o debate mais democrático (IVANISSEVICH, 2005, p. 28).

Há, desse modo, o que Pagano (1998, p. 58) chama de processo de *des-especialização* do conteúdo científico, em decorrência da sua reescritura. A PC por meio da mídia implica, conseqüentemente, um processo social, tornando a ciência popular, e um processo discursivo de recontextualização²³, na medida em que reformula o discurso científico, visando atingir a uma audiência não especializada (LOVATO, 2010b, p. 115), como o exposto a seguir.

2 Intertextualidade

O termo intertextualidade remete imediatamente à sua etimologia - *inter*: posição intermediária, interação, entre; *textualidade*: qualidade daquilo que é relativo ao texto, e o que está em um texto - (VASQUES, 2007, p. 21). O surgimento do termo é atribuído à Kristeva, autora que fundamenta-se no princípio dialógico da linguagem preconizado por Bakhtin. Kristeva (1974, *apud* VASQUES, 2007, p. 22) define intertextualidade como uma “transposição de um (ou vários) sistema(s) de signos noutra”. A intertextualidade, como a recontextualização do discurso de um ator social no discurso do outro, em outro contexto, é a própria faceta visível do caráter dialógico do uso da linguagem (MOTTA-ROTH; LOVATO, 2011, p. 253). De acordo com Fiorin (2006, p. 19), “dialogismo são as relações de sentido que se estabelecem entre dois enunciados”, entendendo que há dois conceitos para o termo. No primeiro conceito, chamado de constitutivo - que “não se mostra no fio do discurso” (FIORIN, 2006, p. 32) -, “dialogismo é o modo de funcionamento da linguagem”, pois todo enunciado constitui-se a partir de outro enunciado e tem pelo menos duas vozes, diz Fiorin (2006, p. 24). No segundo, chamado de composicional - que se mostra -, há a “incorporação pelo enunciador da(s) voz(es) do outro no enunciado” (FIORIN, 2006, p. 32). Nesse último, que é uma forma particular de composição do discurso, podemos inserir o discurso do outro citando abertamente o discurso alheio ou através do discurso bivocal, “internamente dialogizado, em que não há separação muito

²³ Conforme explica Motta-Roth (2009a), a partir do modelo de discurso pedagógico desenvolvido por Bernstein (1990).

nítida do enunciado citante e do citado” (FIORIN, 2006, p. 33). (PIRES; TAMANINI-ADAMES, 2010, p. 68).

Assim, Fairclough (2001, p. 29) define intertextualidade como:

a propriedade que os textos têm de serem cheios de fragmentos de outros textos, que podem ser ou não delimitados explicitamente ou mesclados e que pode assimilar, contradizer, ecoar ironicamente, e assim por diante.

Há duas maneiras de realização da intertextualidade em um texto, a distinção entre as duas é realizada com base no modo como figuram no discurso. Sua manifestação gráfica é chamada por Fairclough (1995, p. 135) de “intertextualidade manifesta”, relacionada à recorrência explícita a outros textos, manifestados, marcados ou sugeridos por traços na superfície do texto. Já a “intertextualidade constitutiva” ou “interdiscursividade” está relacionada à complexa configuração interdependente de formações discursivas (FAIRCLOUGH, 1995, p. 95) e é interna ao texto, remetendo ao modo como valores, crenças e modos habituais de um discurso são atualizados em outro.

A intertextualidade constitui-se como uma “área cinzenta entre a prática discursiva e o texto” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 285), na medida em que uma análise baseada nessa noção exige do analista uma visão mais acurada das questões sociais e culturais (FAIRCLOUGH, 1995, p. 61) que medeiam um texto.

Segundo Fairclough (2003, p. 28), quando analisamos textos específicos estamos realizando duas coisas interconectadas: olhando o texto em termos dos significados acionais, representacionais e identitários, e como eles estão manifestos nos vários procedimentos de gramática e vocabulário, por exemplo; e fazendo uma conexão entre o evento social concreto, o texto, e as práticas sociais mais abstratas, perguntando-se quais gêneros, discursos e estilos, ou “ordens do discurso”, estão articulados no texto. Fairclough (2001, p. 21) entende “texto” como uma dimensão do discurso que, por sua vez, é o “produto” do processo de produção textual.

A análise linguística é descritiva por natureza, enquanto a análise intertextual é mais interpretativa. As particularidades linguísticas dos textos proporcionam evidências que podem ser utilizadas na análise

intertextual, e a análise intertextual é uma forma particular de interpretação dessas evidências – uma interpretação que situa o texto em relação aos repertórios de práticas discursivas, ou seja, ordens do discurso²⁴ (FAIRCLOUGH, 1995, p. 61).

Fairclough (2003, p. 41), baseando-se em Bakhtin, ressalta que no processo de construção de um texto/discurso o autor traz outras vozes ao texto, assumindo o controle ou se abrindo para a diferença, ao acentuar a dialogicidade. Quando a voz do outro é incorporada ao texto, sempre haverá escolhas sobre como estruturá-las, como e onde incorporá-las ao texto (FAIRCLOUGH, 2003, p. 53), pois a intertextualidade tem como característica ser seletiva em relação ao que será incluído ou excluído dos eventos e dos discursos representados (FAIRCLOUGH, 2003, p. 55). Textos estabelecem relações dialógicas/polêmicas/de tensão com outros discursos (FAIRCLOUGH, 2003, p. 132), misturando diferentes discursos pela relação dialógica. Nessa perspectiva, para Fairclough (2003a, p. 51), a intertextualidade é uma questão de recontextualização, um processo onde sempre há uma tensão entre o que acontece e o que é reportado (FAIRCLOUGH, 2003, p. 48-49).

Desse modo, uma análise intertextual do tipo constitutiva - ou interdiscursiva -, como proposta aqui, ocupa-se em identificar que discursos embasam outro discurso e como eles se articulam (FAIRCLOUGH, 2003, p. 128), conforme discorreremos no próximo subitem.

2.1 Intertextualidade como recontextualização

Fairclough embasa-se na Gramática Sistemico-Funcional de Halliday (2004)²⁵ e em Foucault (1994) ao postular que as relações

²⁴ Linguistic analysis is descriptive in nature, whereas intertextual analysis is more interpretative. Linguistic features of texts provide evidence which can be used in intertextual analysis, and intertextual analysis is a particular sort of interpretation of that evidence – an interpretation which locates the text in relation to social repertoires of discourse practices, i.e. orders of discourse.

²⁵ Vian Jr. (2009, p. 106) sugere “alguns possíveis diálogos, embora de perspectivas espaciais, sociais e teóricas diferentes, entre Bakhtin e Halliday”, destacando que tanto a interação verbal permanente entre os participantes do diálogo, quanto a intertextualidade ou a relação dialética interdependente entre discurso e contexto,

interdiscursivas entre gêneros, estilos e discursos, ou ordens do discurso, são instanciadas como relações semânticas, as quais são realizadas como relações gramaticais e de vocabulário (FAIRCLOUGH, 2003, p. 38). Ao propor três significados textuais existentes dialeticamente a partir das três metafunções hallidayanas, Fairclough (2003, p. 28) se baseia em Foucault (1994, p. 318), o qual preconiza em três tipos de relações: de controle sobre as coisas, de ação sobre os outros, e de relações com os outros: o termo ordens do discurso é entendido por Fairclough (2003, p. 220) como configurações particulares de gêneros (que relaciona à metafunção textual e a significados textuais acionais), estilos (que relaciona à metafunção interpessoal e a significados textuais identitários) e discursos (que relaciona à metafunção ideacional e a significados textuais representacionais), que constituem o aspecto discursivo de uma rede de práticas sociais e têm relativa estabilidade.

Foucault entendeu que as práticas discursivas são constitutivas do conhecimento, cuja transformação em ciência está ligada diretamente a elas (FAIRCLOUGH, 2001, p. 62). Para Fairclough (2001, p. 21), “texto” é uma dimensão do discurso que, por sua vez é o “produto” do processo de produção textual, sendo o “discurso” amplamente utilizado no trabalho de Foucault, “como referência aos diferentes modos de estruturação das áreas de conhecimento e prática social”. Entretanto, “não se pode simplesmente aplicar o trabalho de Foucault em análise do discurso”, deve-se antes colocar sua perspectiva para funcionar (FAIRCLOUGH, 2001, p. 62). Assim, o autor (2001, p. 22) propõe que qualquer evento discursivo seja considerado simultaneamente texto, prática discursiva e prática social – abordagem tridimensional. “Uma característica relevante das práticas sociais é sua articulação em redes relativamente estáveis” organizadas nos diversos campos da vida social, e tanto a articulação das práticas em rede quanto a organização dos campos são abertos à mudança social (RESENDE, 2009, p. 15-16).

As ordens do discurso, na proposta de Fairclough (2003, p. 24-25), são a organização social e o controle da variação linguística, e seus elementos (gêneros, estilos e discursos) não correspondem a

correlacionam-se de maneira relevante com o dialogismo. O autor (2009, p. 105) diz que essa “indissolubilidade na relação texto-contexto” pontua não só uma análise crítica, mas também uma análise dialógica baseada na Gramática Sistêmico-Funcional.

categorias puramente linguísticas, mas àquelas que estão na divisão entre linguagem e não linguagem, entre discursivo e não discursivo. O termo discurso é usado em um senso geral para linguagem (verbal e não verbal) como um elemento da vida social relacionado dialeticamente a outros elementos, e também usado mais especificamente; gênero é um modo de ação em seu aspecto discursivo (FAIRCLOUGH, 2003, p. 216); e estilos são modos de ser ou representar identidades em seus aspectos linguísticos e semióticos (FAIRCLOUGH, 2003, p. 41). De acordo com Fairclough (2003, p. 214-215), diferentes discursos são diferentes modos de representar o mundo.

Dessa maneira, Fairclough (2003, p. 35-36) adota uma visão relacional de textos, ressaltando que podemos estudar suas relações internas (gramaticais, semânticas, fonológicas e grafológicas) e suas relações externas (estruturas sociais, práticas sociais e eventos sociais) ou intertextuais (FAIRCLOUGH, 2003, p. 39) em termos de representação, ação e identificação.

Textos, portanto, refletem representações de mundo, relações sociais, identidades sociais e valores culturais. A análise textual é a análise de como textos atuam no estabelecimento de representações, relações, identidades e valores – no julgamento de valores (Fairclough, 2001). A análise interacional engloba dois momentos: a análise interdiscursiva e a análise linguística (Chouliaraki & Fairclough, 1999), lembrando que essa última é feita dentro de uma perspectiva multimodal [...] (TILIO, 2010, p. 97).

Fairclough (2003, p. 24) aponta que a linguagem, assim como outras semioses, é um elemento da ordem do social e da ordem cultural em todos os níveis: estruturas sociais (linguagens, que definem certos potenciais e possibilidades da língua e excluem outros); práticas sociais (ordens do discurso, uma rede de práticas sociais na linguagem cujos elementos não são estruturas linguísticas, mas gêneros, estilos e discursos); e eventos sociais (textos).

Na representação de eventos sociais como recontextualização, um evento social está incorporado no contexto de outro evento social, recontextualizado (FAIRCLOUGH, 2003, p. 139). Baseado em Bernstein (1990), Fairclough (2003, p. 139) escreve que campos sociais particulares, redes de práticas sociais particulares, e gêneros

têm a eles associados “princípios específicos de recontextualização”, conforme incorporam e atualizam eventos sociais prévios. Esses princípios diferem quanto aos modos pelos quais um tipo particular de evento social está representado em diferentes campos, redes de práticas sociais e gêneros.

Sob o ponto de vista da representação dos eventos sociais como recontextualização, Fairclough (2003, p. 139), baseado em Bernstein (1990), propõe quatro princípios para o estudo da recontextualização, os quais oferecem pistas de interdiscursividade: 1) o princípio do Arranjo (como os eventos estão ordenados?); 2) o princípio da Adição (o que está adicionado aos eventos representados?); 3) o princípio da Presença (quais elementos de eventos, ou eventos em uma rede de eventos estão presentes ou ausentes, proeminentes ou encobertos?); e 4) o princípio da Abstração (qual grau de abstração de eventos concretos?).

Conforme Fairclough (2001, p. 223), a linguagem científica favorece abstrações, tornando-se um tanto mistificadora aos leitores leigos. Em relação a esse último princípio, os eventos sociais podem ser representados em diferentes níveis, desde representações mais concretas, como é o caso das especificações, até representações mais abstratas, como é o caso das generalizações e das nominalizações (FAIRCLOUGH, 2003, p. 137-138). Segundo o autor (2003), as nominalizações, por exemplo, são “metáforas gramaticais ideacionais” (HALLIDAY, 2004) que evidenciam representações de eventos sociais mais abstratas. As metáforas gramaticais se distinguem das metáforas lexicais, “visto que estas se caracterizam pela manutenção da mesma classe gramatical, ao se substituir um termo por outro, tentando se conservar o mesmo tipo de relação semântica” e “aquelas aparecem com mais frequência na escrita científica, que exige um alto grau de abstração, na condensação de informações por meio dos termos lexicais utilizados” (OLIONI, 2010, p. 101). Então, metáforas ideacionais (e interpessoais) apresentam um nível mais abstrato e, portanto, incongruente do uso da língua: parte da informação perde-se na nominalização - verbal ou adjetival -, requerendo um exercício de abstração.

Os elementos dos eventos sociais são seletivamente “filtrados” de acordo com esses princípios, os quais interferem no modo como os eventos sociais são representados mais concretamente ou

abstratamente, onde e como os eventos são avaliados, explanados, legitimados e representados.

3 Metodologia

O *corpus* de análise foi composto por um artigo científico, publicado pela revista *Science*, intitulado *Phonemic diversity supports a serial founder effect model of language expansion from Africa* (ATKINSON, 2011), por sua versão jornalística, intitulada *A origem das línguas*, publicada *online* como notícia pela revista “Ciência Hoje Online”²⁶, e pela entrevista feita com o professor da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Dr. Carlos Alberto Faraco no *link* da respectiva notícia, um programa de rádio do Instituto Ciência Hoje veiculado pela internet e nomeado “Estúdio CH”.

Os procedimentos de análise compreenderam o mapeamento dos quatro princípios específicos de recontextualização supracitados, Arranjo, Adição, Presença e Abstração, propostos por Fairclough (2003, p. 139), em concordância com Bernstein (1990). A análise do Arranjo incluiu o modo como os eventos são narrados no tempo em cada um dos três textos. A análise da Adição incluiu elementos adicionados aos textos, tais como figuras, em uma perspectiva multimodal que permite a pesquisa de “potenciais metafóricos” em contextos específicos (VAN LEEUWEEN, 2011, p. 58), recursos envolvidos em julgamentos de modalidade visual dependentes do contexto, a saber: “modalidades naturalística, sensorial, abstrata, e tecnológica” (VAN LEEUWEN, 2005, p. 167-171) - a modalidade refere-se aos recursos semióticos que expressam “quão verdadeira ou real uma dada representação pode ser” (VAN LEEUWEN, 2011, p. 22). A análise da Presença incluiu a verificação dos lugares, áreas do conhecimento e atores sociais presentes nos textos, bem como se esses últimos estão mais especificados ou generalizados. Por fim, a análise da Abstração incluiu o levantamento do modo como os eventos sociais estão representados, desde a forma mais concreta, por meio de especificações, até formas mais abstratas, por meio de generalizações e nominalizações em cada um dos três textos do *corpus*.

²⁶Disponível em: <<http://cienciahoje.uol.com.br/podcasts/A%20origem%20das%20linguas.mp3>>. Acesso em: 20 jul. 2011.

4 Análise e discussão dos resultados

Quanto ao 1) Arranjo, no artigo acadêmico, os eventos aparecem ordenados cronologicamente e repetidos ao longo do texto, a começar pelo título, onde *Founder Effect* e *Language Expansion from Africa* sugerem o tempo inicial da argumentação do autor, o qual inicia o texto com expressões tais como *serial founder effect in which successive population bottlenecks during range expansion*, tema do artigo, e que depois avança no tempo com as expressões *more recent demographic history* e *modern human languages*, ainda no primeiro parágrafo. Essa série de ordenação temporal contínua, com o autor referindo-se ao início da linguagem humana, sua expansão no globo até o estabelecimento das línguas atuais, que se observa em *continually gain and lose phonemes* (gerúndio), aparece reiterada no resto do texto, sucessivamente, como, por exemplo, em *the origin and expansion of modern human languages*.

Na notícia, o mesmo arranjo é observado: os eventos do artigo são recontextualizados da mesma forma, compreendendo desde o passado até os dias atuais. Isso pode ser observado também desde o título, *A origem das línguas*, bem como nas expressões *atualmente* e *nos idiomas modernos e contínua fragmentação em outras línguas* (gerúndio). Entretanto, aqui se inclui o tempo futuro: *o futuro da linguística histórica*. Esse achado é condizente com o fato do gênero notícia de PC geralmente apresentar três partes: uma síntese, um detalhamento e uma conclusão avaliativa (MOTTA-ROTH; LOVATO, 2011, p. 257-258). Finalmente, na entrevista do programa de rádio veiculado, a recontextualização do artigo em relação ao Arranjo acontece da mesma maneira que na notícia. O jornalista entrevistador, na introdução, fala que *os idiomas do planeta têm uma origem em comum, que ela teria ocorrido há cinquenta mil anos, quarenta séculos do que se acreditava, e em nascimento da linguagem humana*. O entrevistado, já na primeira resposta, continua falando em *origem da linguagem, hoje e processo evolutivo*. No final, também se inclui o futuro, quando entrevistador pergunta sobre *o futuro da linguística histórica*.

Quanto à 2) Adição, no artigo acadêmico há figuras, três representadas por mapas e duas representadas por gráficos, todas legendadas, não nessa ordem, mas relacionadas às “regiões do globo” e

à “distância da África”. Nos mapas, a modalidade é tecnológica, coma verdade visual relacionando-se à utilidade prática da imagem (VAN LEEUWEN, 2005, p. 168); nos gráficos, a modalidade é abstrata, “comum em visualizações científicas” (VAN LEEUWEN, 2005, p. 168).

Na notícia, há uma figura descrita como sendo uma pintura do século XVI, *A Torre de Babel*, de Pieter Brueghel, que mostra a construção e a destruição dessa torre bíblica e pode estar correlacionada à explicação para a existência de muitas línguas. Em se tratando da mídia, as imagens comumente são usadas para capturar a essência da informação a ser comunicada (LOVATO, 2010a, p. 115). Analisando notícias da Ciência Hoje On-line, Lovato (2010a, p. 130) conclui que a função das imagens nas notícias de PC é a de índice, indicando por meio de uma fotografia um dos tópicos da pesquisa popularizada, comumente o objeto de análise e/ou a fonte de dados, e reproduzindo “os interesses do grupo social no qual são produzidas e para o qual se dirigem”. No caso da pintura de Pieter Brueghel, a modalidade é naturalístico-abstrata, o que aproxima a notícia ao artigo acadêmico. “Imagens de cunho naturalístico são oferecidas ao leitor como itens de informação e contemplação” (LOVATO, 2010a, p. 125). Também há o *link* para a entrevista, o do programade rádio “Estúdio CH”. Na entrevista, ouve-se, além das vozes do entrevistador e do entrevistado, música na introdução e no final, com comentários do jornalista sobre a próxima edição do programa, mas isso é típico desse gênero.

Quanto à 3) Presença, a presença de lugares, no artigo acadêmico, aparece principalmente a África (*Africa, origin, point of origin, área of origin, main origin, best fit origin, central and southern Africa, sub-Saharan Africa...*), mas também é mencionado o resto do globo (*global eoutside Africa*, por exemplo) e *Southeast Asia, South America, Oceania, 2560 potential origin location saround the world, Americas, remote Pacific, Bering Strait*, e *northernEurasia*. A notícia recontextualiza a África e o resto do globo (*planeta*), pois fazem parte do tema, que é a origem da linguagem e sua posterior e contínua expansão global. Na entrevista, também são mencionados África (*África, Sudoeste da África, continente africano*) e *planeta/mundo*, além de *América do Sul* e *muitos países*. Aqui há também a presença de *Nova Zelândia* (local de origem do autor do artigo acadêmico

citado) – e também de *Estúdio CH* (local da entrevista) e *Universidade Federal do Paraná* (filiação institucional do entrevistado). Nos gêneros recontextualizadores, esses elementos são recorrentes, visto que situam tematicamente o conhecimento reportado.

No artigo acadêmico, há Presença da área dos Estudos Linguísticos, a qual envolve fonética e fonologia, em todo texto e bastante reiterada, como, por exemplo, no uso das expressões *language, linguistic diversity, units of sound, words, phonemes, phoneme distinctions, tone, phonemic diversity, phoneme inventories, vowel, consonant, language families, language analysis, language polygenesis, language level, languagearea, modernlanguages, etc.* Entretanto, embora áreas de conhecimento não serem citadas no texto propriamente dito, a área dos Estudos Linguísticos aparece citada somente em seis das trinta “referências e notas”, item com imensa maioria de citações de autores ligados à Biologia e Ciências Naturais (aparece também uma citação de uma revista acadêmica da área antropológica). Na notícia, a área dos Estudos Linguísticos é recontextualizada nas expressões *línguas, idiomas, linguagem, linguístico, fonologia, fonemas e linguística histórica*, e outras áreas de conhecimento não são citadas. Na entrevista, a área dos Estudos Linguísticos é citada nas expressões *idiomas, linguagem, Linguística Histórica, línguas, línguas modernas, Latim, linguagem verbal, fonemas, fonologia, sistemas fonéticos e fonológicos, Estudos Linguísticos, Português, português brasileiro e gramática*.

Por fim, além da Presença do autor, Quentin D. Atkinson, e dos autores citados nas referências e notas do artigo acadêmico, os resultados demonstram que os atores sociais mais proeminentes aparecem generalizados, como em: *population bottlenecks during range expansion, modern humans, neighboring population sat similar points, speakers e modern speaker population*. Essas generalizações corroboram a tendência à abstração do discurso científico. Na notícia, além do jornalista Fred Furtado, do linguista Carlos Alberto Faraco, do autor do artigo recontextualizado (Atkinson) e do pintor Pieter Brueghel, também estão presentes e generalizados *linguistas e humanidade*. Já, na entrevista, além do jornalista e entrevistador Fred Furtado, do linguista entrevistado Carlos Alberto Faraco e do autor do artigo (Atkinson, referido como *pesquisador da Nova Zelândia*) aparecem outros atores sociais, esses citados pelo entrevistado, como o

linguista norte-americano Noam Chomsky, o biólogo evolucionista Stephen Jay Gould, um filósofo alemão do começo do século dezenove –, além do linguista Mauro Perini, citado no final pelo jornalista ao mencionar a próxima edição do “Estúdio CH”. Mas na entrevista também há vários atores sociais generalizados: *ser humano, linguistas, gente da área da Biologia, gente da área da área da Evolução, gente da área da Embriologia, antropólogos, paleontólogos e outros*. Então, pode-se dizer que essas generalizações presentes na notícia e na entrevista do programa de rádio aproximam esses dois gêneros do artigo científico quanto a uma tendência para a abstração. É interessante mencionar também que apenas nos gêneros recontextualizadores é trazida a voz do especialista na área, como fontes de avaliação e descrição das informações veiculadas - nesse sentido, recorre-se ao especialista da área como testemunho de autoridade.

Quanto 4) ao princípio da Abstração, o artigo acadêmico apresenta algumas especificações, representações mais concretas dos eventos narrados, como, por exemplo, em *languages of Oceania, language area (the total area over which a language is spoken), phonemes—perceptually distinct units of sound that differentiate words, phonemes used in a global sample of 504 languages, sub-Saharan Africa, population density (the number of speakers per unit of area) e hierarchical linear model comprising the three taxonomic levels recorded in WALS*. As generalizações referem-se à linguagem humana, como em *languages*, e aos seres humanos, como em *neighboring populations at similar points e modern speaker population*, generalizações apontadas na análise do princípio da Presença. Mas, em relação às nominalizações - verbais e adjetivais -, metáforas gramaticais ideacionais associadas a discursos de prestígio, poder e autoridade (HALLIDAY, 2004, p. 640), como o discurso da ciência, e representações dos eventos narrados mais abstratas, elas aparecem em variadas expressões no artigo científico, como, por exemplo, em *modern “humans”, human “culture”, language “families”, Language “Expansion” from Africa, African “origin”, founder events during range “expansion”, the set of origin “locations” within four BIC units of the best-fit “location”, hierarchical linear regression “framework”, main “origin” under a polygenesis scenario, linguistic founder effect*, bem como nas

palavras *diversity, distance, work, variation, affiliation, regressions, findings, analysis, distinctions, evolution, succession, distribution, information, correlation, inventory, measures, conditions, processes, order, evidence, growth, innovation.*

Na notícia, o artigo é recontextualizado por meio de algumas especificações, representações mais concretas, tais como em *Artigo publicado em abril na revista ‘Science’, linguagem verbal e fóssil linguístico*. Quanto às generalizações, referem-se também à linguagem e aos seres humanos, como, por exemplo, em *línguas, humanidade e idiomas*, mas incluem os *linguistas*, conforme observado também na análise do princípio da Presença. Por fim, as nominalizações são menos frequentes que no artigo científico, mas aparecem em *o que se sabe até agora sobre esse “tema”, “hipótese” única para explicar a “origem” da linguagem, que sustenta que havia uma única “manifestação” da linguagem verbal, segundo a qual houve vários idiomas no “início” da humanidade, “ciência” que estuda a fonética das línguas, “pesquisa” publicada na Science e “conhecimento” fonológico disponível*, além de nas palavras *espécie, processo, possibilidades, indícios, questões, diversificação, fragmentação, conclusão e discussão*.

Na entrevista do programa de rádio confirma-se uma representação mais concreta dos eventos narrados no artigo por meio de um maior número de especificações, tais como em *artigo publicado em abril na revista norte-americana Science, cinquenta mil anos, quarenta séculos do que se acreditava, ideia formulada pelo linguista norte-americano Noam Chomsky, linguagem verbal, cada uma das línguas, essa faculdade humana, faculdade humana da linguagem, linguagem verbal, cada uma das línguas, essa faculdade humana, faculdade humana da linguagem, linguagem humana, artigo da Science, pesquisador da Nova Zelândia, esse artigo, área da fonologia, área mais desenvolvida dos Estudos Linguísticos e trinta a quarenta fonemas*. Entretanto, quanto às generalizações, representações mais abstratas, na entrevista elas também aparecem recorrentemente mais do que no artigo e na notícia, como em *as coisas, línguas, línguas modernas, idiomas, mundo, línguas humanas, linguagens*, além das generalizações apontadas na análise do princípio da Presença: *ser humano, linguistas, gente da área da Biologia, gente da área da Evolução, gente da área da Embriologia, antropólogos,*

paleontólogos e outros. Também, em relação às nominalizações, aparecem em grande número, como em *expansão, diversidade, variação, evolução, resultados, processo, evidências, exemplo, pesquisas, possibilidades, indícios, manifestações, início, questão, diversificação, conclusão, conhecimento, explicação, elucubrações, configuração, expressão, introdução, perda, validade, achados, migração, estudo, investigação, variações, espécie, elucubrações, ideias, pesquisas, população, hipótese, origem, manifestação, início, capacidade, expressão, sistemas.*

Sendo assim, esses achados são compatíveis como os de Tabrizi e Nabifar (2013, p. 39), autoras que, estudando textos da área da saúde, relacionaram o uso crescente de nominalizações em textos científicos, principalmente desde o último século, a um aumento dessas metáforas gramaticais ideacionais na PC, mesmo que essa não represente um discurso especializado.

Considerações finais

Nesse trabalho, tivemos como objetivo analisar o modo como o conteúdo de um artigo acadêmico é recontextualizado em uma notícia e em uma entrevista destinadas ao público não especializado, a partir de princípios específicos de recontextualização propostos por Bernstein (1990) e Fairclough (2003).

O Arranjo dos eventos confere com o tema do artigo acadêmico. No artigo e nos gêneros recontextualizadores há uma ordenação cronológica dos fatos (origem da linguagem, sua expansão pelo globo através de sucessivas migrações populacionais, até o estado atual das línguas modernas). Essa narração cronologicamente ordenada se repete ao longo de todos os textos, trazendo o tempo passado e o tempo presente. Mas, os gêneros recontextualizadores vão além, e, numa percepção não estanque, convidam o leitor/ouvinte a indagar sobre o futuro.

As adições aos textos se confirmaram previsíveis no artigo acadêmico, já que é característico do gênero a presença de figuras explicativas, e na notícia, a qual confirma a tendência da mídia *online* de, além de se mostrar atraente, oferecer recursos interativos. Também, a pintura naturalístico-abstrata de Pieter Brueghel veiculada pela notícia, aproxima esses dois gêneros, mesmo que iluminação, nuances

de cor ou outros detalhes criem diferenças individuais irrelevantes para a “verdade” da imagem quando da modalidade abstrata combinada à naturalística, (VAN LEEUWEN, 2005, p. 168).

Quanto à Presença, os dados levantados indicam o especialista na área de conhecimento tematizada, Estudos Linguísticos, como testemunho de autoridade presente apenas nos gêneros recontextualizadores. Isso pode ser devido à mídia e os órgãos do Estado terem uma concepção de ciência que não legitima o campo das Ciências Humanas e Sociais, refletindo na maciça presença de artigos sobre saúde (GUIMARÃES, 2001, p. 8). Conforme Dosse (2007, p. 430), Foucault apontou que a Biologia permitiu o surgimento da moderna medicina no século XIX, sendo os temas biológicos amplamente representados. Ao contrário, em se tratando da área de Letras, além de haver uma “quase inexistência de notícias que popularizem conhecimento/ciência” (MOTTA-ROTH, 2009b, p. 136), o tema é muitas vezes diversamente representado (TAMANINI-ADAMES, 2011, p. 151).

Baseado em Bakhtin, Fiorin (2006, p. 128) aponta que forças centrípetas - que aspiram ao monologismo e buscam o fechamento, a homogeneidade -, bem como forças centrífugas – que tanto buscam a abertura, a heterogeneidade, quanto buscam desvelar o dialogismo constitutivo do discurso -, atuam incessantemente sobre as línguas. Nesse sentido, observa-se que o artigo, apesar de tratar de fonética e fonologia, traz nas “referências e notas” uma lista considerável de citações de autores ligados à Biologia e às Ciências Naturais. Por outro lado, a notícia e a entrevistado programa de rádio abrem-se para a diversidade e heterogeneidade ao destacarem a figura do linguista, profissional considerado como a verdadeira voz para falar sobre o tema, mesmorecontextualizando o artigo com a presença de autores da área biológica, entre outras áreas de conhecimento.

Finalmente, em relação ao princípio da Abstração, verificamos no artigo acadêmico um número elevado de nominalizações, confirmando a tese de que associam-se a discursos como o da ciência (HALLIDAY, 2004, p. 636). Discursos são formas de representar o mundo em diferentes níveis de abstração (FAIRCLOUGH, 2003, p. 133), e estudos anteriores de textos verbais demonstram que um discurso altamente abstrato ou metafórico tende também a diferenciar o discurso do especialista do não especialista, como o de PC, de acordo

com Halliday (2004). Entretanto, essas representações mais abstratas foram verificadas expressivamente também na notícia e na linguagem oral da na entrevista do programa de rádio, ainda que nessa última verifique-se muitas especificações, representações mais concretas.

Então, neste estudo, o uso de nominalizações pode estar ligado a coerções, tanto no gênero acadêmico quanto na PC, buscando-se informar muito com um número reduzido de palavras, e desmistificando, de certa forma, a *des-especialização* do conteúdo científico quando recontextualizado pela mídia.

Assim como o discurso científico apoia-se na impessoalidade e na objetividade para configurar-se como um discurso institucional, inquestionável e de veracidade, aqui parece estar acontecendo processo semelhante na PC, na medida em que seu texto deve assumir a perspectiva do discurso científico (LIMA, 2006, p. 104).

Essa noção (de Bakhtin) de várias vozes que se articulam e debatem na interação é crucial para a abordagem da *linguagem como espaço de luta hegemônica*, uma vez que viabiliza a análise de contradições sociais e lutas pelo poder que levam o sujeito a selecionar determinadas estruturas linguísticas e a articula-las de determinadas maneiras num conjunto de outras possibilidades. O princípio da linguagem como espaço de luta hegemônica também é desenvolvido por Foucault. [...] Para o filósofo, analisar discursos corresponde a especificar, sócio-historicamente, formações discursivas interdependentes, bem como sistemas de regras que possibilitam a ocorrência de certos enunciados em determinados tempos, lugares e instituições (RAMALHO, 2005, p. 279).

No entanto, ressaltamos que este é um estudo embrionário e que os dados levantados servirão de ponto de partida para pesquisas futuras.

Referências

ALBAGLI, Sarita. Divulgação científica: informação científica para a cidadania? *Ciência da Informação*, v. 25, n. 3, p. 396-404, 1996.

BERNSTEIN, Basil. *The structuring of pedagogic discourse*. Londres: Routledge, 1990.

CALSAMIGLIA, Helena; LÓPES FERRERO, Carmem. Role and position of scientific voices: reported speech in the media. *Discourse Studies*, v. 5, n. 2, p. 147-173, 2003.

CHOULIARAKI, Lilie; FAIRCLOUGH, Norman. *Discourse in late modernity: rethinking Critical Discourse Analysis*. Edimburgo: Edinburgh University Press, 1999.

DOSSE, François. 1966: O ano-luz. Foucault vende como pãezinhos. In: DOSSE, François. *História do estruturalismo – Volume I – O campo do signo*. Tradução Álvaro Cabral. Revisão técnica Marcia Mansor D’Alessio. Bauru: EDUSC, 2007, p. 425-438.

FAIRCLOUGH, Norman. *Analysing discourse. Textual analysis for social research*. Londres; Nova Iorque: Routledge, 2003.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Tradução Izabel Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FAIRCLOUGH, Norman. *Media discourse*. Nova Iorque: Edward Arnold, 1995.

FIORIN, José Luiz. *Introdução ao pensamento de Bakhtin*. São Paulo: Ática, 2006.

FOUCAULT, Michel. What is enlightenment? In: RABINOW, P. (Ed.). *Michael Foucault: Essential Works*. Vol. 1 (Ethics). Harmondsworth: Penguin, 1994, p. 303-319.

GERHARDT, Liane Beatriz. A representação dos atores sociais e o processo de reformulação em notícia de popularização científica. In: MOTTA-ROTH, Désirée; GIERING, Maria Eduarda. (Orgs.). *Discursos de popularização da ciência*. Santa Maria, RS: PPGL Editores, 2009, p. 63-70.

GERMANO, Marcelo. Popularização da ciência como ação cultural libertadora. In: *V Colóquio internacional Paulo Freire: desafios à sociedade multicultural*, 2005.

GUIMARÃES, Eduardo. Apresentação. In: GUIMARÃES, Eduardo. (Org.). *Produção e circulação do conhecimento: Estado, Mídia, Sociedade*. Campinas: Pontes, 2001, p. 7-10.

GUIMARÃES, Eduardo. Linguagem e conhecimento: produção e circulação da ciência. *Rua*, v. 2, n. 15, p. 5-14, nov. 2009.

HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood. *An introduction to functional grammar*. 3. ed. Revisão Christian M. I. M. Matthiessen. Londres: Arnold, 2004.

IVANISSEVICH, Alicia. A mídia como intérprete: como popularizar a ciência com responsabilidade e sem sensacionalismo. In: VILAS BOAS, S. (Org.). *Formação & Informação científica: jornalismo para iniciados e leigos*. São Paulo: Summus Editorial, 2005, p. 19-30.

KRISTEVA, Julia. *La révolution du langage poétique*. L'avant-garde a la fin du XIXe. Siècle: Lautréamont et Mallarmé. Paris: Seuil, 1974.

LOVATO, Cristina dos Santos. Análise das imagens em notícias de popularização científica. *Travessias*, v. 4, p. 114-133, 2010a.

_____. Recontextualizando os saberes científicos: a glosa em notícias de popularização da ciência. *Revista de Letras*, n. 13. v. 1, p. 1-15, 2010. Disponível em: <<http://www.dacex.ct.utfpr.edu.br/13%20-%20RECONTEXTUALIZANDO.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2010b.

MOTTA-ROTH, Désirée. *Análise crítica de gêneros com foco em artigos de popularização da ciência*. Projeto de Produtividade em Pesquisa PQ/CNPq (nº. 301962/2007-3), 2007.

_____. O conceito de “recontextualização” na teoria social de Basil Bernstein. *Ciclo de Segundas do LAEL*. Palestra realizada na PUCSP, São Paulo, em 29 de maio de 2009a.

_____. Popularização da ciência como prática social e discursiva. In: _____; GIERING, Maria Eduarda. (Org.). *Discursos de popularização da ciência*. Santa Maria: PPGL Editores, 2009b, p. 130-195.

_____. Últimas descobertas! Estrutura potencial do gênero notícia de popularização da ciência. In: Simpósio Internacional de Estudos de Gêneros Textuais, V, ago. 2009, Caxias do Sul, RS. *Anais*. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2009c, p. 86-87.

_____; LOVATO, Cristina dos Santos. O poder hegemônico da ciência no discurso de popularização científica. *Calidoscópio*, v. 9, n. 3, p. 251-268, 2011.

OLIONI, R. C. *Tema e N-Rema: a construção do fluxo de informação em textos narrativos sob uma perspectiva sistêmico-funcional*. 2010. 196 f. Tese (Doutorado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS.

PAGANO, Adriana. Genes, ovelhas e discos compactos: alguns aspectos das reescritas de descobertas científicas. In: MACHADO, Ida Lúcia; CRUZ, Amadeu Roseli; LYSARDO-DIAS, Dylia. *Teorias e práticas discursivas*. Estudos em análise do discurso. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998, p. 55-72.

PIRES, Vera Lúcia; TAMANINI-ADAMES, Fátima Andréia. Desenvolvimento do conceito bakhtiniano de polifonia. *Estudos Semióticos*, v. 6, n. 2, p. 66-76, 2010.

RAMALHO, Viviane C. Vieira Sebba. Constituição da Análise de Discurso Crítica: um percurso teórico-metodológico. *Signótica*, v. 17, n. 2, p. 275-298, 2005.

RESENDE, Viviane de Melo. *Análise de Discurso Crítica e Realismo Crítico: implicações interdisciplinares*. Campinas: Pontes, 2009.

SANTOS, Widson Luiz Pereira dos. Educação científica na perspectiva de letramento como prática social; funções, princípios e desafios. *Revista Brasileira de Educação*, v. 12, n. 36, p. 474-492, 2007.

TABRIZI, Fahimeh; NABIFAR, Nesa. A comparative study of ideational grammatical metaphor in health and political texts of English newspapers. *Journal of Academic and Applied Studies*, v. 3, n. 1, p. 32-51, 2013.

TAMANINI-ADAMES, Fátima Andréia. A representação das áreas de Letras e Biologia em duas notícias da mídia online. *Saberes Letras*, v. 9, n. 1, p. 136-153, 2011.

TILIO, Rogério Casanovas. Revisitando a Análise Crítica do Discurso: um instrumental teórico-metodológico. *E-escrita*, v. 1, n. 2, p. 86-102, 2010.

VAN LEEUWEN, Theo. *Introducing social semiotics*. Nova Iorque: Routledge, 2005.

VAN LEEUWEN, Theo. *The language of colour*. An introduction. Nova Iorque: Routledge, 2011.

VASQUES, Cristina Maria. Uma sinfonia intertextual: cinema, quadrinhos e televisão – uma composição de futuro presente em *Reinações de Narizinho*, de Monteiro Lobato. *Terra Roxa e outras terras*, v. 11, n. 1 (131), p. 20-27, 2007.

VIAN JR., Orlando. O sistema de avaliatividade e os recursos para gradação em Língua Portuguesa: questões terminológicas e de instanciamento. *Delta*, v. 25, n. 1, p. 99-129, 2009.

Recebido em 12 de junho de 2011

Aceito em 10 de outubro de 2011

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES ACERCA DA ESCRITURA E DO CONCEITO DE “JOGO” EM WITTGENSTEIN, DERRIDA E KOSTAS AXELOS

CONSIDERATIONS ABOUT WRITING AND THE CONCEPT OF “GAME” BY WITTGENSTEIN, DERRIDA AND KOSTAS AXELOS

Rodrigo Guimarães SILVA*

Resumo: Este ensaio busca desenvolver algumas reflexões sobre a “escritura” e o “jogo” a partir das reflexões de Ludwig Wittgenstein, Jacques Derrida e Kostas Axelos. Para tanto, foram analisados, especialmente, os livros *Investigações filosóficas* (de Wittgenstein); *Gramatologia, A escritura e a diferença, A farmácia de Platão* (de Derrida); *Vers la pensée planétaire, Le jeu du monde e Métamorphoses* (de Kostas Axelos), nos quais esses filósofos desdobram suas concepções de linguagem e de jogo.

Palavras-Chave: Jogo do Mundo; Wittgenstein; Kostas Axelos.

Abstract: This essay focuses on the concepts of “writing” and “game” under the perspective of Ludwig Wittgenstein, Jacques Derrida and Kostas Axelos’s thoughts. With this purpose were analyzed specifically their books *Philosophical Investigations* (by Wittgenstein); *Gramatologia, La pharmacie de Platon, L’écriture et la différence* (by Derrida); *Vers la pensée planétaire, Le jeu du monde and Métamorphoses* (by Kostas Axelos) in which these philosophers explores deeply these concepts specially about language and game.

Keywords: World’s Games; Wittgenstein; Kostas Axelos.

O “porquê” é afogado no jogo, o jogo é sem por quê.
O pensamento e a poesia esperam pela hora de seu encontro.
Kostas Axelos

* Doutor em Literatura Comparada pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor Adjunto de Teoria da Literatura da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), Brasil; Professor Colaborador do Mestrado em Literatura Brasileira da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), Brasil. Contato: rodrigo.guima@terra.com.br.

Ao longo da história, o jogo, em sua diversidade de sentidos e operações, tem sido considerado, nas diferentes civilizações da antiguidade ou nos grupos aborígenes, como símbolo de luta contra a morte e suas forças hostis (externas ou internas) ou numa dimensão ligada ao sagrado e a seus ritos (lúdicos ou não).

Em *Fedro*, Platão se refere à escritura como *paidiá* (jogo). No entanto, são os pensadores mais meteóricos e menos sistemáticos que se valem do jogo da escritura e do pensamento em sua dimensão fragmentária, aforismática e elíptica. Heráclito e Nietzsche souberam, como poucos, desempacotar o Ser em sua pretensa condição de ser princípio de si mesmo (fundamento do fundamento) e lançá-lo ao jogo do devir, que é sem fundo. Assim, tudo o que “é” só pode “ser” no vir-a-ser do devir.

A “alegre” afirmação nietzscheana do jogo do devir estabelece o não-centro (à revelia da verdade) não como perda do centro ou da impossibilidade de sua designação. Nesse sentido, não há o “jogo seguro”, que busca preservar ou substituir as peças dadas em um fundamento tranquilizador que traça, no fechamento de um campo, a origem, o fim e as regras do jogo. Ao contrário, no jogo, os homens perdem suas cartas e sentem-se constantemente ameaçados pela rasura de uma questão que não tem mais curso e está sempre em vias de desagregação.

Deleuze e Guattari, como muitos outros filósofos do século XX, valeram-se da teoria dos jogos ou de formulações correlacionadas para elucidar alguns de seus conceitos. Em *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*, o Estado é comparado ao jogo de xadrez, institucionalizado, regrado, distribuído no espaço fechado do tabuleiro com suas peças codificadas e que possuem propriedades intrínsecas às suas posições, bem como possibilidades restritas de movimento e forças específicas de afrontamento. Já o jogo do Go é relacionado à máquina de guerra, os seus peões (que na realidade são grãos) têm função anônima e coletiva, são “margens” invasoras constituindo “os elementos de um agenciamento maquínico, não subjetivado, sem propriedades intrínsecas, porém apenas de situação” (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 13).

Os “Jogos de Linguagem” em Ludwig Wittgenstein

O conceito de jogo, com seu contorno impreciso, também foi amplamente utilizado por Ludwig Wittgenstein, principalmente em sua obra póstuma, *Investigações filosóficas*. O lógico austríaco vale-se de vários exemplos para demonstrar que as diversas formas de uso da palavra jogo não estão inteiramente limitadas por regras, e sim por “semelhança de família”, à maneira de uma complexa rede de similitudes que se entrecruzam como a sobreposição de diferentes fibras de uma corda (do mesmo modo que os membros de uma família se parecem uns com os outros, sob diferentes aspectos, tais como compleição, feições, cor dos olhos). Dessa forma, o conceito de “semelhança de família” escapa ao procedimento explicativo, à maneira de uma definição analítica, ou a qualquer tipo de concepção essencialista. Há também, nessa formulação, um ataque tácito à concepção representativa da linguagem, pois se desestabiliza qualquer função do tipo “x representa y”, sendo que x não existe como elemento, nome ou proposição, mas como uma rede de semelhanças que engloba atividades guiadas por “regras” cujas margens são pouco nítidas. Portanto, a “semelhança de família” não é um termo unívoco, tampouco se trata de uma família de significados, e sim de significados relacionais. No entanto, Wittgenstein não propôs que todos os conceitos sejam determinados por semelhança de família, se bem que esse parentesco é o que melhor se aplica à finalidade dos “jogos” da linguagem.

Não é à toa que, em *Investigações filosóficas*, Wittgenstein recorre à exemplificação, assinalando diversos casos em que os jogos apresentam um parentesco entre si e não um mesmo traço definidor. Posteriormente, ele destaca uma irreduzível multiplicidade de “jogos de linguagem”, conceito bem mais amplo que envolve o entrecruzamento de atividades lingüísticas com práticas não lingüísticas inter-relacionadas em um mesmo contexto situacional. A multiplicidade dos “jogos de linguagem” é inumerável e, entre os exemplos dados por Wittgenstein, incluem-se: comandar, descrever um objeto, relatar um acontecimento, conjecturar, expor uma hipótese, inventar uma história, resolver enigmas, cantar uma cantiga de roda, fazer uma anedota, pedir, agradecer, maldizer, orar, etc. Toda a diversidade dos “jogos de linguagem” cotidianos e seus diversos matizes “não nos vem à

consciência porque as roupas de nossa linguagem tornam tudo igual” (WITTGENSTEIN, 1979, p. 217).

Em sua obra de estréia, e que o consagrou, *Tractatus logico-philosophicus*, Wittgenstein lida com a questão da linguagem no sentido estritamente proposicional, ou seja, designando a estreita relação da proposição com os fatos, ao mesmo tempo em que evidencia a insensatez tautológica de tentar ultrapassar, por meio da linguagem, os seus limites, no sentido de alcançar, pela representação, uma realidade (nas proposições 6.5 e 6.53, Wittgenstein não só afirma que o enigma não existe, como assevera a impossibilidade de certas perguntas: “Para uma resposta que não se pode formular, tampouco se pode formular a questão”, ou ainda: “Sempre que alguém pretendesse dizer algo de metafísico, mostrar-lhe que não conferiu significado a certos sinais em suas proposições”). Em suma, *Tractatus* almejava desenvolver uma análise crítica da linguagem, ao elucidar as proposições dotadas de significado e denunciar aquelas que ultrapassam os limites do sentido.

Em seu livro *Investigações filosóficas*, diferentemente, a proposição é ressituada num lugar de fronteira, entre o lógico e o empírico, e os exemplos, abundantes nessa obra, são extraídos de situações coloquiais, enquanto os jogos de linguagem são abordados em seus sentidos de funcionalidade. Aliás, sob essa ótica, não há mais uma concepção de unificação lógica e formal da linguagem, pois esta não passa de uma multiplicidade de jogos em diferentes empregos. Portanto, é impossível definir com precisão “o que é” um jogo de linguagem, a não ser por meio de aproximações e distinções de traços semelhantes de uma série de jogos.

Wittgenstein, em *Investigações filosóficas*, não apresenta uma definição de jogos de linguagem. Ele apenas cita vários contextos em que eles aparecem e, assim como se pode apreender em suas formulações, o conceito de jogo não pode ser fechado por um limite: “Mas, um conceito impreciso é realmente um conceito? Uma fotografia pouco nítida é realmente a imagem de uma pessoa? [...] Não é a imagem pouco nítida justamente aquela de que, com freqüência, precisamos?”; “mas interesse-me por aquilo que aqui se tornou impuro” (WITTGENSTEIN, 1979, p. 71; p. 100). Isso não quer dizer que Wittgenstein passou a promover a “vagueza” da linguagem corrente; apenas considerou que ela é uma característica da linguagem,

e sua importância é de resistir à exigência dogmática da determinabilidade do sentido. Contudo, o inexacto deve ser considerado segundo um propósito: se ele satisfaz ou não os requisitos para a compreensão de um dado contexto.

Mesmo com toda a dificuldade de finalizar *Investigações filosóficas*, Wittgenstein deixou claro que os jogos de linguagem não são “estudos preparatórios para uma futura regulamentação da linguagem”, à maneira de um método de aproximação progressiva. Eles figuram mais como “objetos de comparação”, critério de semelhanças e dessemelhanças, “uma ordem dentre as muitas possíveis; não a ordem” (WITTGENSTEIN, 1979, p. 132). Portanto, não há um movimento de um “jogo” menos completo em direção a uma suposta completude. Em *O livro castanho*, Wittgenstein declara que os jogos são linguagens completas, de tal modo que certas funções gramaticais, em uma dada linguagem, não teriam equivalente em outra. Segue-se daí uma intraduzibilidade entre jogos de linguagem. Há um espaço de descontinuidade, de perda, que só pode ser “preenchido” pelo processo de exemplificação com jogos aparentados. Por isso é que Wittgenstein recusa a idéia de “representabilidade” em sua forma de investigação, pois os jogos de linguagem constituem-se de operações e relações que não são da ordem da substituição, e sim de fruição entre (des)semelhanças. Daí a sugestão do conceito de “apresentabilidade”, desde que inserido em “determinado meio de apresentação”, condição indispensável para a forma desconstrutora utilizada por Wittgenstein em *Investigações filosóficas*.

A partir de diferentes jogos de linguagem, Wittgenstein desconstrói conceitos fundamentais para a metafísica, tais como o ser e o não-ser de um elemento “fora” de um jogo de linguagem. Em suma, o modelo deixa de ser algo apresentado e transforma-se em meio de apresentação; sendo assim, em vez de “x existe”, pode-se falar que “x” tem significação no uso da linguagem. No entanto, não se pode falar que a palavra não tem significação na ausência de um objeto que lhe corresponda. Wittgenstein rebate esse argumento evocando o exemplo do Sr. N, que morre: “diz-se que morre o portador do nome, e não que morre a significação do nome” (WITTGENSTEIN, 1979, p. 40). A “significação” de uma palavra é seu “uso” na linguagem e, em certos jogos, independe da existência ou não do “objeto real”. Em outras palavras, determinados jogos de linguagem tanto invalidam as

proposições de *Tractatus* quanto as concepções idealistas (com suas entidades não materiais), realistas e solipsistas.

De certa maneira, a formulação wittgensteiniana de “jogos de linguagem” possibilita o deslocamento de qualquer instância de verdade. Para tanto, é necessário criar novos jogos “aparentados”, capazes de flexibilizar as regras dos jogos anteriores. Em *Anotações sobre as cores*, há uma exemplificação desse caso. Trata-se da palavra “xadrez”, que é entendida de forma diferente por aquele que aprendeu o jogo “e por aquele que o não aprendeu” (WITTGENSTEIN, 1977, p. 75). Os dois grupos saberão utilizar a palavra xadrez, embora possam utilizá-la em jogos diferentes. Ao inserir essa dessemelhança evocando um segundo grupo, que conhece as regras do xadrez, Wittgenstein desloca a verdade (conjunto de regras) do primeiro jogo, sem, contudo, invalidá-lo. No entanto, não há um relativismo nas formulações wittgensteinianas. Em sua obra *Da certeza*, ele tenta demonstrar que, em certos jogos, a dúvida perde o sentido. Porém, ainda na mesma obra, vê-se um contraponto: o jogo de linguagem não é razoável ou irrazoável, pois ele não se baseia em fundamentos. Pode-se objetar: não se trata de uma espécie de relativismo, em que basta inserir outros jogos de linguagem para invalidar qualquer pressuposto (jogo precedente)? Então, o que possibilita a Wittgenstein falar de uma “confusão filosófica”? Tal confusão não seria apenas mais um “jogo”? Não. A “confusão”, em seu sentido amplo, ou a possibilidade de erro, ocorre quando há um “entrecruzamento de *jogos de linguagem*, isto é, da utilização de palavras de um jogo de linguagem conforme as regras de outro jogo”.²⁷

Ao se considerar esses jogos de deslocamento da “verdade” como uma atividade “desconstrutora”, evidencia-se o limite dessas operações: “se o que é regra se tornasse exceção e o que é exceção, regra, ou se as duas se tornassem fenômenos de frequência mais ou menos igual – então nossos *jogos de linguagem* normais perderiam seu sentido” (WITTGENSTEIN, 1979, p. 142).

Entretanto, o “conceito” de jogo que mais se aproxima da formulação de Kostas Axelos foi desdobrado por Jacques Derrida, que “formalizou” esse termo fluido sem lastro conteudista.

²⁷ Cf. HANS-JOHANN, 1998, p. 228. Evidentemente, a objeção pode recorrer à clássica argumentação sofisticada: esse entrelaçamento de jogos não constituiria um outro jogo? Sim, mas com outras regras.

O Advento do *Jogo* e da *Escritura* em Jacques Derrida

Em seus primeiros livros, tais como *Gramatologia*, *A escritura e a diferença* e *A farmácia de Platão*, Derrida vale-se constantemente da relação do jogo com a escritura. Em *A farmácia*, por exemplo, logo na abertura, o leitor depara-se com uma assertiva sobre a impossibilidade, por parte da crítica, de dominar o “jogo textual”, de vigiar todos os seus fios sem os tocar, sem acrescentar-lhes novos fios ou desfazer seus panos mediante a “decisão” de leitura. Não se trata aí de uma insuficiência da hermenêutica, da técnica decifratória a ser complementada, e sim da própria condição da escritura:

Um texto só é um texto se ele oculta ao primeiro olhar, ao primeiro encontro, a lei de sua composição e a regra de seu jogo. Um texto permanece, aliás, sempre imperceptível. A lei e a regra não se abrigam no inacessível de um segredo, simplesmente elas nunca se entregam, no presente (DERRIDA, 1997, p. 7).

O destaque à palavra “presente”, como se vê no final da citação, tem uma relação muito especial com os primeiros movimentos “desconstrutores” derridianos, que buscaram abalar a metafísica ocidental mediante deslocamentos de seu pontos de guarda, quais sejam, as noções de “presença”, entendida aqui na acepção ampla: presença sensível da coisa ao olhar (*eidōs*); presença como substância ou existência (*ousia*); presença a si do cogito (Descartes) ou como sentimento, subjetividade assegurada pela consciência (Rousseau); presença temporal como ponta do agora; ou presença do significado ao significante. Não apenas o “presente”, mas muitos outros “fundamentos” da linguagem-pensamento são desmontados por Derrida. Interessa-me, porém, assinalar a noções de *arquê* (princípio) e de *telos* (fim), concepções que recebem reiterados golpes do filósofo francês, sobretudo em *Gramatologia*. Nessa obra, Derrida busca demolir, entre tantos outros pressupostos metafísicos, a nomeação de uma origem absoluta do sentido. É justamente aí que entra o advento do “jogo” (que “é” o advento da “escritura”), capaz de deportar o significante primeiro, ou ainda, o “significante do significante”, visto como simples processo de reduplicação sígnica e de secundariedade e desvalorização do posterior em relação ao anterior (concepção que

postula o significante afastado, como decaído, da “fonte”). Para Derrida, o jogo apaga o limite que regula a circulação dos signos, arrasta os significados tranqüilos e reduz os abrigos do “fora-do-jogo”, que vigia e controla o campo da linguagem. Nesse sentido, a ausência do significado transcendental diz respeito à ilimitação do jogo, que só pode ser pensado em sua radicalidade quando se esgota a problemática ontológica, a questão do “ser” e do “ente”, do jogo de ausência e de presença, assim como pensado por Lévi-Strauss. Em *Gramatologia*, ao se referir a Kostas Axelos, Jacques Derrida destaca a importância de se compreender o “conceito” de jogo não “no” mundo, mas como “jogo do mundo”.

Em *A escritura e a diferença*, Derrida nos fala da necessidade de pensarmos o *jogo* antes mesmo “da alternativa da presença e da ausência; é preciso pensar o ser como presença ou ausência a partir da possibilidade do jogo e não inversamente” (DERRIDA, 2002, p. 248). Essa inversão derridiana, que diz respeito à primazia do “jogo” sobre o “ser” e sua fixação, mantém algumas relações com o pensamento de Kostas Axelos, embora, no “jogo do mundo” do filósofo grego, a complexidade dos jogadores, das posições das peças, as jogadas realizadas e as imaginadas adquiram outros realinhamentos e articulações que também colocam em xeque a metafísica ocidental e a ontologia, e, no mesmo golpe, abrem novas possibilidades para se pensar a “poeticidade” do “jogo do mundo”.

De maneira semelhante, Derrida situa a “escritura” antes da fala. Em vários momentos de sua obra, ele tenta esclarecer a sua concepção de escritura, porém é, sobretudo, em *Gramatologia e Posição* que essa “inversão” fica mais explícita. Não se trata de opor o graphocentrismo ao logocentrismo, e ainda menos de reabilitar a “escrita” e demonstrar sua superioridade em relação ao discurso.

Para o pensador francês, a escritura também vem antes da escrita, da incisão, do desenho, da gravura. Essa afirmação gerou muitos mal-entendidos, uma vez que a palavra escritura (que é um indecível), em termo de sua operação, foi entendida por alguns leitores em seu sentido usual de escrita alfabética, e não em sua acepção ampliada. Obviamente, isso gera equívocos que devem ser esclarecidos para que os textos da desconstrução possam dar-se a ler na amplitude dos procedimentos que eles engendram. Em *Gramatologia*, por exemplo, Derrida questiona algumas passagens do livro *Tristes*

trópicos, de Lévi-Strauss. Este se refere aos indígenas nhambiquaras como um povo “sem escritura”, nômade e que está “entre os mais primitivos do mundo”, vivendo em um território atravessado por uma picada. Para Derrida, a picada, a estrada, a abertura na mata virgem elabora um sistema de repetição, espaçamento e diferença na floresta natural, o que o leva a afirmar: “é difícil imaginar que o acesso à possibilidade dos traçados viários não seja ao mesmo tempo acesso à escritura” (DERRIDA, 1997, p. 133). Em outras ocasiões, Derrida critica a posição de Lévi-Strauss que concebe a escrita apenas em seu sentido estrito, como um sistema de notação linear e fonético, e desconsidera os pontilhados e ziguezagues feitos pelos nhambiquaras sobre as cabaças, evocados pelo etnólogo apenas de forma breve e sem conferir-lhe nenhuma legitimidade como inscrição de arquivos culturais.

Algumas sentenças emblemáticas de Derrida sobre a escritura não têm o mesmo grau de pertinência quando fora do jogo textual desenvolvido em suas obras. Por isso, em muitas das entrevistas por ele concedidas, evidencia-se uma tentativa de esclarecer suas idéias que só são paradoxais ou contraditórias quando separadas de seu traçado performativo. Quando ele diz, em *Posição*, que a escritura “literalmente significa nada”, não se trata de um absurdo ou de um contra-senso, pois a idéia de absurdidade é solidária aos conceitos metafísicos do sentido e do não-sentido. Esse nada, o *nothing-ing of nothing* é uma dinâmica que sustenta a exaustão do sentido e suspende os seus processos de consumação e de dominação quando se apresentam sob um significante ideal. Quanto mais ideal é o significante, diz Derrida em *A voz e o fenômeno*, “mais ele aumenta a potência de repetição da presença, mais ele conserva, reserva e capitaliza o sentido” (DERRIDA, 1997, p. 100).

Para Derrida, o signo e a divindade têm o mesmo local de nascimento, e a época do signo é essencialmente teológica. Trata-se, como ele afirma, de pôr em evidência o comprometimento e a interdependência histórica de “conceitos e gestos de pensamentos”. Se “algo falta para que o círculo seja perfeito”, é justamente o duplo elo (*double bind*) de todo processo de nomeação, que articula de forma ambígua, ao conceder a palavra, tanto o princípio de vida quanto o de morte. *Nem* Mestre Eckart (a palavra produz a existência em sua nominação inaugural) *nem* Antonin Artaud (a palavra já nasce morta,

repetida). Certamente o signo surge endividado com a repetição, mas no sentido de uma não identidade a si “que remete regularmente ao mesmo”, de um “mesmo” prótese de si e fora de qualquer relação de propriedade para consigo. Aliás, sobretudo na escrita poética a repetição é sempre heterológica, mesmo que se apresente à maneira de uma tautologia (no meio do caminho, de Drummond), ela fende o horizonte semântico da comunicação e da funcionalidade do signo-sinal, não se deixa ler a partir de nenhum código predeterminado e quando se aproxima de um efeito de pura perda torna-se tão impensável quanto uma máquina definida no seu puro funcionamento sem utilidade e sem rendimento. Por isso que Derrida afirma que “a linguagem não é nem a proibição nem a transgressão, acopla-as sem fim uma à outra” (DERRIDA, 1997, p. 324).

Esse arrombamento “suplementar” da cadeia significante, freqüente na escritura poética, evidencia que o suplemento não é *nem* o representante *nem* o significante, irrompendo justamente no lugar de um “desfalecimento”, de um não-significado, o que impossibilita um retorno à fonte, à gestualidade mítica de um momento inaugural da escritura (como o for/da freudiano).

O “enigma” originário é posterior a um processo de subtração que se difrata como roubo ou dissimulação. A palavra roubada, já circunscrita numa irreduzível secundariedade, não pertence ao emissor e tampouco ao destinatário; é uma palavra aberta, arrombada, roubada à língua e a si própria, em *errância*. Daí a impossibilidade de se “localizar” o Ladrão, o Outro, Deus: “Eu, Antonin Artaud, sou meu filho, meu pai, minha mãe, e eu”. Esse “eu” é atópico, esbarra na dificuldade do limite, representa simultaneamente uma singularidade e uma generalidade absoluta, é quase um nome próprio sem deixar de ser universal. Pode-se, indubitavelmente, situá-lo na fonte da enunciação, mas como desconsiderar que há suplemento na fonte? Daí a impossibilidade de pensar o significante e o significado como as duas faces de uma mesma folha (Saussure) sem refletir sobre o espaçamento suplementar e o corpo da própria folha que *joga* com a *errância*.

Essa inversão derridiana que diz respeito à primazia da *escritura*, da *errância* e do *jogo* sobre o “ser” e sua fixação, mantém algumas relações com o pensamento de Kostas Axelos, embora no *jogo do mundo* do filósofo grego, a complexidade dos jogadores, das posições das peças, as jogadas realizadas e as imaginadas adquirem

outros realinhamentos e articulações que também colocam em xeque a metafísica ocidental e a ontologia e, no mesmo golpe, abre novas possibilidades para se pensar a *poeticidade do jogo do mundo*.

A Formulação de *Jogo do Mundo* em Kostas Axelos

A cena intelectual francesa, nas últimas décadas, marcou, de maneira incontestável, o percurso das investigações acadêmicas no Brasil, tanto na área da filosofia, quanto nas esferas da psicanálise, da psicologia, da antropologia e da literatura. A constelação formada por Jacques Derrida, Gilles Deleuze, Michael Foucault, Jacques Lacan e Lévi-Strauss ainda se encontra presente no firmamento e baliza as mais diversas investigações, em diferentes campos do pensamento. Recentemente, outros pensadores que também operam em solo francês vêm, na contemporaneidade, participando desse processo mais ou menos norteador. O grego Kostas Axelos, que reside na França desde os seus 21 anos, faz parte do grupo de intelectuais “franceses” que gozam de amplo reconhecimento na atualidade.²⁸

Dois pequenos ensaios de Gilles Deleuze, publicados em 1964 e 1970, demonstram bem o impacto que os livros de Kostas Axelos lhe causaram. Para Deleuze, o filósofo grego contemporâneo desenvolve um pensamento que vai além de sua formação marxista e

²⁸ Após ter estudado Direito em Atenas, Axelos participou ativamente dos movimentos políticos de resistência que ocorreram na Grécia, durante a ocupação alemã e italiana, na Segunda Guerra Mundial. Posteriormente, atuou na Guerra Grega Civil como jornalista e ideólogo do Partido Comunista (1941-1945). Expulso do Partido Comunista e condenado à morte pela direita governante, Kostas Axelos mudou-se para Paris, estudando filosofia na Sorbonne e tornando-se professor nessa mesma universidade, onde atuou no período de 1962 até 1973. Seu primeiro trabalho de repercussão, na França, ainda na década de 1960, foi a sua dissertação, intitulada *Marx, penseur de la technique*. Em seguida, como colunista e editor da destacada revista *Arguments*, publicou vários de seus textos, bem como os de Gilles Deleuze, com quem manteve uma assídua relação intelectual. Seus livros, inicialmente publicados em francês, alemão e grego, atualmente, se encontram traduzidos para vários idiomas, inclusive para o português. No entanto, algumas obras de extrema relevância no curso de sua reflexão ainda não foram traduzidas para a nossa língua, tais como *Le jeu du monde*, em que Axelos sublinha o *status* pré-ontológico da dimensão do “jogo”, que, juntamente com a “errância”, constituem algumas das noções basilares de seu pensamento.

heideggeriana, com força suficiente para criticar seus mestres “por não haverem rompido suficientemente com a metafísica, [...] por serem ainda prisioneiros das perspectivas que eles mesmos denunciavam” (Deleuze, 2006, p. 104).²⁹

Ao invés das Regras comprometidas com a metafísica, desperta a atenção de Deleuze o “jogo” que compreende todas as regras possíveis, justamente porque ele é capaz de tudo afirmar (inclusive o acaso, o não-senso, o não-Deus) e, a um só tempo, tudo negar (incluindo Deus, a natureza e o homem). Não que ele afirme o acaso, capturando-o com ardis de caçador nas redes da causalidade, ou negue a Deus (isso a “antimetáfísica” já fez metafisicamente); mas ele cria uma nova logicidade, pela qual, nele, tudo se constrói e se destrói, e cada sentido participa dos outros sem se reduzir à medida comum. Por exemplo, as expressões “pensamento *planetário*” ou “era *planetária*”, constantemente utilizadas por Axelos, reúnem em si sentidos que nem sempre se avizinham. Essa extrema mobilidade de cada um dos sentidos é destacada por Deleuze. O “planetário” quer dizer aquilo que é o errante, o migratório, o sem lugar ou fórmula, o sem sentido de viagem e de direção; indica também a era da planificação, da organização banalizante. Toda essa gama de sentidos (em errância) somente é possível, segundo Deleuze, no diálogo irreduzível do fragmento com o todo (mas não no sentido da relação metafísica do relativo e do absoluto). Nessa interlocução, o “Uno só pode se dizer do múltiplo e deve se dizer do múltiplo; o Ser se diz apenas do devir e do tempo, a Necessidade, somente do acaso; e o Todo, dos fragmentos” (DELEUZE, 2006, p. 105).

O que Deleuze enfatiza em seu ensaio “Falha e fogos locais” é o fato de que Axelos não privilegia o aspecto da errância em detrimento do planejado, pois a errância encontra-se distante tanto do erro quanto da verdade. É por isso que, freqüentemente, Axelos se vale de aforismos, de fragmentos que não pressupõem uma totalidade prévia e ordenadora sobre o caos (da qual o “pedaço” derivaria). Portanto, o aforismo não é reminiscência ou arcaísmo, afirma Deleuze, e constitui uma forma eficaz para a exploração das lacunas do mundo

²⁹Os ensaios acima referidos são: “Ao criar a patafísica, Jarry abriu caminho para a fenomenologia”; e “Falha e fogos locais”, publicados em *A ilha deserta*: e outros textos.

atual. Conseqüentemente, o pensamento planetário, de feição “fragmentária e fragmentada”, não é unificador e apresenta uma lógica probabilista que remete a casos e não a propriedades ou classes (DELEUZE, 2006, p. 205).

O Todo concebido por Kostas Axelos não tem nada que ver com a totalização da platitude burocrática que fez com que a Terra voltasse a ser plana mediante o processo de tecnicização. Esse Todo que não totaliza e nem unifica, assim como Axelos o formaliza, é caracterizado por sua condição de abertura irreduzível. Instado a renovar os modos expressivos, “lógicos” e conceituais, Kostas Axelos cria um bloco semântico que parece não se equilibrar: “o ser em devir da totalidade fragmentária e fragmentada do mundo multidimensional e aberto”. Essa estranha seqüencialidade de vocábulos, em que um desmesura o outro de forma não sistematizável, confere ao pensamento do “jogo do mundo” uma dimensão de “filosofia-ficção”, em que não se utiliza como ponto de partida nem o mundo (ontológico, coisa, natureza) nem o homem (antropológico, idéia, psiquê), sequer a relação psicologizada de dois ou três termos (projeção, introjeção, regramento exterior).

Percebe-se, aí, que o jogo proposto por Axelos não diz respeito ao jogo “no” mundo, em sua forma tradicional e circunscrita às atividades humanas e aos seus protagonistas, bem como ao jogo infantil, com seu impulso criador e destrutivo ou sua espontaneidade, fantasia, gravidade e sentido de questionamento. O jogo não se opõe às coisas sérias, ao real, ao trabalho e ao útil. Ainda que sua multivalência semântica seja colocada em cena e a simulação, as intrigas e as máscaras sejam consideradas como seus componentes intrínsecos, essas são apenas formas grosseiras do jogo “do verdadeiro e do falso” ou do simples desejo de risco, de contornar o perigo da perda e do fracasso que muitas vezes sobrepõe a volúpia de ganhar.

Todo esse mundo do jogo, para Axelos, não passa de um prelúdio ao jogo do mundo e seu horizonte fugidio, que não se deixa encolher em idéias particulares ou universais. Em outras palavras, o “jogo planetário” promove um “acordo discordante” na relação homem-mundo. A expressão “jogo do mundo” não é um termo abstratizante e sem vinculação universal-histórica. Nas principais obras de Axelos, o “mundo” é sempre atravessado pelas “forças elementares”: a linguagem e o pensamento, o trabalho e a luta, o amor

e a morte, o jogo. Cada um desses elementos engloba e penetra os outros. Conjuntamente, as “forças elementares” mantêm em movimento as “grandes potências” (a magia, os mitos, as religiões, a poesia, a arte, a filosofia, a política, a ciência e a técnica) que nelas se apóiam, ao mesmo tempo em que as organizam e as canalizam, fixando as regras do jogo (AXELOS, 1970, p. 16-19).

Mesmo que Axelos chegue a afirmar que a modernidade marcha sobre duas bengalas – a grega e a cristã –, as grandes potências são apreendidas apenas como totalidades em curso, sem centro, origem, motor, fonte ou fundamento que limitem suas “estruturas”. Se elas estão inextricavelmente mescladas, isso não quer dizer que não haja diferenciação. Não se deve perder de vista que o pensamento planetário, sem referência a um absoluto, coloca tudo (até ele mesmo) em jogo, por meio de sua dimensionalidade especulativa e experienciada. Daí a afirmação de Axelos: Heráclito não contempla imperturbavelmente o rio, ele entra no rio (AXELOS, 1970, p. 88).

Este é um dos imperativos do jogo (que não é representado “como algo que é”): ele deve ser pensado e jogado multiplamente na “errância” da presença-ausência. Nesse sentido, o pensamento planetário não se torna “visão de mundo”, assim como a errância não é o perder-se, a incorreção, o falso. Se Axelos sentiu a necessidade de ir à direção dos pré-socráticos, estudando-os com assiduidade, em particular os fragmentos de Heráclito, é justamente porque o fluxo textual do pensador de Éfeso é questionador e enigmático, fragmentário e poético, sem fixar o Ser ou separá-lo do devir fechando-o na Totalidade.

Se o pensamento planetário, em seu mais alto ponto, é poético e pensante, “sistematicamente” aberto e fragmentário, como salienta Axelos, é devido ao jogo da errância (nem rumo a, nem fuga de). Se a luz que clareia a errância vem de uma outra errância, é justamente porque ela, assim como o jogo, é sem fundo. Ainda que verdades, princípios e sentidos possam ser destacados da errância, nela, nada é justificado ou negado, pois é por meio dela que as verdades e os erros aparecem e desaparecem nos desdobramentos do jogo. Portanto, o movimento da errância (com sua “ironia e humor”) não pode ser tomado como um outro tipo de verdade, assim como o erro e a mentira não correspondem ao desvelamento da errância. Daí o risco de se interrogar a verdade errante da mentira, da dissimulação, da má-fé, da

falsa consciência, do inconsciente, pois “nós somos tomados pela rede de caça com a qual nós esperamos capturar o verdadeiro erro” (AXELOS, 1969, p. 126).

A dificuldade de se apreender esse tipo de construção de pensamento, em que cada termo é fissurado pelo seu “outro”, ocorre precisamente porque não existe uma concepção de elemento, aspecto ou característica que exista “em si”; em outras palavras, a errância, que coloca tudo em movimento, não é calcada sobre o princípio formal da negação, e sim de “ultrapassagem”. Nesse sentido, o “eu voluntário” ou qualquer outro conceito do sujeito cognoscente que busca organizar o campo do saber não oferece mais um solo firme para as ações mundializantes e desmundializadas. Ainda que o homem e o mundo não sejam mais vistos como espelhos (pois estes não refletem os conflitos) e que a característica do espelho seja atrair as rachaduras e poder ser rachado, como afirma Axelos, as concepções especulares e as circularidades representativas (da presença e da ausência) não deixam de atuar. Esse movimento de ultrapassagem das regras do jogo não implica necessariamente em gestos de esquivas, de fugas ou de abolição de seus regramentos. A dissidência estridente e a ruptura são apenas uma forma de jogo “no” mundo e não o “jogo do mundo”.

O pensamento planetário que conserva e suprime só integra na condição de ultrapassar o que recolheu, agregando, assim, os aportes do formalismo lógico, do marxismo, da psicanálise e, simultaneamente, criticando-os veementemente, bem como o objetivismo e o subjetivismo, sem, contudo, aniquilá-los. Sobre o jogo que se encontra mofado há mais de mil anos (Rimbaud), ainda crescem flores, acrescenta Axelos, embora talvez não estejamos prontos para acolhê-las. Essa forma de pensar por saltos, de recolher “os momentos e os lugares” de onde se saltou, exige plasticidade e flexibilidade extremas, pois assim o pensamento pode ser habitado de forma ainda mais intensa por suas ausências e faltas, por seus excessos que “ultrapassam” o pensador. Dessa forma, os “primatas do visual” não convergem toda “presença” em representação e, ao atravessarem o espelho, necessariamente o quebram, sacudindo a estrutura sintática, lógica e dialética da linguagem do pensamento, abrindo-o ao

impensado, magistralmente exposto no aforismo de Axelos: “Mots et morts nous accompagnent”.³⁰

Essa tentativa de pensar que se desenvolve por lacunas, de modo fragmentário, e que não se dirige às idéias, aos livros, às pessoas ou aos fatos, mas ao pensamento que a solicita (apreendido entre *isso* que não é mais e *isso* que não é ainda), parece ser a aventura de Axelos. Ao “ultrapassar” Heidegger e sua ousadia de colocar a história do ser que se consuma como esquecimento do ser (vulgarmente compreendido como idéia, energia, substância, sujeito), o filósofo grego evoca a “abertura do mundo”, em que o pensado e o impensado se esclarecem mutuamente e a “consciência morre a sua morte” decorrente da “abertura” advinda de respostas questionantes: “Não simples abertura pela abertura, nem fascinação do vazio, nem culto ao nada [...] No momento nós só somos pelo buraco da abertura; aprenderemos nós a suprimir as falsas janelas e as falsas vias de saída dos *ismos* exaustos?” (AXELOS, 1970, p. 187-188).

Dessa forma, o pensamento errante é jogado por *mots-morts* (palavras-mortes), sem paraíso perdido, escatologia ou redenção, sem enigmas que se valem do curto-circuito do pensamento ou de respostas que ostentam outro conteúdo em relação à questão (ou mesmo respostas que sequer são desejadas), sem ser “superficial por profundidade” (hermenêutica). Ainda assim, com e apesar de todos esses jogos, a metafísica, tanto na visão de Jacques Derrida quanto na de Kostas Axelos, ainda governa lá onde se pensa ultrapassá-la, embora já estejamos “um pouco fora dela”. O pensamento por vir se instalou, mas Deus, homem e natureza são destinados a perdurar na tradição (transmissão e esquecimento de origens), na exemplaridade de um fim que não termina de finalizar-se.

O “jogo do mundo” (que não é uma metáfora, um significado empírico ou ontológico), “ultrapassa” o niilismo infirmando-o produtivamente no ser-nada, atravessando-o com a palavra pensante e poética. “Mesmo no deserto, falar é preferível a pregar” (AXELOS, 1969, p. 111). No entanto, trata-se de palavras que não expressam o vivido, mas o fazem falar, e somente por elas certa visibilidade é

³⁰“Palavras e mortes nos acompanham”. Perde-se, na tradução, o jogo de concreção de linguagem no sentido da proximidade icônica dos vocábulos *mots* (palavras) e *morts* (mortes), que muito se assemelham, no francês, em sua imagem gráfica, sugerindo também uma reciprocidade semântica.

possível. Ainda que o poético passe como um meteoro transfigurando tudo, nada nos impede de batizá-lo, mesmo que a palavra (ou a escrita) se construa contra a linguagem, como diria Marguerite Duras. É dessa perspectiva que Axelos nomeia a poeticidade do mundo como um dos produtos mais nobres da história, sem deixar de reconhecer que a arte é atraída por sua autodestruição e pelos gestos do silêncio. Tanto a poesia quanto a arte, para ele, situam-se no “rasgamento e no abismo”, ao mesmo tempo em que atingem o vazio, o nada. Por certo que a arte também tem seus efeitos de representação e criação, de reflexão e julgamento, de prazer e gozo. Indubitável que a poesia, desde Homero, tem participado do jogo “no” mundo como presença e ausência do divino e do sagrado, e que somente em raros momentos chegou a construir o espaço do poema que, sob o olhar de Paul Celan, faz-se de limiar em limiar e na passagem de um limiar a outro.

No “jogo do mundo”, a linguagem tende a autonomizar-se em relação ao homem e ao mundo, a “diferença” se lança a fazer problema, o “para-além” inclui o que se ultrapassa (transcendendo e implicando), a “poeticidade” (e não as formalizações estéticas) se desdobra ao jogar multiplamente as aberturas, e a “errância”, sem fazer pacto com o vazio da definição, surge em retirada.

Referências

AXELOS, Kostas. *Héraclite et la philosophie*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1962.

_____. *Vers la pensée planétaire*. 2. ed. Paris: Les Éditions de Minuit, 1970.

_____. *Le jeu du monde*. Paris. 6. ed. Les Éditions de Minuit, 1969.

_____. *Métamorphoses*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1991.

_____. *Introdução ao pensamento futuro*. Tradução de Emmanuel Carneiro Leão. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1969.

_____. *Horizontes do mundo*. Tradução de Lígia Maria Pondé Vassalo. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983.

CELAN, Paul. *Los poemas póstumos*. Madrid: Trotta, 2003.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs: Capitalismo e esquizofrenia*. Tradução de Peter Pál Pelbart e Janice Caiafa. Rio de Janeiro: Editora 34, 1997.

_____. *A ilha deserta: e outros textos*. São Paulo: Iluminuras, 2006.

_____. *Nietzsche e a filosofia*. Tradução de Edmundo Fernandes Dias. Rio de Janeiro: Editora Rio, 1976.

_____. *Crítica e clínica*. Tradução de Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 1997.

DERRIDA, Jacques. *Gramatologia*. 2. ed. Tradução de Miriam Chnaiderman. São Paulo: Perspectiva, 1997.

_____. *A escritura e a diferença*. 3. ed. Tradução de Maria Beatriz Marques Niza da Silva. São Paulo: Perspectiva, 2002.

_____. *A farmácia de Platão*. 2ed. Tradução de Rogério Costa. São Paulo: Iluminuras, 1997.

_____. *Posições*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

_____. *A voz e o fenômeno: introdução ao problema do signo na fenomenologia de Husserl*. Tradução de Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Zahar, 1994b.

GUIMARÃES, Rodrigo. Espaço e lugar: relações impossíveis com a possibilidade de nomear. *Revista Aletria: revista de Estudos de Literatura*, Belo Horizonte, Faculdade de Letras da UFMG, n. 15, p. 245-252, Jan./Jun., 2007.

_____. Diálogos entre a literatura contemporânea e o pensamento de Jacques Derrida. *Revista de Letras UNESP*, São Paulo, Universidade Estadual Paulista, n. 1, v. 48, p. 65-84, Jan./Jul., 2008.

HANS-JOHANN, Glock. *Dicionário Wittgenstein*. Tradução de Helena Martins. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

HEIDEGGER, Martin. *Ser e tempo*. 16 ed. Tradução de Marcia Sá Cavalcante Schuback. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

PLATÃO. *Diálogos I: Mênon, Banquete e Fedro*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1981.

RIMBAUD, Arthur. *Iluminuras*: gravuras coloridas. Tradução de Rodrigo Garcia Lopes e Maurício Arruda Mendonça. São Paulo: Iluminuras, 1994.

_____. *Uma temporada no inferno e iluminações*. 4. ed. Tradução de Lêdo Ivo. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S.A. 1993.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus logico-philosophicus*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2001.

_____. *Investigações filosóficas*. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

_____. *Da certeza*. Tradução de Maria Elisa Costa. Lisboa: Edições 70 LDA, 1969.

_____. *Anotações sobre as cores*. Lisboa: Edições 70 LDA, 1977a.

_____. *Livro castanho*. Lisboa: Edições 70 LDA, 1976.

Recebido em 10 de julho de 2011

Aceito em 27 de setembro de 2011

NORMAS PARA O ENVIO DE ARTIGOS

1. Todos os trabalhos encaminhados à revista *LINGUAGEM – Estudos e Pesquisas* se submeterão à apreciação dos Conselhos Editorial e Consultivo. O(s) autor(es) será(ão) comunicado(s) sobre a apreciação.
2. Os artigos serão examinados por dois pareceristas membros do Conselho Editorial e, caso haja um parecer contrário à publicação, encaminhados a um terceiro avaliador *ad hoc* ou a um membro do Conselho Consultivo.
3. Os artigos deverão ser digitados em espaço simples, no Programa Word 6.0 (ou equivalente), fonte Times New Roman (tamanho 11), e deverão conter, entre 15 e 20 páginas, papel tamanho 14,8x21. O encaminhamento dos artigos deverá ser feito em duas (02) vias (uma com identificação e outra sem identificação do autor) para o endereço revistalinguagem@gmail.com. O(s) autor(es) deverá(ao) encaminhar ainda uma rápida biografia e o contato eletrônico.
4. O título do artigo deverá vir em letras maiúsculas, negrito, centralizado no alto da primeira lauda, em português e inglês, francês ou espanhol, seguido, logo abaixo, à direita, do(s) nome(es) do(s) autor(es), com letras minúsculas e em itálico. A identificação da Instituição deverá, seguido do endereço eletrônico do(s) autor(es), vir em forma de nota de rodapé no final da primeira página, por extenso e marcada com o símbolo personalizado (*).
5. O texto deve ser antecedido por um Resumo de cinco (05) linhas, em português e inglês (ou Francês, ou Espanhol). Após o Resumo, deverá vir até quatro palavras-chave em português, inglês, Francês ou Espanhol.
6. As notas explicativas devem ser enumeradas automaticamente em algarismos arábicos no final da página, como nota de rodapé. As citações no interior do texto devem vir em fonte menor que a utilizada no texto (fonte 10) obedecendo à mesma paragrafação (1,25 cm de recuo), com recuo total da citação e sem itálico. Recomenda-se, para as citações, o sistema autor/data e página. Exemplo: (SILVA, 2005, p. 35).
7. Ilustrações devem ser originais ou cópias nítidas passíveis de reprodução e as fotografias em branco e preto, com a devida autorização.
8. Todas as citações, documentais e bibliográficas, do texto deverão ser elencadas nas “referências”, em ordem alfabética, com dados completos (sem abreviação do nome do autor), de acordo com as normas da ABNT – Associação Brasileira de Normas e Técnicas (conferir NBR 6023).
9. É de responsabilidade do(s) autor(es) a correção gramatical do texto e a exatidão das referências bibliográficas.
10. As normas tipográficas são de responsabilidade da revista.